

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

**NÚCLEO COLONIAL CAMPOS SALLES/CAMPINAS:
Um estudo de caso sobre a dinâmica das relações bairro rural –
cidades.**

Kelly Baldini

Dissertação de Mestrado

Área: Política, Memória e Cidades.

Linha de Pesquisa: Cultura, Cidade e Patrimônio.

Orientador: Prof. Dr. Edgar Salvadori de Decca (IFCH/Unicamp)

Março/ 2010

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH – UNICAMP
Por Sandra Ferreira Moreira CRB nº 08/5124**

B193n **Baldini, Kelly**
Núcleo Colonial Campos Salles /Campinas : Um estudo de caso sobre a dinâmica das relações bairro rural – cidades / Kelly Baldini. - - Campinas, SP : [s. n.], 2010.

Orientador: Edgard Salvadori de Decca.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Caipiras. 2. Colonização. 3. Ferrovias. 4. Imigração - Brasil. I. De Decca, Edgard Salvadori. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Título em inglês: Núcleo Colonial Campos Salles / Campinas : A case study on the dynamics of rural neighborhood – cities relationship.

Palavras chaves em inglês (keywords) :

**Rustic
Colonization
Railroads
Immigration - Brazil**

Área de Concentração: Política, Memória e Cidades.

Titulação: Mestre em História

**Banca examinadora: Edgar Salvadori De Decca, Michael McDonald Hall,
Norma Regina Truppel Constantino**

Data da defesa: 25/03/2010

Programa de Pós-Graduação: História

C,
R-920

Kelly Baldini

**NÚCLEO COLONIAL CAMPOS SALLES/CAMPINAS:
Um estudo de caso sobre a dinâmica das relações bairro rural –
cidades.**

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Edgar Salvadori de Decca.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida pela comissão julgadora em 25/03/2010.

Banca:

Prof. Dr. Edgar Salvadori de Decca (orientador)

Prof. Dr. Michael McDonald Hall

Profª. Dra Norma Regina Truppel Constantino

Profª. Dra. Silvana Barbosa Rubino (suplente)

Prof. Dr. Fernando Antônio Lourenço (suplente)

*Esta Dissertação de Mestrado é dedicada especialmente em memória da querida Fátima Ottoni,
secretária sempre paciente, atenciosa e disposta a ajudar.*

*Também dedico a dissertação a todas as famílias de trabalhadores rurais brasileiras que neste
exato momento em nosso país estão desprovidos de sua dignidade e de seu maior bem de direito:
a terra.*

Agradecimentos:

Agradeço em primeiro lugar ao apoio financeiro da FAPESP.

Agradeço ao apoio acadêmico do orientador Prof. Edgar de Decca, aos professores Edison Fávero, Michael M. Hall, Norma Regina Truppel Constantino e Fernando Lourenço.

Agradeço ao apoio da família e dos amigos, pela alegria sempre presente. Em especial, ao apoio, alegria e, acima de tudo, ao companheirismo da amiga Juliana Biondi Guanais.

Agradeço especialmente e de coração aos companheiros de formação: Francisco de Carvalho Dias de Andrade, pela máquina fotográfica, pela revisão, pelos mapas e desenhos e pelas piadas de vanguarda; e ao Flávio Carnielli, pela leitura atenta, crítica e bem humorada.

Agradeço ao material disponibilizado pelo morador de Cosmópolis José Honório Fozzati.

Agradeço aos funcionários da Prefeitura de Cosmópolis, aos funcionários da Biblioteca Municipal e aos Diretores do Departamento de Cultura de Cosmópolis - Válber Kowalesky e Antônio Sérgio dos Santos - pela atenção, pela disponibilidade dos materiais, das informações, dos mapas e pela liberação para a fotografia no gabinete da prefeitura.

Agradeço ao carinho e dedicação da professora e companheira Maria Adelina Biondi Guanais na correção e leitura do texto, assim como o apoio de Vera Lucia S. Baldini na leitura atenta dos textos. Agradeço também à leitura e revisão atenciosa do Prof. Renato Lopes e à ajuda no resumo em inglês de Roberta Silvestre e Ricardo Barros.

Finalmente, agradeço ao apoio do meu companheiro de formação e de coração, Rafael Peres e Serra, pelo afeto sincero sempre presente e inquestionável.

Resumo:

A presente dissertação desenvolve um estudo sobre o “Núcleo Colonial Campos Salles”, um núcleo oficial de colonização imigrante, criado e administrado pelo governo do estado de São Paulo na região de Campinas, no ano de 1897. Em 1915, quando é emancipado da administração do governo, o núcleo dá origem à atual cidade de Cosmópolis. Dessa forma, o que era um núcleo com características tipicamente rurais se transforma, aos poucos, em um núcleo urbano, ou seja, em uma nova cidade do estado de São Paulo. Para realizar o resgate deste núcleo procurou-se utilizar o modelo de pesquisa proposto por Maria Isaura Pereira de Queiroz, em sua obra sobre os bairros rurais paulistas e as relações que estes mantiveram com as cidades mais próximas. Além disso, a pesquisa ainda analisou problemáticas relacionadas à imigração européia no estado de São Paulo, à cultura tradicional caipira, à colonização da região onde se instalou o núcleo e à história da Estrada de Ferro Funilense - ferrovia que atendeu o núcleo. Finalmente, a pesquisa documental sobre o núcleo foi fundamentada em relatórios oficiais produzidos pela administração do núcleo, em relatórios da Secretaria da Agricultura e em relatórios de Presidentes de Províncias.

Abstract:

This dissertation describes the characteristics of the "Núcleo Colonial Campos Salles. This was an official nucleus of immigrant colonization, created and administered by the government of São Paulo State in the region of Campinas, in 1897. In the year 1915, when it is emancipated from government administration, the nucleus gives birth to the current city of Cosmópolis. Thus, what was a nucleus with typical countryside characteristics becomes, little by little, an urban area, i.e. a new city in the state of São Paulo. In order to recover this nucleus, it was tried to use the research model proposed by Maria Isaura Pereira de Queiroz, in her work on the rural districts of São Paulo State and the relationships they had with nearby towns. Moreover, the study also examined issues related to European immigration in the state of São Paulo, the traditional rustic culture, the colonization of the region where you installed the nucleus and the history of the Funilense railway; railroad that served the nucleus. Finally, the documentary research on the nucleus was based on official reports produced by the administration of the nucleus, in reports of the Secretary of Agriculture and reports of Presidents of Provinces.

Índice

<u>Apresentação</u>	página 13
<u>Primeiro capítulo:</u> A cultura tradicional caipira e os bairros rurais paulistas.	página 19
<u>Segundo capítulo:</u> A mão-de-obra das lavouras de café e dos núcleos coloniais.	
<u>Primeira parte:</u> O trabalhador imigrante.	página 59
<u>Segunda parte:</u> O trabalhador nacional.	página 85
<u>Terceiro capítulo:</u> A Estrada de Ferro Funilense e a relação núcleos coloniais/cidades.	
<u>Primeira parte:</u> A Estrada de Ferro Funilense.	página 95
<u>Segunda parte:</u> As cidades desenvolvidas a partir dos núcleos coloniais e da Estrada de Ferro Funilense.	página 107
<u>Quarto capítulo:</u> Estudos sobre outros núcleos coloniais do estado de São Paulo.	página 123
<u>Quinto capítulo:</u> O Núcleo Colonial Campos Salles.	página 149
<u>Anexos:</u>	página 167
<u>Considerações finais:</u>	página 195
<u>Bibliografia:</u>	página 199

Apresentação:

O conhecimento do “Núcleo Colonial Campos Salles” se deu durante a realização da iniciação científica, financiada pelo CNPQ ¹entre os anos de 2003 e 2004. O tema daquela pesquisa fora o Município de Engenheiro Coelho (cidade localizada a cerca de 60 km de Campinas) e os objetivos da iniciação foram levantar, organizar e analisar documentos importantes para a história dessa cidade. Através de entrevistas realizadas com moradores mais antigos da cidade, da coleta de documentos pessoais desses indivíduos, da leitura de textos sobre a história da cidade e da pesquisa em arquivos públicos esta tarefa pode ser efetuada - uma pequena parte da história de Engenheiro Coelho foi resgatada e a pesquisa, então, ficou a disposição da prefeitura da cidade para poder ser utilizada na elaboração do plano diretor municipal.

No decorrer dos estudos sobre o Município, revelou-se a existência de um núcleo colonial que havia sido criado onde hoje se localiza a cidade de Cosmópolis, (localizada a 40 km de Campinas) chamado de “Núcleo Colonial Campos Salles”. Além deste, também se teve o conhecimento de mais três núcleos coloniais criados próximos da cidade de Conchal (localizada a cerca de 100 km de Campinas e a 50 km do núcleo Campos Salles). Os núcleos criados na região foram: o “Núcleo Colonial Conde de Parnaíba”, o “Núcleo Colonial Martinho Prado Junior” e o “Núcleo Colonial Visconde de Indaiatuba”. O ponto em comum entre esses quatro núcleos coloniais é que todos foram atendidos pela mesma estrada de ferro, a Estrada de Ferro Funilense, estiveram diretamente relacionados ao povoamento da região e ao surgimento e desenvolvimento de novas cidades no estado de São Paulo.

Terminada a pesquisa de iniciação científica deu-se início as pesquisas para a elaboração da Monografia ² de conclusão curso. Os estudos então se concentraram na Estrada de Ferro Funilense. Esta ferrovia teve a estação inicial em Campinas e seu percurso foi elaborado para atender exclusivamente o núcleo Campos Salles. Anos mais tarde, com a criação dos três núcleos citados acima, a Funilense foi estendida para atendê-los. Além dos núcleos, a ferrovia também atendeu diversas fazendas, povoados, comunidades e bairros rurais que estavam na região.

¹ BALDINI, Kelly. *Aplicação Metodológica do Resgate do Patrimônio Público e Cultural de Engenheiro Coelho*. 2004. Relatório final de Iniciação Científica apresentado ao CNPq. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Unicamp/ Campinas.

² BALDINI, Kelly. *A Estrada de Ferro Funilense e a Estação de Engenheiro Coelho: Encontros e despedidas da memória*. 2004. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em história) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp.

Durante a busca a documentos sobre a Estrada de Ferro Funilense, realizada no Arquivo do Estado de São Paulo e no Instituto Agrônomo de Campinas, percebeu-se a vasta quantidade de documentos referente ao núcleo Campos Salles e também a outros diversos núcleos oficiais do governo de São Paulo. Dessa maneira, surgiu a intenção de se realizar um projeto de pesquisa para o ingresso no mestrado que abordasse a história do núcleo Campos Salles, aproveitando a possibilidade de análise dos documentos localizados.

Até o momento eram poucas e confusas as informações sobre o núcleo Campos Salles, o que se sabia era que este havia sido criado pelo governo do estado de São Paulo no ano de 1897; que os colonos do núcleo teriam sido, em sua grande maioria, de famílias alemãs; que o núcleo havia sido criado como um “viveiro de trabalhadores” que abasteceriam com mão-de-obra as lavouras de café das fazendas mais próximas; que a iniciativa particular teve grande participação na fundação e criação do núcleo; e, finalmente, que este teria dado origem à cidade de Cosmópolis. Nome, aliás, de acordo com a história oficial do Município de Cosmópolis³, escolhido em razão da quantidade de famílias de diferentes nacionalidades que se instalaram no núcleo e na região, como os alemães, suíços, italianos, russos, espanhóis, franceses, austríacos, polacos, dinamarqueses e por fim os japoneses. O antigo núcleo Campos Salles ficou conhecido como “cidade-universo” (*cosmos* = universo, *polis* = cidade).

Dessa forma, iniciaram-se as pesquisas sobre o Núcleo Colonial Campos Salles. A seguir, tem-se a estrutura da dissertação e os temas dos capítulos que foram desenvolvidos e que auxiliaram na tentativa de compreender e resgatar a história do núcleo colonial.

O primeiro capítulo apresentará as questões relativas ao meio rural brasileiro, ou seja, mais especificamente, os trabalhos bibliográficos e os autores que estudaram problemáticas referentes ao meio rural do estado de São Paulo. Foram analisadas algumas questões sobre a origem da cultura caipira, sobre o modo de vida destes habitantes (como sua organização e suas relações) e da possível decadência do meio no qual viviam - os bairros rurais paulistas - diante das relações mantidas com os centros urbanos mais próximos.

O que se pretende atentar neste capítulo é a forma como Emílio Willems⁴ e Antônio Candido⁵ definiram a origem e a decadência das comunidades rurais paulistas e do modo de vida caipira.

³ A história que a prefeitura da cidade utiliza como a oficial pode ser conferida no endereço eletrônico <http://www.cosmopolis.sp.gov.br/>

⁴ WILLEMS, Emílio. *Cunha: tradição e transição em uma cultura rural do Brasil*. São Paulo, 1948.

Por sua vez, Maria Isaura Pereira de Queiroz⁶ elaborou, principalmente através do estudo de Antonio Cândido, o que aconteceu após a decadência dos bairros rurais. Segundo a autora, as relações destes bairros com as grandes cidades, com as grandes culturas de cana-de-açúcar e café e com as indústrias, significaram mais do que uma decadência dos bairros; significaram uma adaptação e uma reorganização, aos poucos, do modo de vida tradicional rural para um modo de vida urbano. Dando origem assim, a uma série de novos bairros urbanos e novas cidades responsáveis pelo aumento da malha urbana do interior do estado de São Paulo.

Desta forma, é feita a relação entre a tese de Maria Isaura P.de Queiroz e objeto de estudo da dissertação, o núcleo Campos Salles. Este teve no início de sua formação, características muito parecidas às comunidades rurais paulistas. Ao longo de seu desenvolvimento e progresso e com as relações que manteve com a cidade de Campinas, o núcleo passou continuamente a se organizar e a ter estrutura de um novo bairro urbano⁷, sendo posteriormente, formada uma nova cidade do interior paulista.

O segundo capítulo, em sua primeira parte, apresenta a análise dos estudos sobre a imigração no estado de São Paulo. As leituras bibliográficas sobre a imigração foram feitas dentro do contexto da crise de mão-de-obra no Brasil, ocorrida devido ao longo processo que culminou com a abolição do trabalho escravo, entre meados do século XIX e início do XX, e, com a intensificação e crescimento das lavouras cafeeiras no estado de São Paulo.

A necessidade de se estudar este tema está no fato de que núcleo Campos Salles foi formado inicialmente, por colonos europeus, especificamente alemães e suíços, embora houvesse a preferência da maioria de governos e políticos no direcionamento dos trabalhadores europeus apenas para as fazendas de café, não para os núcleos coloniais oficiais. Ora, o número de imigrantes para as lavouras de café foi bem superior aos imigrantes que se direcionaram para os núcleos, no entanto, a pesquisa pretende trabalhar e apresentar um acontecimento que teria sido então, a exceção da regra: os imigrantes que se direcionaram para os núcleos coloniais e como

⁵ CANDIDO, Antônio. *Os parceiros do rio Bonito - estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2001. Coleção Espírito Crítico.

⁶ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural – cidades*. São Paulo: Livraria duas cidades, 1973.

⁷ A utilização do termo bairro urbano está no sentido de indicar que uma localidade perdeu suas características rurais para dar espaço às características mais urbanas, como intensificação de comércios e prestação de serviços, instalação de órgãos públicos e redes de infra-estruturas urbanas, aumento populacional e expansão territorial. Com todo esse processo ocorrido de acordo com leis e decretos municipais, estaduais ou federais, os bairros rurais deixam de ser povoados, vilas ou comunidades, para legalmente se tornarem distritos, subprefeituras e finalmente, cidades.

viveram nestes núcleos, ou melhor, como viveram os colonos imigrantes no núcleo Campos Salles.

Além disso, o capítulo também apresenta as discussões sobre outro tipo de preferência de governos e políticos: o preenchimento das vagas de trabalhadores específicos para a lavoura cafeeira. Novamente, os trabalhadores europeus eram os preferidos diante de uma massa de trabalhadores nacionais livres e sem trabalho, espalhados ao longo do território nacional.

Dessa forma, se inicia a segunda parte do capítulo, na qual surge a necessidade de se conhecer mais a respeito desses trabalhadores livres nacionais. Esses homens, apesar de terem sido fundamentais na transição e na concretização do fim do sistema de trabalho escravo para o livre, estiveram excluídos das políticas oficiais de trabalho e colonização do governo de São Paulo. Como foi dito anteriormente, era preferência que os trabalhadores direcionados para as fazendas de café paulistas fossem imigrantes; da mesma forma, foi a preferência por que apenas colonos imigrantes se instalassem nos núcleos coloniais criados pelo governo estadual. A imensa massa de trabalhadores livres permaneceu à margem das duas políticas do governo estadual - colonização e trabalho - sendo empregados apenas nos momentos de extrema falta de braços para a lavoura e para os trabalhos mais pesados, também realizados ainda pelos poucos escravos.

Sendo assim, entendeu-se para a continuidade da pesquisa, que foi pouco provável que famílias de trabalhadores livres nacionais, certamente muitos desses representantes da cultura caipira, pudessem ter sido colonos do núcleo Campos Salles. Essas famílias permaneceram ao redor e próximos do núcleo, sendo utilizados como trabalhadores apenas em momento esporádicos e temporários, e certamente, mantendo algum tipo de contato com os colonos imigrantes.

O terceiro capítulo, na sua primeira parte, aborda a Estrada de Ferro Funilense, ferrovia que atendeu o núcleo Campos Salles e os outros núcleos da região de Conchal. A história da ferrovia é marcada por diversas crises e pelo forte incentivo que recebeu tanto de fazendeiros de Campinas quanto do governo de São Paulo, passando inclusive, para as mãos do próprio algum tempo depois de sua inauguração. Dessa forma, é realizado um resgate da história da Funilense e a importância que esta representou para as relações estabelecidas entre o núcleo e a cidade de Campinas.

Na segunda parte do capítulo, observa-se que apesar da Funilense de ter sido construída para ligar, exclusivamente, o núcleo Campos Salles ao centro da cidade de Campinas, a ferrovia

teve ao longo de seu percurso construído algumas chaves, paradas e estações para atender povoados, vilas, fazendas e bairros. Esses lugares, que até então tinham dificuldades de comunicação com Campinas, passaram a se desenvolver, graças à ferrovia. Pode-se dizer, inclusive, que muitos desses lugares tinham como moradores homens livres nacionais vivendo de forma semelhante aos caipiras dos bairros rurais, de acordo como veremos nos estudos de Antônio Cândido, Emílio Willems e Maria Isaura P. de Queiroz. Dessa maneira, vemos a transformação de antigos núcleos rurais em núcleo urbanos, ou seja, o surgimento de novas cidades (como Paulínia, Artur Nogueira e Engenheiro Coelho) e novos distritos (como Barão Geraldo e Tujuguaba) no interior do estado. Lugares que tiveram seu crescimento e desenvolvimento influenciados pela Funilense, que garantia a comunicação mais fácil com a cidade de Campinas.

O quarto capítulo faz uma apresentação sobre alguns trabalhos, na maioria são trabalhos acadêmicos como dissertações e teses, que se propuseram a estudar a história de núcleos coloniais do estado de São Paulo. Foram selecionados apenas alguns trabalhos devido à quantidade destes. Foi levado em conta para esta seleção, os estudos que abordaram os núcleos coloniais que estiveram mais próximos geograficamente do núcleo Campos Salles e mais próximos nos anos em que foram criados.

A leitura destes trabalhos forneceu a possibilidade de se conhecer mais sobre a política estadual de criação de núcleos coloniais em São Paulo, de se conhecer quais foram os objetivos do governo com a criação de cada núcleo e as fases desta política; de que forma foi o funcionamento de cada núcleo, o dia-a-dia dos colonos, suas atividades e suas condições de vida. Foi fundamental perceber que em todos os núcleos coloniais estudados, sem exceção, os colonos enfrentaram sérias dificuldades de vida, como falta de dinheiro, falta de alimentos, falta de administração e apoio do governo e constantes mortes; o que provavelmente não teria sido muito diferente no núcleo Campos Salles.

Outra questão observada é que as fases de origem da política de criação dos núcleos coloniais procuraram atender a objetivos distintos em cada região do estado onde se instalou um núcleo. Dessa maneira, revelou-se que o objetivo de criação do núcleo Campos Salles não foi apenas para fornecer mão-de-obra para as lavouras cafeeiras da região, mas sim, para abastecer a cidade de Campinas com a produção de gêneros alimentares diversos, cultivados pelos colonos.

Por último, o quinto e último capítulo apresenta o resgate da história do núcleo Campos Salles. Este resgate foi elaborado com o embate entre as análises e conclusões feitas em cima das leituras de obras bibliográficas, de obras regionalistas de memorialistas e cronistas, e, finalmente, de documentos oficiais e não-oficiais produzidos sobre o núcleo Campos Salles. O período histórico determinado pela pesquisa, da história do núcleo Campos Salles, compreende o ano de fundação deste, 1897, até a data da emancipação do governo estadual, 1915. Nem por isso, deixou-se de citar as informações posteriores a esta data, como o ano de 1944, quando o distrito de Cosmópolis é elevado à condição de Município.

Primeiro capítulo:

A cultura tradicional caipira e os bairros rurais paulistas:

Para dar início ao presente capítulo, que apresentará a análise dos estudos relativos às características da cultura tradicional rural e do surgimento de bairros rurais e de cidades no estado de São Paulo, é interessante citar um documento encontrado no setor de obras raras da Biblioteca Central da Unicamp, da coleção Aristides Cândido de Mello e Souza. A obra é um livreto com uma reunião de artigos publicados em *O Estado de São Paulo* no começo do ano de 1944 sobre questões relativas ao meio rural brasileiro. No prefácio, o autor escreve:

“Se estes ensaios possuem algum valor, é pelo que sugerem e não pelos resultados que apresentam. A verdade é que as pesquisas aqui propostas estão quase todas por fazer. À vista da nossa ignorância quase total acerca da cultura cabocla, qualquer tentativa para solucionar o ‘problema rural’ é uma aventura com êxito extremamente incerto. Tão incerto quanto a intervenção médica num organismo que não foi submetido a nenhum exame prévio....” (WILLEMS, 1944)

Além das palavras do autor sobre “nossa ignorância quase total acerca da cultura cabocla”, é importante ressaltar que os artigos apresentados foram publicados em um meio de comunicação de grande influência no estado, sobre um assunto que começava a representar maior interesse dentro do meio acadêmico (principalmente através da publicação dos primeiros estudos realizados pela Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, criada em 1933). Como veremos no segundo capítulo, até esse momento ocorria certo desprezo, preconceito e desinteresse do meio científico, político, da imprensa e da sociedade por essa cultura e seus representantes, os caipiras. Emílio Willems, autor dos artigos do citado livreto, torna-se um dos primeiros estudiosos a pesquisar e divulgar a cultura rural localizada no estado de São Paulo, por isso a referência, no prefácio, ao desconhecimento dos problemas rurais no país.

Entretanto, antes de aprofundarmos nas obras de Emílio Willems e em suas pesquisas sobre a cultura rural, apresentaremos o motivo pelo qual optamos por estudar a cultura rural para a dissertação, além de um breve retrospecto histórico sobre os estudos e trabalhos realizados por intelectuais e pesquisadores, referentes à localidade do rural, ao sertão, ao interior – ou seja, referentes ao Brasil rural como um todo.

Para a presente dissertação, a necessidade de se estudar as características da cultura rural paulista e as relações desta cultura com a cultura dos núcleos urbanos mais próximos (fato que, como veremos, acarretou a adequação ou decadência do núcleo rural em função do núcleo urbano) são fundamentais para se pensar nas relações que os “núcleos coloniais oficiais” construídos pelo governo estadual também mantiveram com as cidades.

Os núcleos coloniais estaduais foram todos construídos nas zonas rurais dos municípios, distantes e isolados. Apesar de terem sido importantes em sua função objetivada pelo governo, como fornecedores de gêneros alimentícios diversos cultivados por imigrantes, os núcleos eram frequentemente vistos pela população urbana – e pela própria administração estadual responsável pelos núcleos – localizados no sertão, num lugar de difícil acesso, de matas e animais selvagens e onde se encontravam próximas (dos núcleos) algumas comunidades rurais formadas por caboclos, que ainda viviam de modo rústico e longe da chamada civilização. Com o passar do tempo, o contato que os núcleos coloniais e as comunidades rurais mantiveram com as cidades (através das ferrovias) contribuiu para a introdução de elementos da vida urbana no dia-a-dia dos colonos, dos caboclos, das atividades dentro do núcleo e dentro das comunidades rurais. Mudanças e transformações foram acontecendo no sentido de transformar, finalmente, esses dois lugares de características rurais em novas cidades do estado de São Paulo.

No núcleo colonial estudado na dissertação, o núcleo Campos Salles, construído a aproximadamente 40 km de distância do centro urbano de Campinas, encontramos a presença de caboclos vivendo próximos e ao redor do núcleo. Estes foram empregados como mão-de-obra para a construção inicial e para a manutenção diária do núcleo. Alguns, provavelmente, também foram empregados como trabalhadores assalariados, contratados pelos colonos para trabalhar em seus lotes quando a produção era muito grande e apenas a família não dava conta do serviço; outros, ainda, também podem ter conseguido comprar algum lote dentro do núcleo Campos Salles e se tornado colonos. Esses fatos marcam o encontro entre as tradições das culturas europeia e nacional, tanto dentro do núcleo quanto ao redor deste.

Apesar do núcleo estar relativamente próximo à cidade de Campinas o acesso era difícil, uma vez que a mata local era bem fechada. As doenças tropicais entre os colonos, nos primeiros anos do núcleo, foram constantes e acarretaram várias mortes. O modo de vida dos colonos, nos primeiros anos de funcionamento, também pode ser considerado estritamente de acordo com características rurais de subsistência (mesmo que fossem essas características rurais descendentes

da cultura camponesa europeia), sendo que, com o tempo e através das relações com a cidade de Campinas, tais características foram se alterando para um modo de vida típico urbana.

Ainda, outro motivo de se estudar e conhecer a cultura rural, mais especificamente a cultura rural do interior do estado de São Paulo e seus representantes – os caipiras –, é saber como viviam esses habitantes que estavam localizados ao redor e próximos à grande parte dos núcleos coloniais construídos pelo governo estadual, sendo um desses o Núcleo Colonial Campos Salles. Além disso, merecem atenção não apenas os que estavam próximos, mas os indivíduos de características culturais rurais que participaram da construção, da manutenção, dos trabalhos e do dia-a-dia dos núcleos através do contato com os colonos; convém, ainda, conhecermos mais a respeito desses caipiras como sendo alguns prováveis colonos dentro dos núcleos. A partir do momento em que adquirimos mais conhecimento sobre o modo de vida dos caipiras que estavam próximos ou dentro dos núcleos e também conhecemos o modo de vida de seus colonos imigrantes, podemos saber que tipo de relações essas duas culturas mantiveram, se houve predomínio de uma sobre a outra ou se houve apenas a mistura e adaptação entre as duas.

Enfim, ao longo da dissertação e no quinto capítulo desta adentraremos mais no funcionamento do núcleo Campos Salles. Essas poucas informações iniciais sobre o núcleo são apenas para esclarecer o motivo de se estudar a cultura caipira, uma vez que esta pesquisa trabalha com a idéia de que tal núcleo representa bem um típico bairro rural paulista, ainda que, certamente, contenha suas especificidades e particularidades.

Para conhecer mais a respeito dos conceitos, definições e simbologias criados sobre o Brasil rural, recorreu-se ao livro de Nísia Trindade Lima, *Um sertão chamado Brasil*, pois segundo a autora:

“A idéia de um país moderno no litoral, em contraposição a um país refratário à modernização, no interior, quase sempre conviveu com concepção oposta, que acentuava a autenticidade do sertão em contraste com o parasitismo e a superficialidade litorâneos.” (TRINDADE LIMA, 1999:17)

TRINDADE LIMA nos informa em sua obra que as discussões sobre as dualidades entre o “homem do sertão” e o “homem do litoral” tem sido um considerável objeto de estudo – sob diversas temáticas e sob diferentes interpretações – em que se tem a necessidade de contrapor, comparar e classificar as diferenças entre esses dois homens. Mais do que diferenciar os dois tipos e suas culturas, porém, a autora nos apresenta uma corrente de pensamento e estudos que se

voltaram para o tema da “incorporação dos sertões” no cenário brasileiro, sendo vasta a coleção de autores, pesquisas e bibliografias que trataram o sertanejo com imagens de força, específicas e duradouras, colocadas diante do quadro nacional. A imagem positiva de homem do sertão combateria a daquele homem dominante das capitais litorâneas. Segundo a autora, esta corrente de pensamento e de investigações sociológicas se desenvolveu principalmente após 1930, com a institucionalização universitária das ciências sociais.

O sertão e o litoral brasileiros surgem como simbologias fundamentais na formação social da nação que, no entanto, se expressam e se definem em contrastes e até em fortes antagonismos nas formas de organização social e cultural. O lugar geográfico do sertão e o lugar geográfico do litoral são as representações dos embates das diferenças entre modernidade e tradição. O que difere este debate sertão x litoral de outros, como democracia x aristocracia, capitalismo x feudalismo, rural x urbano, comunidade x sociedade, é que esses últimos tiveram historicamente momentos sucessivos e distintos. Já o caso sertão x litoral, tidos como embate entre modernidade e tradição, são representantes de localidades geográficas bem distantes, coexistiram historicamente ao mesmo tempo e foram sobrepostos; apenas separados apenas pelas características dominantes da geografia de cada lugar.

TRINDADE LIMA explica que, quando começa a surgir a necessidade de se criar uma identidade nacional brasileira, feita exclusivamente por intelectuais (fim do século XIX e início do XX), resultou-se a existência da idéia de “dois Brasis”. Os intelectuais, preocupados em definir o Brasil, classificá-lo e mostrá-lo ao mundo, eram homens ligados aos ideais universalistas e se viam como parte integrante do mundo ocidental. Desta maneira, tentavam encaixar o Brasil em uma imagem adequada aos valores adquiridos em países europeus. O que ou quem estivesse fora deste padrão era considerado diferente, do “outro Brasil”. Foi sendo criado, dessa forma, um profundo abismo de diferenças e discriminações. A tentativa daquela elite intelectual de criar uma identidade nacional unificada e soberana, entre o final do século XIX e início do XX, fortemente associada aos temas de “raça e mestiçagem”, acabou por revelar uma grande massa de brasileiros “perdidos” e oprimidos dentro da própria terra, da sua própria nação. Contudo, e talvez por conseguinte, outro Brasil se revelaria vivo e orgânico, e fora da integração nacional pretendida pelos intelectuais.

A autora ainda apresenta algumas ideias e conceitos sobre a simbologia do termo *sertão* e suas definições, que foram dominantes nesse período e serviram para realçar ainda mais os

antagonismos e preconceitos referentes ao sertão brasileiro. Segundo Roberto Ventura⁸, sobre os textos elaborados por Euclides da Cunha, com referências às viagens que este realizou a Canudos e à Amazônia:

“Sertão é, para Euclides, tudo aquilo que está fora da escrita, da história e do espaço da civilização: terra de ninguém, lugar de inversão de valores, da barbárie e da incultura. São territórios misteriosos, fora da história e da geografia, que não foram mapeados de forma sistemática.” (TRINDADE LIMA, 1999:57).

Mais do que uma oposição ao litoral – em outra perspectiva – o sertão foi, no contraste com a idéia de região colonial, lugar dominado e preenchido pelo colonizador e onde se estabeleceram duas instâncias de poder, o Estado e a Igreja. Sobre isto, Mader⁹ diz que o sertão foi “(...) o território do vazio, o domínio do desconhecido, o espaço ainda não preenchido pela colonização. É, por isso, o mundo da desordem, domínio da barbárie, da selvageria, do diabo, ao mesmo tempo, se conhecido, pode ser ordenado através da ocupação e da colonização, deixando de ser sertão para construir-se em região colonial.” (TRINDADE LIMA, 1999:58).

Outra simbologia empregada ao sertão foi relacioná-lo ao lugar onde as doenças tropicais mais se manifestavam e onde se corria mais risco de adquiri-las. Certamente, a falta de infraestrutura, de saneamento básico, de certas profilaxias, de remédios e médicos, além da maior proximidade com a mata virgem, contribuía para o contato dos homens que moravam nessas regiões com os inúmeros tipos de doenças tropicais. Sendo assim, não foi muito difícil para médicos, higienistas, administradores públicos e intelectuais se apropriarem deste discurso do sertão como lugar marcado pela doença para promoverem a reforma higienista na zona rural, defendendo que o homem do campo só se livraria de suas doenças – responsáveis pela causa da apatia e a preguiça para o trabalho – se o meio rural passasse por toda reforma higiênica necessária. Com isso, compreende-se a preferência dos fazendeiros de café em contratarem trabalhadores imigrantes e rejeitarem os trabalhadores nacionais para o trabalho em fazendas, quando defendiam que estes trabalhadores eram preguiçosos, vadios e infestados de doenças que os deixavam na inércia.

⁸ VENTURA, Roberto. *Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha. Brasil ser tão Canudos*. História, Ciências Saúde, Manguinhos, v. V. Suplemento, 1998, páginas 133 a 148. In: LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAN, 1999.

⁹ MADER, Maria Elisa Noronha de Sá. *O vazio: o sertão no imaginário da colônia nos séculos XVI e XVIII*. Dissertação (Mestrado em História). 1995. PUC-Rio de Janeiro. In: LIMA, Nísia Trindade. *Op. Cit.*

Para além desses fatores descritos, o papel da imprensa era fundamental para a disseminação e concretização desse pensamento que se referia à existência de outro Brasil. Principalmente se pensamos em quem eram os detentores e difusores das informações e quem eram os receptores – alfabetizados e integrantes de uma elite, rural e urbana. À frente observaremos os “Relatórios de Presidentes de Províncias” (segundo capítulo), algumas reportagens de jornais e revistas a respeito da discriminação e do preconceito sofrido pelo trabalhador nacional e pelo caboclo para o trabalho em lavouras de café nas grandes fazendas de São Paulo.

Citaremos adiante os trabalhos urgentes de reformas higienistas feitas em alguns núcleos coloniais do estado de São Paulo, construídos mais distantes dos centros urbanos, em decorrência das diversas mortes entre colonos. Essas mortes eram causadas por doenças que, segundo médicos e políticos, ocorriam pela distância e isolamento desses núcleos, pela falta de saneamento, limpeza de terrenos e margens de rios, enfim, devido ao modo como viviam as populações locais antes de se instalarem os núcleos. Como veremos, era necessário então acabar com este estilo de vida dos caboclos que moravam ao redor dos núcleos e realizar as reformas básicas de higiene para os colonos imigrantes prosperarem nos seus lotes. Este fato foi bem marcante nos núcleos da Zona do Conchal (os três núcleos dessa região foram construídos próximos do núcleo Campos Salles cerca de dez anos depois deste e foram todos atendidos pela mesma ferrovia que tinha sua estação inicial em Campinas), sendo esta uma região bem distante de centros urbanos e bastante afetada por doenças tropicais. Devido a algumas mortes de colonos nos primeiros anos de funcionamento dos núcleos do Conchal, a venda de lotes foi interrompida até que acabassem as reformas necessárias.

Em meados dos anos de 1910 foram diversas as tentativas de expedições com médicos, pesquisadores e cientistas aos lugares mais interiores do Brasil para promoverem e disseminarem as medidas das reformas higienistas. Novamente, a imprensa aparece como grande responsável pela disseminação deste pensamento de saneamento do sertão como forma de se “melhorar a imagem do Brasil” para o exterior e acabar com as doenças – que se instalavam e eram transmitidas principalmente pelos nacionais rurais. Artigos escritos pelo então pouco conhecido escritor paulista Monteiro Lobato, publicados primeiramente no jornal *O Estado de São Paulo* e

depois compilados e publicados na forma de livro na década de 1910,¹⁰ reúnem uma grande carga de contos que degeneram o trabalhador nacional rural como o obstáculo responsável ao progresso nacional, sendo este tratado como o “piolho da terra” e o “parasita”. Nestes artigos encontramos nada mais nada menos que o famoso e mitológico Jeca-Tatu, representante caricatural do homem rural brasileiro: preguiçoso, vadio e cheio de verminoses que atravancam seu interesse ao trabalho digno. Em “Velha Praga”, encontramos o seguinte trecho:

“Este funesto parasita da terra é o Caboclo, espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças, à medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização da propriedade, vai ele refugindo em silêncio, com seu cachorro, o seu pilão, o pica-pau e o isqueiro, de modo a sempre conservar-se fronteiriço, mudo e sorna.” (TRINDADE LIMA, 1999:137)

Na contramão das ideias de Monteiro Lobato e de outros inúmeros políticos, cientistas e higienistas, um grupo pequeno de intelectuais iniciava a tentativa de definir e aliar a cultura do homem rural brasileiro dentro do processo de formação da identidade nacional, identificando e associando o caboclo como o autêntico homem nacional. Ser caipira passaria a significar, então, ser brasileiro. Este movimento de valorização positiva do homem rural, principalmente do caipira paulista, começa a ganhar força nos anos 20 do século XX e está estritamente ligado aos estudos e obras literárias que surgiram no estado de São Paulo e que complementaram o Movimento Modernista. As novas linhas de pesquisa dessa época passariam a contar e resgatar a história alegórica do bandeirante, sob o ponto de vista da exaltação deste e do seu suposto corajoso e exemplar trabalho realizado nas matas do Brasil adentro. Enfim, era o momento de redefinir e referir-se ao caipira como o típico e verdadeiro homem paulista, único possível de trabalhar e conhecer a terra, a agricultura, enfrentar novas aventuras e novas experiências; homem forte, resistente e capaz de ajudar na prosperidade da agricultura paulista – a mais rica e lucrativa do país com suas centenas de pés de café. É interessante perceber que nesta época (de acordo com que desenvolveremos no segundo capítulo, a partir dos Relatórios de Presidentes de Províncias e dos estudos de Paula Beiguelman¹¹) também se iniciam políticas de incentivo à vinda de famílias

¹⁰ LOBATO, Monteiro. “Velha Praga”, *Urupês*. Obras completas de Monteiro Lobato, 1957, 1ª série, literatura geral, 9. Ed, São Paulo: Brasiliense, v. 1. In: LIMA, Nísia Trindade. *Op. Cit.*

¹¹ BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro – Aspectos políticos*. Terceira edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

migrantes nordestinas para trabalharem na lavoura paulista cafeeira. Nos Núcleos Coloniais da Zona do Conchal e em outros diversos núcleos paulistas criados entre os anos 1920 e 30, a predominância de famílias colonas será de brasileiros, inclusive de cearenses e mineiros.

Contudo, o ano de 1930 apareceria como ano chave para a mudança – ou pelo menos para sua tentativa – dessa corrente de pensamento de “dois Brasis” antagônicos e com extrema carga de julgamento de valores. Isso se deve às primeiras gerações que se formariam a partir da década de 30 em instituições universitárias, especializadas em áreas das ciências sociais. Certamente, não foram descartadas completamente algumas teorias mais antigas sobre a formação da sociedade brasileira e vínculos com estudos anteriores; muitas permaneceram fortes dentro de algumas novas pesquisas. Mas, o que se viu a partir desta data foi a quebra constante de inúmeras teorias de antigos modelos de representação da sociedade brasileira, principalmente daquela que se preocupava em estudar e classificar como “outro” e como “diferente” o homem do sertão, do interior. O marco para a transformação, na década de 1930, que modificaria a pesquisa de cunho ideológico para a pesquisa de cunho científico, foi a fundação de duas instituições: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1933, e da Escola Livre de Sociologia e Política, em 1934.

A partir dos anos 30, as teorias higienistas e as obras literárias sobre a cultura rural brasileira cedem seu lugar às teorias de sociologia rural. A fundação das duas instituições acadêmicas importantes nesse período e a vinda de professores estrangeiros para o Brasil marcaram, entre os anos de 1933 e 1964, as fortes tendências de estudos sobre o dualismo litoral x sertão. Uma das grandes alterações na maneira de se receber os trabalhos e as pesquisas foram as observações empíricas realizadas, apresentando a qualidade sistemática requerida pela academia. Os conceitos de cultura *folk*, empregado por Florestan Fernandes, e o de cultura rústica, proposto por Emílio Willems, e que contribuíram com desdobramentos dos trabalhos de Antônio Cândido e Maria Isaura Pereira Queiroz, constituem os principais trabalhos, segundo TRINDADE LIMA (1999), de novas referências sociológicas sobre os caipiras e sertanejos.

Antônio Cândido faz parte da primeira geração formada nessas instituições. Para Cândido ainda continuam a existir dois Brasis distintos; agora não mais se encontra apenas a contradição entre sertão x litoral, mas também rural x urbano, devido à expansão demográfica das grandes cidades e do crescimento de pequenos povoados no interior, transformados em médias cidades. Entretanto, ele não atribui julgamentos de valores sobre esses dois lugares nem direciona o

urbano e litorâneo como único e exclusivo formador da identidade cultural de um estado nacional. Pelo contrário, Cândido insere na formação do quadro social nacional, e até privilegia, os que antes eram tidos como excluídos, como os negros, índios, pobres e os caboclos. Já Maria Isaura, em sua tese, tenta desconstruir a possibilidade de existência de dois Brasis tão diferentes e separados, para construir e nos apresentar dois típicos modos de vida (rural x urbana) que se complementam, se relacionam e são dependentes em vários aspectos.

Já em seu citado prefácio, Emílio Willems discorre que, se percorrêssemos um caminho em linha reta entre a cidade de São Paulo e a planície do Mato Grosso, encontraríamos “*uma série de agrupamentos humanos culturalmente muito heterogêneos*” (WILLEMS, 1944:7). Na cidade de São Paulo e próximo a ela estaria o meio mais completamente urbanizado.

Ainda nessa direção, Willems afirma ser possível encontrar um tipo de cultura rural que estaria estreitamente ligado às grandes cidades. Essas localizações rurais se comunicavam com as cidades sempre por meio de estradas. Os homens que ali residiam, trabalhavam em atividades que estariam ligadas às necessidades de mercado das cidades que, em troca, contribuía para a inserção de elementos urbanos nas vilas e povoados semirurais. O grau de dependência com o meio urbano era tão grande que, se por qualquer motivo alguns produtos deixassem de ser comprados pelas cidades ou ocorresse falhas na assistência por elas prestadas, essas localidades rurais passavam a enfrentar inúmeras dificuldades e a vida se tornava extremamente difícil, “*pois sua subsistência material depende de troca monetária e do lucro.*” (WILLEMS, 1944:7)

No ano de 1948, Emílio Willems publica o livro *Cunha: tradição e transição em uma cultura rural do Brasil*¹², obra onde se refere ao fato de que, pelo menos desde 1930, o número de pesquisas antropológicas sobre comunidades consideradas como “não primitivas” (são as que estão entre o meio urbano e o rural, não são completamente rurais e isoladas, nem completamente urbanas) vêm aumentando consideravelmente. Entre outros motivos, aponta que esse aumento tornou-se contínuo porque, aos poucos, cada vez mais escassas e raras são essas comunidades, uma vez que, segundo o autor, se aculturam gradativamente mais e mais, adquirindo características de sociedades urbanas modernas e, não raro, são os casos de seu completo desaparecimento. Dessa maneira, os estudos antropológicos das comunidades se tornam um

¹² Willems também descreve uma vila do Vale do Paraíba em *Uma vila brasileira: tradição e transição*, a qual recebe o nome fictício de Itaipava. Esta edição é exatamente a mesma do livro sobre Cunha, entretanto, devido à opção do autor – desconhecida – não se colocou no livro o nome verdadeiro do lugar estudado. A edição encontrada é de janeiro de 1961.

desafio para os pesquisadores, uma vez que essas estão em vias de transformações ou de desaparecimento.

Assim, dentro da perspectiva de investigar as características das comunidades rurais e de como seu grau de dependência das cidades interferia, ou não, na decadência do meio rural (para a presente dissertação de mestrado será utilizado o conceito de Willems: entenderemos como decadência de um meio rural a sua transformação em meio urbano), Willems investigou uma comunidade rural brasileira. Por ser um estudo com tema e objeto de pesquisa ainda recente e inédito no Brasil – como ele cita anteriormente –, o autor se apropriou de recursos metodológicos utilizados em obras que estudaram tanto comunidades “primitivas” como as sociedades “modernas e civilizadas”, para estudar o povoado de Cunha (localizado no Vale do Paraíba paulista). Dessa maneira, o objeto de estudo foi o estilo de vida típica de seus habitantes. Foram investigados em Cunha não apenas os aspectos tradicionais da cultura rural, mas também os contrastes entre essa tradição e a transição, os quais vinham acontecendo mais constantemente no povoado e refletindo através das formas mais diversas possíveis nos aspectos culturais, sociais e econômicos.

Brevemente, a seguir, observamos a descrição que o autor nos dá sobre Cunha, sua história, as mudanças que vão sendo introduzidas no povoado, as breves conseqüências das transformações e as tradições que permaneceram.

A história da formação de Cunha esteve ligada ao estabelecimento de algumas famílias portuguesas mais abastadas e importantes do período colonial. Foi um núcleo de povoamento que estava “à boca do sertão”, no caminho entre Parati e Minas Gerais, servindo como ponto de descanso e abastecimento para o embarque das tropas às minas; nunca foi tido como local fixo de moradia ou de estabelecimento permanente, mas apenas como passagem para os viajantes. Dessa maneira, com o passar do tempo, os moradores de Cunha acabaram desenvolvendo sua economia voltada para as atividades de subsistência e para as atividades de trocas, realizadas com os viajantes. Pouco dinheiro circulava pelo povoado, sendo assim poucos, também, os recursos capitais para o povoado poder crescer. Em relação às cidades próximas, Cunha era vista como um tanto “decadente” por não ter prosperado e desenvolvido uma economia mais forte. Essa característica de lugar abandonado, não próspero e inferior aos demais, se acentua quando a Estrada de Ferro Central é construída, em meados do século XIX. Cunha deixa de ser o único

caminho possível para as Minas e local de parada para as viagens, pois, a partir de então, a estrada de ferro passa a realizar tal tarefa.

Esses acontecimentos coincidem mais ou menos com a época de decadência das antigas cidades cafeeiras do Vale do Paraíba, que entram numa fase de estagnação em meios do século XIX e início do XX. Com isso, as comunidades e povoados rurais também sentiriam mais drasticamente esse período de recesso e seriam os locais mais prejudicados com o abandono e esquecimento, sendo assim também com Cunha. Sobre a decadência dessas cidades, encontramos na literatura nacional uma obra que nos ajuda a aproximar, imaginar e recriar como e quais foram os principais aspectos de decadência que envolveram as cidades, e também Cunha. Em 1919 o escritor Monteiro Lobato publica o segundo livro de sua carreira: *Cidades Mortas*.¹³ O livro trata de pequenas cidades no Vale do Paraíba, na região paulista (o denominado “norte paulista”), sobre as quais o escritor descreve, em formato de contos, o cotidiano dessas cidades, que sofrem drasticamente com as mudanças advindas da decadência econômica ocorrida nos últimos anos do século XIX. O livro revela o marasmo dos personagens habitantes desses lugares, decorrente dos efeitos da crise do café na população, um lugar onde o tempo parou, tendo por ápice dos acontecimentos apenas futilidades corriqueiras, descritas com ironia pelo autor. Lobato diz que ao percorrer terras e zonas da região do Vale, depara-se com cidades que já foram vivas no passado mas que hoje são mortas, ou pelo menos em vias disso; e que no Brasil um fato é verdadeiro e contribui para isso: o progresso neste país é nômade e está sujeito a paralisias súbitas, é iniciado radicalmente e da mesma maneira súbita é finalizado: “*É um progresso de cigano – vive acampado. Emigra, deixando atrás de si um rastilho de taperas.*” (LOBATO, 1921:3)

Assim são as cidades do chamando norte de São Paulo:

“Ali tudo foi, nada é. Não se conjugam verbos no presente. Tudo é pretérito. Um grupo de cidades moribundas arrastam um viver decrépito, gasto em chorar na mesquinhez de hoje as saudosas grandezas de outrora.” (LOBATO, 1921:3)

De volta ao estudo de Cunha por Willems, a partir da construção da estrada de ferro, o povoado se voltou quase ao nível de uma economia de subsistência, com feições cada vez mais características de local rural e voltado para si. Da antiga dominação de posto avançado “à boca do sertão” (Minas e São Paulo tidos como sertão), Cunha passa a ser denominada pelos seus

¹³ LOBATO, Monteiro. *Cidades Mortas – Contos e Impressões*. Terceira Edição. Monteiro Lobato & Cia. Editores – São Paulo, 1921.

próprios moradores de “sertão” – ainda mais por conter algumas áreas cobertas de matas originais da Serra do Mar. A situação de Cunha permaneceu desta maneira de 1860 a 1932, quando foi construída a estrada de rodagem ligando Cunha a Guaratinguetá. Após essa referência, Willems descreve as transformações que encontrou em Cunha durante a realização de sua pesquisa.

Ao redor do povoado existiram grandes fazendas de café até o fim do século XIX; no entanto, no ano da pesquisa, 1948, essas terras já eram consideradas “cansadas”. Poucos cafezais restavam na região, abandonados ou mal cuidados. Além da zona cafeeira, a região possuía morros cobertos de matas, bem devastadas pela ação dos lenhadores e carvoeiros – as poucas roças do local eram lavouras de milho. A pecuária era uma atividade recente em Cunha, aos poucos introduzida por mineiros migrantes que vinham se instalando no local, determinando, assim, que a principal fonte de renda da região se voltasse à exploração do gado leiteiro, vendido nas estradas que ligavam Cunha às cidades mais próximas. Os sítios, antes bem distantes uns dos outros, estavam ficando cada vez mais próximos e não havia mais tantas regiões desertas como antes.

As habitações completamente isoladas não eram mais comuns, predominando duas, três ou quatro casas unidas. Willems cita que a população de Cunha era de caráter estritamente rural e a vida dos moradores estava completamente ligada aos negócios agrícolas e pecuários, sendo difícil atribuir algum tipo de denominação urbana a Cunha. A maior parte dos chefes de famílias ou moradores independentes de Cunha estava ligada às atividades não urbanas. Poucas também eram as atividades e empregos de cunho urbano; as principais oportunidades de trabalho se resumiam a quatro tipos: agricultura e pecuária, comércio, funcionalismo público e artesanato.

Vale ainda dizer que na atividade rural havia duas categorias de trabalhadores: os proprietários de terras, os quais possuíam a força de trabalho de toda família e garantiam de forma suficiente e independente sua sobrevivência, e os arrendatários ou meeiros, trabalhadores assalariados dependentes dos proprietários de terras e que ocupavam o último degrau da escala social local. As atividades nas lavouras eram sempre de caráter extensivo.

Contudo, era possível perceber de forma constante e crescente nas lavouras de Cunha que as propriedades estavam se dividindo cada vez mais para atender o crescimento vegetativo da região, o que tornou comum o alto êxodo nas lavouras. Dessa forma, os proprietários rurais – os que possuíam mais condições – passaram a adotar técnicas mais intensivas nas lavouras, enquanto outros proprietários viram como única alternativa o total abandono de suas lavouras,

substituindo-as pela atividade pecuária. O aumento do preço do gado, do leite e a chegada de criadores mineiros na região impulsionaram o aumento da instalação da pecuária nas propriedades. Como a atividade pastoril demanda menos utilização de braços do que a lavoura, muitos agregados foram dispensados e mandados embora das terras onde trabalhavam; assim, as lavouras de culturas diversas e de subsistência passaram a ser bem menos cultivadas, para serem transformadas em pastagens.

Em Cunha existiam cento e treze casas habitadas ao longo de trinta quilômetros da estrada, a despeito de seu caráter de uma única comunidade, dividida em bairros. Willems faz a descrição de algumas casas e seus tipos de arquitetura afirmando, no entanto, que significativas mudanças estavam ocorrendo nos estilos e nos materiais utilizados para a construção dessas habitações. Além disso, também era possível observar mudanças nos meios de transporte com a chegada da estrada de rodagem no local – cada vez menos se utilizava animais e cada vez mais carros. As atividades do comércio e artesanato no local também começaram a sentir algumas significativas mudanças. Como em Cunha a principal atividade econômica era a lavoura de subsistência e dela dependiam todas as outras atividades secundárias, essas últimas logo sofreram com as transformações advindas do crescimento da prática da pecuária.

Para Willems, tanto em Cunha como em todo “Brasil rural”, os moradores se agrupavam em bairros, dos quais um único povoado era compacto e sede administrativa, com o Distrito de paz. No caso da região por ele apresentada, Campos da Cunha era a sede. Os bairros se comunicavam entre si por caminhos de terra paralelos, por estradas conservadas pelo município e também próximos de uma estrada estadual. A sede era o ponto de referência para a população ir realizar as atividades de comunicação e burocracia, entretenimentos e obrigações eleitorais, apenas. Não havia muitas relações de reciprocidades entre a sede e os outros bairros, já que em cada um destes produzia o necessário para atender a população local.

As formas de relações sociais e cooperação vicinal em Cunha aconteciam de duas maneiras: entre vizinhos mais próximos em pequenos números, presentes em casamentos, partos, novenas, velórios e festas, e com os mutirões (vizinhos de outros bairros) para atender as necessidades das lavouras, como limpeza de roças e pastagens, conservação de caminhos e construção de casas. As cooperações vicinais eram estabelecidas por regras já definidas e bem antigas em Cunha, sendo que havia uma reciprocidade entre os que participavam dos mutirões. Os vizinhos prestavam favores e serviços em troca de contar que também seriam atendidos em

suas lavouras, quando necessitassem, além de esperar ser chamados para festas e encontros, realizados por ambos os lados. Os mutirões eram a forma mais básica de cooperação vicinal e, sem estes, a organização e as relações sociais do lugar certamente não existiriam. Como os sitiantes não possuíam dinheiro para contratar trabalhadores assalariados, a ajuda dos vizinhos nos mutirões era o único meio encontrado para se cuidar da lavoura nos períodos de mais trabalho e o momento de se sociabilizarem também.

Todo sistema econômico de Cunha baseava-se na lavoura do milho e do feijão, sendo estas as duas culturas produzidas para a agricultura comercial. Junto, eram cultivados produtos de subsistência – arroz, batata, mandioca, alho, cebola, hortaliças e frutas, além da criação de bovinos e suínos. Era uma agricultura extensiva básica, de enxada, sem adubos ou maquinarias. Durante alguns anos – aqueles citados como sendo de decadência – a agricultura praticada em Cunha destinou-se à subsistência da população, assim como todos os bens materiais. O que não podia ser produzido pela população era escasso em Cunha, por isso a denominada decadência e “pobreza” da cidade, refletida na falta de alimentos, nas roupas, nas casas e nos bens de consumo. Com as mudanças introduzidas em Cunha, através da ligação com a cidade de Guaratinguetá, as características de certa “pobreza” do local começam a mudar. Os bens de consumo, instrumentos agrícolas, alimentos, roupas, mobílias, enfim, começaram a adentrar mais a região.

As mudanças foram introduzidas aos poucos, devido a três principais motivos: ao acelerado crescimento de São Paulo e Rio de Janeiro, que necessitavam de mais áreas agrícolas produtoras de alimentos para o abastecimento da população, ao aumento da produção de leite na região e à construção da estrada de rodagem ligando Cunha a Guaratinguetá. Como consequência disto, a lavoura dos sitiantes, que antes era apenas de subsistência, passou a ter possibilidade comercial. Não só a lavoura, mas as condições de vida – que antes se baseavam apenas no consumo necessário dos bens materiais dentro das possibilidades de Cunha – passaram a proporcionar mais oportunidades de consumir o que viria de fora, acarretando transformações nos hábitos, costumes e cultura da população. O valor que o dinheiro representava para os moradores também sofreu transformações, isto é, o que antes era quase desnecessário e escasso, passou a ser valioso diante da imposição dos valores monetários dos homens das cidades grandes em busca da compra do leite. O valor da terra também passou a ter diferentes significações: o que antes era valor de status e patrimônio (tradição) ganhou sentido comercial (transição).

Willems descreve detalhadamente as características da religião, da alimentação, de roupas, de móveis, de casas e de utensílios domésticos e como cada um desses aspectos foi sendo impactado pelas transformações, o que era mantido pelas tradições e o que era atingido pela transição.

Concluindo, o autor citado verificou, através das pesquisas, elementos de instabilidade e estabilidade na sociedade e cultura locais. A estabilidade social de Cunha se mantinha presa ao passado, enquanto as instabilidades se referiam àquelas tradições que iam se inovando aos poucos. Não havia dominância de uma sobre a outra, mas sim um equilíbrio entre elas. As tradições mais vivas continuavam sendo praticadas nas esferas da cultura religiosa e mágica, ao passo que havia um aceleração no ritmo do desenvolvimento, cujos movimentos mais bruscos eram tidos como sintomas de instabilidade, próprios da fase de transição.

O que podemos analisar desta obra publicada no ano de 1948 – sempre lembrando que foi um dos primeiros estudos sobre comunidades rurais – é que Willems nos apresenta uma problemática sobre os reflexos nas comunidades rurais ocorridos devido à aproximação dos núcleos urbanos, fosse esta aproximação geográfica, de pessoas, de mercadorias ou até de aspectos culturais. Além da relevância do conhecimento a respeito das características da cultura tradicional rural – como nos revelou Willems –, mostra-se também fundamental para a presente dissertação de mestrado saber como esses núcleos rurais reagiram às mudanças e, finalmente, evoluíram para núcleos urbanos. Mais do que nos introduzir em estudos sobre a civilização caipira, o autor indica como teria sido a evolução e o surgimento de uma cidade no interior do estado de São Paulo, formada inicialmente por uma população caracteristicamente rural. No momento de transição de um núcleo rural para um núcleo urbano, como aconteceu em Cunha, os elementos de instabilidade (trazidos pelas mudanças) e os elementos de estabilidade (cultivados pela tradição) permaneceram em equilíbrio, sem dominância de um pelo outro. No entanto, passados sessenta anos desta pesquisa e observando o Município de Cunha nos dias de hoje, percebemos que os elementos de instabilidade prevaleceram, tendo o lugar se tornado um núcleo com características bem mais urbanas do que rurais, onde as tradições da cultura caipira estão presentes em algumas poucas atividades e dentro de algumas poucas casas e famílias.

Hoje, de acordo com o endereço eletrônico www.cunha.sp.gov.br, o Município é conhecido como “Estância Climática de Cunha”, com uma população de 25.000 habitantes, cerca de 50% na zona rural. Suas principais atividades econômicas ainda são a pecuária leiteira de corte

e a produção de culturas de milho, feijão e batata. O turismo e a venda de artesanato têm se tornado, aos poucos, a principal atividade econômica e Cunha se prepara estruturalmente cada ano mais para receber turistas. Cunha pode novamente estar passando por um período de transformações com a mudança de sua principal atividade econômica, agora se voltando para o turismo, mas este não é um assunto para o momento.

A partir dos exemplos sobre Cunha, considerado um dos primeiros estudos sobre comunidades rurais no Brasil, podemos pensar no Núcleo Colonial Campos Salles. Mesmo o núcleo não sendo formado por habitantes nacionais, mas sim por imigrantes europeus de características rurais, este núcleo rural, semelhante à Cunha, sofre todo um processo de mudanças e também se transforma em um núcleo urbano, por isso utilizamos a análise e as questões colocadas por Willems para descobrirmos mais a respeito do núcleo Campos Salles. Pode-se pensar se os elementos de estabilidade e de instabilidade estiveram presentes no núcleo rural Campos Salles, se houve o equilíbrio entre esses elementos nos anos iniciais das mudanças, se um elemento se sobrepôs ao outro e de que maneira se deu essa sobreposição, quais tradições resistiram mais fortemente às transições e como foram conservadas. Enfim, assim como em Cunha, observemos como se deu a processo de passagem do núcleo rural para o urbano no núcleo Campos Salles.

Após a obra inicial de Willems sobre o estudo de uma comunidade rural, entre os anos de 1947 e 1954, Antônio CÂNDIDO (2001) apresenta uma nova pesquisa sobre o tema, realizada no Município de Bofete¹⁴. À diferença da obra anterior, Cândido irá delimitar quase que um espaço geográfico de onde vive a ‘civilização’ caipira, apresentando mais detalhes sobre as características desta. Para WILLEMS, (1944), a quem Cândido classificou como um dos primeiros estudiosos sobre a cultura cabocla, tal civilização é representada pelas modalidades étnicas e culturais do contato dos portugueses com os índios; já para Cândido, o caboclo é designado como o mestiço próximo ou remoto do branco e índio, que em São Paulo foi a maioria da população. Outra diferença entre as obras é que Cândido realiza a pesquisa sobre as características da vida caipira sob o ponto de vista de seus meios de consumo, ou seja, sobre os mínimos vitais utilizados para sobreviver, desde a alimentação, as formas de sociabilidade, os

¹⁴ CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do rio Bonito - estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2001. Coleção Espírito Crítico. A pesquisa começou em 1947, a tese foi defendida em 1954, entretanto a publicação da tese em livro só ocorreu em 1964.

bens materiais e a religiosidade, e como ficariam esses tópicos diante das transformações e mudanças de uma comunidade rural em contato com os núcleos urbanos.

Segundo Cândido, nas sociedades rústicas (em relação às quais partilha da mesma idéia de WILLEMS (1944), de que não são as “primitivas” nem as urbanas, mas as que estão entre elas) é acentuada a homogeneidade dos indivíduos, principalmente se nos colocarmos no ponto de vista dos padrões ideais. Daí a possibilidade de conhecermos o passado pela tradição de alguns informantes escolhidos, e o presente pela análise de pequenos agrupamentos.

Cândido apresenta a seguinte definição das características da cultura rústica caipira: estas não são no sentido de rural, rude, tosco, embora esses termos também as englobe, mas sim no sentido de localização de um tipo social e cultural do Brasil. É o universo das culturas tradicionais do homem do campo, resultantes do ajustamento do colonizador português ao novo mundo, em contato com os índios. O ponto de partida do estilo de vida do caipira foi a atividade do bandeirantismo, que passou a compor uma vida nômade com a prática de atividades predatórias. Através do vasto processo de invasão ecológica, esses homens bandeirantes foram sofrendo as adaptações e ajustamentos ao meio e se misturando com os homens “primitivos”. Como citado acima, o caboclo é designado como o mestiço próximo ou remoto do branco e índio, formador da maioria da população em São Paulo, mas também é possível encontrar o termo caipira sem nenhuma conotação racial, representando, sim, um estilo e modo de vida.

Em *Conversas ao pé do fogão* (de Cornélio Pires, publicado em 1921), Cândido encontrou referências sobre o “caipira branco”, o “caipira caboclo”, o “caipira preto” e o “caipira mulato”, confirmando que o caipira poderia ser de diversos tons de pele, mas o que não mudava nunca era o seu estilo de vida, o de ser caipira. Cândido ainda sugere que houve uma acentuada incorporação de outros diversos tipos culturais ao universo rústico de São Paulo, ou seja, o “acaipiramento” ou “acaipiração” de outras culturas que estiveram em contato com o caipira, integrando-o num conjunto de formas bem mais homogêneas. Sobre esse “acaipiramento”, WILLEMS (1944:11) já havia referido ao fato de que a cultura típica rural é tão fortemente enraizada, que muitos imigrantes chegados ao Brasil no século XIX aprenderam e se adaptaram ao modo de vida caipira para poder aprender como lidar melhor com a terra, o clima e outras adversidades:

“Mas os italianos e alemães acaboclos sobreviveram e contribuíram para o povoamento dos sertões meridionais. (...) Os chamados alemães de Itapecerica da Serra, Santo Amaro, Guareí e Sorocaba, poderiam ser citados como exemplos dessa

mesma categoria. Em determinadas condições, as culturas isoladas, rurais ou semiprimitivas exercem um poder de absorção não inferior ao de qualquer civilização urbana.” (WILLEMS 1944:10-11)

A respeito da miscigenação das tradições cabocla e europeia no território paulista, encontramos ainda em Emílio Willems uma questão que nos levou a pensar nas prováveis semelhanças relacionadas à origem dessas duas culturas. Para o autor, em *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil* (WILLEMS, 1980), as aldeias prussianas da primeira metade do século XIX compartilhavam de feições semiprimitivas de inúmeras “*folk-cultures*”: eram comunidades muito coesas, relativamente autosuficientes e dificilmente permeáveis a influências externas. Havia a predominância da vida local, familiar, patriarcal, da economia de subsistência, da mentalidade tradicional e mágica, guiada pelos preceitos da natureza e do tempo. Este quadro se ajustou à sociedade rural germânica do início do século XIX, pouca coisa as sociedades de meados do século XIX mantiveram e quase nada as do século XX trouxeram para o Brasil – já que entre os imigrantes desse período, muitos que deixaram a Europa eram de origem urbana. Os imigrantes germânicos foram adaptando suas culturas e tradições em cada momento e local que se estabeleceram no Brasil, momentos esses marcados por mudanças significativas.

“Em São Paulo, observou-se um tipo de relação simbólica entre colono alemão e caboclo que já deu margem a generalizações errôneas. É que o imigrante teria encontrado no caboclo o elemento que lhe abrisse o caminho mata adentro. Tradicionalmente, o caboclo fazia a derrubada e preparava as roças, que em seguida, o imigrante cultivava. É preciso acrescentar, no entanto, que essa forma de simbiose nunca existiu no Rio Grande do Sul nem em Santa Catarina, já por não haver uma população cabocla suficientemente numerosa e especializada em trabalhos desta natureza.” (WILLEMS, 1980:82)

De volta ao livro de CÂNDIDO (1964) sobre os caipiras de Bofete, verifica-se que o autor classifica as sociedades de acordo com as necessidades que essas apresentam, uma vez acreditar que em todas as sociedades as necessidades são de caráter natural e social. Num primeiro momento, nas chamadas manifestações primárias, as necessidades são orgânicas, naturais; com o tempo e o aumento das intensificações das relações de todos os tipos, as

necessidades passam a ter caráter social, a terem representações em produtos da sociedade. O equilíbrio, então, deve ser a equalização entre as necessidades e sua satisfação.

A realização do estudo deste autor no Município de Bofete, acerca de um grupo e suas relações com o meio físico, apontou como indispensável analisar o equilíbrio entre as necessidades desse grupo o espaço geográfico/natural em que viviam. Para tanto, era necessário saber quais eram as quantidades e a qualidade de bens que trariam satisfação e o que o meio realmente tinha a oferecer com as possíveis adaptações dos seres às mudanças advindas.

“Daí a evolução das sociedades parece um vasto processo de emergência de necessidades sempre renovadas e multiplicadas, a que correspondem recursos também renovados e multiplicados para satisfazê-las, dando lugar à permanente alteração dos vínculos entro o homem e o meio natural.” (CÂNDIDO, 1964:29)

Dessa maneira, o meio vai se tornando cada vez mais o reflexo da interferência do homem e de suas necessidades.

“Assim os meios de subsistência de um grupo não podem ser compreendidos separadamente do conjunto das ‘relações culturais’, desenvolvidas sob o estímulo das ‘necessidades básicas’. Em nenhuma outra parte vemos isto melhor que na alimentação, que é o recurso vital por excelência.” (CÂNDIDO, 1964:35)

Neste sentido, o estudo sobre a alimentação de uma sociedade pode revelar muitas pistas sobre o estilo e o nível de vida desta, sendo esses estudos associados aos elementos teóricos da economia e da sociologia.

Por isso, Cândido se propõe a analisar os aspectos referentes à obtenção dos meios de vida dos caipiras, para conhecer até que ponto este meio de vida se enquadra nas condições sócio-culturais mínimas e também compreender o significado das atuais condições de vida do caipira paulista:

“A sociedade caipira tradicional elaborou técnicas que permitiram estabilizar as relações do grupo com o meio (embora em nível que reputaríamos hoje precário), mediante o conhecimento satisfatório dos recursos naturais, a sua exploração sistemática e o estabelecimento de uma dieta compatível com o mínimo vital – tudo relacionado a uma vida social de tipo fechado, com base na economia de subsistência.” (CÂNDIDO, 1964:46)

“A vida social do caipira assimilou e conservou os elementos condicionados pelas suas origens nômades. A combinação dos traços culturais indígenas e portugueses obedeceu ao ritmo nômade do bandeirante e do povoador, conservando as características de uma economia largamente permeada pelas práticas de presa e de colheita, cuja estrutura instável dependia da mobilidade dos indivíduos e dos grupos. Por isso, na habitação, na dieta, no caráter do caipira, gravou-se para sempre o provisório da aventura.”
(CÂNDIDO, 1964:48)

As condições de vida determinadas por uma economia fechada, com base no trabalho isolado ou na cooperação ocasional, acabou por valer aos caipiras paulistas uma forma de vida classificada como “retrógrada” diante do ajustamento ao meio novo urbano, caracterizada pelo isolamento, pelos trabalhos de sobrevivência, pela rusticidade e violência, por homens de espírito aventureiro, pouca educação e pouco trato com as regras de “civilização” e sociabilidade. O povoamento disperso favoreceu a manutenção da economia de subsistência, constituída de elementos sumários e rústicos próprios do seminomadismo. O constante deslocamento do bandeirantismo prolongou-se de certo modo na agricultura itinerante, nas atividades de coleta, caça e pesca do descendente caipira, a partir do século XVIII, que, com técnicas rudimentares e com a cultura improvisada do nômade, encontraram condições para sobreviver.

Cândido escreve sobre alguns viajantes que apontaram os homens mineiros do centro e norte, principalmente (que eram em sua maioria mulatos, descendentes da mistura de brancos e negros), como sendo homens mais dóceis e aptos à civilização do que os caipiras do interior do Estado de São Paulo. Isso seria um breve reflexo da proximidade de cidades mineradoras e do surto de civilização que trouxeram para os mulatos mencionados. Diferentemente acontecia com os mineiros do sul e oeste (homens descendentes da mistura entre branco e índios), mais conhecidos pela rusticidade e pela pouca educação, muito semelhantes ao caipira paulista.

Segundo o viajante francês Augusto de Saint-Hilaire:¹⁵

“Uma população fraca, disseminando-se por uma extensão imensa, torna-se mais difícil de governar: vivendo a grandes distâncias uns dos outros os lavradores perdem pouco a pouco as ideias que inspiram a civilização”. E acentua que a reforma do sistema da agricultura, com o uso do arado e dos adubos, fixaria os homens na terra, suprimindo a necessidade de buscar chão sempre novo.” (CÂNDIDO, 1964:58)

¹⁵ SAINT-HILAIRE, Augusto. *Viagens pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Vol. I, 1938. In: CÂNDIDO, Antonio. *Op. Cit.*

Para o caipira, a agricultura extensiva e itinerante era um recurso para estabelecer o equilíbrio entre o homem e a natureza, para ajustar as necessidades de sobrevivência à falta de instrumentos e técnicas agrícolas. Por outro lado, este fato condicionou que a economia fosse se tornando cada vez mais fechada, com uma sociabilidade estável e pouco dinâmica. No entanto, a agricultura itinerante só foi possível de ser realizada graças à possibilidade de terras novas e férteis, que eram vastas para a esparsa população caipira. O sistema de sesmarias garantia infinitas brechas para que ocorressem as posses; assim, os caipiras garantiam sempre a renovação e a ocupação de terras para plantar, sem enfrentarem qualquer processo de compra ou locação.

Cândido revela como foram as condições de vida caipira em território paulista, que persistiu fora dos núcleos urbanos até a entrada do século XX; em alguns casos, prolongou-se fora de alguns núcleos urbanos até a data da sua pesquisa nas décadas de 40 e 50.

As relações sociais ocorriam entre as famílias e os vizinhos dos bairros, sendo isto o que definia o “universo imediato” da vida caipira. A estrutura fundamental da sociabilidade caipira era vinculada ao “sentimento de localidade” entre os vizinhos, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas. As habitações podiam estar ou não próximas umas das outras, algumas vezes estão bem próximas e sugeriam o sentido de um povoado ralo onde se encontrava uma sede (é o que observamos no caso de Cunha, citado anteriormente). Mas, em geral, as casas estavam de tal modo afastadas que o observador muitas vezes não percebe a unidade que as une no sentido de bairro. Para os caipiras, o bairro era *“uma porção de território subordinado a uma população, onde as casas estão afastadas do núcleo do povoado e podem estar ou não afastadas umas das outras, em distâncias variáveis.”* (CÂNDIDO, 1964:82) Mais do que uma determinada área geográfica, o sentimento de bairro para os caipiras era a garantia de intercâmbio entre as pessoas e as famílias, e o *“sentimento de localidade”* que existia entre eles. Era a *“porção de terra a que os moradores têm consciência de pertencer, formando uma unidade diferente das outras”*. *“A convivência entre eles decorre da proximidade física e da necessidade de cooperação.”* (CÂNDIDO, 1964:84)

A autarquia e o trabalho coletivo, mútuo, ou ainda o mutirão, eram as formas de sociabilidade mais recorrentes entre os caipiras. Era a solução para os problemas de falta de mão-de-obra para atender as atividades da lavoura e a pequena indústria doméstica. Os mutirões sempre eram acompanhados de festejos e aconteciam entre os moradores em comum nos bairros, demonstrando a amizade e disponibilidade para os trabalhos. As atividades religiosas também

marcavam outro importante momento de sociabilidade entre eles; as festas religiosas delimitam para os caipiras o espaço de seus bairros, onde os habitantes do mesmo bairro se encontravam nas comemorações de santos e padroeiros nas capelas locais.

Diante das atividades da grande lavoura cafeeira, Cândido cita que os caipiras dificilmente conseguiram se adaptar ao sistema de colonato dentro das fazendas, parecendo este um cativo para eles. Quando isso acontecia, muito da cultura original caipira se perdia e se modificava.

“O caipira típico foi o que formou essa vasta camada inferior de cultivadores fechado em sua vida cultural, embora muitas vezes à mercê dos bruscos deslocamentos devidos à posse irregular da terra, e dependente do bel-prazer dos latifundiários para prosseguir na sua faina.” (CÂNDIDO, 1964:106)

Tendo o caipira conseguido sobreviver à custa de suas mínimas formas de sociabilidade, com o exato equilíbrio social e ecológico, o seu estilo de vida ficou associado ao de indivíduos atrasados, assim como notou o viajante estrangeiro Saint-Hilaire¹⁶ no século XIX e mais tarde estereotipou, através da literatura, no século XX, Monteiro Lobato com o personagem Jeca Tatu – um típico caipira paulista com “anquilose da cultura”¹⁷. Dessa maneira, os caipiras demonstraram, para as sociedades urbanas, certa incapacidade de adaptação rápida às outras formas exaustivas de trabalho, tanto no latifúndio da cana quanto do café. Enquanto a escravidão era o sistema ainda vigente no Brasil, esta foi o responsável pelos trabalhos realizados nas lavouras; com a abolição, os imigrantes se tornaram os novos sujeitos representantes do trabalho, que passou a ser aparentemente assalariado, e o qual o caipira não soube, não foi capaz ou não quis enfrentar. Dessa maneira, a única alternativa foi refugiar-se na dependência dos salários esporádicos dos patrões e, conseqüentemente, na marginalidade social e cultural. *“A cultura do caipira, como a do primitivo, não foi feita para o progresso: mudança é o seu fim, porque está baseada em tipos tão precários de ajustamento econômico e social, que a alteração deste provoca a derrocada das formas de cultura por eles condicionadas.” (CÂNDIDO, 1964:107)*

Até a primeira parte do livro, Antônio Cândido descreve a cultura tradicional caipira de acordo com suas funções mínimas de vida, em equilíbrio pleno com a natureza, de agricultura de subsistência e economia semifechada. Suas formas de sociabilidade eram baseadas simplesmente

¹⁶ SAINT-HILAIRE, Augusto. Viagens pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais. Vol. I, 1938. In: CÂNDIDO, Antonio. *Op. Cit.*

¹⁷ LOBATO, Monteiro. “Velha Praga”, *Urupês*. Obras completas de Monteiro Lobato, 1957, 1ª série, literatura geral, 9. Ed, São Paulo: Brasiliense, v. 1. In: LIMA, Nísia Trindade. *Op. Cit.*

na família e nas relações com a vizinhança. Já na segunda parte do livro, o autor expõe como as mudanças introduzidas nos bairros rurais estavam se refletindo nos moradores e em suas relações, o que estaria ocorrendo com a passagem da economia de autossuficiência para a economia capitalista (ou seja, comercial), e se manifestando através da crise.

Quando a lavoura comercial passa a ser a atividade principal dos caipiras, a lavoura de subsistência ainda continua a existir para manter as famílias e, com isso, algumas características da cultura caipira também persistem, mesmo diante das mudanças e adaptações. Para o autor, no entanto, torna-se cada vez mais difícil que sejam mantidas as mesmas estruturas com o avanço da economia capitalista nos bairros caipiras, sendo assim, uma questão de sobrevivência a continuação e funcionamento desses bairros.

“A consequência geral é a incorporação progressiva desta área, e de outras áreas parecidas, à esfera da economia moderna; processo que repercute fundo em toda organização da vida social, com rupturas no equilíbrio que podemos verificar nos planos ecológicos, econômico, cultural, social e psíquico.” (CÂNDIDO, 1964:205)

Parece então que, a partir disso, o autor sugere ser necessário um estudo da vida caipira sob o ponto de vista de suas incorporações em processos da esfera cultural urbana. A esse respeito, pode-se afirmar que a marcha para que o processo chegasse a este ponto foi definida além de outros fatores, como o aumento da densidade demográfica dos bairros caipiras, a dominância e dependência das grandes fazendas e a diminuição das terras disponíveis. Para estudar e entender a cultura caipira torna-se necessário fazer uma análise de suas relações e posições com a região, o estado e o país onde este se localiza. O que antes os caipiras definiam como mínimos para sua sobrevivência passam a ser, então, definidos pelos padrões impostos da vida urbana.

Da obra de Antônio Cândido, podemos dizer que o autor procurou definir mais especificamente as características do modo de vida rural e como viviam os caipiras a partir de seus mínimos vitais. Com a aproximação das cidades e aumento das fazendas latifundiárias, os bairros caipiras começaram a adentrar no processo de transformações, que Emílio Willems (WILLEMS, 1948) havia definido anteriormente. Em sua obra sobre o Município de Cunha, o estudioso fala sobre o equilíbrio entre os fatores de transição e de tradição nos bairros rurais no momento em que as transformações eram introduzidas. Em sua obra sobre o Município de Bofete, Cândido leva as análises dessas transformações para um futuro distante, onde os bairros

rurais, totalmente modificados pelas transformações, escolhem entre incorporar e absorver as mudanças – tornando-se novas áreas urbanas – ou rejeitarem e lutarem pela sobrevivência típica rural, vivendo da maneira como a tradição os ensinava. Para Cândido, a escolha desta última opção levaria os bairros rurais ao desaparecimento no sentido do fim da continuidade das tradições caipiras.

Assim, a discussão da obra sobre as características da vida rural e sua decadência nos leva a refletir novamente sobre o processo de surgimento de mais uma cidade no estado de São Paulo. Um antigo núcleo rural que, através de mudanças e transformações, torna-se um núcleo urbano.

O diálogo que foi realizado entre a pesquisa sobre o núcleo rural Campo Salles e a obra de Cândido fizeram com que surgissem questionamentos em dois diferentes caminhos:

O primeiro, assim como foi feito com a obra de Willems apresentada anteriormente, a respeito da comunidade de Cunha, podemos pensar sobre o modo de vida dos colonos dentro do núcleo Campos Salles, (tanto dos caipiras – ou nacionais – quanto dos imigrantes) e assim questionarmos quais e como foram os mínimos vitais dos moradores desse núcleo. Teria havido um equilíbrio entre as necessidades orgânicas e naturais com as necessidades sociais, surgidas através das mudanças introduzidas? Se não houve esse equilíbrio, como então os colonos teriam suprido as necessidades sociais? Mais importante ainda, se Cândido definiu que as comunidades rurais e seus habitantes estavam fadados à decadência com a aproximação dos núcleos urbanos industrializados, como teria sido para os habitantes do núcleo Campos Salles a aproximação com uma grande cidade que foi Campinas: a permanência deste como núcleo rural ou a adaptação/evolução para um núcleo urbano, ou seja, a decadência daquele?

O segundo questionamento surgiu durante a leitura da obra de Cândido, quanto ao papel excludente dos caipiras no processo de transição para o trabalho livre assalariado – mais especificamente, para atender a lavoura cafeeira –; não sendo este um tema que exatamente diz respeito à pesquisa sobre a origem e funcionamento do núcleo Campos Salles, mas, que se relaciona ao tema e por isso optou-se por ser brevemente analisado. A posição excludente dos trabalhadores nacionais para atender as lavouras de café, também se tornou um fato relevante durante a leitura dos Relatórios da Secretaria da Agricultura, dos Relatórios do Presidentes de Províncias e dos trabalhos acadêmicos sobre núcleos coloniais do estado de São Paulo.

Desta maneira, trabalhando com a hipótese da existência de caipiras que viviam em comunidades rurais ao redor e próximo ao núcleo Campos Salles, e tendo esses indivíduos

participado do seu processo de construção, instalação, funcionamento, pode-se pensar em como realmente viviam esses caipiras, uma vez que Cândido definiu em seu trabalho que foi excludente e marginal a participação dos caipiras dentro dos trabalhos realizados em fazendas de café. Então, teria sido também excludente a participação dos mesmos nos núcleos coloniais como colonos? Teriam mesmo os caipiras realizado apenas os trabalhos de abertura de mata e limpeza de terrenos, onde foram instalados os núcleos? Finalmente, teriam participado como trabalhadores contratados pelas famílias de colonos imigrantes para as colheitas nos lotes, ou ainda, teriam alguns caipiras realmente conseguido comprar lotes de terra dentro do núcleo?

Na década de 1970, procurando responder a essas mesmas questões colocadas por Cândido em relação a outras diversas comunidades rurais no estado de São Paulo, Maria Isaura Pereira de Queiroz sugere que a tese de doutoramento de Antônio Cândido definiu da seguinte maneira as comunidades rurais:

“Unidades mínimas de povoamento nas áreas rurais paulistas, de nível econômico bastante precário, entrando em decadência muito facilmente e parecendo fadado à degradação social ao sofrer o impacto da industrialização ora em processo no Estado”. (QUEIROZ, 1973)

Assim, pretendendo rebater a idéia de decadência e degradação diante da industrialização, surge o livro *Bairros Rurais Paulistas: Dinâmica das relações Bairros Rurais – Cidades*, de Queiroz, cujo objetivo seria, a partir da definição de Antônio Cândido (CÂNDIDO, 1964) sobre as comunidades rurais, *“procurar saber como se organiza e como funciona de um modo geral a sociedade rural paulista”* e pesquisar se realmente os representantes dessa sociedade rural paulista, os pequenos proprietários, estavam fadados ao fracasso social e econômico. A pesquisa também pretendia concluir se seria possível para esses representantes encontrar uma adaptação ao meio industrial do estado, melhorando suas condições de vida e não se precarizando e se degradando, como defendeu Antônio Cândido ser inevitável.

Segundo a autora, o meio rural paulista vem se dinamizando ao longo dos tempos tanto em termos populacionais, como econômicos, sociais e culturais. Este quadro contextual vem se definindo e se formando continuamente no território nacional e até hoje não apresenta definições sociológicas específicas sobre a diferença entre os grupos rurais, principalmente em relação ao grupo dos pequenos proprietários. São esses os representantes do objeto de pesquisa do seu livro:

os habitantes das comunidades e das sociedades rurais do estado de São Paulo, ou seja, os bairros rurais paulistas.

Ainda em relação ao cenário do meio rural do estado, esse oferece uma infinita possibilidade de estudos sobre as relações que aconteceram e vêm ocorrendo ainda, como a integração entre grupos rurais antigos e os formados recentemente, as migrações entre cidade e campo e a entrada de milhares de imigrantes em São Paulo no fim do século XIX. Essas são as particularidades que formam a vida social, econômica e cultural do mundo rural paulista, mas que, por outro lado, também formam um leque de diferenças entre os grupos rurais, não tão homogêneos assim como havia defendido Cândido.

Diante desta instabilidade, dinamização, integração entre grupos diversos e, principalmente, devido à falta de “definições sociológicas específicas” sobre os grupos rurais paulistas, é que se permite para esta dissertação idealizar o núcleo Campos Salles dentro do “quadro contextual” de um bairro rural paulista. Afinal, fizeram parte da formação e origem deste núcleo os elementos de instabilidades, dinamização e integração a que se referiu Maria Isaura Queiroz, como a mistura entre colonos nacionais, imigrantes e caipiras, sendo estes todos representantes da classe de pequenos proprietários de terras.

Na obra de Antônio Cândido encontramos o relato da origem da comunidade rural de Bofete e o funcionamento desta; entretanto, o autor também apresentou uma inevitável “data limite” para seu fim. Já Queiroz, através do trabalho de campo, da análise comparativa e análise antropológica das condições de vida material, social e cultural de moradores dos bairros rurais paulistas, amplia o horizonte de questões sobre o tema, apresentando, desde as origens, o funcionamento e a possível adaptação das comunidades rurais ao meio urbano e industrializado do estado de São Paulo.

Com as informações localizadas através dos documentos e com o “retrato sociológico” realizado por Antônio Cândido, Maria Isaura Queiroz percebe a conservação de algumas atividades e características de bairros rurais em certas localidades no estado de São Paulo. Sendo assim, a autora baseou sua pesquisa em estabelecer e definir o que o contato com as cidades trouxe para o cotidiano dos bairros rurais – se realmente a decadência que defende Antônio Cândido, ou uma possível adaptação, procurando compreender se houve a adaptação e de que tipo.

A pesquisadora nos apresenta algumas definições da Sociologia Rural a respeito das categorias de trabalhadores do meio rural e outros estudos e pesquisas que surgiram com interesse de definir mais características da cultura caipira. Uma vez que se falou da categoria de trabalhadores do meio rural, podemos utilizar estas definições para fins de classificação dos colonos do núcleo Campos Salles também. Como veremos a seguir, pode-se dizer que existiram no núcleo Campos Salles, num primeiro momento, colonos praticando atividades que os classificam como camponeses; num segundo momento, as atividades praticadas se assemelham mais à categoria de agricultores.

De acordo com Queiroz, o camponês é o que vive do que produz. São diversos os tipos de alimentos cultivados por ele, com a possibilidade de trocar ou vender o seu excedente. Não é necessário para ele o contato direto com o mundo exterior, podendo então viver isoladamente, já que produção e consumo dependem de si mesmo. O agricultor, por sua vez, produz e vende para um mercado local, regional ou até internacional, dessa maneira ele é dependente de uma cidade ou de um pólo de consumo de seus produtos – vive do lucro que obtém na venda de seus produtos, que geralmente são de um ou dois tipos apenas. Essas duas categorias de trabalhadores rurais são pequenos produtores autônomos, independentes no trabalho, utilizam a mão de obra familiar e a ajuda de mutirões, agregados, parceiros etc., cabendo unicamente ao proprietário a responsabilidade pela sobrevivência. Existem ainda os grupos rurais diferentes desses, que são os fazendeiros, os latifundiários e os grandes criadores, que não trabalham diretamente com suas produções e contratam mão-de-obra assalariada. O mundo rural paulista, desde sua formação e no seu processo de existência, possibilita a coexistência de todas essas formas de vida rural.

A civilização rústica do estado de São Paulo, que tomou forma exclusiva de civilização caipira, tem sua formação ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII e é advinda da mobilidade e expansão da população paulista. Alguns traços de civilização caipira podem ser localizados até hoje, próximas a regiões onde se desenvolveram. Como vimos anteriormente, Queiroz utiliza a definição de Cândido sobre a civilização caipira para realizar as pesquisas nos bairros rurais paulistas por ela eleitos. Além de Cândido, a pesquisadora também utiliza as definições e conceitos de outros autores que se prestaram a estudar a civilização caipira. A seguir, apresentaremos os autores e seus conceitos.

Para CÂNDIDO (1964) as características que juntas serviram para formar as bases que originaram os bairros rurais foram: 1 – isolamento, 2 – posse de terras (posse, e não propriedade),

3 – trabalho doméstico, 4 – auxílio mútuo, 5 – disponibilidade de terras virgens, 6 – margem de lazer e sociabilidade.

Segundo Pasquale Petrone, em *Conferência sobre “A Civilização Caipira”*,¹⁸ que localizou geograficamente a civilização caipira do estado de São Paulo, esta foi dominante durante os séculos XVIII e XIX. Mas, já no século XVIII esta forma de vida começou a sofrer algumas alterações no aspecto social, decorrentes das plantações de cana produzidas nas grandes fazendas que ocuparam o espaço das lavouras policultoras de subsistência da civilização caipira. Essas mudanças irão se intensificar mais ainda no século seguinte, com a introdução das plantações de café e da mão-de-obra imigrante. Ainda segundo Petrone, este foi o primeiro momento de abalo sério à civilização caipira, seguido pela industrialização rápida e intensa de São Paulo. Em algumas das regiões onde existiram fazendas de café, a civilização caipira foi totalmente extinta. Apesar de ambos os autores (Cândido e Petrone) concordarem que “*a civilização caipira é originária e está intimamente ligada à organização da sociedade rural paulista em bairros de sitiantes*” (QUEIROZ, 1973:8), os dois discordam quanto ao processo de disseminação da civilização. Para Antônio Cândido, como já foi dito, esse processo se inicia com a desenfreada industrialização e urbanização do estado de São Paulo; já para Pasquale Petrone, esse momento acontece um pouco antes, com a invasão das fazendas de cana e, mais tarde, as de café.

Segundo James Watson, *Brazil: Papesrs Presented in the Institute for Brazilian Studies*,¹⁹ na sua tentativa de delimitar áreas culturais no interior do Brasil, a civilização cabocla é uma civilização única, e dela surgiram variantes. As variantes aconteceram pelo processo de miscigenação do caboclo com a civilização ocidental, ou seja, o que define as diferentes áreas culturais do interior do Brasil é o “processo de ocidentalização” dos habitantes dos bairros rurais. Os bairros rurais que conseguiram se manter por mais tempo estavam mais isolados e distantes dos centros urbanos. Para o autor, o isolamento, então, é um fator determinante para a existência dos caboclos; também a autossuficiência, o consumo da própria produção e baixa utilização monetária, seriam os outros fatores.

¹⁸ PETRONE, Pasquale. *Conferência efetuada no Centro de Estudos Rurais, São Paulo, 28 de outubro de 1960*. In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural – cidades*. São Paulo: Livraria duas cidades, 1973. pág. 8.

¹⁹ WATSON, James. *Vanderblit Universit Press. Nashville, 1953*. In: QUEIROZ, *Op. Cit.*:12.

Quanto a *Zonas ecológicas do Estado de São Paulo*,²⁰ Juarez R. Brandão Lopes analisou variadas regiões distantes no estado e estabeleceu a definição de “zonas pioneiras”, as quais se caracterizam pelo recente povoamento, trazido pelas fazendas de café e pela existência de grandes propriedades, voltadas para comercialização de colheitas ou de pecuária, visando ao lucro. Nessas regiões, os camponeses que viviam da subsistência e do trabalho familiar só se encontraram no início do processo, realizando a derrubada das matas e as primeiras roças, sendo expulsos e cedendo espaço, mais tarde, para as grandes lavouras. Nessas zonas pioneiras, certamente não se encontraria mais nenhuma existência de civilização caipira.

Desta maneira, a referida pesquisa de M. Isaura Queiroz analisou as sugestões dos autores anteriormente citados, a respeito da cultura caipira e da disseminação dessa civilização, e colocou-as como hipóteses de trabalho diante da observação que ela pretendia desenvolver em cada bairro rural paulista selecionado, para dessa maneira, então, concluir sobre a decadência ou a possível adaptação desses lugares.

“Nosso interesse, ao começarmos a estudar os problemas rurais do Estado de São Paulo, foi procurar descobrir se realmente nas zonas de vida rural mais pobre haveria uma conservação da civilização caipira, e se nas zonas de vida rural mais desenvolvidas ela teria realmente desaparecido. (...) Tendo, pois, como objetivo uma comparação entre várias unidades estudadas, nossa pretensão era escolher bairros rurais de áreas mais ruralizadas e mais urbanizadas do Estado de São Paulo, a fim de verificar se a mesma definição caberia para todos; se a mesma civilização cabocla ou caipira ali se perpetuava; e quais as suas ligações com a sociedade global que os abarcava.” (QUEIROZ, 1973:15)

A seguir, são apresentadas as regiões eleitas por M. Isaura Queiroz como “Bairros Rurais Paulistas”, possíveis representantes da civilização caipira no estado de São Paulo. São os seguintes municípios: Taubaté, Paraibuna, Itapecerica e Leme. Decidiu-se por apresentar brevemente a descrição das pesquisas e os resultados obtidos para que os métodos, as perguntas e respostas pudessem auxiliar, dentro das possibilidades, na pesquisa sobre o núcleo Campos Salles.

²⁰ LOPES, Juarez R. Brandão. Educação e Ciências Sociais – Ano II, vol. 2, n.5, Rio de Janeiro, agosto de 1957. In: QUEIROZ. *Op.Cit.*:13-14.

Município de Taubaté:

O Município de Taubaté, localizado no Vale do Paraíba, foi um dos locais escolhido para a pesquisa de Queiroz por ser um dos possíveis locais onde se desenvolveram áreas de civilização caipira; local de antigo povoamento do estado e que sofreu grande impacto da cultura do café introduzida no século XIX. Esta região possui alta concentração demográfica e urbanização e média densidade rural.

“Todavia, no município de Taubaté, vamos encontrar a Bacia do Ribeirão das Antas, no qual o nível de vida da população é muito precário. A Bacia do Ribeirão das Antas se localiza em parte no município de Taubaté e em parte em Redenção da Serra; zona de criação, mas orientada para aproveitamento do leite, sua produção se escoia principalmente para usinas localizadas na cidade. Comporta dois bairros rurais, distando da cidade apenas 16 km;” (QUEIROZ, 1973:22)

Os bairros rurais do Ribeirão das Antas estão a apenas 16 km de Taubaté e mesmo com essa proximidade do núcleo urbano, conservam ainda algumas características de bairros rurais. Nessa região, podemos dizer que o fator autossuficiência, defendido por Antônio Cândido como característica fundamental dos bairros rurais, foi modificado e adequado ao momento econômico que viviam os moradores do bairro. O bairro possuía uma forte dependência econômica do leite produzido, que era vendido para a cidade. Ainda, mesmo Taubaté tendo feito parte da próspera e rica fase de plantações de café no início do século XIX, o bairro rural em questão conseguiu manter viva algumas tradições típicas do modo de vida caipira, em plenos anos de 1970:

“A descrição da situação existente no município de Taubaté, demonstra que a elevação do índice de urbanização num município não significa que naquela área tenha desaparecido a civilização caipira, e tampouco significa que a área municipal ou regional, como um todo, esteja sofrendo um processo intenso de desenvolvimento. Um município pode ser ao mesmo tempo altamente urbanizado e conservar uma área rural pouco desenvolvida, totalmente apegada ao gênero de vida tradicional do caipira. (...) Diante desta evolução, poderíamos perguntar se a hipótese formulada por Pasquale Petrone de que a civilização do café transforma e arruina a civilização caipira seria admissível.” (QUEIROZ, 1973:29-30)

Pois assim fica o questionamento da pesquisadora sobre os fatores de isolamento e autossuficiência para a continuidade dos bairros rurais e da vida caipira tradicional e, mais ainda,

sobre a relação das fazendas de café com o fim dos bairros rurais. Dessa forma, pode-se considerar a vida caipira como um gênero de vida de uma determinada camada social, que pôde se adaptar e coexistir com a cultura do café e com a proximidade de centros mais urbanizados, sofrendo algumas modificações, mas mantendo essencialmente as características originais do que foi definido como um bairro rural.

Município de Paraibuna:

O município de Paraibuna está localizado na Serra do Mar, em São Paulo. A região possuía baixa densidade demográfica, era quase inteiramente ruralizada e não possuía nenhuma influência estrangeira. Durante o século XIX a região teve a vida econômica bem ativa em torno da cultura do café, entrando em decadência entre os anos de 1929 e 1930. A partir daí, a atividade predominante passou a ser a pecuária. Foram analisados três bairros rurais do município: Itapeva, Campo Redondo e Bragança.

A pecuária era rudimentar, extensiva e doméstica. Os bairros do Sertão de Paraibuna viviam do lucro obtido com a venda do leite para as usinas da região.

Havia ainda nos bairros alguns trabalhos de mutirão e troca de dias de serviço, como em tempos antigos, mas em geral estavam se tornando constantemente raros. Cada vez mais os moradores procuravam “camaradas contratados” para os serviços.

“Os bairros são compostos por famílias que habitam num raio de 3 km do núcleo central, formado por uma igreja ou uma capela, um armazém, algumas casas – 10 a 20 – e pela escola”. Mas não eram todos os bairros que tinham escola. “O aspecto dos bairros é de pobreza, tanto do ponto de vista do conforto, quanto da economia e da técnica.” (QUEIROZ, 1973:58)

Segundo as pesquisas realizadas e os dados coletados por Queiroz, os bairros deste município apresentavam um nível de vida superior aos dos moradores do município de Taubaté, analisados anteriormente. Ainda, segundo a autora, os moradores dos bairros não podiam ser classificados como camponeses, pois embora praticassem a agricultura de subsistência, o lucro era obtido através da venda do leite produzido. A pecuária era a atividade econômica principal dos bairros e a lavoura de subsistência passou a ser secundária. Dessa maneira, a autora estava diante de um bairro rural diferenciado. Apesar da alta ruralização, da pobreza e das baixas condições de vida dos moradores dos bairros do Sertão de Paraibuna, pode-se dizer que eles

procuraram se adaptar a uma nova atividade econômica que pudesse lhes trazer algum lucro, de uma maneira diferente da tradicional do camponês do bairro rural. A economia comercial passou a ser, neste caso, a principal atividade econômica dos moradores.

“Os habitantes de Paraíba, em sua maneira de viver, estão bem enquadrados ainda na civilização caipira.....não tem mais uma economia de subsistência completada secundariamente pela venda de alguns produtos. Ao contrário, tem uma economia comercial, secundada por pequena agricultura de subsistência.” (QUEIROZ, 1973:71)

A investigação de Maria Isaura Queiroz, nesse caso, foi sobre o poder aquisitivo dos moradores desses bairros, tentando entender se tal poder os impedia de ter um nível de vida mais luxuoso ou se eles simplesmente justificavam suas necessidades seguindo os padrões da vida caipira – dos mínimos vitais possíveis.

Município de Itapecerica:

O Município de Itapecerica está localizado a cerca de 40 km da capital do estado. Segundo pesquisas de recenseamento, o município se situa *“entre os de menor renda e de muito pequeno desenvolvimento econômico no Estado”*. A densidade demográfica do município, na época da pesquisa, era de 11,2 habitantes por km quadrado, sendo a concentração urbana muito pequena. *“Vemos ser esta uma das regiões mais pobres, senão a mais pobre, do Estado.”* (QUEIROZ, 1973:89)

Quando Juarez R. Brandão Lopes²¹ fez suas pesquisa na década de 1950 na mesma região, deixou a seguinte descrição dos bairros do Sertão de Itapecerica: *“Existem algumas culturas de caboclos em roças temporárias, penduradas aos fortes declives, com plantações de milho e criação de porcos, como nas zonas pioneiras, minúsculos cantos cultivados no meio de imensos domínios florestais virgens.”* (QUEIROZ, 1973:90)

Essa mesma descrição se mostrou parecida com a deixada por um pesquisador na mesma região, Pierre Deffrontaines, no ano de 1936; já na década de 1960, quando Queiroz realizou as pesquisas no município, a situação ainda se revelou não ter mudado muito. A população não crescera quantitativamente e a região continuava a ser uma das menos exploradas e mais isoladas de todo o estado, apesar de povoada há mais de 150 anos. Existiam cerca de 20 bairros rurais no município, entre eles Juitiba, Laranjeiras, S. Lourenço e os Padeiros.

²¹ LOPES, Juarez R. Brandão. Educação e Ciências Sociais – Ano II, vol. 2, n.5, Rio de Janeiro, agosto de 1957. In: QUEIROZ. *Op.Cit.*

“Persistia assim ali, a 70 km de S. Paulo, em sua forma mais tradicional, o ritmo de vida característico da civilização caipira paulista e da civilização rústica brasileira, composto de fases sucessivas de dispersão e de reunião: a dispersão decorrente das necessidades do trabalho agrícola, efetuado pela família em sua roça, a reunião peculiar às comemorações religiosas.” (QUEIROZ, 1973:91)

A disponibilidade para abertura de novas terras fez com que os bairros aumentassem de tamanho, aumentando também o número de lavouras que cultivassem produtos de subsistência e para a venda de excedentes. Essa fartura de terra trouxe aos moradores a garantia de que sempre teriam onde plantar com qualidade e a quem vender seus produtos, mas em contrapartida, gerou também uma despreocupação com a inovação de técnicas agrícolas, pois as práticas continuavam a ser rudes e simples. Em relação ao contato com as cidades, os bairros não eram totalmente dependentes destas; dependiam mais de suas lavouras de subsistência e, secundariamente, do lucro com a venda dos excedentes e da eventual compra de alguns produtos manufaturados que os bairros não produziam.

Esse quadro dos bairros de Itapecerica durou até os anos de 1925 e 1930. Aos poucos a densidade demográfica foi aumentando, as terras disponíveis nos bairros rurais acabando e o nível econômico de vida, decaindo. Foram surgindo ao redor dos bairros alguns sítios especializados em plantações comerciais, de um gênero apenas, que passaram a concorrer indiscriminadamente com os agricultores. A nova formação capitalista industrial da cidade concedeu à periferia um novo papel – o do esquecimento e do abandono de seus moradores. Assim passou a ser com os bairros de Itapecerica.

A cidade de São Paulo passou a ter uma maior demanda de energia e combustível para mover suas indústrias. Se adequando então a essa nova realidade, os moradores dos bairros passaram a investir na fabricação de combustíveis – lenha e carvão vegetal – retirados das matas derrubadas. Aos poucos, essa nova atividade entre os moradores mudou quase por completo o padrão de vida antigo e tradicional de alguns caipiras. Alguns moradores passaram a depender exclusivamente do ramo comercial de produção de carvão, vendido para as cidades. Muitos abandonaram suas colheitas para viver no meio das matas, extraindo e produzindo carvão vegetal. Os novos carvoeiros se pareciam mais com nômades, isolados dos bairros rurais e dependentes dos patrões e donos das carvoarias, que, no caso, eram os responsáveis pela venda dos víveres de que necessitavam os trabalhadores. Na época da pesquisa realizada por Maria Isaura Queiroz, os

carvoeiros estavam vivendo em paupérrimas condições de vida. Outros moradores preferiram continuar com suas roças de subsistência e trabalhando nas carvoarias, perdendo um pouco da possibilidade que tinham de trabalhadores independentes, típicos dos bairros rurais.

Contudo, Queiroz conseguiu encontrar no lugar alguns resquícios da vida caipira, como as habitações dispersas, as festas religiosas e os mutirões. Entre os sitiantes que continuaram com suas lavouras de subsistência, não havia sido muito alterado o padrão de vida econômico e social. Havia ainda alguns moradores que estavam vendendo suas terras, com o preço altamente desvalorizado, para moradores das cidades ao redor construir chácaras e sítios de lazer, já que esta se caracterizava por uma estratégica e bela região montanhosa.

“Estamos diante de um grupo social que se adaptou às mudanças havidas conservando sua agricultura exclusivamente para fins de subsistência, e passando a ganhar a vida com o setor de serviços. Perdendo sua situação de sitiante tradicional, não foi elevado à decadência econômica e à degradação social pela adoção de nova forma de atividade remunerada, sem abandonar a roça, que passou a ser utilizada como atividade complementar. (...) A mudança das condições de vida trazida pelo esgotamento da terra e pela estrada, levaram a população a se entrosar noutros tipos de atividade; a roça serve de esteio para a economia e fica em geral aos cuidados da mulher e da criança.” (QUEIROZ, 1973:106)

Não foi no caso destes bairros rurais em Itapecerica, segundo o que definiu Antônio Cândido em sua pesquisa supracitada, que a decadência da cultura caipira foi inevitável através da vinda de novas formas de atividades econômicas adentradas nos bairros. Queiroz pôde encontrar nesses bairros uma possível adaptação dos moradores aos problemas que surgiram, sem que perdessem seu estilo de vida caipira. Ainda sobre a questão da autossuficiência dos bairros rurais, dentro do conceito definido de “isolamento” e “marginalidade”, os bairros de Itapecerica se apresentaram inicialmente independentes e marginais às cidades; apenas num momento de crise, eles tiveram a possibilidade de recorrer aos recursos oferecidos e requisitados pelas cidades vizinhas, principalmente pela Capital. Dessa maneira, os bairros passaram a depender mais das cidades e as cidades a precisarem dos bairros. Mas, foi justamente essa dependência que permitiu o ressurgimento dos bairros, num princípio de equilíbrio e de complementaridade com núcleos urbanos.

“Assim, a relação entre a conservação do estilo de vida caboclo e o isolamento é neste caso inversa daquela que James B. Watson e a maioria dos antropólogos que

estudaram o problema caipira julgaram existir: a conservação da organização tradicional não é função do isolamento do caboclo em relação à cidade, como pensavam esses autores.... A conservação do estilo de vida caboclo correlaciona-se com a conservação de um tipo determinado de equilíbrio entre a vida do sítio tradicional, a vida urbana e a vida regional.” (QUEIROZ, 1973:144)

Município de Leme:

O Município de Leme se caracteriza pelo elevado índice de urbanização. No século XVII foram determinantes as lavouras de cana e os engenhos, que começaram a modificar a estrutura social e econômica da região. Mais tarde, essa estrutura evoluiu com poderosa renda per capita através das fazendas de café, da criação de gado e da compra de terra por imigrantes, os quais também passaram a ser produtores de café.

O bairro estudado em Leme foi o de Taquari, distante apenas 15 km da cidade. A venda de terras a imigrantes e brasileiros fez com que as antigas fazendas, onde hoje está localizado o bairro, fossem se dividindo e diminuindo seu tamanho. A presença de descendentes de italianos era ainda bem notável no bairro na época da pesquisa da autora. Havia um grande número de pequenos proprietários e meeiros, e as principais culturas eram de mandioca e algodão, destinadas ao comércio fora do município.

Apesar do alto grau de urbanização da cidade de Leme, esta não era considerada uma grande cidade em relação ao número de habitantes, não contava com uma qualificada área industrial e com um maquinário específico para a transformação dos produtos vindos do bairro de Taquari. Por esse motivo, Leme não servia como pólo de atração para os moradores do bairro. Além disso, nas pesquisas de campo realizadas no bairro, foi verificado que o nível de vida econômico e social dos moradores rurais não se diferenciava muito do dos cidadãos, o que evidencia não existir a dependência do bairro rural pela cidade e nem a necessidade da cidade consumir algum tipo de produto do bairro rural.

A definição de Antônio Cândido sobre os bairros rurais que são formados por agricultores produtores de subsistência e com alguma eventual venda dos excedentes é completamente descartada no bairro rural de Leme. Neste bairro, os habitantes podiam ser classificados mais como agricultores dependentes exclusivamente do lucro da venda de produtos cultivados, sendo a lavoura de subsistência a segunda atividade. Sobre as técnicas agrícolas utilizadas no bairro, percebe-se aí também uma significativa diferença do conceito apresentado inicialmente sobre o

modo de lidar com as técnicas de lavoura, dos sítios tradicionais. Foi ainda observada a utilização de maquinários, tratores e adubação, enfim uma forma mais intensiva de lidar com a terra.

Para Queiroz, fica então a questão: Taquari realmente se classificaria como um bairro rural, a partir do momento em que nele foi encontrada a atividade comercial como a principal, e não a de subsistência? E, principalmente, este poderia se classificar como bairro rural por ter como moradores agricultores dependentes e não camponeses independentes?

Apesar das particularidades do bairro de Taquari, Maria Isaura Queiroz elenca algumas características que poderiam defini-lo como um bairro rural, entre as quais se encontram as casas não aglomeradas e próximas umas das outras – como em uma vila ou povoado – mas bem dispersas, da maneira como se caracterizaria um bairro rural. As famílias conjugais e autônomas, as relações de ajuda mútua e os mutirões também ocorriam ainda quando fosse necessário. As comemorações religiosas ainda marcavam um dos únicos e grandes momentos de sociabilidade. Além disso, neste bairro, a miscigenação dos habitantes locais com a população italiana que imigrou no século XIX foi um fato bem determinante para a formação característica local. Certamente, a mistura entre as culturas italiana e caipira alterou bastante as tradições genuinamente originais de cada uma. No entanto, não houve uma sobreposição ou dominação de uma sobre a outra, ocorrendo assim a adaptação entre as culturas, um forte sincretismo e o surgimento de novas formas de manifestações sociais e culturais.

“A existência de um bairro como o Taquari - que é bairro rural, mas que não mantém mais a economia de subsistência tradicional nos bairros caipiras - faz nos distinguir duas modalidades diferentes desse tipo de argumento social: o bairro rural tradicional, que é composto de camponeses, ou melhor, cujos habitantes vivem num regime econômico primordialmente orientado para a subsistência; e o bairro rural moderno, que é composto de agricultores, isto é, cujos habitantes vivem num regime econômico orientado para a comercialização dos produtos agrícolas. À parte esta diferença da economia, num e noutra tipo de bairro as relações sociais básicas entre as famílias e os indivíduos são as mesmas.” (QUEIROZ, 1973:119).

Neste último caso de bairro rural estudado pela pesquisadora, viu-se praticamente a quebra de todos os conceitos apresentados em sua obra, sobre as definições básicas quanto à formação e às características de um bairro rural. Taquari representa um estilo de estrutura de bairro bem diferente de todos apresentados anteriormente. Mesmo assim, apesar do fato de estar

bem próximo a uma cidade com médio porte de urbanização, ser composto por agricultores dependentes da atividade agrícola comercial, seus moradores apresentarem um nível econômico de vida relativamente bom e ter sido um bairro formado pela miscigenação entre as culturas caipira e italiana, alguns aspectos importantes da cultura tradicional caipira ainda permaneceram presentes entre os moradores do bairro.

Enfim, esses são os resultados obtidos com a pesquisa realizada por Queiroz em quatro bairros rurais do estado de São Paulo. Os trabalhos foram orientados por meio de pesquisas de campo, análise sociológica de obras antigas e contemporâneas sobre as regiões, análise de conceitos definidos em obras que abordam a sociologia rural nacional e internacional, análise comparativa dos dados recolhidos e dados de censos demográfico, industrial e agrícola do estado de São Paulo.

A principal questão colocada pela pesquisadora na conclusão do trabalho, e que possibilita o surgimento de novas definições e hipóteses para a análise de outros bairros rurais no estado, é sobre a relação do mundo local dos bairros rurais com o mundo global, ou seja, com a região e as cidades ao redor dos bairros rurais. Para a autora, as pesquisas revelaram uma visão diferente da tradicional, definida por especialistas até o momento sobre o meio rural, sendo este ainda considerado como um mundo isolado, autossuficiente e marginal, em constante decadência com a aproximação das grandes fazendas de cana e de café, ou com a aproximação das indústrias dos núcleos urbanos. O que a autora pôde analisar com o resultado das pesquisas nos quatro bairros rurais escolhidos, foi a existência de “*um mundo rural tradicional ligado á sociedade global, e dela fazendo parte integrante*” (QUEIROZ, 1973:121). Para ela, só foi possível o conhecimento da estrutura de cada bairro, de sua origem e de seus momentos de crise, adaptação e superação, através da representatividade exercida pelos bairros rurais dentro dos municípios que estavam englobados. Por fim, analisar e conhecer a posição e o papel que o bairro rural ocupava dentro do seu município e a influência do município nos bairros é a definição da “dinâmica das relações bairros rurais e cidades”, que sugere o título do livro de Maria Isaura Queiroz.

De acordo com as ideias e os conceitos apresentados pelos autores que estudaram a cultura caipira dos bairros rurais, da idéia de evolução de um núcleo rural em núcleo urbano e da idéia apresentada por Queiroz, da dinâmica das relações entre os bairros rurais e as cidades, é que podemos pensar no objeto de estudo da pesquisa de mestrado, o Núcleo Colonial Campos Salles, e desenvolver as seguintes análises:

Na primeira, ainda relacionada ao envolvimento e participação dos caipiras das comunidades rurais, estabelecidos ao redor e no processo de formação do núcleo Campos Salles, temos o papel deste núcleo como representante dos interesses e ideais capitalistas de acumulação, regidos pelos políticos e cafeicultores paulistas. Como veremos adiante, os núcleos serviram para atender diversos objetivos de governo e fazendeiros que estivessem ligados diretamente à garantia de manutenção da grande lavoura cafeeira. Mesmo o núcleo Campos Salles sendo formado por médias e pequenas propriedades de terra, ele esteve em função de atender o latifúndio cafeeiro e foi construído ao redor das fazendas. Sendo assim, como demonstrou Antônio Cândido, os caipiras não se adequaram ao tipo de mão-de-obra e aos contratos de trabalho que almejavam os fazendeiros, nas lavouras de café; muito provavelmente, os caipiras também não se adequaram ao sistema de trabalho que era imposto dentro dos núcleos coloniais. Além, é claro, da impossibilidade financeira dos caipiras poderem comprar lotes de terra e do preconceito sobre eles como disponíveis para mão-de-obra qualificada. Dessa maneira, fica a questão se o núcleo colonial teria sido um fator de disseminação, de mudança ou de decadência do modo de vida caipira da região.

Conclui-se que a instalação do núcleo Campos Salles na região certamente alterou diversas formas de sobrevivência dos moradores antigos da região, os caipiras. Veremos adiante o quanto foi excludente e marginal a participação de homens livres nacionais nas políticas de mão-de-obra e colonização realizadas pelo governo de São Paulo. Entretanto, o que também nos traz a obra de M. Isaura Queiroz é a outra possibilidade de origem, estrutura e funcionamento de um bairro rural paulista – assim como foi descrito o bairro de Taquari, no Município de Leme. O processo de miscigenação dentro deste bairro rural ocorreu entre as tradições da civilização caipira e imigrante, contribuindo para a formação de novas tradições e manifestações culturais dentro de um espaço com características rurais.

Na segunda análise, considera-se o núcleo Campos Salles um bairro rural paulista com as seguintes características: a população inicial foi formada por imigrantes que exerciam atividades em seus lotes de terra; num primeiro momento como camponeses – plantavam apenas para o consumo da família –, num segundo momento como agricultores – com o aumento das produções, os colonos passaram a vender as culturas produzidas. As vendas eram realizadas principalmente na cidade de Campinas e o transporte realizado pela Estada de Ferro Funilense, que ligava o núcleo diretamente ao centro de Campinas. Com a intensificação das relações entre

os lugares, foram surgindo alterações no estilo de vida dos colonos. Aspectos da vida urbana foram aos poucos sendo introduzidos no núcleo, os colonos deixavam de lado atividades rurais para iniciarem atividades urbanas, muitos inclusive passaram a trabalhar em indústrias de Campinas e a vida no núcleo foi se modificando. Como era regulamentado por lei estadual, quando o núcleo colonial apresentasse condições satisfatórias de se manter sem ajuda do governo e sem administração, o local seria emancipado e passaria a ser um novo bairro – no caso chamado de Vila Cosmópolis – integrante do município em que estivesse localizado – no caso, Campinas. Anos depois o local elevou-se de condição político e administrativo, surgindo então o Município de Cosmópolis.

A seguir, no segundo capítulo, analisaremos brevemente o processo de imigração ocorrido em São Paulo, direcionado tanto para as fazendas de café quanto para os núcleos coloniais do governo. Além disso, analisaremos também o papel do caboclo e caipira diante da política de mão-de-obra e colonização paulista.

Segundo capítulo:

A mão-de-obra das lavouras de café e dos núcleos coloniais:

1) O trabalhador imigrante:

No capítulo anterior realizamos um estudo sobre a “civilização caipira”, localizada no estado de São Paulo. Apresentamos os primeiros e principais estudos – que julgamos relevantes para a dissertação – de autores da sociologia que se preocuparam em definir e conceituar esta “civilização” e todas suas características; desde a forma como se originaram, passando pela forma como se organizaram social, política, cultural e economicamente e, finalmente, como se manifestaram e refletiram diante de momentos de crises estruturais. Observamos a origem dos “Bairros Rurais Paulistas” estritamente ligada ao funcionamento e ao estilo de vida do caipira paulista e entendemos que o desenvolvimento ou a decadência desses bairros foram fundamentais para o surgimento de novos municípios e cidades, contribuindo para o aumento da malha urbana do interior paulista.

Na presente pesquisa de mestrado trabalhamos com o Núcleo Colonial Campos Salles e tentamos encontrar as possíveis características que o aproxime de um típico bairro rural paulista, assim como as relações que ocorreram entre este bairro e o núcleo urbano, que era Campinas, concluindo na transformação do antigo núcleo rural em um novo núcleo urbano. Todavia, o núcleo em questão não foi formado e se originou da mesma maneira que outras comunidades rurais paulistas – de acordo como descreveram em suas obras citadas anteriormente Antonio Cândido, Emílio Willems e Maria Isaura Queiroz²² – exclusivamente com caipiras paulistas, mas sim com imigrantes europeus. Como veremos adiante, a presença de caipiras e trabalhadores nacionais no núcleo Campos Salles se deu de forma excludente e marginal diante dos aspectos sociais, culturais e econômicos que ajudaram a formar as características do núcleo nos seus anos iniciais. Mesmo dessa maneira, com a participação da cultura caipira sendo limitada dentro do núcleo, ela foi fundamental e complementar no seu processo de crescimento e na sua posterior evolução em cidade, como também na região próxima ao núcleo.

²² Exceto o Bairro de Taquari, no Município de Leme, de acordo como descreveu Maria Isaura, teve sua formação originada com o encontro entre as tradições da cultura caipira e imigrante.

Sendo assim, apresentaremos na primeira parte deste capítulo os estudos que foram realizados referentes ao tema da imigração, uma vez que famílias de imigrantes alemães e suíças foram as primeiras a se estabelecerem no núcleo Campos Salles. A seguir, a segunda parte do capítulo dedica-se aos estudos sobre o trabalhador livre nacional – trabalhador presente no núcleo e ao redor deste – e integrante na civilização da cultura do caipira paulista.

Quando o governo Imperial, num primeiro momento, decide se empenhar na criação de núcleos coloniais oficiais de imigração, seguido mais tarde pelo governo do estado de São Paulo nessa mesma decisão – onde os objetivos através dos núcleos eram abastecer as cidades com gêneros alimentícios, fornecer mão-de-obra para a lavoura cafeeira e, em alguns casos, garantir o povoamento de espaços isolados e distantes – as intenções eram de estabelecer famílias de imigrantes para serem os colonos desses núcleos e, dessa maneira, criar núcleos coloniais oficiais de imigração. Os núcleos foram feitos com função de receber essas famílias. As leis e os decretos eram trabalhados para que famílias inteiras de imigrantes agricultores se instalassem para viver nos núcleos.

No entanto, o projeto de colonizar apenas com famílias imigrantes os núcleos oficiais paulistas falhou. Como a demanda de imigrantes para os núcleos passou a ser insignificante, o governo decide liberar a venda de lotes para famílias nacionais. Anos mais tarde, as famílias brasileiras passariam a representar o maior número de colonos dentro dos núcleos do estado de São Paulo.

Mesmo com essa abertura para as famílias nacionais os núcleos permaneceram com alguns imigrantes e foram esses poucos os responsáveis pelo estabelecimento e enraizamento de suas tradições, miscigenadas, futuramente, com as tradições das famílias nacionais nos núcleos. A bibliografia e a historiografia que tratou de pesquisar e divulgar a história dos núcleos (como veremos adiante nos trabalhos de dissertações e teses específicas sobre núcleos coloniais) traz em destaque, senão como principal característica, a questão da colonização imigrante nesses lugares. Por isso a necessidade para a dissertação de se estudar o tema imigração.

Para a análise e o conhecimento mais detalhado na questão da imigração, recorreu-se principalmente, ao auxílio das seguintes bibliografias: Michael M. HALL (2003), Michael M. HALL e Verena STOLCKE (1983), Thomas HOLLOWAY (1984), Sérgio Buarque de HOLANDA (1996) entre outros trabalhos que serão citados adiante.

As obras citadas anteriormente analisam o processo de imigração ocorrido no Brasil para utilização na lavoura cafeeira. O recorte cronológico utilizado pelos autores se inicia alguns anos antes da definitiva assinatura da abolição da escravatura, até o momento em que o governo paulista decide tomar as rédeas da imigração, passando a ser esta completamente subsidiada e financiada pelo dinheiro estatal. Dentro desse contexto são trabalhadas as seguintes questões: as discussões entre governantes a respeito do fim do trabalho escravo e da imigração como única maneira de suprir a crise de mão-de-obra; as pressões dos fazendeiros paulistas para se resolver esta crise; as condições de vida dos imigrantes nas fazendas; os contratos de trabalho nas fazendas paulistas; a criação de núcleos oficiais; e, finalmente, o subsídio do governo para a imigração em larga escala.

Os núcleos coloniais são citados nas obras como parte dos eventos que existiram entre a abolição e o subsídio oficial dos imigrantes (subsídio de particulares - sistemas e tipos de contratos nas fazendas - núcleos coloniais - subsídio oficial). Não são citados nas obras muitos detalhes específicos sobre o funcionamento e o dia-a-dia dos núcleos coloniais.

Dessa forma, de acordo com a análise das obras sobre imigração, encontramos o seguinte quadro histórico referente ao Brasil:

Até aproximadamente os anos de 1850, o número de escravos existentes no território paulista era suficiente para atender as plantações da lavoura cafeeira de exportação. (HALL e STOLKE, 1983:80) A partir dessa data a produção e a exportação do café começaram a se tornar, aos poucos, a principal atividade econômica nacional. Também nesse período, o principal eixo econômico-social do Brasil se deslocou das províncias nordestinas para a província paulista, deixando em segundo plano o importante papel econômico e social das culturas de cana-de-açúcar.

Apesar das lavouras de café e de cana-de-açúcar terem sido as principais atividades econômicas nacionais e as que mais renderam lucro para fazendeiros e governos com as exportações, elas aconteceram de formas e em momentos completamente distintos.²³ Sérgio Buarque de Holanda refere-se à lavoura canavieira como uma “*unidade fechada, suficiente, quase autárquica*” (HOLANDA, 1996:20) Nos engenhos produtores de açúcar e água-ardente,

²³ BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro – Aspectos políticos*. Terceira edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. A autora ainda cita mais duas semelhanças entre as lavouras do nordeste e do sudeste: ambas foram marcadas por processos cíclicos que se iniciaram com uma expansão, passaram por um momento de apogeu e terminaram num declínio – ou crise de superprodução. A existência dessas produções também se classifica, segundo a autora, por apresentarem o baixo nível técnico e a baixa remuneração de seus agentes diretos de produção. Entretanto, podemos discordar que, no caso do sudeste, devido às técnicas mais modernas de produção introduzidas pelos imigrantes, as condições de trabalho podem ter sido um pouco diferentes do nordeste.

onde o trabalho predominante nas lavouras foi realizado por escravos, também esses eram responsáveis por qualquer outro tipo de produção, para seu próprio consumo e consumo da família de seu senhor. Na maioria das vezes, não havia a necessidade de sair dos engenhos para realizar trocas ou compras de qualquer tipo de produto, desde alimentos e vestimentas a animais e acessórios, entre outros.

Maria Sylvia de Carvalho FRANCO (1997) também concorda com esta visão de Sérgio Buarque de Holanda. Nos latifúndios de cana do nordeste existiram intensas culturas de gêneros alimentícios, que eram a base de sobrevivência dos senhores, escravos e trabalhadores. Paula Beiguelman (BEIGUELMAN, 2005) ainda acrescenta que, apesar de ter existido produções de alimentos nas fazendas de cana-de-açúcar, estas nunca foram para as vendas e exportações, apenas para consumo interno da fazenda. Já o cultivo da cana era exclusivo e único para a exportação.

Certamente, esta visão sobre o funcionamento e sobre o dia-a-dia dos engenhos nordestinos não se resume apenas a isto, no entanto, nos parece ser o suficiente para entender, num primeiro momento, as diferenças entre o modelo das grandes fazendas de café paulistas.

Em São Paulo, a existência de culturas alimentares foi bem menos significativa dentro das grandes fazendas cafeeiras, onde o produto único e exclusivo para a exportação foi o café (FRANCO, 1997). Por outro lado, essa rudimentar cultura alimentícia quando foi estimulada a acontecer nos núcleos coloniais oficiais criados pelo governo estadual, se destinou para grandes vendas em centros urbanos e também foi responsável por uma embrionária atividade industrial (BEIGUELMAN, 2005).

Junto com a nova produção mercantil de café, surgirá em São Paulo outro conceito da forma de funcionamento da terra e da propriedade²⁴ “*A terra cultivada deixa de ser seu pequeno mundo (os fazendeiros) para construir simplesmente seu meio de vida, sua fonte de renda*” (HOLANDA, 1996:20). As fazendas passam a produzir o café em uma escala caracterizada pelas seguintes tendências nas produções: quantidades altas, rapidez e modernização das técnicas de lavoura – o que passou a demandar da mão-de-obra utilizada um trabalho realmente absorvente e exclusivo, não podendo mais o escravo se dedicar ao cultivo de outros alimentos e a outras atividades na fazenda. Além disso, segundo nos indica Holanda, a quantidade de escravos em São Paulo não era tão numerosa como em outras províncias brasileiras.

²⁴ Sobre a ideia de propriedade e posse da terra veremos mais adiante a Lei de Terras de 1850.

As poucas atividades agrícolas que restavam eram cultivadas pelos inúmeros trabalhadores livres: as famílias de pequenos camponeses e agricultores (tema tratado no item seguinte).

Vemos crescer, dessa maneira, duas sérias crises que assolariam todo o país, mas que realmente trariam graves preocupações para governantes e fazendeiros paulistas, que se empenhavam ao máximo no cuidado com a monocultura do café: a crise na mão-de-obra e a crise no setor alimentício. A partir de 1850 a carestia de alimentos em grandes centros urbanos passa a ser alarmante para os governantes e este se torna um assunto recorrente nos relatórios dos Presidentes de Províncias (HOLANDA, 1996), assim como, principalmente, os assuntos relativos ao problema da crise de mão-de-obra na lavoura cafeeira.

Podemos conferir nos Relatórios de Presidentes de Províncias²⁵ alguns discursos de governadores a respeito da gravidade da crise no setor da mão-de-obra, que afetaria e prejudicaria muito a lavoura cafeeira.

No relatório do ano de 1871, apresentado pelo Presidente da Província paulista à Assembléia Legislativa, Antonio da Costa Pinto Silva²⁶ ressalta as duas crises referidas anteriormente e comenta que, há cerca de vinte anos, importantes fazendeiros paulistas já haviam demonstrado desejo de introduzir o trabalho livre em suas fazendas. Algumas tentativas de colônias particulares existiram e deram bons resultados, outras fracassaram. O braço escravo ia se demonstrando cada vez mais escasso com a eminente crise na lavoura do país, sendo necessária e urgente a substituição dos elementos de trabalho. Uma iniciativa a ser tomada por todo cidadão. As iniciativas particulares de subsidiar a imigração haviam demandado grandes quantias dos bolsos dos fazendeiros; já para o governo, gastar com o subsídio da vinda de imigrantes só geraria mais lucros futuros, com a arrecadação de impostos e crescimento da lavoura. Ainda neste relatório, o Presidente cita o nome de alguns importantes fazendeiros da região de Campinas, que estavam encontrando sucesso com a introdução de imigrantes em suas fazendas, como forma de substituir o escravo pela mão-de-obra livre. Entre eles, o Conde de Parnaíba, fazendeiro produtor de café e algodão.

²⁵ Relatórios de Presidentes de Províncias. Retirados do seguinte endereço eletrônico: <http://www.crl.edu>.

²⁶ Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provinciana pelo presidente Sr. Dr. Antonio da Costa Pinto Silva em 5 de fevereiro de 1871. Relatórios de Presidentes de Províncias.

Dez anos depois, no relatório do ano de 1880 o Presidente da Província²⁷ Laurindo Abelardo de Brito cita que medidas urgentes estavam sendo tomadas para incentivar a imigração ao país, pois se aproximava o fim do trabalho escravo e a utilização do imigrante seria a única maneira de se evitar a crise nacional na lavoura. As iniciativas de substituição para o trabalho livre estavam sendo tomadas tanto pelo governo quanto por particulares.

Os Relatórios analisados, referentes aos anos de 1885, 1887, 1889, 1897 e 1898, revelam nos discursos que os Presidentes estavam demasiado preocupados com a crise de mão-de-obra, e que esforços urgentes não faltariam da parte deles para a solução da crise, sendo uma dessas medidas o incentivo à colocação de imigrantes diretamente para os trabalhos em lavouras de café. Em todos os Relatórios é dada ênfase especial à lavoura paulista, sempre citada e referida como o maior tesouro da província e que esforços não faltariam nunca para que funcionasse e prosperasse continuamente. No Relatório do Presidente Barão de Parnaíba, de 1887, ainda encontramos:

*“Não há ramo da administração Provincial que mais atenção, estudo e cuidado deva merecer esta Assembléia e do Governo do que este, (Colonização e Imigração) sobre o qual repousa o bem estar presente e, principalmente, o futuro da nossa Província. Descuidado, e não envidado, de comum acordo, legisladores e administração todos os esforços, não poderá a Província resistir com hombridade à crise que está passando a lavoura, e que se nos antolha em maiores e mais vastas proporções.”*²⁸

Ainda a respeito da crise no setor da mão-de-obra, as questões foram bem mais complexas e não envolveram apenas assuntos políticos e econômicos, mas também assuntos referentes aos aspectos culturais, de acordo como veremos adiante sobre a utilização da mão-de-obra livre nacional nas lavouras de café.

Além dessa nova demanda que a produção cafeeira de exportação estava exigindo da mão-de-obra escrava, desde meados do século XIX surgiram cada vez mais críticas e ataques severos sobre esse sistema de trabalho escravo no Brasil, advindas principalmente da Inglaterra. Cedendo às pressões, em 1850 é decretado no Brasil o fim do tráfico de escravos vindos da África (“Lei Eusébio de Queiróz” de 04 de setembro de 1850). Diante desse contexto, prevendo os futuros problemas com a falta de mão-de-obra escrava e já sentindo os efeitos da exaustão da

²⁷ Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provinciana pelo Presidente Laurindo Abelardo de Brito em 13 de janeiro de 1880. Relatórios de Presidentes de Províncias.

²⁸ Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente Barão de Parnaíba, no dia 17 de janeiro de 1887. Relatório de Presidentes de Províncias.

nova lavoura cafeeira para os escravos, é que alguns fazendeiros paulistas decidem arriscar a introdução do trabalho livre em suas propriedades.

As primeiras tentativas de trabalho livre coexistiram, ao mesmo tempo, com o trabalho escravo nas fazendas de café paulistas (o senador Vergueiro, dono da Fazenda Ibicaba em Limeira, tornou-se o primeiro cafeicultor a realizar uma experiência com o trabalho livre em sua fazenda, ainda no ano de 1840) e até os últimos anos da década de 1880 a escravidão ainda continuava a ser uma instituição viável em São Paulo. A partir de 1887, com o aumento de rebeliões, fugas, o alto preço do escravo e a falta deste no mercado, mais fazendeiros começaram a pensar na possibilidade de se utilizar o trabalho imigrante e assalariado. Logo de início, a preferência foi pelos imigrantes italianos, que aparentemente representavam para a classe cafeeira serem “*mais dóceis que os escravos*” (HALL, 1979:202).

Com os primeiros subsídios dos fazendeiros na vinda de trabalhadores imigrantes para atender as lavouras de café, a disponibilidade de mão-de-obra italiana foi grande ainda dentro do sistema escravocrata brasileiro. Anos antes de a abolição ser definitivamente assinada (no ano de 1888), a quantidade de italianos nas lavouras paulistas já ultrapassava o número de escravos. Aliás, segundo Michael M. HALL (1979:202) foi justamente o elevado número de imigrantes disponíveis para atender as lavouras de café, com o trabalho assalariado, que possibilitou o fim da escravidão – esta acontecendo de forma gradual e quase pacífica.

Mais de um milhão e meio de imigrantes foram trazidos ao Brasil entre 1880 e 1920, a grande maioria para trabalhar nas fazendas de café do estado de São Paulo (HALL, 1979:202). Por sua vez, quando Thomas Holloway (HOLLOWAY, 1984) apresenta em sua obra uma descrição dos números e as características dos imigrantes que passaram pela Hospedaria dos Imigrantes, cita que grande parte dos hospedados no local se dirigiu para as fazendas paulistas, mas que em contrapartida, “*uma porção muito pequena daqueles que passaram pela Hospedaria foi para os núcleos coloniais patrocinados pelo governo, e uns poucos foram diretamente para ocupações urbanas nas cidades interioranas em expansão.*” (HOLLOWAY, 1984:104)²⁹ Certamente, esses números que Holloway demonstram sobre o baixo número de imigrantes que se dirigiram aos núcleos oficiais do governo, deixam bem claro a pequena quantidade de estudos e bibliografia referentes ao tema.

²⁹ Como nos indica a informação de M. Hall e a citação de T. Holloway, é importante atentarmos ao fato de que a maioria dos imigrantes que vieram ao Brasil foi dirigida para as fazendas de café, e não para os núcleos coloniais como era o interesse do governo quando este inicia a política de criação destes.

Para os cafeicultores, governantes e a sociedade em geral, apoiar e investir na imigração para o Brasil ia um pouco além da questão de resolver a crise de mão-de-obra. Acabar definitivamente com o trabalho escravo poderia ser – e foi – um grande problema no sentido da dificuldade de adaptação que encontraria – e encontrou – a sociedade que conviveu durante séculos com esse sistema. Por outro lado, essa mesma sociedade não suportava mais o pesado fardo que carregava com as tortuosidades da escravidão, já que era o que diziam sobre o Brasil os países de onde vinham as “vozes da razão”, como a Inglaterra, a França e a Alemanha. A possibilidade que a imigração em massa para o Brasil apresentou foi bem mais do que resolver apenas uma crise econômica, foi também para se resolver um problema social e cultural, afinal, uma nova nação brasileira poderia ser construída com os europeus: uma nação moderna, europeizada e estável. Imaginou-se que desta maneira as marcas da escravidão poderiam ser apagadas, esquecidas e um novo capítulo da história do Brasil começasse a ser escrito, baseado no modelo de sociedade europeia. Em 1889 o discurso do Presidente de Província Dr. Pedro Vicente de Azevedo se refere que tanto a Província quanto o país eram mal vistos pelo mundo devido à escravidão, como também pelas condições climáticas e pelas doenças, mas, no entanto, essa situação de escravidão no país chegava ao seu fim, e São Paulo passaria ser um lugar reconhecido e civilizado para se viver³⁰.

A idéia dos fazendeiros preferirem os italianos como trabalhadores para suas fazendas estava no fato desses serem católicos e, conseqüentemente, também mais receptivos e mais dóceis. Ainda, existia a preferência por esses italianos virem acompanhados com toda sua família e serem de origens camponesas. Algumas experiências haviam sido feitas anteriormente com imigrantes alemães e portugueses e não haviam dado certo. Para justificar o fracasso dos alemães, foi muito usada a desculpa desses possuírem diferenças relevantes por serem de religião protestante, possuírem língua e costumes bem adversos e vindos de uma região com clima frio, bem diferente ao Brasil. Sobre os portugueses as justificativas foram a propósito da questão da inadaptabilidade e certa falta de vontade que estes tinham para trabalhar. Na verdade, no caso dos alemães, até é certo que a adaptação foi muito difícil no Brasil, mas o que acontecia realmente é que as condições de vida de trabalho desses primeiros imigrantes em São Paulo foram tão precárias, que lhes faltavam qualquer incentivo ou força de vontade para o trabalho. Ficou fácil

³⁰ Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente Dr. Pedro Vicente de Azevedo, no dia 11 de janeiro de 1889. Relatório de Presidentes de Províncias.

assim para os fazendeiros culpá-los pelo fracasso e justificar isso devido à etnia ou religião, preferindo, portanto, os italianos como trabalhadores.

Sobre a preferência e o incentivo às famílias italianas como trabalhadores nas fazendas, eram as mesmas as opiniões de maioria dos políticos. Martinho Prado Júnior discursa da seguinte maneira na Assembléia Legislativa Provincial de 17 de janeiro de 1888: Os italianos eram preferidos por serem “*perfeitamente adaptados, pela moralidade e inexcusável amor ao trabalho, aos nossos desejos, se nos quisermos pronunciar com imparcialidade e justiça.*”³¹

Além dessas questões culturais que envolviam os interesses da mão-de-obra imigrante na lavoura, os fazendeiros se preocupavam em garantir que seus trabalhadores continuassem, assim como os escravos, a serem obedientes, eficientes e disciplinados. Qualidades essas que, como acreditavam os fazendeiros, não possuíam os trabalhadores nacionais, mas que possuíam os imigrantes. Como veremos a seguir, os primeiros contratos de trabalho entre fazendeiros e imigrantes demonstraram que a mentalidade dos fazendeiros continuou enraizada nas estruturas do sistema escravista, perante a forma com que tratavam seus colonos e exigindo destes a mesma obediência, eficiência e disciplina que impunham antes a seus escravos.

O primeiro tipo de contrato estabelecido pelos fazendeiros sobre seus novos trabalhadores foi o sistema de parceria; este vigorou nas fazendas paulistas durante os anos das décadas de 1850: “*Uma forma padronizada de divisão de colheita vigente em muitas áreas da agricultura pré-moderna. Apesar da igualdade que sugere o seu sentido literal, os parceiros estavam longe de ter igualdade de condições.*” (HOLLOWAY, 1984:112)

Os fazendeiros pagavam as despesas de transporte das famílias imigrantes da Europa para São Paulo e adiantavam quantias suficientes para sustentar os recém-chegados até que eles pudessem colher alimentos nos lotes onde eram estabelecidos nas fazendas. Depois de certo tempo de trabalho dos imigrantes, o fazendeiro esperava o reembolso destes por todas as quantias feitas, inclusive com juros. A cada imigrante era destinado um bloco de cafeeiros para cultivar e toda produção conseguida nas colheitas era passada para o fazendeiro. No final, o trabalhador recebia metade do lucro líquido da venda final do café colhido dos pés que cuidava. Para a moradia do imigrante era destinada uma casa, pela qual às vezes cobrava-se um pequeno aluguel,

³¹ Discurso de Martinho Prado Júnior na Assembléia Legislativa Provincial de 17 de janeiro de 1888. In: BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro – Aspectos políticos*. Terceira edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

uma área para agricultura de subsistência da família e criação de alguns animais domésticos. O cafeicultor também recebia metade da produção dessas parcelas que excedesse às necessidades de subsistência do trabalhador (HOLLOWAY, 1984, *passim*).

Nesse sistema, a renda do parceiro dependia da produtividade do café sobre seus cuidados, do preço do café que era vendido no mercado e, também, das condições favoráveis da natureza para uma boa produção; tudo isso vinculado à boa vontade do fazendeiro que se esperava não agir de má fé. As condições dos parceiros foram muito precárias nesses primeiros momentos; eles levavam anos para conseguir juntar dinheiro e pagar suas dívidas acrescidas de juros e mais juros. A expectativa dos imigrantes era conseguir pagar as dívidas e deixar as fazendas com algum dinheiro para poderem comprar um pedaço de terra. Enquanto isso não chegava, eles deveriam ficar presos nas fazendas, pagando suas prestações e trabalhando nas plantações, pagando na verdade pela sua liberdade.

Inicialmente o sistema de parceria apresentou-se com sucesso, principalmente na Fazenda do Senador Vergueiro, o que fez com que muitos fazendeiros paulistas decidissem utilizar esse sistema. No entanto, pouco tempo depois, começaram a surgir os primeiros sinais de descontentamento dos colonos em decorrência dos maus tratos, dos baixos lucros obtidos, das dívidas sem fim e das supostas denúncias de corrupção e fraude cometidas pelos fazendeiros. Em 1856 um grupo de trabalhadores suíço insurgiu-se na fazenda nova Olinda, em Ubatuba. No mesmo ano em dezembro, ocorreu a revolta mais importante de colonos contra fazendeiros: na fazenda Ibicaba, do senador Vergueiro. Os boatos das revoltas se espalharam e instigaram mais imigrantes insatisfeitos; junto a isso, também aconteceram algumas insurreições de escravos. Esses fatos colaboraram para que os fazendeiros comesçassem a se desinteressar e desistir das experiências do trabalho livre e pelo sistema de parceria, que se apresentou como um verdadeiro fracasso. (HALL e STOLKE, 1983:83)

Já para Regina Maria D'Aquino Fonseca GADELHA (1982), em sua tese de doutorado, na qual discorre sobre o papel dos núcleos coloniais oficiais no processo de acumulação cafeeira em São Paulo, o sistema de parceria não pode ser considerado um fracasso quanto aos resultados que foram obtidos pelos números das colheitas de café. Aliás, Gadelha cita diversos casos onde alguns colonos contratados pela parceria conseguiram, através do trabalho nas fazendas, juntar dinheiro suficiente para comprar seu próprio pedaço de terra. Segundo ela, o problema da evasão

e da falta de imigrantes nas fazendas se deu mais pela proibição dos governos alemães e suíços de continuarem permitindo a vinda dos conterrâneos para o Brasil, fato que gerou falta de braços para a lavoura. Parte da mão-de-obra ainda utilizada advinha dos imigrantes portugueses, não proibidos de continuar vindo para o Brasil, e dos trabalhadores livres nacionais – os mais explorados, inclusive. Ainda também era constante o uso da mão-de-obra escrava nos momentos de maior crise de trabalhadores.

Ao longo dos anos, algumas alterações foram sendo feitas nos contratos entre imigrantes e fazendeiros, mas, mesmo assim, foram insuficientes para melhorar a vida dos imigrantes. O problema da dependência destes pelo fazendeiro só começou a ser resolvido em meados da década de 1880, com a possibilidade da abolição dos escravos, quando o governo, diante das pressões dos fazendeiros, passou a subsidiar a imigração europeia em larga escala. De certo modo, o fazendeiro também mantinha uma dependência por seus trabalhadores, afinal, estava dependendo altas quantias para subsidiar a vinda deles até as fazendas. Não era interessante que a produtividade no setor cafeeiro realizada pelos imigrantes fosse baixa, pois renderia prejuízos para os fazendeiros. A consequência foi o desinteresse dos cafeicultores pelo trabalho livre, mas utilizando ainda enquanto pudesse o braço escravo e, em alguns momentos, o trabalhador nacional livre.

Após os anos de 1860, o sistema de parceria foi mudado de várias maneiras. Em vez de dividir o resultado da venda da colheita, algumas fazendas começaram a pagar a cada trabalhador uma cota fixa por unidade de volume de café colhido dos pés sob o seu cuidado. O cafeicultor também desistiu do direito à metade da lavoura de subsistência que os trabalhadores cultivavam. Enfim, o dia de trabalho gasto em várias outras atividades era pago segundo uma diária contratada em separado. Esta variação começou a receber o nome de contrato de preço marcado (ou 'por ajuste') (HOLLOWAY, 1984:114).

M. Hall descreve este mesmo sistema e classifica-o como sistema de locação de serviços (HALL e STOLKE, 1983:95). Tal sistema veio para tentar ajudar a diminuir as incertezas do trabalhador, e dividir com o fazendeiro os possíveis prejuízos; substituiu o sistema de parceria e vigorou entre os anos de 1860-1870. Mesmo assim, os trabalhadores continuavam sobrecarregados de dívidas, presos à fazenda, vivendo em péssimas condições de vida e sofrendo maus tratos. Em muitos casos, os fazendeiros faziam suas próprias regras para lidar com os imigrantes. A figura do capataz era a representação máxima de autoridade e abuso dos

fazendeiros sobre seus empregados; o uso da violência psicológica e física sobre eles era constante dentro das fazendas.

Finalmente,

“Ao mesmo tempo em que o sistema de empreitada estava, de um modo geral, substituindo a parceria nas décadas de 1860-1870, algumas fazendas deram um passo mais à frente na redução das incertezas dos rendimentos do trabalhador livre. Elas separaram o pagamento pelo cultivo anual dos cafezais. Este foi o passo final na evolução da parceria para o contrato de colonato.” (HALL e STOLKE, 1983:115)

Com este sistema o trabalhador não estava mais sujeito às oscilações da natureza e do mercado, já que o pagamento pelo cultivo não dependia mais do volume da safra. O imigrante e sua família poderiam cuidar de quantos pés de café conseguissem manter.

“Esta alternativa para o sistema de colonato foi conhecida em São Paulo como plano de viveiros”. “O conceito de viveiros tinha uma atraente simplicidade, como alternativa ou suplemento, para o sistema de colonato. Houve repetidos esforços para desenvolver esse padrão de pequenas propriedades, tanto em terras públicas, como particulares.” (HALL e STOLKE, 1983:187)

Holloway defende que a parceria e o contrato de preço marcado se extinguiram no oeste paulista, na época em que a abolição da escravatura estava no seu limite e por todo período de fins da década de 1880 até 1930. O contrato de colonato foi a nova forma estabelecida de organização do trabalho na fazenda (HALL e STOLKE, 1983:117). Diversas parcerias existiram entre a iniciativa pública e a privada no sentido de estabelecerem pequenas propriedades de terra baseadas no sistema de colonato.

Junto com o começo da utilização do sistema de colonato, iniciado nos anos de 1880, tem-se início também as primeiras imigrações em massa subsidiadas pelo governo. Imigrações essas voltadas à preferência pelas famílias italianas, como abordamos anteriormente.

Para os cafeicultores, quanto mais os imigrantes continuassem disponíveis para o trabalho e não fixos em suas propriedades, mais aqueles seriam beneficiados pela vasta e barata disponibilidade de mão-de-obra para suas lavouras, pois era a garantia para os fazendeiros de terem sempre uma família imigrante à procura de trabalho. Mas, de outro modo, manter uma família sempre fixa em uma fazenda era visto também de forma negativa, já que essas estavam sempre à procura de melhores condições de vida e os contratos atuais eram assinados anualmente,

vencendo no fim do ano agrícola, ou seja, no fim das colheitas. Justamente o fato de não serem proprietários de terra, era o incentivo que os imigrantes deixassem sem problema algum a fazenda onde trabalhavam e fossem em busca de outra. Muitos saíam, inclusive, antes de pagar todas suas dívidas com os fazendeiros e passavam a ser foragidos e procurados pela polícia. Por isso a estratégia do governo e de alguns fazendeiros ao iniciar a idéia de estabelecer pequenas propriedades onde seriam instaladas as famílias de imigrantes.

O objetivo do governo, quando inicia as medidas de subvenção aos imigrantes, era no sentido de criar a mão-de-obra para os particulares. Entretanto, além de continuar com os incentivos à política de imigração direcionada para as lavouras de café, utilizando os contratos do sistema de colonato e tornando o território paulista uma esteira de trabalhadores baratos, o governo também inicia o incentivo à outra política. Dessa forma, é retomada a idéia de núcleos coloniais com pequenas propriedades produtoras de alimentos, como os núcleos no sul do Brasil no período Imperial. Como forma de atrair o imigrante para o Brasil, agora a propaganda do governo passaria a ser feita, também, baseada na idéia dos imigrantes já virem como proprietários de suas terras.³²

A Secretaria da Agricultura de São Paulo passa oficialmente a incentivar a formação das pequenas propriedades, que complementariam as grandes fazendas, ao invés de competir com elas. Seriam construídos nas proximidades de cada grande lavoura núcleos de população permanente – seriam os Núcleos Coloniais oficiais do estado de São Paulo.

A propaganda positiva de São Paulo, focalizando intensamente a boa qualidade da terra, da lavoura paulista e a possibilidade de se tornar um futuro proprietário de terra, passou a ser a grande estratégia do governo, com a Secretaria da Agricultura, para trazer o imigrante ao país. A revista “O Imigrante”, publicada na Europa e direcionada para atender as famílias que desejassem vir ao Brasil, escrita em alemão, italiano, português, francês, polaco e russo, diz na primeira página em sua publicação de janeiro de 1907:³³ “*Vantagens concedidas aos imigrantes pelo governo do Estado de São Paulo – viajar para o Brasil sem fazer despesas. Hoje imigrante amanhã proprietário*”.

³² Nesse momento também, a propaganda do governo de incentivo aos imigrantes se dirigirem ao Brasil foi feita para amenizar as denúncias de maus tratos aos imigrantes que estavam sendo constantemente feitas. Fato que levou, inclusive, ao endurecimento nas leis de saída dos emigrantes dos países europeus. Uns países, inclusive, passaram a proibir a vinda para o Brasil.

³³ Revista O Imigrante. Ano I Janeiro de 1907, número 1.

Ainda na revista, há indicações do que o imigrante deve fazer e as instruções para se estabelecer em um núcleo colonial e se tornar proprietário de terra: “*Como se tornar um proprietário. Qualquer família recém chegada ao Estado de São Paulo pode tornar-se um proprietário de um lote de terra, sem grande esforço ou dispêndio*”.

Ao longo das publicações da revista (de 1907 até 1911), encontramos mais propagandas positivas sobre a qualidade da lavoura paulista e sobre a facilidade de se conseguir um lote de terra. Há diversas fotos, tabelas com números e descrições sobre os núcleos coloniais oficiais do estado de São Paulo, para que os imigrantes vejam e se interessem para se dirigir aos núcleos.

“O governo do Estado de São Paulo conscioso de que o povoamento do solo é um dos mais seguros fatores de riqueza estadual, esforço algum tem poupado em benefício de levar a efeito essa obra de alto alcance político, social e econômico. Para exemplo disso ai temos em pleno desenvolvimento os núcleos coloniais, criado na atual administração, nos quais todas as vantagens encontram os imigrantes que a eles se dirigem... (...) Devido ao extraordinário desenvolvimento que está sendo alcançado pelo Estado de São Paulo (Brasil) em todos os ramos da atividade humana e, em vista da grande extensão que estão tomando as culturas nas regiões agrícolas do Estado, grande tem sido também a necessidade de braços para atender as exigências de seu rápido progresso.”³⁴

Não logo no início das iniciativas do governo estadual de estabelecer esses núcleos, mas depois, vendo os benefícios que poderiam trazer, muitos fazendeiros paulistas passam a concordar com essa nova forma de obtenção de mão-de-obra e muitos passam a dividir suas fazendas em lotes para vendê-los aos imigrantes. O governo, inclusive, passa a conceber diversos benefícios e incentivos fiscais para os particulares que tomassem a iniciativa de dividir suas fazendas em lotes de terras e estabelecer imigrantes nelas, ou para os fazendeiros que doassem suas terras para a criação de núcleos coloniais. Não só imigrantes subsidiados compram os lotes, mas também imigrantes vindos espontaneamente da Europa, que sonhavam em se tornar pequenos proprietários. O governo estadual assume a propaganda de incentivo às pequenas propriedades para o estabelecimento de imigrantes, e se esforça para substituir de vez os sistemas antigos pelo sistema de viveiro de trabalhadores. Pensando sempre no benefício e estabilidade da grande lavoura cafeeira.

³⁴ Revista O Imigrante. Ano I. Janeiro de 1908.

“Com os núcleos da década de 1880 e 1890 estabeleceu-se um padrão que o Estado seguiu no século XX. O governo adquiria terras marginais, muitas vezes de solo fraco e no fundo de vales não apropriada para o café, que fazendeiros insolventes ou excessivamente endividados estavam ansiosos para vender. A Secretaria da Agricultura inspecionava as terras e delimitava os lotes considerados suficientemente grandes para sustentar famílias imigrantes. Um administrador nomeado pelo Estado ajudava os recém-chegados a se estabelecer, mantinha registros do pagamento dos lotes pelos colonos, orientava nos trabalhos comuns, como a manutenção de estradas e fiscalizava o cumprimento das numerosas regras paternalistas. Os residentes pagavam seus lotes de acordo com vários planos, sendo o prazo usual de cinco a dez anos. A emancipação ocorria quando todos ou a maioria dos habitantes pagassem suas dívidas e recebiam o título de posse da terra, ocasião em que o administrador se retirava, tornando-se o ex-núcleo uma parte normal do município em que estava localizado.” (HOLLOWAY, 1984:197)

De 1885 a 1911, vinte e cinco núcleos coloniais do governo foram estabelecidos na zona cafeeira de São Paulo e seis núcleos no Vale do Paraíba. Na virada do século XIX para o XX, a solução de viveiros já era parte política oficial de imigração e trabalho de São Paulo.

Ao longo da exposição feita anteriormente, sobre o processo da passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, finalizando com o subsídio de imigrantes europeus e com a política de criação de núcleos coloniais, observamos as realizações e os interesses específicos de dois grupos dominantes no estado de São Paulo – os fazendeiros e os políticos. Sobre esses dois grupos temos as seguintes análises.

Em *Os fazendeiros paulistas e a imigração* (HALL, 2003), M. Hall descreve as manobras políticas e os jogos de interesses dos líderes dos fazendeiros paulistas durante as décadas de 1880, quando estes conseguiram convencer o governo da necessidade deste ser o responsável pela subvenção da mão-de-obra imigrante para o Brasil. O que, como foi dito anteriormente, favoreceu a abolição da escravatura de forma “relativamente pacífica” (HALL, 2003:153). No entanto, já nos anos de 1850 podemos citar algumas medidas tomadas pelo governo que aconteceram no sentido de favorecer a classe dos latifundiários monocultores, principalmente os paulistas em suas lavouras de café. A lei mais representativa que favoreceu diretamente os cafeicultores paulistas aconteceu no ano de 1850, a chamada “Lei de Terras”.

Não foram poucas as manobras dos representantes políticos dos fazendeiros na Assembléia Legislativa de São Paulo, em benefício da imigração em massa subsidiada para atender a grande lavoura cafeeira. Mesmo quando a imigração atingiu seu ápice em número de indivíduos e o mercado estava abarrotado de mão-de-obra para as lavouras, os fazendeiros pressionavam mais e mais o governo para continuar e aumentar o subsídio de imigrantes. A desculpa era no sentido de que realmente existia a falta de mão-de-obra e uma crise. O que na verdade, M. Hall (HALL, 2003) esclarece que para os fazendeiros, quanto mais imigrantes disponíveis, mais concorrência e mais barata poderia ser a contratação destes. O que fortaleceu muito a realização dos decretos, leis e medidas em favor dos projetos de imigração foi o fato de grande parte dos cafeicultores paulistas terem fortes representantes no quadro político. Em muitos casos, inclusive, alguns homens exerciam as duas funções ao mesmo tempo, de cafeicultor e de político. A seguir, o exemplo de como a “Lei de 1850” foi feita por meio da representatividade política dos latifundiários e para atender esta mesma classe.

Entre os séculos XVII e XVIII, a distribuição de terras no Brasil aconteceu exclusivamente na forma de doações puras – herança do período colonial, onde a coroa portuguesa doava as sesmarias – em geral para pessoas mais importantes econômica e socialmente, para os homens de confiança, para parentes e amigos e para a igreja, como forma de recompensa para homens que haviam conseguido realizar algum feito relevante. Além das doações, outra forma de se conseguir terras era através das ocupações e posses ilegais, sempre constantes pelo território nacional. As posses de terras realizadas pelos homens poderosos e gananciosos sempre envolviam expulsões de índios e de homens livres de suas terras, nas quais viviam há vários anos. Frequentemente essas disputas envolveram muita violência física e, no caso dos índios, o extermínio dessas populações.

As constantes lutas entre fazendeiros pela disputa de mais terras, as ocupações ilegais, os acordos e casamentos arrumados entre famílias e o acúmulo de heranças entre gerações fez com que as propriedades aumentassem de área e permanecessem sempre nas mãos das mesmas e poucas famílias. A riqueza e o patrimônio desses grandes homens das terras mediam-se, junto com a quantidade de escravos, pela quantidade e tamanho das terras, independente de serem produtivas ou não. A grande maioria das terras, inclusive, não chegava nem perto de ser produtora de algo. “*Na colônia, ser proprietário da terra e senhor de escravos significava riqueza, não capital*” (GADELHA, 1982:51).

Os objetivos da “Lei de Terras de 1850” estavam em torno de passar a disponibilizar oficialmente terras apenas através da compra e venda. Além disso, o governo desejava recuperar as posses ilegais, medir e demarcar as terras distantes e ainda não ocupadas, e classificá-las todas como terras devolutas, ou seja, de propriedade do estado. Inclusive, em grande parte dessas terras devolutas é que foram construídos os núcleos coloniais oficiais. Deve-se citar que parte das propriedades de fazendeiros foi comprovada através de documentos falsificados e forjados.

Essa nova forma de se adquirir terras nacionais passou a configurar outro sentido para as propriedades – o sentido do valor capital, do valor monetário que representava cada área de terra. Assim como as relações de trabalho, as terras entrariam na medida da nova era finalizada pela acumulação capitalista. A riqueza pessoal passou a ser medida pelo capital que cada área da propriedade possuísse, principalmente pela produção deste lugar. A classe dos cafeicultores paulista foi qualificada, dessa maneira, pelas suas enormes propriedades monocultoras de café para exportação, como os representantes mais dignos dos beneficiados da nova lei de 1850.

O outro ponto que a “Lei de Terras” atingiu, sempre em benefício da grande lavoura, foi dificultar que os imigrantes, recém-chegados ao Brasil, adquirissem rapidamente terras através da posse ou ocupação, diante da imensidão territorial do país e da pouca administração e controle de terras distantes. Como verificamos anteriormente, sobre a vinda dos imigrantes, os objetivos da imigração em massa eram para atender, exclusivamente, a grande lavoura cafeeira. Através dos contratos de trabalho nas fazendas, da parceria até o colonato, tentou-se evitar que os imigrantes tivessem condições de se tornarem proprietários de terras, no máximo, apenas pequenos proprietários de terras de gêneros alimentares diversos. Era esperado que esses vivessem exclusivamente para atender as produções de café dentro das fazendas. Dessa maneira observa-se como a política do governo de colonização e trabalho para o estado de São Paulo encontrou seu instrumento legal mais poderoso para garantir o funcionamento pleno da grande lavoura cafeeira. Além da igreja, apenas governos e cafeicultores eram os detentores das grandes propriedades de terras e decidiam por quanto, para quem e como vender. A divisão e a vendas de terras para as famílias de imigrantes, tanto por parte dos fazendeiros quanto por parte dos núcleos coloniais do governo, foi a maneira de garantir que imigrantes e outras famílias nacionais agricultoras não pudessem se tornar grandes proprietários de terras. Com as novas práticas possibilitadas apenas pela compra e venda de terras, especularam e valorizaram ainda mais as grandes propriedades e

as terras devolutas, intensificando, assim, o poder econômico e social da classe dominante dos cafeicultores e políticos.

“A Lei de Terras nº601, posteriormente regulamentada pelo Decreto nº1.318, de 30/01/1854, revelou-se o instrumento pelo qual, as classes rurais dominantes no Brasil, concretizaram o processo de transição capitalista, processo indolor para aqueles a quem ela beneficiou. Seus objetivos maiores, seja desenvolver os interesses da agricultura exportadora através de uma eficaz política de moderna colonização, seriam atingidos antes do final do século XIX.” (GADELHA, 1982:62)

A estratégia do governo estadual em criar os núcleos coloniais e instalar os imigrantes, como pequenos proprietários de terra, se apresentava muitas vezes como uma dimensão bem diferente da que estava sendo pretendida pelos fazendeiros, de direcionar os imigrantes apenas para a mão-de-obra das lavouras de café. O modo como o governo procurou convencer os fazendeiros sobre os benefícios dos núcleos coloniais foi com esta ideia: garantir a facilidade ao acesso da propriedade de terra ao imigrante era a melhor maneira de o conseguir como mão-de-obra disponível. A mão-de-obra do imigrante poderia ser requisitada apenas em momentos de mais trabalho nas fazendas, como nas colheitas. Sendo assim, o fazendeiro gastaria bem menos seu dinheiro com a contratação de trabalhadores, apenas em momentos mais específicos. Além disso, o fazendeiro deixaria de ter problemas como a construção de casas para abrigar as famílias de colonos, como as dívidas constantes que estes deixavam, os problemas de indisciplina, de fugas, etc. Enfim, a grande lavoura de café estaria com garantia de continuar seu funcionamento lucrativo.

Ainda, o segundo ponto que o governo procurou alcançar entre os fazendeiros e talvez o que mais chamou a atenção destes para concordarem com a criação de núcleos coloniais ao redor de suas fazendas, era que muitos cafeicultores estavam enfrentando problemas devido à crise do café no fim do século XIX, muitas propriedades estavam inclusive abandonadas. Diante deste fato, o governo passou a adquirir através da compra essas propriedades abandonadas – mas sempre próximas à fazendas produtivas de café – onde seriam construídos os núcleos. Através da instalação desses e o efetivo trabalho dos colonos nos lotes, realizado por meio do cultivo de alimentos diversos e das embrionárias atividades industriais e urbanas, as terras seriam aos poucos valorizadas. Quando o núcleo fosse emancipado da administração estadual, o antigo núcleo seria um grande e produtivo loteamento de terras, prontas para serem vendidas e

especuladas. Diversos tipos de acordo foram feitos entre governo e fazendeiros nesse sentido, como a doação de alguns lotes de terra dentro dos núcleos para os antigos proprietários, a divisão entre ex-fazendeiro e governo sobre os lucros nas vendas dos lotes, a administração e controle de vendas dos lotes feita pelo ex-fazendeiro, prazos de concessões, enfim, acordos e benefícios de diversos tipos não faltaram para que as duas partes saíssem lucrando.

Havia ainda os fazendeiros que, também em crise, decidiram por iniciativa própria dividir suas terras menos produtivas para o café e instalar núcleos coloniais voltados para a produção de gêneros alimentares. Ao governo cabia apenas a responsabilidade de administrar o núcleo até sua emancipação, sendo o lucro com a venda revertida para o fazendeiro e uma pequena parte para o governo. No final deste processo, as terras acumulariam um respeitável valor patrimonial e passam a ser especuladas.

Por último, alguns proprietários passaram simplesmente a doar para o governo as terras menos produtivas de suas propriedades para a instalação de núcleos coloniais. Os interesses aconteciam do mesmo modo que os outros casos: valorizar as terras improdutivas com o cultivo de gêneros alimentícios ao redor das terras produtoras de café e garantir a possível mão-de-obra para essas fazendas (em alguns casos, garantir mão-de-obra para pequenas instalações industriais que iniciavam suas atividades, como usinas de cana, fábricas têxteis e olarias).

O esforço do governo era manter a proximidade dos núcleos coloniais dos lugares que necessitassem de trabalhadores colonos e dos que estes produziam. As fazendas de café, por exemplo, necessitavam da mão-de-obra, já os centros urbanos, necessitavam dos gêneros alimentares plantados pelos colonos dos núcleos. Todo este movimento entre núcleo - cidade - fazenda era garantido pela instalação de linhas e estações ferroviárias próximas.

Para fazendeiro e para governo, apoiar e até investir na criação de um núcleo colonial era uma oportunidade de se colocar em prática e experimentar os novos benefícios que a “Lei de Terras de 1850” estava garantindo. Os imigrantes vindos para o Brasil e instalados nos núcleos se tornariam proprietários das terras que o governo escolheria, de tamanho já demarcado e com as atividades agrícolas pré-estabelecidas. Sendo eliminada, assim, qualquer possibilidade dos imigrantes ocuparem ilegalmente terras devolutas ou comprarem terras produtivas e se tornarem grandes proprietários de café. A eles estavam decretadas a pequena propriedade e a produção de

gêneros alimentícios apenas. Este foi certamente um dos bons motivos encontrados pelos fazendeiros para apoiar a política de criação dos núcleos coloniais para imigrantes.

Seguramente, inúmeras foram as discordâncias do sistema de criação de núcleo coloniais em São Paulo, seja por parte dos fazendeiros seja por parte de políticos. Para alguns representantes dessas duas últimas categorias, o sistema estabelecido pelo governo fracassou por diversos motivos. O que se deve levar em consideração para analisarmos se realmente o sistema de núcleos coloniais fracassou é diferenciar os fazendeiros e políticos, os interesses e os motivos para tal discordância ou concordância. Pontualmente, cafeicultores que estavam em crise, que tinham terras abandonadas, que optaram por dividi-las para instalar núcleos e tiveram algum lucro, apoiaram e fizeram propaganda positiva para o governo criar mais e mais núcleos. Por sua vez, cafeicultores que estavam em plena atividade lucrativa com suas fazendas, que tinham boas estruturas para receber imigrantes em suas fazendas e mantinham algum tipo de ligação com companhias de imigração, não apoiaram de forma alguma os núcleos coloniais.

No mais, não se pretende escrever nesta dissertação se o sistema de núcleos coloniais falhou ou prosperou. É certo que muito mais capital foi gasto pelo governo de São Paulo com a subvenção de imigrantes para as fazendas particulares e que a maioria dos imigrantes foi direcionada para estas. A questão a ser pensada é que, apesar de todas as críticas e possíveis fracassos, muitos núcleos existiram, alguns prosperaram e alcançaram os desejos de governo e fazendeiros, outros fracassaram. Tanto os que fracassaram quanto os que prosperaram deixaram revelado um vasto acervo documental, indicando que pessoas viveram nos núcleos e estabeleceram diversos tipos possíveis de relações – sociais, culturais, econômicas – e tiveram suas vidas completamente direcionadas pelas atividades dentro dos núcleos. São justamente através destas relações que se pretende revelar, através dos documentos, como foi a vida dentro do núcleo Campos Salles, independente de este ter prosperado ou fracassado.

Entretanto, cabe à dissertação apresentar, brevemente, a parte da historiografia sobre o tema núcleos coloniais que procurou definir os motivos do fracasso desta política. Segundo Paula Beiguelman, os núcleos coloniais criados pelo governo do estado de São Paulo sistematicamente fracassariam (BEIGUELMAN, 2005). Mesmo antes do fracasso desses núcleos estaduais paulistas, os núcleos que haviam sido criados anteriormente, por iniciativa do governo Imperial na década de 1870, ao redor da cidade de São Paulo, já haviam tido resultados ruins. Nesses últimos casos, muitos núcleos haviam sido criados em lugares de difícil acesso para os colonos,

distantes das lavouras de café onde poderiam ir trabalhar, com o solo não adaptável para a cultura de cereais, além da pouca disposição dos colonos para os trabalhos agrícolas; muitos destes, inclusive, partiram para a capital em busca de melhores meios para sobreviverem³⁵.

“Mas nem as próprias colônias localizadas nos arredores da capital prosperaram, falhando nos objetivos básicos pelos quais passara a definir-se o interesse da administração provincial pelos núcleos oficiais: o abastecimento dos mercados de consumo com os produtos da pequena lavoura e o fornecimento de braços, a salário módico, nas épocas em que a grande lavoura deles necessitasse” (BEIGUELMAN, 2005:91).

Apenas depois destes núcleos criados e fracassados, as propostas de criação de novos núcleos passam a defender a proximidade destes às estradas de ferro, garantindo o acesso dos núcleos aos centros urbanos, consumidores dos produtos da pequena lavoura. Os núcleos que eram antes hostilizados pelos fazendeiros por representarem o risco de concorrência de verbas e de braços, agora teriam seu papel reinterpretado positivamente, como possíveis reservatórios humanos para os períodos de mais atividade agrícola, de acordo com o já abordado. No entanto, mesmo os núcleos coloniais podendo representar uma possibilidade de reservatório de mão-de-obra para os fazendeiros, esses e alguns representantes do governo (Martinho Prado Junior e Antonio Prado, por exemplo) estavam decididos que a melhor maneira de obter braços disponíveis e baratos para a lavoura seria com a subvenção da massa de imigrantes. Segundo Antonio Prado (em carta publicada na *Gazeta de Notícias*, em 20 de agosto de 1889 [BEIGUELMAN, 2005]) os imigrantes preferiam ser trabalhadores assalariados nas fazendas de café a permanecerem nos núcleos coloniais. Ainda segundo Antonio Prado, não interessava aos imigrantes – principalmente aos italianos – o estabelecimento em propriedades com o título de posse provisória, sendo que as condições de vida não eram tão satisfatórias assim. A melhor garantia era trabalhar em fazendas de café, acumular o pecúlio e com capital suficiente em mãos, comprar um lote de terras à vista em algum núcleo colonial do governo.

Chiara Vangelista (VANGELISTA, 1991) também apresenta um debate sobre as discussões e problemáticas que aconteceram entre governo e fazendeiros, os quais ora sim, ora não concordavam com a política de criação de núcleos coloniais.

“Em tal perspectiva, o objetivo da classe dominante é de por um freio à política federal e estadual da imigração subsidiada para as colônias, ou seja, a imigração financiada

³⁵ Observaremos no quarto capítulo a história de alguns desses núcleos coloniais que foram criados pelo governo Imperial, durante os anos de 1870, ao redor da capital paulista.

pelo Estado e inserida numa política de povoamento do território... Esta imigração tende a formação de uma pequena propriedade privada, com uma produção dirigida ao mercado interno e, assim, aos bens de primeira necessidade (a chamada pequena lavoura). A imigração subsidiada para as colônias priva a fazenda de uma consistente faixa de mão-de-obra e por isso é hostilizada” (VANGELISTA, 1991:52).

Muitos políticos e cafeicultores, desejando o fim dessa política, defendiam que os núcleos não serviam para nada a não ser dar gastos onerosos para os governos.

“Com efeito as colônias no Estado de São Paulo não tiveram resultados positivos, nem para fins de povoamento e criação de pequenas lavouras, nem para o desenvolvimento da plantação. As condições naturais, os altos custos de produção e o isolamento que o colono deve enfrentar são todos fatores que contribuem para a falência das colônias públicas em São Paulo” (VANGELISTA, 1991:52).

Finalmente, segundo Celso Furtado (*La Formazione econômica del Brasile, um modello di storia econômica*, Turim, Einaudi, 1970. [VANGELISTA, 1991]), as colônias criadas em distintas parte do Brasil pelo governo Imperial careciam totalmente de fundamento econômico. Tinham como razão de ser a crença na superioridade inata do trabalhador europeu, particularmente daquelas cuja “raça” era distinta dos europeus que já haviam colonizado o Brasil. Alguns núcleos coloniais do estado de São Paulo foram criados de acordo com estes ideais, se estabelecendo preferencialmente com colonos imigrantes de origem “germânica” (como foi o caso do Núcleo Colonial Campos Salles). Episódio que fracassou em grande parte dos caso devido à difícil adaptação dos imigrantes ao lugar, tendo o governo que abrir a venda de lotes a famílias de qualquer nacionalidade. Ainda, algum tempo passado da instalação dos núcleos e após muitos gastos do orçamento, muitos eram abandonados dos cuidados do governo e entregues às suas próprias forças, passando os colonos a sobreviver da simples economia de subsistência.

Para concluir sobre as questões da imigração, a seguir, alguns pontos importantes sobre os primeiros núcleos coloniais estabelecidos pelo governo Imperial em estados do sul do Brasil e sobre a imigração alemã no Brasil, já que os alemães foram eleitos para colonizar o núcleo Colonial Campos Salles, nos anos iniciais deste³⁶.

³⁶ Há uma confusão nas informações sobre qual teria sido realmente as primeiras famílias que se estabeleceram no Núcleo Campos Salles. Em algumas fontes ou obras encontramos que o primeiro grupo de imigrantes trazido foi de famílias suíças, em outros casos e na maioria dos trabalhos encontramos referências às famílias alemãs. Para Mearionilde Dias Brepohl de Magalhães (*Alemanha, mãe pátria distante: utopia pangermantista no sul do Brasil*. Tese (doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Unicamp, Campinas, SP, 1993) – obra citada em SOUTO, 1999 –, houve entre os próprios estudiosos da imigração alemã no Brasil um consenso em atribuir o nome “alemães” a todos

De todos os imigrantes que entraram no Brasil, apenas 5% foram de origem alemã. No entanto, nos primeiros 30 anos das imigrações (entre 1818 e 1850) este foi o grupo exclusivo e de maior entrada.

Dentre os motivos que expressam o baixo número de imigrantes alemães no Brasil temos, entre outros, listam-se

“as dificuldades para se obter a naturalização, a desorganização do sistema de colonização, a exigência da compra de lote colonial, ainda que parceladamente, a dificuldade de obtenção de títulos definitivos de propriedade e as restrições impostas à emigração para o Brasil, na Alemanha.” (SEYFERTH, 1988:3)

Esses fatos são resultados, principalmente, dos imigrantes alemães terem sido os primeiros a virem ao Brasil, estando ainda em momentos iniciais e mal organizadas as políticas de colonização e imigração. As principais denúncias de maus tratos aos alemães foram reveladas depois da revolta na Fazenda Ibicaba, citada anteriormente. Ainda sobre o inexpressivo número de imigrantes alemães no Brasil, a vigência do regime escravista no país acabou por reprimir a vinda de muitos deles, fazendo com que muitos voltassem à Alemanha ou se dirigissem a outros países.

O que faz a imigração alemã se tornar diferente no Brasil, principalmente nos estados do sul,

“enquanto fenômeno sociológico e histórico é o fato de ter-se constituído como colonização – isto é, a maioria dos imigrantes estabeleceu-se como colonos em áreas pioneiras, construindo uma sociedade inteiramente diversa da nacional. No contexto da imigração no Brasil, nenhuma outra etnia se concentrou tanto em áreas homogêneas e compactas, concorrendo para modificar a estrutura fundiária e a vida rural dos Estados onde se estabeleceu.” (SEYFERTH, 1988:4)

O isolamento inicial e a autossuficiência foi um fenômeno característico da imigração alemã, não equivalente a nenhum outro grupo de imigrantes no Brasil.

Silvio ROMERO (1979) escreveu no ano de 1906 sobre o significado de colônias como sendo dependências políticas que estão abaixo da soberania e do protetorado dos governos. No entanto, devido à desorganização da administração imperial nas instalações das primeiras

os povos de origem germânica, como os austríacos, suíços, prussianos. Esse fato pode ter certamente causado a confusão nas fontes e referências bibliográficas sobre que grupo teria habitado os primeiros anos no núcleo.

colônias alemãs no sul do Brasil, gerando abandono, isolamento e a conseqüente autossuficiência dessas, os alemães tiveram a possibilidade de manter suas tradições vivas. Os colonos não precisavam aprender a falar português, não deixavam de praticar seus costumes e sua cultura, já que raras eram as representações da administração dentro dos núcleos e estavam bem distantes do contato com outras nacionalidades. Os núcleos mantinham uma organização própria e autônoma do resto do território nacional. Grande parte dos núcleos coloniais se expandiu e se transformou em pequenas cidades, com atividades industriais e comerciais e intensificaram-se os contatos com outras nacionalidades. Mas, em muitos núcleos, por problemas de falta de terras e espaço, grande parte das futuras gerações mudou para outras áreas mais povoadas e urbanas, descaracterizando as formações originais destes.

A imigração alemã foi iniciada em 1824 no Rio Grande do Sul, ficou parada por uns quinze anos, voltou intensificada no final da década de 1840 e se manteve constante até cerca de 1930. No ano de 1824, marco inicial da colonização alemã, foi fundada a colônia de São Leopoldo por iniciativa do governo Imperial. De 1824 a 1830, também por iniciativa Imperial, mais alemães entraram no Brasil. De 1845 até o final dos anos de 1920 foram formados, só no Rio Grande do Sul, mais de uma centena e meia de núcleos coloniais alemães, sendo que as iniciativas do governo imperial haviam acabado por volta de 1845. A partir da segunda metade do século XIX, coube aos governos provinciais e a particulares providenciar a imigração e instalação em núcleos coloniais. A imigração alemã também ocorreu em Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo (SEYFERTH, 1988, *passim*).

A colonização alemã nos Estados do Sul foi feita, sobretudo, em terras públicas, por iniciativa dos governos imperiais, provinciais ou por empresas particulares de imigração.

“Foi, pois, uma colonização concebida e dirigida pelo governo, cujo interesse era implantar um regime de pequenas propriedades agrícolas, produtoras de alimentos em áreas não ocupadas pela grande propriedade.” (SEYFERTH, 1988:9)

O pagamento pelo lote e o título definitivo da propriedade, estipulado pela lei, poderia durar alguns anos. Apesar de ser uma colonização dirigida e controlada, com a existência de leis e de administradores coloniais, tanto para colônias do governo quanto para as particulares os problemas de organização nos núcleos não foram poucos. Dentre alguns problemas, havia a falsa propaganda de agentes de imigração sobre as reais condições dos núcleos coloniais, as irregularidades nas demarcações dos lotes, a existência de sesmarias em áreas julgadas devolutas,

a demora para os colonos conseguirem pagar suas dívidas pelos lotes, a demora no envio dos títulos de propriedade e número excessivo de imigrantes mandados para uma mesma colônia.

A política imigratória do Império fez da imigração alemã uma questão de colonização, povoamento, manutenção territorial e potencial fornecedora de alimentos. Principalmente nos estados do sul do Brasil, os governos provinciais e mais tarde os governos estaduais valorizavam a colonização feita, sobretudo, por alemães. Para Visconde de Abrantes, que escreve em 1846 no auge da colonização alemã no sul do Brasil, a Alemanha estava sendo o país Europeu que mais fornecia pessoas para o “*novo mundo*.” Isso acontecia por que os alemães representavam para a sociedade, para os governantes, fazendeiros e agentes de imigração, a verdadeira aptidão para serem colonos trabalhadores na agricultura, possuíam um “*espírito pacífico e conservador*” e estavam “*predestinados*” para essas tarefas. Ainda, era um povo de bons costumes e boa moral e que não aceitava a escravidão vigente no Brasil, “*amor ao trabalho e à família, sobriedade, resignação, respeito às autoridades, são qualidades que distinguem os colonos alemães, em geral, dos colonos de outra origem.*” (ABRANTES, 1941:843) Por isso, o interesse de trazer os alemães para povoar e colonizar o Brasil. Vemos isso acontecer primeiramente nos estado do Sul do Brasil, mais tarde nas fazendas paulistas de café como primeiras experiências do trabalho livre e, finalmente, em alguns núcleos coloniais paulistas no fim do século XIX e início do XX, como no Núcleo Colonial Campos Salles.

No entanto, os interesses com a imigração alemã se diferenciaram em cada momento e em cada região das citadas no parágrafo anterior. No sul, os imigrantes tornaram-se primeiro colonos, dedicando-se exclusivamente à produção agrícola, e depois proprietários de terras. Como foi dito, os núcleos se caracterizaram pela autonomia e autossuficiência diante da administração Imperial; os alemães conseguiram deixar fortemente enraizada suas origens, e participaram mais diretamente dos processos de formação e crescimento das localidades, contribuindo para formar e organizar as cidades que ficaram conhecidas posteriormente por seu estilo de vida alemão. No sudeste, os alemães chegaram quando as cidades já estavam formadas, ajudando apenas a fazer parte delas, não a construí-las. São poucas as cidades hoje no estado de São Paulo conhecidas pela preservação das tradições alemãs. (SOUTO, 1999)

Ainda no sudeste, num primeiro momento, os alemães foram trazidos e estabelecidos nas fazendas de café para serem a mão-de-obra substituta dos escravos. Num segundo momento,

numa tentativa de retomar a idéia original dos núcleos coloniais do sul do Brasil – colocando os colonos em lotes de terras, possibilitando a pequena produção de gêneros alimentícios e possibilitando a entrega do título de propriedade –, o governo do estado de São Paulo cria os núcleos coloniais para o estabelecimento de imigrantes em alguns desses núcleos com alemães.

2.) O trabalhador nacional:

Ao longo da exposição feita sobre a crise no setor da mão-de-obra que afetaria a rica lavoura cafeeira paulista, vimos que os imigrantes foram eleitos para serem os novos trabalhadores assalariados. Escolha esta feita pelos fazendeiros, políticos e pela sociedade em nome de defender questões políticas, econômicas e, principalmente, sociais e culturais.

Enquanto a escravidão ainda existia dentro das fazendas, os trabalhos nas lavouras de café, nas lavouras de alimentos, nos pastos e na manutenção da fazenda eram normalmente realizados pelos escravos. No entanto, com a aproximação da definitiva abolição dos escravos, a escassez e o elevado preço destes passam a ser constantes. Com o início da crise de mão-de-obra, os fazendeiros passam a utilizar menos a força do escravo, já que este estava se tornando uma “peça” cara e rara. Os escravos passaram a realizar tarefas mais simples, menos arriscadas e cansativas dentro das fazendas, como cuidar dos trabalhos domésticos e das lavouras de alimentos. Como o programa de imigração estava no começo, ainda não era realizada por todos os fazendeiros e o governo não havia tomado o controle do subsídio dos imigrantes, a única alternativa para a maior parte dos fazendeiros foi driblar a crise com a utilização da mão-de-obra local, dos homens livres, utilizando-os nas atividades relacionadas ao plantio de café.

Maria Sylvia de Carvalho Franco (FRANCO, 1997) refere-se ao fato do trabalho livre ter coexistido com o trabalho escravo nas fazendas de café, e que ambos foram dependentes entre si, no sentido de contrabalancearem os trabalhos a serem realizados na fazenda, e ajudarem uns aos outros nas atividades mais difíceis. Apesar da dominância do sistema escravocrata no Brasil, os trabalhadores livres, assim como os escravos, foram partes integrantes do sistema capitalista no país e fundamentais em aspectos sociais, culturais e econômicos para a formação deste. Da mesma maneira que os escravos e os imigrantes, os trabalhadores livres também representaram uma forma de exploração do trabalho, no entanto, esses homens não foram totalmente absorvidos pelo mercantilismo das lavouras de café e constantemente utilizados como mão-de-obra.

Ainda para Maria Sylvia de Carvalho Franco (FRANCO, 1997), foi justamente a não introdução completa dos homens livres no processo de produção mercantil de café nas grandes lavouras, que os levou a se tornarem

“destituídos da propriedade dos meios de produção, mas não de suas posses, e que não foram plenamente submetidos às pressões econômicas decorrentes dessa condição, dado que o peso da produção, significativa para o sistema como um todo, não recaiu sobre seus ombros.” (FRANCO, 1997:14)

A autora refere-se à formação de uma “*ralé*” que cresceu e vagou ao longo de quatro séculos pelo Brasil: “*homens a rigor dispensável, desvinculados dos processos essenciais à sociedade.*”

Esses homens estavam estabelecidos ao longo de todo território nacional e apresentavam-se com um infinito número de braços disponíveis para o trabalho assalariado. Chiava VANGELISTA (1991) cita, segundo dados de Louis Couty,³⁷ existirem cerca de seis milhões de potenciais trabalhadores nacionais dispersos pelo vastíssimo território do Império. Eram os trabalhadores nacionais livres, ou melhor, os homens livres (representados pelos ex-escravos, libertos, e no caso do estado de São Paulo, como foi abordado no primeiro capítulo, homens de tradições e características da cultura caipira).

Regina Maria D’Aquino Fonseca GADELHA (1982) também cita diversos relatos de viajantes estrangeiros que percorreram o interior da Província de São Paulo entre o fim do século XVIII e início do XIX. As terras percorridas nas viagens revelaram um cenário de áreas desabitadas, com fazendas de açúcar bem espalhadas e roças de agregados que levavam uma vida típica miserável. A autora descreve diversas passagens dos relatos desses viajantes estrangeiros, cujos principais aspectos revelados são sobre a alimentação escassa e de má qualidade (baseada principalmente nas culturas de fubá, farinha de mandioca e feijão, além do toucinho e da carne seca) e as habitações precárias sem nenhum conforto ou luxo e imobiliário simples apenas com o necessário³⁸. O interessante é que a autora faz uma relação entre as condições de vida desses brasileiros e com os imigrantes que chegaram ao Brasil no século XIX para trabalharem nas fazendas de café. Mais especificamente, a autora cita uma diferença de trinta anos entre o relato dos primeiros viajantes estrangeiros e o relato de Thomas Davatz (HOLANDA, 1996) em 1850, sobre a vida de um colono imigrante numa fazenda de café do interior paulista. As condições de

³⁷ COUTY, Louis Couty. *Le Brésil em 1884*. Rio de Janeiro, 1884. In: VANGELISTA, Chiara. *Os braços da lavoura – Imigrantes e caipiras na formação do mercado de trabalho paulista - 1850-1930*. São Paulo: Editora Hucitec, 1991. Instituto italiano di cultura e instituto cultural italo-brasileiro.

³⁸ SAINT-HILLAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai*. Tradução e prefácio de Rubens Borba de Moraes. São Paulo, Martins, 1940 e *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Geraes e a São Paulo (1822)*. Tradução de Afonso de E. Taunay. Rio de Janeiro, Nacional, 1932. SPIX, J.B von e MARTIUS, C.F.P. *Viagem pelo Brasil*. Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. ZALUAR, Augusto Emílio. *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861)*. São Paulo/Itatiaia. Universidade de São Paulo, 1975. TSCUDI, J.J. *Viagens às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. Tradução de Eduardo de Lima Castro. Introdução de Afonso de E. Taunay. São Paulo, Itatiaia/Universidade de São Paulo, 1980. AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas Províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)*. Tradução de Teodoro Cabral. São Paulo, Itatiaia, 1980. In: GADELHA, Op. Cit.

vida não se modificaram significativamente em trinta anos entre os brasileiros descritos pelos viajantes e entre os imigrantes nas fazendas de café. Muito menos ainda, também nesses trinta anos, haviam se modificado as condições de toda população da camada menos favorecida – brasileiros livres e ex-escravos.

Apesar dessa classe de homens livres nacionais serem de grande quantidade para o trabalho nas lavouras de café, para governantes e fazendeiros – cientes desses trabalhadores para atender as lavouras – não eram de qualidade para exercer as atividades. Eles representavam a idealização de pessoas atrasadas, indolentes e sem cultura, homens que não sabiam lidar com a terra, não produziam com qualidade e tinham técnicas arcaicas no campo. “*Seus habitantes, quando originariamente paulistas e pobres, são descritos por St. Hilaire, como sendo homens rudes, ignorantes e estúpidos.*” (GADELHA, 1982:45)

Para os fazendeiros, lidar com os trabalhadores nacionais era tão ruim ou pior do que lidar com os escravos. Esses últimos ainda eram considerados mais obedientes e dependentes de seus senhores; já os nacionais, eram vistos como seres muito indisciplinados, sem “sentimentos” aos favores prestados pelos fazendeiros, e “mal agradecidos”. O pior fato era sem dúvida, para os fazendeiros, o desprendimento dos nacionais pelos trabalhos nos quais eram contratados. Eram constantes as reclamações dos fazendeiros quando contratavam os homens livres por um ou dois meses de serviços: ao realizarem o pagamento semanal, no fim de uma ou duas semanas, muitos trabalhadores nacionais já se davam por satisfeitos com o dinheiro conseguido e saíam das fazendas, deixando por realizar as tarefas.

A imprensa também manifestava sua opinião a respeito do trabalhador nacional e, como formadora de opinião da alta sociedade – única classe possível de adquirir os meios de comunicação da época –, também se incorporavam ao pensamento de preconceito ao homem nacional do campo. Em “O Auxiliar da Indústria Nacional”³⁹, o trabalhador é referido como um “elemento incerto”, sem estímulos às necessidades impostas pela civilização e com dificuldade para empenhar-se em atividades do cotidiano, sendo assim, um péssimo negócio para resolver o problema do trabalho. (VANGELISTA, 1991:45)

Por esses motivos e por outros citados no primeiro capítulo sobre as características da cultura caipira do interior do estado de São Paulo, é que os cafeicultores paulistas encontram na imigração um ótimo negócio para a crise nas lavouras de café. Dessa maneira, com a vinda dos

³⁹ *O Auxiliar da Indústria Nacional* – 1878. Volume XLVI, página 184. In: VANGELISTA, *Op. Cit.*

europeus para colonizar e povoar o país, esses homens nacionais poderiam ser deixados de lado ou até mesmo poderiam ser educados pelos imigrantes (disciplinados e conhecedores de técnicas modernas no campo) como ser o representante ideal de “homem civilizado” e como trabalhar corretamente com a terra.

Dessa forma as famílias nacionais sobreviviam pelo território nacional. Estavam constantemente perambulando à procura de melhores terras para se fixarem e plantarem, em busca de melhores trabalhos nas fazendas e enfrentando a concorrência dos imigrantes como preferenciais nos contratos de trabalhos. O modo de vida simples e rústico aguçava mais ainda o preconceito da sociedade contra esses indivíduos, sempre marginalizados e sem alguma representatividade política. No entanto, como foi dito anteriormente, mesmo quando o trabalho escravo ainda era estável e constante nas fazendas, os trabalhadores livres eram utilizados para os trabalhos temporários, fato que aumentou consideravelmente com a proibição do tráfico internacional de escravos e com a crise de mão-de-obra. Assim como os imigrantes, os nacionais livres contribuíram com o início, a formação e a consolidação do trabalho livre no país.

A partir do ano de 1850, a situação começaria a se diferenciar um pouco para os trabalhadores livres nacionais. A “Lei de Terras de 1850” vem para garantir os interesses da estabilidade da grande lavoura no Brasil, e desestabilizar as necessidades da maioria da população nacional camponesa pobre.

Para as famílias nacionais agricultoras ou camponesas fixas em territórios, estabelecidas em comunidades e povoados, vivendo exclusivamente da lavoura de subsistência, da venda de algum excedente de produção, dos trabalhos esporádicos nas fazendas e da criação de alguns animais – sempre em áreas de terras médias ou pequenas – muitas das posses que mantinham eram ilegais. Como esses brasileiros eram quase todos analfabetos e não possuíam nenhuma representatividade econômica, política e social, grande parte de suas terras foram tomadas pelo governo para serem decretadas como devolutas (a crise no setor alimentício nas grandes cidades pode ter aqui uma de suas causas, a diminuição das pequenas produções de alimentos devido ao fim dessas propriedades responsáveis pelas produções). Essa medida beneficiaria bastante os latifundiários, pois, além do fim da possível concorrência que enfrentavam com esses pequenos agricultores, esses homens livres poderiam ser aproveitados como mão-de-obra nas fazendas, nos momentos em que a carência de trabalhadores chegava ao extremo. Apesar dos trabalhadores

nacionais não serem o exemplo de mão-de-obra que desejavam os fazendeiros, eles foram utilizados nesses momentos de crise extrema como única alternativa. A esses trabalhadores eram relegados os trabalhos mais penosos, arriscados e difíceis dentro das fazendas, como derrubada de matas, limpeza de terrenos, construção de cercas e condução de pastagem de animais.

Muitas famílias nessas condições passavam a procurar ajuda com os fazendeiros mais próximos e poderosos da região. Nesses casos, as famílias conseguiam um pedaço de terra para produzirem o suficiente para a sobrevivência e estariam subordinados aos fazendeiros, sendo agregados extremamente dependentes das vontades e interesses dos patrões, recebendo baixos salários e todo tipo de maus tratos. *“O homem livre, lavrador de ofício, achava-se impossibilitado de manter sua independência perante uma organização econômico-social que exigia submissão dos indivíduos ao direito da propriedade do solo.”* (GADELHA, 1982:15)

Foi desta maneira que o homem livre se colocou dentro do sistema capitalista de grande lavoura. Este se viu obrigado a deixar a sua atividade principal, de agricultura de subsistência, para se enquadrar numa atividade que lhe rendesse algum dinheiro para sobreviver. No momento em que todos os espaços de terra foram canalizados para o plantio do café, o que restou foi realizar trabalhos temporários nas fazendas e trabalhos de entradas em matas, limpezas de encostas e conservação de estradas. (BEIGUELMAN, 2005)

Enquanto eram realizadas as pesquisas nos Relatórios de Presidentes de Províncias sobre o incentivo do governo à imigração, iam-se analisando também as referências aos trabalhadores nacionais⁴⁰. São referências de apenas uma ou duas linhas, comentando a possibilidade de se utilizar essa mão-de-obra e quais seriam os benefícios ou malefícios dessa utilização. Em alguns relatórios, os trabalhadores livres são lembrados como úteis para a lavoura cafeeira, mas que, no entanto, o único trabalhador verdadeiro e responsável pelo sucesso do trabalho livre só pode ser o imigrante. Em 1889, o Presidente da Província faz menção no seu discurso à vinda de 220 cearenses que entraram em São Paulo para trabalhar na lavoura.⁴¹ Faz apenas uma pequena referência a esses trabalhadores e, em seguida, já volta a mencionar a importância dos imigrantes nas lavouras.

⁴⁰ Relatórios de Presidentes de Províncias. Retirados da página da internet: <http://www.crl.edu>

⁴¹ Relatório apresentado à Assembléia Legislativa de São Paulo pelo presidente da província Dr. Pedro Vicente de Azevedo, no dia 11 de janeiro de 1889. Relatório de Presidentes de Províncias.

Ainda nos Relatórios, encontramos a seguinte opinião sobre as pequenas propriedades, cujos proprietários certamente eram a maioria das famílias de camponeses, agricultores e de trabalhadores livres nacionais.

“Quem conhece nossa vida econômica, quem tem acompanhado a evolução da nossa lavoura, não pode deixar de reconhecer que à grande propriedade devemos importantes melhoramentos por que ela tem passado em nossa Província. (...) Sem a grande propriedade, o seu território não se veria hoje cortado pela rede de estradas de ferro que possui e seus rios não seriam navegados (...) O pequeno proprietário, em geral, é baldo de recursos, e, ao mesmo tempo, pelos labores da vida, não tendo cultivado seu espírito não pode, ou não tem aptidão para empreender grandes melhoramentos e reformas.”⁴²

Em *A formação do povo no complexo cafeeiro*, Paula BEIGUELMAN (2005) trabalha com os discursos dos Presidentes de Províncias e com os debates e discussões entre representantes importantes do meio social, econômico e político brasileiro. Através das citações referentes ao trabalhador nacional e suas características, a autora demonstra um triste quadro da opinião pública dominante a respeito dos homens nacionais. A seguir, algumas delas que demonstram bem o desinteresse e o preconceito diante da massa de trabalhadores nacionais:

Nas palavras do deputado Barata (Anais da Assembléia Legislativa Provincial, 19 de abril de 1855):

“Uma grande classe de lavradores que pode ser denominada paupérrima; e essa grande classe de lavradores pobres, em razão da uberdade das terras, não lavram as suas pequenas sortes de terras todo ano; as diversas plantações, a que eles se dedicam, tem períodos certos e determinados; nos intervalos desses períodos eles trabalham nas estradas e dão graças a Deus quando acham bom salário; e a lavoura dessa classe pobre, ainda que sofresse algum desfalque, redundaria em economia de consumo para eles, porque essa gente não exporta coisa alguma” . (BEIGUELMAN, 2005:136)

O inspetor geral de imigração Dr. Frederico José C. de Araújo Abranches a respeito dos agregados – ocupantes de terras cedidas. (Relatório apresentado ao Ilmo. Exmo. Barão de Parnaíba, presidente da Província de São Paulo, em 1887):

“Essa população, que avulta por milhares, mora em terras que não são suas, por mercê dos proprietários que os mais das vezes dão-lhe abrigo sem auferirem o menor

⁴² Relatório apresentado à Assembléia Legislativa de São Paulo pelo presidente da província Barão de Parnaíba, no dia 17 de janeiro de 1887. Relatório de Presidentes de Províncias.

interesse. Lavrando as piores terras das fazendas e que ainda assim não lhes pertencem, sujeitos ao alvedrio e aos caprichos dos proprietários, os agregados não constroem casas para morar, contentam-se com míseras choupanas, ligeiramente edificadas. Sendo muitas restritas suas necessidades, pois desconhecem os gozos da civilização, não trabalham senão o quanto bastante para satisfazê-las”. (BEIGUELMAN, 2005:136)

Para o deputado Arouca, os caboclos eram o espelho da seguinte imagem (Anais da Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, de 3 de março de 1858):

“Os trabalhadores livres agora estão pimpões, porque eles já têm consciência da carestia de braços. Fora da lavoura, eles ganham um dia para o resto da semana. E quando mesmo assim não fosse, eles querem vadiar na segunda-feira, pois no domingo passaram a noite no cateretê, e também querem vadiar no sábado porque é dia de Nossa Senhora. Os quatro dias da semana que restam, querem passar bem, fazer o cigarro no serviço e comer bem sossegado [...] qual, pois, a utilidade que poderão prestar ao lavrador que está com seus serviços atrasados”. (BEIGUELMAN, 2005:137)

Justificando a pequena participação do trabalhador nacional mesmo diante da crise de mão-de-obra, o Congresso Agrícola de 8 de julho de 1878, realizado em Campinas, apresenta o seguinte relatório do Clube da Lavoura:

“Na atualidade a lavoura é servida por braços escravos e livres, e estes subdividem-se em estrangeiros e nacionais. Atualmente, os nacionais auxiliam na lavoura em diminuta escala. Com efeito, a indolência prepondera tanto nos hábitos dos colonos nacionais e por tal motivo são eles tão refratários ao trabalho sistematizado, que em número muito limitado prestam-se à locação regular de seus serviços em bem da exploração agrícola”. (BEIGUELMAN, 2005:137)

Para os fazendeiros, grande parte dos representantes políticos e a sociedade em geral, o estilo de vida desses homens livres era reprovado pela tradição que tinham de produzirem e consumirem apenas o suficiente, de trabalharem o mínimo para a sobrevivência. Os caboclos e os caipiras, assim chamados pelos fazendeiros e designando um julgamento de valor inferior, eram vistos como sendo destituídos de ambições e sem estímulo aos confortos da vida, com poucas necessidades que, quando existiam, eram sempre negativas, como a bebida e o fumo. Além disso, vestiam-se e andavam maltrapidos, moravam em péssimas casas e habitações e não se preocupavam em melhorar de vida. Eram vadios e preguiçosos, incapazes de se sujeitarem a trabalhos contínuos – possuíam tendências a reagirem a novidades. A educação era rudimentar, tinham desencontradas ideias, superstições absurdas e opostas à religião católica. (Anais da

Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, de 17 de janeiro de 1888 – trechos resumidos de conversa entre dois representantes da lavoura do Vale do Paraíba. Publicado também no Correio Paulistano de 9 de agosto de 1902). (BEIGUELMAN, 2005)

As discussões giravam em torno da disposição desses homens ao trabalho. Não era colocada em dúvida, momento algum, a capacidade que tinham os caboclos de saber, melhor que ninguém, como se trabalhava a terra. Terra afinal que habitavam e da qual tiravam seu sustento há alguns anos. Mesmo os fazendeiros ou políticos que apoiavam e incentivavam o uso do trabalhador nacional, admitiam haver certa indolência no caráter do brasileiro. Alguns justificavam essa indolência pelas condições geográficas e climáticas em que viviam os homens.

Em 1858 o Presidente Fernando Torres, no discurso de abertura da Assembléia Legislativa, elogia o trabalhador nacional como eficiente operário em obras públicas. Entretanto, defendia que grande parte dos delitos criminais da Província eram causados por nacionais, reflexo do ócio e inércia a que estavam entregues. Sugere que parte do orçamento destinado à colonização fosse gasta com a colocação de patricios.

“Em suma, o elemento nacional se veria perturbado nas suas atividades de pequeno produtor de gêneros ou se transformaria em mão de obra para a grande lavoura”. (BEIGUELMAN, 2005:141)

Esta parte do capítulo da dissertação, referente à utilização dos trabalhadores nacionais livres, junto com as questões relacionadas à imigração no Brasil, surgiu como forma de se conhecer mais a respeito dos antigos personagens: os moradores das comunidades rurais que estavam ao redor do núcleo Campos Salles; também, os trabalhadores livres que não estavam fixos em comunidades rurais, mas estiveram presentes como mão-de-obra para a construção do núcleo; os trabalhadores livres que estiveram trabalhando nas fazendas de café da região do núcleo; e, enfim, alguns possíveis colonos brasileiros a habitar os núcleos coloniais paulistas – sendo que todos esses nacionais em algum momento se relacionaram com os imigrantes.

No entanto, observou-se quão difíceis e raras são as referências a esses trabalhadores livres nacionais. Como vimos anteriormente, quando elas existiam, eram negativas, preconceituosas e construídas de valores e interesse. Chiara Vangelista aponta que a marginalização dos nacionais na vida produtiva cafeeira, tanto dentro do sistema escravocrata quanto no regime de trabalho livre realizado pelos imigrantes, *“transpareceu pontualmente nas fontes históricas à disposição”* (VANGELISTA, 1991:18), deixando escassas as fontes e traços

documentais, principalmente diante dos imigrantes, classificados pela historiografia como principais e talvez únicos responsáveis pela introdução da mão-de-obra livre – limitando a produção historiográfica referente aos nacionais apenas nos momentos alarmantes de falta de mão-de-obra.

Esses problemas, relacionados à baixa e tendenciosa produção de fontes e documentos sobre os nacionais, levou ao questionamento se realmente este tipo de trabalhador – apresentado no primeiro capítulo e no presente capítulo – teria sido eleito para habitar os núcleos coloniais do estado de São Paulo, quando os imigrantes se apresentaram em defasagem nos lotes.

Depois dos estudos sobre as características e o modo de vida dos trabalhadores rurais nacionais, realizados principalmente em Antônio Cândido (CÂNDIDO, 1964) e Maria Isaura Queiroz (QUEIROZ, 1973), notou-se que teria sido difícil para esses trabalhadores, com tradições da cultura caipira, se adaptarem aos decretos e obrigações estabelecidas dentro dos núcleos coloniais – sem contar o interesse do governo e de fazendeiros em não utilizar e estabelecer esse tipo de trabalhadores nos núcleos.

Mesmo assim, não podemos ignorar a possível presença de trabalhadores nacionais caipiras nos núcleos coloniais, sejam como colonos ou como trabalhadores temporários, que eram contratados pra realizar obras dentro dos núcleos. Isso se deve ao fato de encontrarmos a mistura das tradições nacionais e imigrantes nas atividades do campo, nas famílias, nas festas, na educação básica e na religião.

Para finalizar, Chiava VANGELISTA (1991) nos fornece pistas sobre o incentivo e a utilização de trabalhadores nacionais nas lavouras paulistas, fato ocorrido apenas depois dos primeiros anos do século XX. Os Núcleos Coloniais da região do Conchal instalados entre os anos de 1911 e 1913 foram criados para atender exclusivamente famílias de nacionais, e esses núcleos se localizaram próximos às fazendas de café.

A autora cita que no ano de 1906, a Agência Oficial de Colonização e Trabalho estimulou a migração de outros estados brasileiros mediante o pagamento de passagens dos migrantes, e criou colônias situadas nas proximidades das plantações de café de São Paulo. A Agência se prontificou a administrar e cuidar dos momentos de maior carência de trabalhadores nas fazendas com a colocação de migrantes, transformá-los em colonos e estabelecê-los em núcleos coloniais.

“Prescindindo de suas qualidades, o brasileiro é cada vez mais solicitado pelo mercado de trabalho do qual foi marginalizado por muitos anos. A partir de 1904, promove-se a migração de trabalhadores dos Estados do Norte que não devem ser empregados de

modo estável na fazenda, criando uma corrente migratória permanente em contínua ascensão. O desenrolar desse tipo de migração segue fielmente o desenrolar dos ciclos gerados pelos períodos de seca que caracterizam os Estados do Nordeste, sobretudo o Ceará.”

“A queda da imigração transoceânica por causa da guerra, com efeito, gerou a necessidade de utilizar mão-de-obra interna, pelo menos no que diz respeito à ocupação temporária, e, em geral, é necessário obter do braço do trabalhador a maior quantidade possível de proveito. Nesse sentido tenta-se também a criação de colônias de trabalhadores nacionais: já em 1910 era criado o Serviço de Locação dos Trabalhadores Nacionais e em 1916 enviam-se emissários ao Ceará para recrutar colonos, de modo que as novas colônias sejam uma fonte de mão-de-obra sazonal, porém ligada à terra e por isso facilmente encontrada”

“Agora as colônias estatais – em alguns casos privadas – estão situadas nas proximidades dos centros produtores para exportação e com objetivo de fixar ao solo a mão de obra instável, que tanto preocupa os fazendeiros desse período, mediante a formação de centros agrícolas que não deixam jamais de ser um tipo de produção de subsistência para poderem tornar-se as reservas de mão-de-obra temporária para as plantações” (VANGELISTA, 1991:60-61).

Terceiro capítulo:

A Estrada de Ferro Funilense e a relação núcleos coloniais/cidades:

1) A Estrada de Ferro Funilense:

Entre os anos de 1840 e 1850 têm-se início as primeiras colheitas significativas de café para exportação, produzidas na região de Campinas. Num intervalo de dez anos, o número de plantações e fazendas de café aumentou consideravelmente e, já nos anos de 1860, grande parte de toda riqueza de Campinas era advinda do capital cafeeiro. Em 1870 a região se firmava com grande importância na economia nacional pelo café exportado, referência de cidade moderna e local de moradia dos grandes barões do café de São Paulo, “*A capital agrícola da Província e centro urbano e cultural de importância.*” (KUHL, 1998)

Durante esses anos, a produção cafeeira nas fazendas foi toda realizada pelos escravos. No entanto, o ano de 1850, além de ter marcado o início das primeiras grandes produções dentro das fazendas de café da região de Campinas, também foi marcado pela proibição internacional do tráfico de escravos e como foi observado anteriormente, gerou uma grave crise no setor de mão-de-obra responsável pelas produções cafeeiras.

Dessa maneira, em geral, os fazendeiros de Campinas se encontravam diante da escassez e do elevado preço do escravo no mercado, assim alguns iniciaram as primeiras tentativas de introdução do trabalho imigrante para suprir a escassez de mão-de-obra nas lavouras de café. Aos fazendeiros era necessária a rápida substituição da mão-de-obra e a procura de mais trabalhadores escravos ou livres. No entanto, ir à procura desses trabalhadores era uma tarefa cara, demorada e dificultada devido às condições de meios de transporte e das estradas da região. Essa dificuldade também acontecia em relação aos primeiros imigrantes direcionados às fazendas; também era problemática a chegada desses na região de Campinas. Finalmente, o ponto mais importante para os fazendeiros era a respeito das condições de transporte das produções de café até a cidade de Jundiaí.⁴³ Até o momento, os meios de transporte eram realizados apenas com carros movidos através da força animal: mulas, jumentos ou cavalos. Era comum a perda de sementes de café,

⁴³ A cidade de Jundiaí era o local mais próximo onde se localizava uma estação de trem e uma companhia ferroviária ligada ao porto de Santos. A *São Paulo Railway* foi a primeira companhia ferroviária a transportar a barreira entre a Serra do Mar e São Paulo, ligando a cidade de Santos à cidade de Jundiaí no ano de 1866.

que estragavam quando chovia, fazia muito calor ou levava-se muito tempo com o transporte. Isso sempre acarretava o risco de uma pequena margem de lucro para o fazendeiro e, conseqüentemente, o elevado preço na venda final do produto.

Sobre as condições da única via pública que ligava as cidades de Campinas a Jundiá, Guilherme Pinheiro POZZER (2007) nos apresenta alguns artigos publicados em jornais da época sobre as condições da estrada e da viagem entre as cidades. Em geral, as reclamações eram sobre a quantidade de lama e barro que se formava em épocas de chuva, além da má conservação, com constantes pontes quebradas pelo caminho. Os artigos publicados eram escritos por políticos, fazendeiros e viajantes, e estes sempre enfatizavam a urgência de uma estrada que oferecesse condições mais eficazes para atender Campinas, suprimindo as necessidades de pessoas e de mercadorias em tempo mais rápido e seguro.⁴⁴

Devemos salientar que a crise no setor alimentício pelo qual passava a cidade de Campinas também impulsionava a necessidade por meios de transporte mais rápidos e eficazes. A respeito do crescimento populacional desta cidade, entre os anos de 1850 e 1870, foi muito acelerado e intenso, fazendo com que apenas as pequenas produções de alimentos de fazendas próximas não dessem mais conta de abastecer a cidade, além, é claro, da maioria dessas fazendas estarem mais interessadas em plantar o café. A precariedade das estradas dificultava bastante o trabalho de carroceiros e vendedores de frutas, verduras e legumes – sitiantes e pequenos proprietários moradores ao redor de Campinas – que perdiam parte de suas produções nas viagens e tinham que vender seus produtos com alto preço final para conseguir algum lucro.

Só a partir dos anos de 1870 começam a surgir as primeiras companhias ferroviárias que atenderiam a região de Campinas, amenizando os problemas referentes à circulação e transporte de mercadorias e pessoas entre o trecho Campinas–Jundiá. De acordo com a classificação apresentada por POZZER (2007), a segunda geração de historiadores da viação férrea na Província e no estado de São Paulo apontou 1870 como a década de idealização, surgimento e formação das companhias ferroviárias não só em Campinas, mas em outras regiões do estado de São Paulo. Dentre esses historiadores, citemos SAES (1981), segundo o qual a introdução das estradas de ferro em São Paulo está diretamente relacionada com o aumento da produção e do capital gerado pelo café e com o aumento populacional das regiões que os trens alcançaram. O

⁴⁴ Gazeta de Campinas, 19 de junho de 1870. In: *ibid.* Página 42.

contingente populacional foi formado principalmente pelos imigrantes, que passaram a trabalhar e morar nas fazendas de café, colocados através das políticas públicas e particulares de incentivo ao trabalho livre – como a disponibilidade de passagem gratuita para famílias inteiras de imigrantes cedidas pelas próprias companhias ferroviárias. A chegada das ferrovias, a produção de café e o aumento demográfico no território paulista andaram sempre lado a lado. Somado a isto, outro historiador dessa fase, SEMEGHINI (1991) relata as transformações ocorridas no espaço geográfico e territorial com a formação e a origem de cidades no interior de São Paulo, pequenas novas cidades que se desenvolveram a partir das plantações de café, das ferrovias e dos trabalhadores livres (imigrantes e nacionais), que serão abastecidas pelos centros urbanos mais modernos. Finalmente, Odilon Nogueira de MATOS (1990), também pontua o ano de 1870 como o marco inicial das ferrovias no interior de São Paulo, acrescentando que a introdução de grande parte das ferrovias na região de Campinas teve total vinculação com os interesses dos cafeicultores.

Em *O Oeste Paulista e a República* (LOPES LIMA, 1986), a autora destaca algumas reivindicações de cafeicultores paulistas feitas para os governos, para que estes dessem mais incentivo às obras e melhoramentos relacionados à lavoura paulista, mais especificamente à lavoura cafeeira. Os jornalistas Francisco Glicério e Manoel Ferraz de Campos Salles, este futuro governador do estado e presidente da República, se destacaram como importantes porta-vozes da classe cafeicultora, publicando em jornais e revistas de agricultura artigos que reivindicavam essas obras para atender à lavoura. Dentre as reformas almejadas, afirmavam a necessidade de os governos centrais e locais darem mais incentivos financeiros à imigração para o trabalho livre, à colonização e, também, à construção de estradas de ferro para atender à região de Campinas. A autora ainda descreve que quando o governo Imperial definitivamente assume não poder contribuir com muitas verbas para a construção de ferrovias na região, e quando se torna inadiável a construção de linhas férreas no local, não restou alternativa a não ser os fazendeiros endinheirados e interessados darem início às atividades no ramo de transporte férreo.

A Companhia Paulista foi fundada em 11 de Agosto de 1872, a qual finalmente ligaria a cidade de Campinas diretamente ao porto de Santos, através da construção de trecho até Jundiá. A partir disso, a Cia. Paulista inicia a expansão para atingir outras regiões do interior da Província e, paralelo ao seu crescimento, dá-se o surgimento de outras companhias ferroviárias – ainda nos anos da década de 1870 – que irão atingir novas regiões de São Paulo. Entre elas

encontramos a Mogiana, a Sorocabana e a Ituana. Junto com a Paulista, essas quatro companhias são classificadas como as maiores e mais importantes na história da viação férrea paulista. No ano de 1901, em relatório apresentado pela Inspetoria de Estradas de Ferro pelo engenheiro ajudante Clodomiro PEREIRA DA SILVA (1901), em média 3.216 km de extensão de estradas de ferro de São Paulo se concentrava em poder das quatro companhias referidas. Outras pequenas companhias municipais ou particulares não possuíam mais de 100 km de extensão.

Não é o objetivo desta dissertação apresentar questões mais detalhadas sobre a história das companhias ferroviárias de São Paulo e como foram criadas. No entanto, através das leituras sobre a história das ferrovias em São Paulo e sobre a história da Funilense e, ainda, realizando um diálogo a respeito das manobras e alianças feitas entre fazendeiros e políticos paulistas – nos assuntos referentes à introdução do trabalho livre nas lavouras e ao subsídio de imigrantes, como vimos no capítulo anterior – pode-se dizer que fatos semelhantes aconteceram nos incentivos à instalação das ferrovias. Como o que estava em jogo, para fazendeiros e governo provincial, era absorver ao máximo toda a riqueza do capital gerado pelo café, facilitado pela qualidade e a rapidez das condições de transporte do café produzido e a fácil colocação de imigrantes nas fazendas, as alianças e influências entre as duas classes também aconteceram nas criações e instalações das companhias. Essas foram em geral financiadas e idealizadas por cafeicultores que desejavam ver a região onde residiam e possuíam fazendas, atendidas por uma estrada de ferro, e que a ligação com a cidade de Santos e com um centro urbano de referência fosse facilitada. Aos representantes políticos, por sua vez, muitas vezes também cafeicultores, caberiam aprovar leis, decretos, conceber incentivos fiscais, isenções de impostos, facilidades de compra e concessões, enfim, garantir o funcionamento de todo aparato legal para os projetos.

A seguir, apenas para citar como exemplos, apontam-se algumas das atividades realizadas pelo governo para estabelecer as regras de funcionamento das companhias, em nome de atender os interesses locais dos fazendeiros e dos idealizadores das ferrovias. Legalmente era dado o direito de “privilégios de zona” para as empresas ferroviárias, impedindo o estabelecimento de uma nova estação à distância de 30 km de uma estação de outra companhia já estabelecida anteriormente na região; outra forma de garantir o “bom funcionamento” e a livre concorrência era não permitir que duas linhas férreas de empresas diferentes se cruzassem; essas deveriam estar sempre em sentidos paralelos e nunca perpendiculares. Ainda, podemos citar que a legislação responsável pelo funcionamento das companhias também não se comprometia em

estabelecer obrigatoriamente um tamanho padrão nas bitolas, sendo este variado de linha para linha, não permitindo que uma única linha realizasse longas viagens. Quando mercadorias ou pessoas tinham que percorrer longas distâncias, essas sempre eram feitas com baldeações e trocas de companhias, com o pagamento, conseqüentemente, em cada nova estação. As atividades sempre aconteciam de acordo com o interesse dos idealizadores das companhias e tinham o incentivo do governo.

Da mesma maneira, surgirão inúmeras pequenas companhias pelo território paulista e este terá sua malha ferroviária aumentada consideravelmente entre 1880 e 1890. Essas ferrovias e companhias menores também irão surgir a partir da iniciativa de cafeicultores que desejavam ter melhoras no escoamento da cultura do café, e o governo auxiliava da mesma maneira essas pequenas empresas. Apesar de não serem de grande importância e não possuírem grandes extensões, essas companhias foram fundamentais nos pontos que atenderam e contribuíram para, todas juntas, aumentar o valor da riqueza gerada pelo café. Essas estradas ficaram conhecidas como “estradas cata-café”, responsáveis pelo escoamento de café nas regiões mais distantes e afastadas e que se ligavam a companhias maiores, onde fosse possível o transporte até Santos. Essas linhas não tinham um movimento muito grande de passageiros, realizavam em geral mais transporte de mercadorias. Entretanto, foram fundamentais quando percorriam o caminho inverso do café – dos grandes centros urbanos para as vilas e povoados afastados –, deixando nas pequenas estações todo tipo de mercadoria advinda da vida moderna, das ideias de progresso e das ideologias europeias do mundo “burguês e civilizado”. Esses elementos concentrados nos lugares mais distantes da província, lugares que viviam essencialmente da vida familiar, rural e da economia de subsistência, aos poucos foram contribuindo para a ocorrência de mudanças estruturais naqueles núcleos rurais, transformando-os em novos núcleos urbanos e surgindo então inúmeras cidades no território paulista.

Nesse contexto de aumento da malha ferroviária em São Paulo, surge a Estrada de Ferro Funilense. Por ser considerada uma ferrovia “cata-café” e não ter chegado a alcançar mais do que 100 km de extensão, as referências e citações sobre a Funilense são raras e difíceis de localizar. Grande parte da documentação sobre a Funilense foi encontrada nas obras escritas por historiadores ou escritores regionais, que trataram de escrever a história das cidades que surgiram e foram atendidas pela Funilense, ou ainda, de páginas da internet especializadas em ferrovias. Alguns cronistas, memorialistas e historiadores de Campinas também descreveram a Funilense,

não mais do que um ou dois parágrafos, apenas relatando a sua existência. Outro ponto importante para a dificuldade de localização das fontes, é que essa ferrovia permaneceu em poder de diferentes instituições ao longo de seu funcionamento, ora como parte da Companhia Carril Agrícola Funilense, ora como parte do Ramal Férreo Campineiro, ora em poder do estado e ora em poder da Companhia Sorocaba; sendo assim, a sua documentação oficial se encontra espalhada por cada um dos arquivos desses lugares. Apesar de ter sido uma ferrovia deficitária e de pequeno porte e extensão, o que nos chega da história da Funilense revela um passado de grande importância para a região atendida, principalmente por ter sido a grande responsável pelo abastecimento do núcleo Campos Salles, dos núcleos da região do Conchal, e ter contribuído para a formação de novas cidades no interior do estado.

A seguir, através de uma dissertação de mestrado sobre a Funilense (MARCONDES, 2000), das informações retiradas de obras regionais e de informações de páginas da internet, nos atentaremos mais especificamente à breve história desta ferrovia.

A região do Funil era composta por três fazendas menores, que haviam se anexado e formado a grande Fazenda Funil. Hoje pode ser identificada como a região que compreende as cidades de Cosmópolis e Artur Nogueira. *“A região era repleta de matas virgens e favorecida por um grande complexo fluvial, formado pelos rios Camanducaia, Pirapitingui e Jaguari”* (MARCONDES, 2000:23).

A junção dos dois últimos rios formava o “Salto do Funil”, devido à sua forma composta de grandes paredões que se afunilavam, por isso o nome da região ficou conhecido como Funil.

Havia na Fazenda Funil (ainda segundo MARCONDES, 2000), um pequeno engenho de açúcar e nada mais além de matas virgens e uma densa floresta. Entretanto, no caminho entre Campinas e a Fazenda existiam várias outras, produtoras de café, como a Fazenda Santa Genebra, do Barão Geraldo de Rezende. Esta era uma fazenda modelo e estava se tornando referência nacional pela sua organização na produção de café, com o cultivo de mais de 500.000 pés. Além desta, havia ainda a Fazenda Rio das Pedras, Morro Alto, Funchal e São Bento. Todas estavam iniciando suas atividades de produção cafeeira voltadas para a exportação. A comunicação entre Campinas e essas fazendas era bem dificultada, o que atrapalhava bastante o escoamento do café produzido, o abastecimento de produtos de primeira necessidade e manufaturados para as

fazendas e para os povoados localizados na região do Funil, além das pequenas produções dessas populações que poderiam ser vendidas na cidade.

“A Fazenda Funil é uma vasta propriedade com superfície agrária perto de cinco mil alqueires, cuja quase totalidade consiste ainda em matas virgens e capoeirões. [...] As terras desse grande imóvel, bem como as que circundam até certa distância, têm-se conservado geralmente incultas em razão da dificuldade de transporte, sem embargo de se prestarem vantajosamente à pequena lavoura. [...] Era, pois, intuitiva a conveniência de ligar-se aquela extensa zona aos centros consumidores, onde não raro escasseiam produtos que ela poderia fornecer-lhes nas mais favoráveis condições.”(SALLES, 1899)

O autor da frase citada anteriormente, Antonio Carlos de Moraes Salles, o qual descreveu a região do Funil no ano de 1899, ressalta a oportunidade que tal região poderia apresentar a Campinas com as fazendas de café que já produziam e com as plantações de alimentos a serem produzidas; mas, também, demonstra quanto “incultas” eram suas terras e a dificuldade para se chegar dos centros urbanos até essas terras. Com isso, ele justifica a necessidade de se fundar uma companhia que teria sua via férrea atendendo a região. Ressalta, ainda, que a ferrovia poderia ser bem interessante pelo fato de percorrer um terreno pouco acidentado e desbravar os “sertões que começa a atravessar a duas léguas da cidade, até quase seu ponto terminal”.

Durante o trajeto, segundo Moraes Salles, “*Observa-se belos quadros da natureza: além da mata virgem, grandes campos de invernada, as soberbas cascatas do Atibaia e do volumoso Jaguari.*” (SALLES [2], 1899)

A idéia da criação da Companhia Carril Agrícola Funilense para explorar e aproveitar os recursos da região do Funil surgirá, então, juntamente com a idéia de colonização da região – aproveitando o desempenho das plantações de café dessa região, a possibilidade de abastecer as populações locais de produtos vindos de Campinas e abastecer Campinas com as pequenas produções de gêneros alimentícios produzidos por essas populações. (MARCONDES, 2000:91)

Os primeiros incorporadores da Companhia Carril Agrícola Funilense foram os senhores Antonio Carlos de Moraes Salles, José Guatemozim Nogueira e Alfredo Pinheiro, todos fazendeiros dessa região. No entanto, a Funilense não foi criada logo na primeira tentativa. Apesar dos benefícios e privilégios concedidos pela municipalidade de Campinas, não foram possíveis resultados satisfatórios para o início das obras. Jolumá BRITO (1972) cita que, além de

“*circunstâncias imprevistas*”, no ano de 1889, a aterrorizante epidemia de febre amarela devastou a cidade de Campinas, tendo que ser paralisadas as obras da companhia.

Depois disso, a Fazenda Funil foi vendida para a Companhia Sul Brasileira de Colonização, cujo diretor era Barão Geraldo de Rezende. De grande destaque e importância no cenário político dentro do partido Republicano e agora proprietário da Fazenda Funil, além da Fazenda Santa Genebra que se localizava no caminho para a região do Funil, o Barão sente grande interesse em investir na ferrovia que ligaria a região a Campinas:

“...em 1890 consegue-se finalmente criar a Companhia Carril Agrícola Funilense, cujos incorporadores foram os senhores Vicente Fonseca Ferrão, Barão Geraldo de Rezende e José Guateozim Nogueira. [...] Assim sendo, a Companhia foi definitivamente criada em 22 de setembro de 1890” (MARCONDES, 2000:92-93).

A área onde seria construída a ferrovia era de concessão da Cia. Paulista de Estrada de Ferro; esta “gentilmente” cede licença de área à Funilense para seu tráfego.

Algum tempo depois das obras iniciadas, devido a falhas no orçamento da companhia, as obras foram paralisadas e permaneceram por nove anos abandonadas. A conclusão da estrada se deu somente em 1899: *“A preços elevados e com uma qualidade bastante duvidosa”* (MARCONDES, 2000:93).

A Ferrovia foi inaugurada em 18 de setembro daquele mesmo ano. Ela possuía 41 km de extensão, partindo de Campinas (da “Estação Guanabara” – pertencente à Mogiana e cedida para a Funilense utilizar como estação inicial até a finalização da sua própria estação) até alcançar a estação “Barão Geraldo de Rezende” (uma homenagem), localizada exatamente onde, em 1897, o governo de São Paulo havia decidido instalar um dos núcleos coloniais oficiais do estado: o Núcleo Colonial Campos Salles.⁴⁵

Quando a Funilense é inaugurada em 1899, esta já não era mais de propriedade do Barão Geraldo de Rezende, o Grupo Nogueira & Cia havia comprado a Fazenda Funil e a companhia no ano anterior. Estando a ferrovia quase falida, sem recursos materiais e financeiros, o Grupo Nogueira passa a administração desta para o Ramal Férreo Campineiro (inaugurado em 1894 para ligar Campinas à região das Cabras/Sousas, esta foi outro exemplo de ferrovia “cata-café”). De 1899 a 1905, a Funilense teve sua administração e funcionamento garantido pelo contrato com o Ramal Férreo, inclusive com o uso do material rotante desta.

⁴⁵ Notam-se os dois anos de diferença entre a criação do núcleo e a chegada da estação. Durante esses dois anos o núcleo permaneceria sem contato com a cidade de Campinas. Foram os piores anos para os primeiros colonos instalados no núcleo, que inclusive abandonam este por terem que enfrentar as péssimas condições de vida.

“A Funilense, por sua vez, transportava equipamentos importados para o Engenho Central e produtos agrícolas produzidos pelo Núcleo Colonial Campos Salles. Além disso, era responsável pelo transporte do café produzido naquela região, bem como o abastecimento do Funil de bens manufaturados e sal” (MARCONDES, 2000:108).

Mesmo com algum dinheiro e um pequeno lucro, com mercadorias primárias e secundárias circulando pela Funilense, e com um mínimo transporte de passageiros, pouco ou nenhum cuidado havia com a manutenção da estrada e dos equipamentos. Após cinco anos de funcionamento a Funilense não havia conseguido pagar as dívidas contraídas com o governo e encontrava-se praticamente destruída. A idealização da Funilense até o momento havia sido garantida devido a privilégios, facilidades e empréstimos concedidos pelo governo provincial e pelo Município de Campinas. No entanto, uma das cláusulas do contrato estabelecido com o governo definia que, caso a Companhia não pagasse as dívidas em determinado período, ela passaria para as mãos do governo. Foi o que aconteceu no ano de 1905, e a Companhia passou a chamar-se Estrada de Ferro Funilense, administrada pela Inspeção de Estradas de Ferro e Fluviais, órgão da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

A partir desse momento, tomada esta medida, o governo passa a ser o responsável pelo funcionamento da Funilense e o interesse em mantê-la funcionando irá se juntar aos interesses da política de imigração e colonização que existia sobre a região do Funil – idealizada, neste caso, através da construção de um núcleo colonial. Além de continuar garantindo a facilidade de escoamento das colheitas de café das fazendas do Funil, a Funilense seria responsável por auxiliar o governo estadual, na região de Campinas, na solução das crises de alimentos e de mão-de-obra para a lavoura. Ligando, desta maneira, o importante centro urbano que era Campinas, as fazendas de café que se espalhavam e cresciam na região e o próspero Núcleo Colonial Campos Salles. A crise no setor de mão-de-obra para as fazendas poderia ser suprida com os colonos do núcleo: esses mesmos venderiam suas produções de gêneros alimentícios para Campinas, que sofria com a carestia de alimentos, e os cafeicultores da região teriam a garantia do escoamento de suas produções, apoiando a política do governo de imigração e colonização através dos núcleos coloniais.

Em 1903 foi iniciada a construção da Usina Ester na Antiga Fazenda Funil por iniciativa do Grupo Nogueira. Produtora de açúcar e álcool, esta também foi determinante para o incentivo de funcionamento da Funilense, já que seu produto seria escoado até Campinas através da

ferrovia e o transporte de trabalhadores para a Usina seria facilitado. Em 1905 a Usina teve sua 1ª produção de açúcar vendida através da Funilense.

Uma vez desfeita a Cia. Carril Agrícola Funilense e surgida a Estrada de Ferro Funilense, iniciaram-se as reformas e a manutenção que, agora, além de interesse do governo, também era do Grupo “empresarial” Nogueira. Dessa união entre setor público/privado, em 1905 inicia-se o prolongamento da Funilense para mais 9 km até a “Estação Artur Nogueira”, além da ligação da antiga estação inicial, “Estação Guanabara”, com a nova estação inicial da Funilense, a “Estação Carlos Botelho”, localizada no mercado central de Campinas, inaugurada em 1908. Segundo informações de uma página da internet sobre a história das ferrovias nacionais, que utiliza como fontes a obra de Odilon Nogueira de Mattos – *Café e Ferrovias* e os *Relatórios oficiais da Sorocabana*⁴⁶ –, o prédio da “Estação Carlos Botelho” foi oferecido pelo governo estadual como incentivo à nova linha para ser a estação inicial da Funilense. A estação ficou popularmente conhecida como “Estação Mercado”, pois era o local onde os colonos do núcleo Campos Salles vendiam seus produtos para os moradores de Campinas. A estação deixou de funcionar em 1925, sendo ativada então como “Mercado Municipal de Campinas”. Jolumá BRITO (1972) cita que finalmente quando foi inaugurada, em 20 de abril de 1908, “*era motivo preponderante para júbilo dos campineiros o fato de que gêneros de primeira necessidade viriam transportados pela linha férrea, sem que os usuários pagassem pesados carretos, evitando-se maiores despesas para os consumidores*”; ainda, os comerciantes, vendedores de alimentos e passageiros comuns terminariam a viagem no centro de Campinas, não precisando mais descer na “Estação Guanabara” e fazer a baldeação até o centro.

Em 1913 a ferrovia atingiu 94 km até a sua última estação, denominada “Estação de Conchal” na margem do rio Mogi-Guaçu, atendendo então os núcleos coloniais “Conde de Parnaíba”, “Visconde de Indaiatuba” e “Martinho Prado Júnior”, que haviam sido criados pelo governo estadual em 1911.

Por volta de 1918 as despesas e a administração da Funilense não se apresentavam mais viáveis para o governo. Em 1921 a Sorocabana incorporou a linha e em 1924 a antiga Funilense tornou-se apenas um ramal desta companhia, recebendo o nome de “Ramal Pádua Salles”. Em 1923 foi construída a “Estação Vila Bonfim”, cujo terreno foi doado pela prefeitura de Campinas, sendo desativada a estação inicial Carlos Botelho e passando a “Bonfim” a ser a estação inicial da

⁴⁶ GIESBRECHT, Ralph Mennucci. Disponível em www.estacoesferroviarias.com.br. Acesso em 03/2007.

Funilense. A linha foi fechada no início de 1960, tendo seus trilhos arrancados sob protesto de algumas populações locais atendidas pela linha. Hoje são bem poucos os resquícios da Funilense.⁴⁷

⁴⁷ www.estacoesferroviarias.com.br.

2.) As cidades desenvolvidas a partir dos núcleos coloniais e da Estrada de Ferro Funilense:

Como foi apresentada no item anterior, a chamada região do Funil era uma extensa área de terras, formada por fazendas menores, atendida por grandes e volumosos rios e classificada pelos moradores da zona urbana de Campinas como estando ainda localizada no “sertão a ser desbravado”, considerado um lugar distante da cidade, inexplorado, inabitado e com uma mata densa e adversa. Apesar de estar a aproximadamente 50 km de distância de Campinas, a viagem até a região do Funil, antes de criada a ferrovia, era demorada, perigosa e sem conforto algum.

Quando analisamos o crescimento e desenvolvimento de Campinas entre meados e fim do século XIX, nos deparamos com algumas transformações relacionadas às reformas urbanas de modernização e higienização da cidade, ao rápido aumento demográfico, às novas atividades urbanas influenciadas pelo sistema capitalista industrial-burguês (velocidade de tempo – exploração do trabalho – sistematização das atividades), ao aumento do consumo de bens materiais importados e à vinda das ideias de modernidade (nas ciências e nas artes) trazidas da Europa. Os principais responsáveis por trazerem esses novos ideais de vida para a cidade foram os homens da alta sociedade paulista, nessa época representada pelos fazendeiros, mais especificamente os fazendeiros de café. Começando a acumular grandes quantias de capital, os pais cafeicultores mandavam seus filhos estudar em escolas na Europa, principalmente Paris – o berço que ecoava a modernidade e a civilização que tanto desejavam implantar na cidade do interior da província paulista, Campinas.

Essas novas ideias de progresso e modernização, trazidas pelos homens mais ricos e poderosos, estavam encontrando completo apoio dos políticos e governantes. Nesse cenário de igualdade e junção dos interesses públicos e privados, observamos bem as políticas sendo realizadas pelos governantes em benefício dos particulares. Já trabalhamos nos itens anteriores as questões relacionadas ao incentivo do trabalho livre assalariado, à imigração subsidiada, à construção das ferrovias que atenderam Campinas e ao “desincentivo” ao trabalhador nacional. Neste item, a questão apresentada será sobre o processo e as políticas que definiram a colonização da região do Funil. Assim como as outras políticas da época, abordadas na dissertação, a política de colonização será feita com objetivo de atender os cafeicultores e suas grandes lavouras. O ponto mais importante que nos interessa no processo de colonização na região são as relações entre núcleos de populações rurais – tanto das comunidades ou bairros

rurais quanto dos núcleos coloniais oficiais da região – com os núcleos urbanos mais próximos – no caso Campinas – que refletiram em mudanças estruturais de transformações para novos núcleos urbanos, contribuindo para a formação de uma rede de novas cidades originadas no interior do estado de São Paulo. Hoje, algumas inclusive de importante referência econômica para São Paulo, como é a cidade de Paulínia.

Nos últimos anos do século XIX, verificavam-se bem antagônicas as diferenças entre o que se passava na cidade de Campinas e nas terras do Funil. Entretanto, os cafeicultores necessitavam urgentemente que os mesmos ideais de modernidade de Campinas se aproximassem e atingissem a região do Funil: os ideais imateriais, como a velocidade no tempo de produção, transporte e trabalho, e os ideais materiais, como o consumo de mercadorias industriais.

Francisco Foot HARDMAN (1991) e Simone Narciso LESSA (1993) são classificados, segundo Pozzer, (POZZER, 2007) como os historiadores da terceira geração que se dedicaram aos estudos sobre a história da viação férrea; no entanto, diferem da segunda geração apresentada anteriormente – Odilon Nogueira de MATOS (1990), Flávio SAES (1981) e Ulisses SEMEGHINI (1991) –, que se empenhou nos estudos sobre a viação férrea em São Paulo e em aspectos mais econômicos gerados com a criação e instalação das ferrovias. As pesquisas de HARDMAN e LESSA se aventuraram nos estudos sobre estradas de ferro fora de São Paulo, e com a principal característica de enfatizarem questões políticas, sociais e culturais relacionadas às ferrovias.

Para HARDMAN (1991) o papel do trem está fortemente enraizado no imaginário coletivo das sociedades industriais como sendo “trem fantasma”, objeto do passado e pertencente ao campo da história apenas. A incrível máquina que representou o fio condutor de mudanças revolucionárias é hoje passada para trás, para o esquecimento. No entanto, certamente, podemos associar como uma das principais “mudanças revolucionárias” a que o autor se refere no surgimento de várias cidades e núcleos urbanos ao longo do percurso dos trens, possibilitadas pelas suas estações. Através destas, o Brasil e as novas cidades puderam entrar no “*universo de espetáculos de exibição das mercadorias*”, na sociedade burguesa da ostentação do grandioso, do luxo e do poder, já que todas as mercadorias e o novo estilo de vida chegavam pelas estações e se instalavam entre a população local. Em pouco tempo já dominavam e adentravam as casas e instituições, passando a ser o novo objeto de interesse e desejo das massas. “*Assim, do interior*

mais remoto das regiões agrárias às metrópoles mais representativas do cosmopolitismo articula-se um amplo mosaico enfeixado pela onipresença da mercadoria.” (HARDMAN, 1991:69)

Através dos trilhos de trens o sertão isolado e distante, bárbaro e selvagem pôde, aos poucos, ser descoberto e domado, não mais abandonado e tido como lugar distante do mundo civilizado. Simone Lessa (LESSA, 1993) se refere ao episódio de que, partindo das grandes cidades, a ferrovia ganhará o interior e através da longa extensão de seus trilhos, que chegaram aos lugares mais longínquos do país, a viagem de trem não só se tornou um hábito na vida familiar dos seus usuários como também introduziu tudo aquilo que se dizia a respeito da civilização industrial – a velocidade, o conforto, o acúmulo de capital e o consumo de bens. Além disso, no que a autora chama de “cosmopolitismo”, as ferrovias também serão responsáveis pela extensão dos projetos de higienização, urbanização e saneamento das pequenas e novas cidades do interior.

Através da breve análise desses dois autores, podemos pensar em como essas ideias do modo de vida moderno, trazidas pelas ferrovias e instaladas nas zonas mais distantes e rurais, encontraram complemento com os discursos proferidos pelos governantes e cafeicultores sobre a utilização dos trabalhadores nacionais. Como observamos anteriormente, os livres nacionais se encontravam marginalizados dos processos econômicos, sociais e culturais do país. Sofriam grande preconceito pelo seu modo de vida e não eram benquistos como componentes do novo sistema de trabalho assalariado, principalmente devido aos discursos de políticos e fazendeiros e reproduzidos para a sociedade em geral através da imprensa. Com a chegada das ferrovias nos pontos mais distantes do país, lugares dominados por famílias que viviam apenas da agricultura, sem contato com o mundo urbano e, muitas dessas, inclusive, com posses ilegais de terras, a sociedade pode ver a transformação com o surgimento de cidades novas e modernas, urbanizadas e habitadas principalmente por imigrantes – mantendo, assim, o mais distante possível desses lugares seus antigos moradores.

Na região do Funil, apesar de já confirmado antagonismo das diferenças entre esta e a cidade de Campinas, não encontramos mais fontes e referências sobre como era exatamente a região em termos de número de habitantes (incluindo fazendeiros, as famílias, os escravos, imigrantes, trabalhadores nacionais, populações locais e até possíveis índios), como viviam esses

habitantes, como e do que viviam as populações locais, como moravam, o que produziam, os animais que tinham, enfim, quais eram suas principais características. As fontes só começaram a surgir definitivamente depois da instalação do núcleo Campos Salles e da chegada da Funilense, mesmo assim, são mínimas e repetitivas as citações sobre como era a região antes desses eventos ocorrerem, e a maioria delas é sempre sobre as características físicas e geográficas do local: uma distante e belíssima região, uma natureza diferenciada com densas matas e florestas, animais raros e rios volumosos. Este fato das informações sobre a região do Funil começar a surgir após a chegada da ferrovia e do núcleo colonial, demonstra que a partir deste momento houve um maior interesse do governo e das autoridades em conhecer, analisar e recensear a nova região que seria explorada e povoada. Informações estas que nos chegaram, então, através das fontes e documentos.

O principal objetivo da pesquisa se concentra em conhecer como teria sido na região do Funil a evolução do núcleo Campos Salles, atual cidade de Cosmópolis. Entretanto, tentando decifrar a história da região antes da instalação do núcleo localizamos próximo a este a presença de alguns povoados, vilarejos ou comunidades. Sobre esses lugares observamos que os processos de formação e origem são bem diferentes dos núcleos coloniais oficiais, afinal, não foram instalados oficialmente pelo governo e, no mais, não cabe à pesquisa analisar e estudar profundamente essas diferenças. Entretanto, encontramos uma semelhança em ambos os lugares – os núcleos oficiais e os povoados da região –, todos tinham suas atividades iniciais baseadas na agricultura, posteriormente se evoluíram em cidades, foram atendidos pela estrada de Ferro Funilense, passaram por significativas transformações, além das relações de troca que estabeleceram entre si e com Campinas. Enfim, todos possuíam as características, que Maria Isaura Pereira (QUEIROZ, 1973) definiu nos “Bairros Rurais Paulista”, como bairros que viveram inicialmente da economia rural de subsistência e que, depois, através de relações estabelecidas com grandes centros urbanos, sofreram mudanças estruturais que levaram a uma evolução de núcleo rural para núcleo urbano.

Sobre os documentos das cidades surgidas ao longo do percurso da Funilense, as referências bibliográficas localizadas se resumem aos livros escritos pelos próprios moradores das cidades, os quais nem sempre eram historiadores, mas exerciam outras atividades e se interessavam em conhecer e divulgar a história de onde nasceram. Esses escritores são chamados de cronistas ou memorialistas urbanos. Por esse motivo, não nos deparamos com um rigor

acadêmico em suas obras, como com as citações e referências utilizadas, que nos auxiliam em busca de mais informações. Mesmo assim, não podemos deixar de analisar essas obras com fontes e julgá-las como carregadas de “verdades ou mentiras históricas”, simplesmente por terem sido as únicas encontradas.

Como a intenção deste capítulo é apresentar as cidades que surgiram a partir das estações da Funilense, não apresentaremos muitos detalhes sobre as estações localizadas dentro da cidade de Campinas. São elas a “Estação Carlos Botelho”, que futuramente se transformou no “Mercado Municipal de Campinas”, e a “Estação Vila-Bonfim”. A última estação dentro da zona urbana de Campinas e a que dava início ao caminho para a Fazenda Funil era a “Estação Instituto”. Inicialmente criada apenas como parada ou chave da ferrovia⁴⁸ e, segundo GIESBRECHT:⁴⁹ “*O que deve ter sido a estação em terras da Fazenda Santa Elisa*”. Hoje estaria localizada na estrada que dá início ao distrito de Barão Geraldo, saindo de Campinas.

Em seguida, a primeira estação já localizada em terras “do sertão adentro” foi a “Estação Santa Genebra”, também aberta como chave e construída para atender a Fazenda Santa Genebra, tida como referência nacional em modelo de administração, de propriedade do Barão Geraldo de Rezende. Tempos depois esta foi transformada em estação e teve seu nome alterado para “Estação Barão Geraldo de Rezende” como forma de homenagear o Barão, um dos criadores da Funilense. A localização da antiga estação está onde hoje se encontra o terminal urbano do Distrito de Barão Geraldo (GIESBRECH).

Segundo Rita Ribeiro (RIBEIRO, 2000) dentre vários fazendeiros e latifundiários da região onde hoje se localiza o distrito, o comendador Joaquim Bonifácio do Amaral (futuro Visconde de Indaiatuba), proprietário da Fazenda Sete Quedas, foi o primeiro fazendeiro da região a trazer colonos imigrantes da Europa como mão-de-obra livre para trabalhar em suas terras e em seus engenhos, totalizando cerca de 170 colonos. Isso teria acontecido já entre as décadas de 1850 e 60, portanto temos a primeira pista sobre a presença de imigrantes na região do Distrito de Barão Geraldo, entre esses anos. Além da “Sete Quedas”, as maiores e mais importantes fazendas da região foram a Santa Genebra, já citada, e a Rio das Pedras, de Albino José Barbosa de Oliveira.

⁴⁸ Segundo Marli Aparecida MARCONDE, *Op. Cit.*, as chaves ou paradas eram pontos de paradas específicos, mas não obrigatórios como as estações, para atender pessoas ou mercadorias, quando fosse dado o sinal para o trem parar. A Funilense, inicialmente, possuiu várias paradas e chaves.

⁴⁹ www.estacoesferroviarias.com.br.

Sobre a Santa Genebra, esta “*destacou-se não apenas por se, então, uma das maiores da região, mas também por seu pioneirismo marcado por constantes inovações no campo da agricultura*” (RIBEIRO, 2000:41). Esta era considerada modelo no Brasil e no exterior por usar inovações tecnológicas, constantemente era visitada por políticos e personalidades nacionais e internacionais, possuía uma excelente administração e maquinaria avançada para a época, ainda não utilizada em outras fazendas. A arquitetura e a estética da casa grande também chamavam atenção pela sua opulência e requinte. A vida esbanjada e ociosa do Barão e sua família o levaram à falência, sendo obrigado a vender a fazenda. Pouco tempo depois o Barão também vendeu a Fazenda Funil e a falida Funilense para o Grupo Nogueira. Logo em seguida, o Barão suicidou-se.

Quanto à Fazenda Rio das Pedras, nos anos de 1880 ela chegou a ter uma significativa produção de café e açúcar e tornou-se também referência entre os cafeicultores de Campinas. Mais tarde, com o desmembramento das fazendas Santa Genebra, Rio das Pedras e Sete Quedas, com o loteamento de várias áreas e o surgimento de bairros, tem-se início a configuração atual do que hoje é o Distrito de Barão Geraldo.

Ainda segundo as informações de RIBEIRO (2000), essas fazendas substituíram a mão-de-obra escrava por colonos italianos e portugueses em fins do século XIX. No início do século XX, com o acúmulo de capital adquirido nos trabalhos em fazendas, os imigrantes passaram a comprar algumas das “*glebas rurais*” das áreas desmembradas e loteadas das antigas fazendas. No início, as atividades agrícolas dos imigrantes foram voltadas para o cultivo de pés de café, entretanto, diante da concorrência com as fazendas maiores, os imigrantes passaram a cultivar verduras, legumes e frutas, além de criarem suínos e gado. Muito da venda desses produtos passou a ser realizada em Campinas, além da venda na própria comunidade, que começava a crescer. A partir disso, o lugar passa a se desenvolver com mais loteamentos e com a chegada de mais imigrantes, até o momento em que se torna definitivamente um bairro e depois um distrito, parte do Município de Campinas.

Importante citar que em momento algum na obra utilizada anteriormente são abordadas questões sobre os antigos moradores residentes na região antes da chegada dos imigrantes, do contato que certamente existiu entre essas duas culturas e tradições e que contribuíram para a formação do local. Por exemplo, podemos dizer que os moradores mais antigos conheciam mais a

terra, as condições climáticas e geográficas da região; por sua vez, os imigrantes vieram e se estabeleceram por aqui com técnicas mais avançadas de agricultura. Certamente, através da união dos dois tipos de conhecimento no campo é que foi possível garantir boas plantações das culturas nativas e das trazidas da Europa. Ainda relativo à obra sobre a história do distrito, não há alguma menção também da presença de negros escravos que trabalhavam nas fazendas com o cultivo de café ou cana-de-açúcar ou sobre a presença de índios.

A seguir, nas estações, encontramos “Estação Capão Fresco ou Betel”, aberta como chave – hoje é um bairro do Distrito de Barão Geraldo – e a “Estação Deserto ou Santa Terezinha”, também aberta com chave.

A “Estação José Paulino” já foi aberta como estação e sua construção se relaciona com a criação da cidade atual de Paulínia. Em *Paulínia: Dos trilhos da Carril às chamas do progresso* (MAZIEIRO e SOARES, 1999) as autoras circulam as origens da cidade com a Fazenda São Bento, propriedade de Francisco de Paula Camargo. Os imigrantes que se estabeleceram na fazenda São Bento e Morro Alto já tiveram seus contratos de trabalho efetuados ainda na Itália. Esses imigrantes chegaram a trabalhar juntos com os escravos nas fazendas. Provavelmente, a estação local foi construída para atender essas duas fazendas em destaque. Do antigo núcleo rural que era a fazenda e seus arredores, se desenvolveria um pequeno núcleo urbano com a chegada da estação. Sobre a presença de outros moradores na região, as autoras nos informam a seguinte dica:

Paulínia não é somente o resultado do trabalho desses imigrantes...já que no núcleo São Bento, posteriormente Vila de José Paulino, havia também os descendentes dos primeiros imigrantes portugueses, bem como as famílias de escravos que já viviam nas fazendas dessa região antes da abolição, sem contar os brasileiros, que também aqui já se haviam estabelecidos há muitos anos antes da chegada desses estrangeiros (MAZIEIRO e SOARES, 1999:32).

José Paulino, com era chamado o bairro de Campinas, emancipa-se em 1964 e torna-se o Município de Paulínia.

A seguir encontrava-se: a “Estação Funchal”, primeiramente aberta como chave e bem próxima fisicamente da “Estação José Paulino”; a “Estação João Aranha”, também primeiro como chave, que recebeu este nome em homenagem a um dos fundadores da Carril Funilense. Ambos os lugares hoje são bairros pertencentes ao Município de Paulínia. A “Estação Guatemozim” era a seguinte e o nome também homenageava a um dos sócios da Funilense.

A partir daí, entramos na região do Funil. A primeira referência que encontramos sobre a região é do ano de 1870. Neste ano, o proprietário da Fazenda Funil era o Sr. João Manoel de Almeida Barboza. Segundo o texto publicado e escrito por Antonio Carlos de Moares SALLES (1899), em *A Cidade de Campinas em 1900*, naquele ano de 1870, o Ministério da Agricultura recomendou ao Presidente da Província de São Paulo que fizesse constar, aos colonos imigrantes da Fazenda Funil a disposição com que se achava o governo Imperial de auxiliar seus parentes e conterrâneos que desejassem vir e se estabelecer naquele ponto, com “*Uma contribuição em dinheiro de 70\$000 réis por adulto e 30\$000 por menores entre dois e quatorze anos*”.

Provavelmente, João Manoel de Almeida Barboza possuía imigrantes estabelecidos em sua fazenda como colonos contratados pelo sistema de parceria ou locação de contato,⁵⁰ e esperava por algum incentivo do governo central ou provincial para trazer mais colonos à sua propriedade. Como SALLES (1899) refere a ajuda oferecida pelo Ministério da Agricultura, esta pode ter sido uma das poucas contribuições do governo imperial no incentivo à imigração realizadas na região de Campinas, já que observamos até o momento o governo provincial como grande incentivador e contribuinte das verbas destinadas à imigração na região. Posteriormente, a tentativa de colocação de mais colonos na Fazenda Funil falha devido à distância da fazenda e a cidade de Campinas, e pela falta de meios de transporte.

Após esta citação, as referências seguintes encontradas surgem depois de 1880, quando os cafeicultores que possuíam terras na região do Funil se unem para criar a Companhia Carril Agrícola Funilense, e quando o governo decide criar o núcleo Campos Salles. É importante salientar que em contrapartida a essa escassez de documentação até o momento da criação do núcleo Campos Salles, depois deste criado, assim como todos os outros núcleos estaduais, foi deixada uma vastíssima documentação oficial produzida pela Inspetoria de Terras, Colonização e Imigração nos relatórios sobre os núcleos coloniais de São Paulo, localizada atualmente no Arquivo do Estado de São Paulo. Sobre a ferrovia, a documentação produzida foi um pouco maior apenas no momento em que esta permaneceu em mãos do governo estadual e da Companhia Sorocabana.

Na região do Funil, foi construída uma chave para atender especificamente a Fazenda Funil na primeira fase de construção da ferrovia em 1899. Quando a fazenda e a Funilense são

⁵⁰ Segundo RIBEIRO, 2000, esses colonos eram imigrantes alemães e suíços.

vendidas para a família Nogueira, esses começam a investir na construção da Usina Ester, que ficou pronta em 1903. A chave permaneceu dentro da usina e teve posteriormente sua posição alterada para estação, recebendo o nome de “Estação da Usina Ester”. A estação passará a transportar toda a produção de cana-de-açúcar da usina diretamente para Campinas. Em *Usina Ester: cem anos de história (1898-1998)* (BENÁRIO SILVA, 1998:53), o autor diz:

“Percebendo o potencial e as possibilidades econômicas da produção de açúcar da região, mais dentro de uma concepção mais moderna de produção açucareira, José Paulino, juntamente com seus irmãos Sidrack e Artur Nogueira, seu cunhado Antonio Carlos da Silva Teles e seu genro, Paulo de Almeida Nogueira (casado com a filha Ester, que dá o nome à usina) adquiriram as terras e o engenho existente na região do Funil, o qual, na época, produzia apenas aguardente, sempre citada como de boa qualidade”.

A implantação da usina teve bastante ajuda do Instituto Agrônomo de Campinas, para a elaboração de novas tecnologias na produção da cana-de-açúcar. (BENÁRIO SILVA, 1998:61)

Finalmente, a última estação construída na primeira fase da Funilense foi a “Estação Barão Geraldo de Rezende”, que atenderia o iniciante Núcleo Colonial Campos Salles, no ano de 1899. O nome da estação é depois alterado para “Estação Núcleo Campos Salles”, e só depois definitivamente para “Estação Cosmópolis”.

Como foi dito anteriormente, algumas fazendas de café da região do Funil já utilizavam imigrantes como mão-de-obra livre trabalhando nas colheitas de café, sendo que os primeiros imigrantes a virem foram alemães e suíços, seguidos por italianos. De acordo com SALLES (1899), descobrimos que um incentivo do governo Imperial para que a região recebesse mais imigrantes já havia ocorrido no ano de 1870. Vimos também que anos mais tarde, em 1880, foram dos fazendeiros locais a iniciativa de construir uma ferrovia que ligaria Campinas à região do Funil e que esses pressionavam o governo provincial para mais incentivos à imigração na região. Breve tempo depois os mesmos insistiram para a conservação da ferrovia recém criada e já quase falida. Somado a isso, uma das alternativas para a crise de alimentos na cidade poderia acontecer com o incentivo de plantações de culturas que estivessem mais próximas da cidade e mais facilmente transportadas. Portanto, através desses fatos podemos concluir que a colonização e o povoamento da região eram políticas de interesse de vários grupos, tanto de particulares

(como os cafeicultores e donos de companhias ferroviárias), quanto do governo provincial e da municipalidade campineira. Os objetivos começam a ser atendidos um ano antes e, no momento em que o Grupo Nogueira compra as terras do Funil e a Companhia Funilense, todos esses eventos se encontrariam e seriam resolvidos nas iniciativas idealizadas pela “empresa familiar Nogueira” e com apoio do governo estadual.

Este por sua vez, representado pelo Presidente Campos Salles, já havia informado algum tempo antes sobre o interesse de criar um núcleo colonial próximo a Campinas. Em *A Cidade de Campinas em 1900* encontramos um texto descrevendo o presidente da Província estando convencido da necessidade de substituir o antigo sistema de imigração. Esta por sua vez, consistia em favorecer levas de colonos para as fazendas agrícolas (referência ao sistema de parceria ou locação de serviços, utilizado até então nas fazendas paulistas), sendo que eles logo se retiravam e voltavam à sua pátria, apenas gerando prejuízos aos cofres públicos com “*cômodos passeios*”. O presidente então, cogita então sobre a necessidade de fixar o trabalhador ao solo nacional, “*convertendo-o em proprietário da gleba que cultivasse*”. Nesse intuito, o presidente Campos Salles resolve desde logo fundar um núcleo que servisse “*de modelo aos estabelecimentos congêneres do Estado, escolhendo para tal fim o município de Campinas, sua terra natal*”. A princípio dirigiu a vista para o bairro de Rebouças onde esperava adquirir da Companhia Paulista, proprietária das terras, um valor relativamente baixo pela área desejada; “*mais tarde voltou-se para o Funil, onde o governo precisava auxiliar a construção da linha férrea ainda em começo*”.

Nesse momento, entre os anos de 1896 e 1897, entra em cena o Barão Geraldo de Rezende, que através da Companhia Sul Brasileira de Colonização (ainda proprietário da Funilense e da Fazenda Funil); doa para o estado cerca de 1.200 alqueires de terra na região do Funil para a instalação do núcleo desejado, em troca, o governo se comprometeria em dar auxílios e benefícios para a continuação e conservação da Funilense. Dessa maneira, surge o Núcleo Colonial Campos Salles no ano de 1897. Em 1898 as terras da Fazenda Funil e a Funilense são vendidas para o Grupo Nogueira e, em 1899 é oficializada a inauguração da Funilense com sua estação final atendendo o núcleo Campos Salles.

Como as localidades citadas anteriormente, dos antigos núcleos rurais atendidos pelas estações da Funilense, que se tornaram núcleos urbanos, assim aconteceu com o núcleo Campos Salles, hoje a cidade de Cosmópolis.

“No final dos anos 90 do século XIX, a região onde hoje é Cosmópolis era uma vasta floresta, onde havia espécies como as canelas, o saguaragi, o jequitibá, o cedro e outras. Verdadeira região de fronteira, sua localização passou a ser estratégica, tanto pela localização, quanto pela qualidade da terra.” (BENÁRIO SILVA, 1998:73)

Segundo as crônicas de José Honorato FOZZATI⁵¹, dos textos de outros cronistas e memorialistas citados ao longo deste capítulo e em algumas bibliografias históricas sobre a região, antes da chegada do núcleo à Fazenda do Funil, encontrava-se neste lugar um pequeno povoado, o qual, no ano de 1883, recebia o nome de “Campo das Palmeiras” e, em 1890, recebia o nome de “Burgo”. Certamente, assim como observamos nas outras localidades acima, o local já era habitado por uma comunidade ou um povoado rural, formado por ex-colonos imigrantes das fazendas, ex-escravos e trabalhadores livres nacionais. Sendo assim, quando o núcleo Campos Salles foi instalado, o local já era habitado e formado por um pequeno núcleo rural, com indivíduos de diversas nacionalidades e origens.

A partir desta comunidade rural que englobava a área do núcleo destinada à instalação dos lotes urbanos, junto com as primeiras casas comerciais, pequenas e iniciantes casas industriais e com a sede administrativa do núcleo, deu-se início um novo povoado que recebeu no nome de “Villa Cosmópolis” – o novo núcleo urbano que se desenvolveria e se tornaria mais uma cidade.

Não nos adentraremos no momento em saber como o núcleo evoluiu e suas principais características, sendo este o tema do quinto capítulo. A seguir, continua a seqüência das estações da Funilense:

A “Estação Artur Nogueira” foi inaugurada no ano de 1907, pela já estatizada Funilense, e foi a primeira estação do prolongamento realizado como compromisso do governo em troca das terras doadas. Como as parcerias entre o poder público e privado estavam gerando bons frutos para ambos os lados, a região gerava mais expectativas positivas. O Major Artur Nogueira doa 200 alqueires de terra para serem anexados ao núcleo Campos Salles em 1905, sendo criada a “Seção Artur Nogueira do Núcleo Campos Salles”. Em troca, o governo ficaria responsável por prolongar a Funilense e construir mais uma estação para atender a fazenda do Major, a Fazenda São Bento, localizada a alguns metros da seção. Surge, então, a “Estação Artur Nogueira”. Importante ressaltar que a origem da atual cidade de Artur Nogueira não foi o local onde foi criada a seção do núcleo, mas sim ao redor da estação construída na fazenda do Major, onde já

⁵¹ *Crônicas de uma cidade chamada Universo*. Crônicas publicadas periodicamente em “A Gazeta de Cosmópolis”, nos jornais “A Tribuna” e “Cosmópolis Agora”. Sem datas. Material doado para a pesquisa pelo autor.

florescia um pequeno povoado conhecido como “Lagoa Seca”. Anos mais tarde, a fazenda foi vendida, dividida e loteada em bairros.

A “Estação Engenheiro Coelho” foi inaugurada no ano de 1913 com o nome de “Estação Guaiquica”. Segundo a página da internet onde se encontra descrita a história oficial da cidade,⁵² observamos a influência de um fazendeiro belga na região do povoado de Guaiquica. A Fazenda São Pedro foi produtora de laranja e seu proprietário exerceu forte influência para que a estação da Funilense fosse construída bem próxima de sua fazenda, de modo a facilitar o escoamento de sua produção. A fazenda e o povoado cresceram, se desenvolveram e tiveram sua evolução para município, hoje Município de Engenheiro Coelho. A estação teve seu nome alterado anos depois para homenagear a um funcionário da Funilense, José Luiz Coelho, por isso o nome da cidade. Sobre este lugar temos algumas informações mais detalhadas e especiais, já que a história da origem da cidade foi tema de pesquisa de iniciação científica [BALDINI, 2004]. Algumas das informações mais interessantes que podemos retirar para a pesquisa de mestrado é a parte de uma entrevista realizada com um antigo morador da cidade. Este cidadão nos informou que seu bisavô viera da Alemanha; estabelecido no povoado, ele se interessara por uma índia que morava na região: *“Ela foi pegada a laço, ela era bugri. O meu bisavô casou com ela, a nossa raça é bugri”*⁵³ – essa notícia sobre o encontro com índios da região é a única informação que temos sobre toda a região do Funil. Nada semelhante foi encontrado nos livros, fontes ou documentos pesquisados.

Ainda sobre o município de Engenheiro Coelho, quando estava sendo realizado o trabalho de iniciação científica com a aplicação das entrevistas em alguns moradores mais antigos da cidade, procurava-se perguntar a respeito da importância da estrada de ferro para aqueles, as lembranças e os acontecimentos mais marcantes para cada um. Foi um consenso em todas as entrevistas o fato de os entrevistados se lembrarem da estação e do trem com grande nostalgia: todas as entrevistas revelaram nas frases a saudade de um tempo bom, com alegrias, e que nunca mais voltará. O “trem fantasma” a que se refere HARDMAN (1991:39) já representou o símbolo máximo de mudanças e transformações, mas que carrega atualmente o fardo da beleza apenas nas memórias e lembranças. A estação foi a grande novidade para os moradores do pequeno povoado; era o ponto de referência para todos, local de encontro de jovens, adultos e crianças, local de diversão e de sociabilidades – uma das únicas do lugar junto com os “bailinhos” com a

⁵² Informações retiradas da página da internet: www.pmengenheirocoelho.sp.gov.br

⁵³ Entrevista realizada com o morador de Engenheiro Coelho Isauro Milares, nascido em 28 de dezembro de 1934 na cidade de Araras. Disponível em: Relatório final de iniciação científica, *Op. Cit.*, e BALDINI, 2004.

presença da banda – e da espera do trem que sempre traria alguma novidade de Campinas ou que levaria embora algo querido. A “Estação de Guaiquica” era o símbolo mais forte de modernidade e progresso que poderia existir nesse lugar distante e esquecido, o único possível de trazer as mudanças que ocorriam em todo mundo para o pequeno e agrário povoado. Local de expectativas e de tristezas ao mesmo tempo diante do novo e desconhecido, da ida e da saudade. A seguir, alguns trechos das entrevistas, onde se revelam os sentimentos e as memórias dos moradores diante da estação da Funilense em Engenheiro Coelho:

*“O tempo que eu ia na escola, em 45 por aí, tinha a plataforma, o divertimento aqui era ver o trem passar, nós ia ver o trem passar sete horas da noite e às cinco horas da tarde ia no ponto pra ver o trem passar uma vez por dia, ele ia as nove horas pra Mogi e voltava as cinco, nos ia ver o trem passar, era o divertimento aqui.”*⁵⁴

*“A diversão antes de vir o cinema era o baile no armazém, e no domingo era o futebol da Associação Esportiva São Pedro e às 7 horas da noite tinha o trem que chegava de Campinas, todo mundo ia ver o trem na estação, só depois ia embora. Com o tempo, veio o seu Clemente, sanfoneiro e montou uma banda.”*⁵⁵

*“A estação de trem era o ponto de encontro da moçada, quando agente era solteiro, sábado e domingo era sagrado lá, o encontro da juventude de Engenheiro Coelho era na estação, só passava trem naquele tempo ali, não tinha nada de novidade na cidade.”*⁵⁶

*“Quando chegava seis e meia por ai, era a área de lazer, uma praça pra nós, a estação era uma praça para nós. O trem saía de Pádua Salles e chegava aqui sete horas da manhã e ia pra Campinas, quando era sete horas, quase sempre atrasava por que o trem era de lenha, a estação ficava super lotada de gente, moços, pessoas de idade e crianças, o trem ficava uns dez minutos e saía.”*⁵⁷

Outro acontecimento lembrado por todos os entrevistados foi o momento da desativação da linha de trem. É novamente o que HARDMAN (1991) cita quando analisa que os trens são representações do passado, inúteis e esquecidas no presente, mas carregam lembranças positivas

⁵⁴ Entrevista realizada com Isauro Milares, nascido em 28 dezembro de 1934, em Araras. Disponível em: Relatório final de iniciação científica, *Op. Cit.*, e Monografia final de curso, *Op. Cit.*

⁵⁵ Entrevista realizada com Vanda Hornhardt, nascida em 04 de dezembro de 1925 em Engenheiro Coelho Disponível em: Relatório final de iniciação científica, *Op. Cit.*, e Monografia final de curso, *Op. Cit.*

⁵⁶ Entrevista realizada com Olívio Batistela, nascido em 05 maio de 1926, em Engenheiro Coelho. Disponível em: Relatório final de iniciação científica, *Op. Cit.*, e Monografia final de curso, *Op. Cit.*

⁵⁷ Entrevista realizada com Tarcílio Olivério, nascido em 06 de agosto de 1934. Disponível em: Relatório final de iniciação científica, *Op. Cit.*, e Monografia final de curso, *Op. Cit.*

e de boas mudanças. Temos a seguir dois interessantes exemplos de diferentes pontos de vista sobre a desativação da linha da Funilense, um a favor da desativação e outro contra, inclusive, posição esta marcada pela ocorrência de uma greve:

*“Quando tiraram a estrada foi uma beleza, tava precisando mesmo de tirar, tava superada e não servia pra nada mais. Tiraram faz uns 50 anos, teve até uma greve pra não tirarem, mas eu não era contra tirar não, viu, não tinha serventia mais, demorava muito ir até Campinas de trem e a mercadoria também demorava muito na Sorocabana, era melhor ir de caminhão, foi um benefício tirar (...), quando tinha que ir até Campinas era tudo de trem, no mesmo horário, se perdesse não dava mais, só no dia seguinte ou de tarde, essa estrada foi até o rio só, não aumentou ou melhorou mais.”*⁵⁸

*“Eu lembro de quando tiraram a linha do trem, eu estava junto e tinha muita gente junto, começaram primeiro tirando os dormentes de Conchal, foi muito ruim, eu não queria não, pois era a única diversão daqui. Faz uns 50 anos ou mais que foi tirado a linha, foi antes de 63. 60, 61 ou 2, não lembro, foi a maior tristeza (...) eles alegaram que a linha não dava mais lucro, que só tava dando prejuízo.”*⁵⁹

*“A primeira vez que começaram a rancar nós não deixamos não, fizemos o movimento pra não tirar, foi primeiro em Pádua Salles. Mas depois de dois anos não teve jeito, eles vieram rancar mesmo. O prefeito de Artur Nogueira até veio falar com a gente do movimento, veio falar que não precisava mais da linha, que agora a gente tinha a jardineira que ia para Campinas e não ia precisar mais do trem. (...) Pegou nós de surpresa, nós não sabia, foi de repente, não avisaram e começaram a arrancar os dormentes de repente mesmo, foi em 1961. Alguns trabalhadores saíram da ferrovia, eu fui um dos últimos que saiu.”*⁶⁰

“Fui um participante da greve que teve pela desativação da funilense, foi greve pra não desativar a linha, por que o único meio de transporte da época era esse trenzinho da Funilense, (...) trazia adubo também de Campinas (...) o trem saía às sete da manhã, bem cedo, e às sete da noite nós chegava, só de manhã e à noite. Quando foi falado que ia desativar ela, eu tava com 30 anos, e a gente achava que se tirasse a gente ia ficar sem transporte nenhum mesmo, eles

⁵⁸ Entrevista realizada com Olívio Batistela.

⁵⁹ Entrevista realizada com Tarcílio Olivério.

⁶⁰ Entrevista realizada com Carlito Rosa, nascido em 21 de janeiro de 1921. Disponível em: Relatório final de iniciação científica, *Op. Cit.*, e Monografia final de curso, *Op. Cit.*

começaram a destruir em Pádua Salles, chegou uma turma mandando que eles parassem de destruir e eles pararam, daí veio a autoridade de Mogi Mirim, eles falaram que ia chamar o secretário do transporte para ver o que fazia numa reunião. O secretário era o Faria Lima, ele veio e fez a reunião com a gente, ele falou que era pra gente deixar destruir a linha por que no lugar ia construir uma estrada asfaltada, que ia de Campinas a Pádua Salles, no mesmo trecho da ferrovia, eles falaram que só ia mudar uma curva, mas ia usar o mesmo trecho, vai passar caminhão e vai ser mais rápido de vocês ir pra Campinas fazer compra, o caminhão também vai transportar mercadoria muito mais rápido pra vocês que tão reclamando agora e ele prometeu isso, mas levou uns 4 anos mais ou menos, mas veio.”⁶¹

Seguindo na linha da Funilense, segundo Giesbrecht, a “Estação Tujuguaba” foi inaugurada em 1913 e foi construída para atender o Núcleo Colonial Conde de Parnaíba. Depois, a “Estação de Conchal”, também inaugurada em 1913, veio para atender o Núcleo Visconde de Parnaíba em terras da fazenda Conchal, então pertencente ao município de Mogi-Mirim. De acordo com as informações de www.conchal.sp.gov.br, onde encontramos a página com a história oficial da cidade de Conchal, esta surgiu a partir dos núcleos criados pelo governo Estadual Conde de Parnaíba e Visconde de Indaiatuba. No ano de 1912, o governo realiza obras de saneamento nos núcleos, já que a população desses estava sendo dizimada com os surtos de malária, e o ano da chegada dos primeiros moradores na região é o de 1906, “*ao tempo da mata bravia*”. Os núcleos foram emancipados em 1919 e passaram a fazer parte do município de Mogi - Mirim, para depois se tornar o Município de Conchal.

Concluindo a linha, a “Estação Pádua Salles”, ponto extremo da Funilense nas margens do rio Mogi-Guaçu, foi aberta em 1913. Foi ela que deu o nome ao ramal, depois da incorporação da Funilense pela Sorocabana, em 1921, Ramal Pádua Salles. (Giesbrecht)

⁶¹ Entrevista realizada com João Fávero, nascido em 26 de agosto de 1925, em Artur Nogueira. Disponível em: Relatório final de iniciação científica, *Op. Cit.*, e Monografia final de curso, *Op. Cit.*

Quarto capítulo:

Estudos sobre outros núcleos coloniais do estado de São Paulo:

A necessidade de se fazer um capítulo que apresentasse a história de outros núcleos coloniais do estado de São Paulo surgiu em dois momentos no decorrer da dissertação. A primeira, durante a leitura da tese de GADELHA (1982), e a segunda, durante as pesquisas aos documentos do Núcleo Colonial Campos Salles no Arquivo do Estado de São Paulo.

O trabalho apresentado por Gadelha foi de grande importância para a pesquisa de mestrado por ser este um dos primeiros e únicos estudos que se referem aos núcleos coloniais do estado de São Paulo. Trata-se de uma tese de doutorado apresentada no ano de 1982, tendo como principal objetivo analisar o papel que os núcleos coloniais oficiais representaram no processo que ela denomina de “acumulação cafeeira” – ocorrida no estado de São Paulo entre os anos de 1850 e 1920 e advinda de todo valor capital proveniente do café. Este espaço temporal utilizado pela autora marca todos os acontecimentos de teoria e prática de instalação dos núcleos paulistas. Para isso, a autora então descreve brevemente a história de alguns núcleos e o papel de cada um desses dentro desse processo chamado de “acumulação cafeeira”.

Através da leitura desse trabalho e da possibilidade que este apresentou de se conhecer mais a respeito de outros núcleos coloniais e, conseqüentemente, quais e como foram as fases de criação de cada núcleo, quais foram os objetivos do governo em criá-los, as leis e decretos que regiam os núcleos, a vida e o cotidiano dos colonos, além de outros temas sobre núcleos coloniais, é que se sentiu a necessidade de realizar o presente capítulo.

O segundo momento em que se sentiu a necessidade de pesquisar mais sobre outros núcleos coloniais do estado de São Paulo foi durante as pesquisas realizadas no Arquivo do Estado de São Paulo. O objetivo dessa pesquisa de campo era ler e analisar os documentos referentes ao Núcleo Colonial Campos Salles, que já haviam sido localizados durante a pesquisa de Iniciação Científica realizada no de 2005. Entretanto, assim como a documentação do Campos Salles, era grande a quantidade de documentação produzida sobre outros núcleos de São Paulo. Fato este que despertou interesse de se conhecer também sobre outros núcleos. Ainda, é este grande número de documentos localizados no Arquivo do Estado que Gadelha diz na introdução de sua tese de doutorado ser um dos motivos de interesse em se estudar o assunto.

A partir desse ponto, foi iniciada a procura por trabalhos que abordassem a história de núcleos coloniais oficiais de São Paulo e a grande parte desses trabalhos foi localizada apenas na biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP, São Paulo). São trabalhos que apresentam análises sociológicas influenciadas pelas pesquisas realizadas por Antônio Cândido e Maria Isaura Pereira de Queiroz nos temas relativos às tradicionais comunidades rurais paulistas e às relações e dinâmicas entre bairros rurais e cidades. São diversos os trabalhos localizados na biblioteca, e o critério levado em conta para a leitura de apenas alguns foi desde trabalhos que estudaram os núcleos coloniais que tiveram suas datas de fundação e sua localização geográfica mais próximas do núcleo Campos Salles, até os núcleos que se localizavam bem distante deste, tanto na época de fundação quanto na região do estado em que foi instalado – uma vez que política de criação dos núcleos coloniais foi dividida em fases onde o governo procurava em cada uma alcançar um objetivo específico. A seleção de leitura dos trabalhos procurou, então, selecionar um núcleo, pelo menos, de cada fase.

Em geral, os estudos sobre os núcleos coloniais apresentados abordam os seguintes temas: as questões relativas ao processo de abolição da escravatura; a crise na mão-de-obra para a lavoura cafeeira paulista; as questões relativas ao incentivo da imigração para a lavoura; a inserção do país no sistema capitalista monocultor exportador; a origem dos núcleos coloniais segundo as leis e decretos da política estadual que norteou a criação destes; o desenvolvimento e progresso dos núcleos; as relações dos núcleos coloniais com as cidades mais próximas; o dia-a-dia dos colonos e a emancipação, evolução ou decadência dos núcleos. Enfim, os trabalhos procuraram apresentar mais ou menos dentro desta sequência e com esses temas a história dos núcleos coloniais, com o início, meio e fim destes.

Através do resgate da história desses núcleos coloniais e do contexto histórico apresentado por cada pesquisa, pôde ser realizado para a dissertação um trabalho de comparação entre os fatos dos núcleos estudados com as evidências que surgiam sobre o núcleo Campos Salles, descobertas através das fontes primárias. Como exemplo, em relação ao dia-a-dia dos colonos, observou-se através das leituras que em todos os outros núcleos coloniais do estado de São Paulo as condições de vida foram precárias, o trabalho era pesado e cansativo e as doenças constantes; o que nos faz pensar, além das informações das fontes primárias que confirmam esse fato, também se darem da mesma maneira com os colonos do Núcleo Campos Salles. Outro exemplo: no momento em que os núcleos coloniais eram instalados, a terra medida e os lotes

demarcados numa área, o governo não levava em conta a existência de moradores mais antigos na região. Como já observamos nos capítulos um e dois, esses moradores eram em sua maioria posseiros e agricultores, constituídos por trabalhadores livres, ex-escravos e, em alguns casos, até por índios. Como em muitas situações a posse da terra desses habitantes não era reconhecida pelo governo, eles eram obrigados a se retirar do local onde seriam instalados os lotes para os colonos. Esse fato foi citado em todos os trabalhos que analisaram os núcleos coloniais e não é difícil que tenha sido igual na região onde foi instalado o núcleo Campos Salles, como, inclusive, indicam as evidências das fontes primárias encontradas.

Ao que se procurou atentar nas pesquisas eram as seguintes questões e as seguintes perguntas:

Era o dia-a-dia dos colonos (tanto colonos imigrantes quanto os colonos nacionais), nos anos iniciais dos núcleos, e seus trabalhos realizados dentro dos lotes semelhantes a um estilo de vida rural e a um estilo de vida de uma comunidade rural, onde a principal atividade era a agricultura de subsistência? Se sim, essas tradições camponesas entre os colonos foram mais influenciadas pela herança rural europeia ou nacional? Ouve sobreposição de uma tradição sobre a outra ou uma harmonia entre elas?

Como teria sido o contato dos imigrantes em seus lotes com os povoados e as comunidades rurais ao redor dos núcleos? Teria havido preconceito, influência ou dominação de uma sobre a outra?

Ainda, como teria sido a relação desses núcleos com as cidades grandes mais próximas? O contato entre os núcleos coloniais e as cidades certamente introduziu transformações no dia-a-dia dos colonos em seus lotes. Então, como será que essas transformações acarretaram mudanças para os núcleos? Teria sido na evolução do núcleo colonial rural para um novo núcleo urbano, no desaparecimento completo do núcleo colonial, ou simplesmente na constante dependência do núcleo colonial em relação à cidade?

Enfim, foi com atenção direcionada para essas questões nos trabalhos sobre os núcleos coloniais que se procurou realizar o trabalho de comparação com o núcleo Campos Salles e descobrir de que forma a história deste núcleo responderia às mesmas indagações e questões colocadas para os outros núcleos.

Apesar da semelhança dos trabalhos, que tecem a mesma contextualização histórica para o desenvolvimento dos núcleos (o que também não pode ser diferente nesta pesquisa de mestrado,

já que os primeiros capítulos também foram escritos com uma sequência histórica), cada trabalho teve sua metodologia e objetivos diferentes, revelando, então, enfoques e análises diversificadas.

Dessa maneira, o objetivo deste capítulo é, apoiando-se no trabalho introdutório de GADELHA (1982) sobre diversos núcleos coloniais de São Paulo, apresentar brevemente os trabalhos de dissertações e teses que se propuseram a estudar especificamente a história de núcleos coloniais fundados pelo governo estadual, em fases distintas. A partir desses trabalhos podemos relacionar diversas questões que envolveram a história dos núcleos oficiais com nosso núcleo objeto de pesquisa, o Campos Salles. Enfim, pretende-se realizar neste capítulo um breve trabalho de comparação entre os núcleos coloniais selecionados para estudo com o núcleo Campos Salles, utilizando quando possível as mesmas perguntas e questionamentos que colocamos a respeito do nosso objeto de estudo.

Procurando defender o motivo de apresentar sua tese, GADELHA (1982) aponta que até o momento poucos estudiosos davam crédito à importância econômica dos núcleos coloniais para o estado de São Paulo. Os estudos sobre núcleos coloniais apenas apareciam em questões relativas ao povoamento (principalmente dos estados do Sul do Brasil). Além disso, era vasta a referência de estudos sobre a substituição da mão-de-obra escrava pela imigrante, sobre as condições de vida dos imigrantes e sobre os contratos de colonato assinados dentro das fazendas de café, deixando de lado os estudos mais profundos a respeito da existência e do papel dos núcleos coloniais e a respeito das relações entre fazendeiros e os pequenos proprietários dos lotes, em núcleos coloniais oficiais. Um dos motivos para isso talvez seja o fato de que os imigrantes que se dirigiram para os núcleos foram numericamente menores que o número de imigrantes empregados na grande lavoura, mas nem por isso com importância menor no processo de acumulação do capital decorrente do cultivo de café. A autora ainda questiona a importante presença do trabalhador livre brasileiro no processo de transição para o trabalho livre e a escassez de pesquisas sobre essa questão.

Desse modo, a finalidade do seu trabalho é conhecer a importância dos núcleos coloniais no processo de “acumulação cafeeira”, relacionados ao funcionamento das políticas de imigração, colonização e trabalho e ao papel que desempenharam, para São Paulo e para o Brasil, durante a transição do sistema mercantil para o capitalista.

Grande parte dos núcleos coloniais do governo foi criada, reformada ou expandida durante a fase de crise da economia cafeeira, entre 1896 e 1906, quando o governo pôde garantir

os objetivos de sua política de colonização promovendo os recursos necessários à formação da pequena propriedade nos centros cafeeiros. Já a política de imigração desenvolvida no estado de São Paulo esteve o tempo todo subordinada aos interesses da classe cafeeira, tanto nos aspectos relacionados ao suprimento da mão-de-obra na lavoura quanto à criação dos núcleos coloniais. Por este motivo, torna-se para a autora impossível desassociar o estudo sobre a criação dos núcleos coloniais do conjunto das questões relativas à imigração, colonização e trabalho no estado de São Paulo.

Os princípios que nortearam a fundação dos núcleos coloniais para a fundação da pequena propriedade foram os mesmos que levaram o governo central a subsidiar a imigração em larga escala para o trabalho na grande lavoura de café. Ambos cumpriram seu papel no processo de acumulação capitalista no setor cafeeiro.

No aspecto do incentivo particular à imigração, em 1871 um grupo de fazendeiros e empresários criou uma associação semi-oficial, a “Associação Auxiliadora da Imigração e Colonização”, que amparada principalmente por subsídios do governo, iniciaria a introdução de imigrantes nas fazendas, destinados à lavoura cafeeira.

Em relação à imigração oficial, além desta apoiar e subsidiar a imigração destinada às lavouras particulares, o governo também procurava vincular uma parte do incentivo à imigração na utilização racional de terras devolutas do estado. No entanto, não havia ainda uma regulamentação clara para a medição, demarcação e separação dessas terras. Somente após 1876, com a criação da Inspeção Geral de Terras e Colonização, subordinada à Secretaria da Agricultura, é que esses serviços passam a ser oficializados e realizados. No mesmo ano o diretor da Inspeção, José Cupertino Coelho Cintra, autoriza os serviços em terras de São Paulo para a fundação de diversos núcleos coloniais destinados, principalmente, ao abastecimento da cidade de São Paulo e a ocupar terras devolutas. Os primeiros núcleos formados em terras pertencentes ao governo e próximos da cidade de São Paulo foram os núcleos São Bernardo, Sant’Anna e Glória, no ano de 1877.

A necessidade de trazer mais imigrantes para o estado de São Paulo não se justificava como em outros estados do Brasil para fins de povoamento, por este motivo, a colonização se fazia necessária para garantir outros interesses, como o incentivo à produção de culturas que não o café, a colocação de mão-de-obra para a lavoura cafeeira e ocupação de terras devolutas. Por isso, inicialmente, os núcleos formados não se destinavam aos imigrantes recém chegados, mas,

sim, a imigrantes que já haviam tido experiências de trabalho nas fazendas, com as lavouras de café e de alimentos. O interesse do governo era instalar os colonos nos lotes para que estes produzissem gêneros alimentícios que abasteceriam a cidade de São Paulo, juntamente os colonos também poderiam trabalhar nas fazendas de café e acumular o capital que seria útil para a aquisição futura de um pequeno pedaço de terra.

Em 1885, do esforço pessoal de Antonio Prado junto ao governo da Província paulista, foi fundado o Núcleo Colonial Cascalho e Cannas. Em 1886 inicia-se a reestruturação do núcleo Pariquera-Assú, abandonado desde 1878. Entre 1887 e 88 iniciam-se a fundação de núcleos nas regiões de Campinas, Jundiaí, Limeira e arredores da Capital. Foram fundados os Núcleos Coloniais Rodrigo Silva, Antonio Prado, Barão de Jundiaí, Boa vista e Ribeirão Pires. Sob a administração de Antonio Prado, também se deu a fundação da Sociedade Promotora de Imigração e a criação da Hospedaria dos Imigrantes.

“Na prática, o governo de São Paulo já havia assumido plenamente a subvenção e a organização de seus serviços de imigração e colonização quando a proclamação da República, surpreendendo o país, proporcionou maior autonomia aos novos Estado da União, permitindo-lhes assumir, de forma plena, a direção desses serviços”
(GADELHA, 1982:131).

Já em 1889, no governo provisório de Prudente de Moraes em São Paulo, um dos seus primeiros atos foi regulamentar os serviços da Hospedaria dos Imigrantes e criar a superintendência de Obras Públicas, encarregada dos serviços de demarcação e divisão das terras devolutas no estado, bem como da inspeção dos núcleos coloniais.

Inicia-se uma nova etapa na política de colonização de estado. Agora, com elementos, ferramentas e regulamentações concretizadas por meio de uma instituição específica e centralizada, dar-se-ia a implementação da política de criação de núcleos coloniais. Sendo assim, em 1891 foi criada a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, além do apoio técnico do Instituto Agrônomo de Campinas⁶² (IAC) diante das pesquisas e melhoramentos na agricultura, fornecendo engenheiros e profissionais especializados na área, que davam orientações aos colonos dentro dos núcleos nos campos de experiência e

⁶² De acordo com *Chão Fecundo-100 anos de história do Instituto Agrônomo de Campinas* (ALVIM e CARMO, 1987:40), em 27 de junho de 1887 foi fundado o Instituto Agrônomo de Campinas. O então Conselheiro Antonio Prado, Ministro da Agricultura e importante fazendeiro paulista, idealizou a construção de uma estação agrônoma em Campinas. A idéia se concretizou com a compra do terreno na cidade e o projeto foi concretizado através do Imperador Pedro II, *“nos moldes daquelas que conhecera na Europa”* (*Memória do Instituto Agrônomo de Campinas*, 1993:3).

demonstração. Em 1893 a antiga Inspetoria de Terras e Colonização foi substituída pela Inspetoria de Terras, Colonização e Imigração do Estado, serviço este que ficaria responsável pela fundação dos núcleos coloniais.

Nesse momento, alguns fazendeiros paulistas, depois de muita discordância com o governo, já haviam percebido a necessidade da criação de pequenas propriedades, através dos núcleos coloniais, próximas às zonas cafeeiras. Fato que possibilitaria a disponibilidade de fornecimento de mão-de-obra para as lavouras de café, a produção de alimentos diversos e, ainda, a valorização de terras marginais dentro das zonas cafeeiras. O governo do estado de São Paulo assumiria por completo o controle de todas as questões relativas à imigração, colonização e trabalho em seu território, inovando algumas vezes com a colocação de núcleos coloniais, mas sempre conservando firme o objetivo de manter a força de trabalho subordinada aos interesses do capital cafeeiro.

A existência da pequena propriedade, efetivada pelo governo através dos núcleos coloniais, faria com que esta coexistisse lado a lado com o latifúndio cafeeiro e para atender aos interesses deste, por isso, os núcleos coloniais só podem ser analisados dentro do contexto do processo de “acumulação cafeeira”, já que toda a acumulação capitalista do estado de São Paulo, em grande parte do século XX, se deu através da cultura cafeeira de grande propriedade.

Após a Proclamação da República e a consequente autonomia dos estados, o governo de São Paulo promoveu a política de criação dos núcleos coloniais que se dividiu em duas fases bem distintas. A primeira delas, dando continuidade às atividades iniciadas em 1886 pela Inspetoria de Terras, Imigração e Colonização, representou a necessidade de produção de gêneros alimentícios em pequenas propriedades e próximas aos centros urbanos. A segunda fase, a partir de 1900, é a que define mais claramente, segundo Gadelha, o papel dos núcleos no processo de “acumulação cafeeira”.

A primeira fase teve duração média de dez anos, vai de 1886 com a criação dos primeiros núcleos até 1896/7. Essa fase se caracteriza pela preocupação do governo em estabelecer e manter centros de produção de agricultores de gêneros alimentícios instalados em pequenas propriedades nos núcleos coloniais, que iriam abastecer o mercado das cidades com carência desses produtos. Por exemplo, no ano de 1892 a crise no setor alimentício era tão forte que em alguns centros urbanos muitos alimentos ficaram completamente em falta, sendo necessária a importação desses produtos, gerando, conseqüentemente, um grande aumento de valor. “A

criação de núcleos de colonização, localizados em zonas próximas da capital ou em área impróprias para o café, ou consideradas de baixo rendimento para este produto, seria encarada como uma das possíveis alternativas” (GADELHA, 1982:153).

Contudo, o governo de São Paulo praticamente não possuía muitas terras pertencentes ao estado no fim do século XIX e as que possuía eram em lugares de difícil acesso. Sendo assim, o governo passou a comprar as terras onde desejavam instalar os núcleos coloniais, a maior parte desses, fundados em 1895, foi levantada em áreas adquiridas pelo estado das mãos de particulares, geralmente falidos.

Nessa primeira fase a zona mais favorecida pela criação de núcleos foi o norte do estado (Vale do Paraíba) com 4 núcleos, uma vez que as terras dessa região estavam esgotadas – estas serviriam apenas para o cultivo de cereais. Em seguida, a segunda região mais favorecida foi ao redor da capital, com 3 núcleos, já que era objetivo abastecê-la com alimentos. Na região oeste do estado foram fundados dois núcleos coloniais, na região do novo oeste e o do sul do estado, um núcleo em cada. Essas últimas regiões estavam tornando-se os novos centros produtores de café e foi alvo mais intenso da criação de núcleos coloniais apenas na segunda fase estabelecida pelo governo de política de criação; por enquanto, o governo desejava instalar os núcleos para abastecer mais a região com mão-de-obra para as fazendas. O núcleo Pariquera-Assú era o único núcleo que havia sido fundado com objetivos de povoamento: de iniciativa do governo Imperial no ano de 1861, estava completamente abandonado; mesmo assim, por estar situado em zona de produção monocultora de café, passou por um processo de reformulação.

Muitos dos indivíduos que vieram para os núcleos coloniais fundados entre 1885 e 1895 eram ex-colonos estrangeiros ou nacionais e já haviam trabalhado em lavouras de café e alimentos. Havia também alguns imigrantes recém chegados com capital em mãos e alguns ex-combatentes da guerra do Paraguai, que receberam benefícios do governo em forma de lotes nos núcleos.

Já a partir do ano de 1896, em decorrência de uma crise no setor cafeeiro somada à crise no setor alimentício, os núcleos começariam a ser construídos dentro de zonas cafeeiras. A estratégia utilizada pelo governo estadual foi investir na propaganda da necessidade de se desenvolver a policultura no estado, diminuir as importações desses produtos e ao mesmo tempo valorizar as terras que não valiam para o café com a cultura de alimentos, já que essas representavam um verdadeiro capital, estagnado sobretudo na época da crise. Para o governo, a

estabilidade da lavoura paulista não dependia de questões do custo de produção nem do custo do transporte, mas sim do monopólio da terra e da cultura exercido pelos grandes proprietários. Para equilibrar as desvantagens dos monopólios, mas garantir a continuidade da grande produção cafeeira, é que surgem as possibilidades de produção de cereais em pequenas propriedades, intercaladas às monoculturas de café. Sendo assim, a nova proposta era construir núcleos lado a lado de grandes fazendas de café, tanto em terras velhas, não produtivas para o café, e de fazendeiros que se interessavam em vendê-las, como em terras devolutas. A mão-de-obra dos colonos dos núcleos poderia ser utilizada ora em uma fazenda ora em outra; utilizada para fornecer o abastecimento de alimentos do mercado e, principalmente, para garantir que com seu trabalho na terra a região se tornasse altamente valorizada para governo e para fazendeiros.

Neste mesmo ano o governo começa a negociar a aquisição de terras para a construção do Núcleo Colonial Campos Salles, entre os municípios de Limeira, Mogi-Mirim e Campinas. A Carril Agrícola Funilense, proprietária das terras nessa região, enfrentava sérias dificuldades financeiras (reflexos da crise) e se interessava na venda de parte de suas terras para a fundação de um núcleo colonial que traria ao mesmo tempo a oportunidade de desenvolver a região, com a policultura e a mão-de-obra disponível. *“Submetendo-se os núcleos a administrações competentes, sob orientação dos técnicos do Instituto Agrônomo de Campinas, seria possível ao Estado multiplicar em breve as fontes de produção, sem desorganizar o trabalho da grande lavoura”* (GADELHA, 1982:174)

Dessa maneira, inicia-se a segunda fase da política de criação de núcleos coloniais. Nesta fase, o trabalhador imigrante também passaria a servir de mão de obra para o mercado de trabalho urbano. Os colonos que se dirigiam para os núcleos nessa fase eram frequentemente recém chegados da Europa e espontâneos, vindos por conta própria, sem subsídio do governo. Os núcleos foram construídos em terras servidas por estradas de ferro que ligavam os núcleos tanto às fazendas quanto aos centros urbanos. Com o início desta segunda fase de criação de núcleos coloniais, desta vez em terras do oeste do estado, o governo se compromete antes em emancipar os núcleos mais antigos.

No ano de 1892 é realizada a reestruturação da Secretaria da Agricultura. O ano de 1900 é marcado pela transição do enfoque do governo estadual em relação à política de colonização e nesse período é promulgada a lei orgânica dos núcleos coloniais, contida no Decreto nº272, de 10/12/1894. Este decreto, composto de sete capítulos, visava à organização e à administração dos

núcleos coloniais de São Paulo, regulamentando a formação e a função da pequena propriedade no estado. A legislação deste período demonstra claramente as relações existentes entre a imigração, trabalho e colonização na nova perspectiva de concretização do trabalho assalariado e atendendo às necessidades da lavoura cafeeira.

Brevemente, segundo os artigos mais relevantes, o decreto descreve que os núcleos coloniais fundados a partir deste período não seriam considerados como um grande loteamento, onde os colonos agiriam de forma independente, mas sim como um embrião de um futuro povoamento ou vila. Neste lugar, os colonos trabalhariam em função de plantar gêneros agrícolas para serem comercializados e estariam submetidos às regras internas do núcleo colonial, ou seja, submetidos à administração.

Os lotes eram de dois tipos: urbanos e rurais. O primeiro tipo era destinado à formação da povoação, em geral eram de menores tamanhos e localizados no centro do núcleo colonial. Os rurais eram os lotes destinados exclusivamente à lavoura e de tamanhos maiores. A condição para o estabelecimento no núcleo era que o colono fosse casado, com filhos maiores de 12 anos, além de ser lavrador. Era permitida a venda de lotes a colonos nacionais, uma vez que estes auxiliariam com suas experiências advindas da prática na lavoura nacional, além de auxiliarem na assimilação do imigrante. Era obrigatória ao colono a utilização do seu lote com plantações, a construção de casa permanente para a família e o trabalho realizado em serviços de infraestrutura para o núcleo, como construção de pontes, estradas e limpeza de terrenos; finalmente, a emancipação dos núcleos acontecia logo que estes atingissem condições satisfatórias de prosperidade, sem mais contar com os auxílios administrativos e técnicos do governo. Ainda, era garantida gratuitamente pelo estado a demarcação e medição de lotes em terras particulares onde seus proprietários desejassem a instalação de núcleos coloniais.

Os núcleos coloniais criados após 1897 contaram com a orientação de técnicos do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), ao contrário dos núcleos mais antigos que muitas vezes tinham seus colonos abandonados à mercê das inconstâncias temporais e sem auxílios de como trabalhar a terra. Após 1900 dar-se-á um aprimoramento no pessoal administrativo dos núcleos para que estes auxiliassem nas técnicas e experiências agrícolas. Os lotes rurais nos núcleos desse período eram bem maiores, com extensão máxima de 25 hectares, exceto o Campos Salles, que foi criado antes dessa regulamentação, mas que recebeu técnicos administrativos do IAC que auxiliavam os colonos.

A seguir, a tabela demonstra mais especificidades de cada núcleo. O núcleo Campos Salles foi construído exatamente no momento de transição das fases da política de criação de núcleos coloniais do governo, por isso ele possuía características relativas às duas fases como, por exemplo, os lotes menores, mas por sua vez, contou com o auxílio de técnicos do IAC. Os núcleos mais antigos (primeira fase: 1887-1895) não possuíam lotes muito grande em média e os preços eram mais baixos em comparação com os núcleos da segunda fase.

Núcleo	Nº lotes	Total hectares	Área hectares			Preço/hectare (mil réis)	
			Mínima	Máxima	Média	Mínimo	Máximo
Campos Salles	60	806,0	10,0	19,1	13,5	20\$000	82\$650
Nova Odessa	19	468,0	21,0	32,7	24,5	40\$000	60\$000
Jorge Tibiriçá	24	601,0	19,0	30,5	25,0	45\$000	60\$000
Nova Europa	17	435,3	19,7	32,0	25,6	50\$000	60\$000

Fonte: Retirado e adaptado de Gadelha, *Op. Cit.*, página 253. Quadro nº17: Média da área e preços dos lotes rurais coloniais (1899-1910).

A seguir, também se encontra duas tabelas com mais informações dos núcleos coloniais criados no território paulista, durante a primeira e segunda fase.

Ano fundação	Nome núcleo	Localização	Iniciativa	Forma de aquisição	Propriedade inicial
1877	S. Bernardo	Grande São Paulo	Governo central	Compra	Fazenda Ordem Beneditinos
1885	Cannas	Lorena-Cachoeira	Governo provincial	Idem	—
1885	Cascalho	Limeira-Rio Claro	Idem	Idem	Fazenda Cascalho
1886	Rodrigo Silva	Porto Feliz	G. central e particular	Terras devolutas	Estado
1887	Ribeirão Pires	Grande S. Paulo	Governo Central	Terras devolutas e compra	Estado e fazenda
1887	Pariquera-Assú	Cananéia-Iguape	Idem	Terras devolutas	Estado
1887	Antonio Prado	Ribeirão Preto	Idem	Idem	Estado (disputa de terras)
1887	Barão Jundiá	Jundiá	Idem	Compra	F. Ordem Beneditinos e particulares
1888	Boa Vista	Jacareí	Idem	Idem	Particular
1889	Sabaúna	Mogi-Cruzes	Idem	Idem	Ordem Carmelita
1890	Quiririm	Taubaté	Idem (parceria proprietário)	Idem	Fazenda loteada
1892	Piaguhy	Guaratinguetá	Governo estadual	Idem	Fazenda
1894	Bom Sucesso	Sorocaba	Idem	Idem	—

Fonte: retirado e adaptado de Gadelha, *Op. Cit.*, página 159. Quadro nº 11: Núcleos Coloniais do Estado de São Paulo (1877 – 1841). Primeira fase.

Ano fundação	Nome núcleo	Localização	Forma de aquisição	Propriedade inicial
1897	Campos Salles	Campinas e Mogi-Mirim	Compra e doação	Cia. Agrícola Funilense e Artur Nogueira & Cia
1905	Nova Odessa	Campinas	-	Fazendas particulares
	Dr. Jorge Tibiriça	Rio Claro	-	Idem
1906	Pariquera-Assú	Iguape	Terras	Ampliação de terras
			Devolutas	
1907	Nova Europa	Araraquara	Compra	Sesmaria do Cambuy
	Gavião Peixoto	Idem	-	Idem
	Nova Paulicéia	Idem	-	Idem
	Conde Pinhal	Ubatuba	Parceria estado e câmara municipal	Fazendas particulares
1910	Nova Veneza	Campinas	Compra	Fazenda particular
1911	Conde Parnaíba	Mogi-Mirim	-	Sesmaria do Conchal
	Visconde de Indaiatuba	Idem	-	Idem
	Martinho Prado Junior	Mogi-Guaçú	-	Idem

Fonte: retirado e adaptado de Gadelha, *Op. Cit.*, página 229. Quadro nº 16: Núcleos Coloniais do Estado de São Paulo (1897-1911). Segunda fase.

Apresentado resumidamente o que Gadelha descreve em sua tese sobre as características de cada fase de criação de núcleo coloniais, a seqüência será a apresentação dos trabalhos que estudaram especificamente um núcleo paulista. Dessa maneira, será relacionada a história de cada um desses núcleos com o que Gadelha apresentou em teoria ter sido a política responsável pela criação desses.

No entanto, antes disso, será apresentada uma pesquisa sobre o Núcleo Colonial de Santo Amaro e Itapeçerica da Serra. Esses núcleos foram fundados entre os anos de 1827-28 por

iniciativa do governo Imperial e não estão dentro da fase que circulamos, segundo as pesquisas de Gadelha, referentes à política do governo estadual paulista de colonização. O interesse em analisar esta pesquisa é que ambos os núcleos foram habitados por imigrantes alemães, assim como o núcleo Campos Salles. Sendo assim, a pesquisa procura conhecer como foram as contribuições desses imigrantes para o progresso material e a diversificação cultural das regiões em que eles e seus descendentes se estabeleceram.

Em *Os alemães dos Núcleos Coloniais de Santo Amaro e Itapecerica da Serra (1831/1914)*, Evanice Maria HOGNER RIBEIRO (2002) estuda a evolução histórica dos núcleos coloniais de Itapecerica e Santo Amaro, fundados entre os anos de 1827-28 e formados por imigrantes alemães. Os núcleos coloniais foram criados pelo governo Imperial no início do Primeiro Reinado e no fim deste período as políticas de colonização já haviam sido abandonadas pelo governo, deixando, assim, os imigrantes entregues à própria sorte. A autora apresenta então como teria ficado a situação desses colonos, tanto dos que conseguiram prosperar mesmo com o abandono do governo quanto dos que saíram dos núcleos e prosperaram em outros lugares.

Os alemães do Núcleo de Itapecerica da Serra, que foi instalado próximo à Vila de Itapecerica num aldeamento indígena, abandonaram o núcleo já no começo devido às péssimas condições de infraestrutura. Muitos imigrantes se dirigiram para o interior do estado e para o centro da cidade de São Paulo. Os que permaneceram no núcleo tiveram contato com populações locais mais antigas na região, moradores de origem luso-brasileira e índios; esses colonos passaram a viver da agricultura, criação de animais e de suas atividades de artesanatos; outros colonos, no entanto, se envolveram mais nas atividades comerciais e políticas na Vila de Itapecerica e vários descendentes de alemães se destacaram como políticos. Para a autora, tanto os alemães que ficaram no núcleo colonial quanto os que se estabeleceram na Vila de Itapecerica, mesmo vivendo num ambiente simples, conseguiram prosperar social e materialmente, sejam como artesãos, comerciantes, políticos ou lavradores. Por terem dificuldades de serem assimilados por outros habitantes locais devido à religião protestante e à língua, os alemães da Vila permaneceram mais isolados e assim criaram fortes laços de cooperação entre si, marcando um espaço bem distante da população nacional e dos alemães católicos.

Por sua vez, o local onde foi instalado o Núcleo de Santo Amaro era uma região de terras mais abandonadas devido à sua qualidade ruim, sendo que a agricultura e a criação de animais não prosperavam e poucos habitantes conseguiam se fixar no local. O núcleo foi instalado a

aproximadamente 35 km da Vila de Santo Amaro. Poucos colonos permaneceram no núcleo, os que saíram se dirigiram para o “sertão de Santo Amaro” e passaram a conviver com índios, caboclos e luso-brasileiros, outro grupo ainda de colonos alemães se estabeleceram na Vila de Santo Amaro. Os imigrantes que se dirigiram para a Vila prosperaram relativamente e alcançaram boas condições de vida, realizando seus ofícios ou plantando nas terras da região, que eram de melhor qualidade do que as terras do núcleo. Além da terra de pouca qualidade, a saída dos colonos do núcleo também foi atribuída ao tamanho muito pequeno dos lotes e dificuldade de comunicação com grandes centros consumidores, como Santos e São Paulo – além do abandono do núcleo por parte do governo, que deixou os colonos sem infraestrutura básica (muitos colonos nem chegaram a receber os títulos definitivos de propriedade).

Com todo esse encontro e miscigenação que se desenvolveu entre os alemães, os luso-brasileiros e os índios (esses dois últimos grupos são os antepassados que juntos deram origem ao homem caipira paulista, de acordo com o que conferimos no primeiro capítulo), a autora chama a atenção na pesquisa para o surgimento de uma cultura rústico-popular entre os colonos alemães. Houve entre os imigrantes alemães uma grande aceitação de práticas medicinais alternativas e alguma assimilação de práticas mágico-religiosas características da cultura caipira, além da assimilação de práticas do tradicional catolicismo popular de origem luso-brasileira. Essas práticas passaram a fazer parte do patrimônio cultural que foi deixado pelos imigrantes alemães na região, especialmente os de origem camponesa.

Dos colonos instalados nos núcleos de Itapeperica e Santo Amaro, alguns ainda seguiram em direção às cidades (ou ainda vilas) do interior do estado de São Paulo. Sobre o papel dos alemães nas cidades que estiveram presentes, estes conseguiram se integrar à classe média, praticando atividades de sitiantes, lavradores ou artesãos nos núcleos urbanos, nem sempre pobres e livres em condição.

Nota-se assim, que esses dois núcleos coloniais idealizados pelo governo Imperial priorizaram a vinda de alemães para serem colonos, assim como idealizou o governo estadual com a criação do núcleo Campos Salles. Em nenhum dos dois núcleos as condições de vida dos colonos nos primeiros anos foram boas devido às condições ruins das terras e ao abandono do governo. A grande parte dos colonos que deixou o núcleo para viver em terras próximas, no chamado “sertão”, acabaram por desenvolver apenas atividades ligadas à agricultura de

subsistência e se envolveram com antigos e nativos moradores da região, marcando o encontro e a miscigenação de culturas e de tradições nacionais e europeias.

A respeito do encontro das culturas, este é um tema que também apresenta diversas questões no decorrer da pesquisa sobre o núcleo Campos Salles e região, como citamos anteriormente sobre a dominância de uma cultura pela outra ou simplesmente a adaptação e assimilação entre as duas, tanto dentro dos núcleos coloniais quanto ao redor e próximo destes. Por sua vez, os outros colonos que saíram dos núcleos e se dirigiram para as vilas e cidades, contribuíram para o processo de formação e desenvolvimento de núcleos urbanos, sendo integrantes de uma classe social com boas condições econômicas. Os antigos colonos alemães do Campos Salles, que mais prosperaram, contribuíram da mesma maneira para a formação de um núcleo urbano e formam hoje na cidade de Cosmópolis uma classe estável, antiga, dominante e economicamente favorecida.

A partir deste momento, serão citados os trabalhos dos núcleos coloniais que estão enquadrados dentro das políticas de colonização de São Paulo.

Maria Izabel Bernardes MOREIRA SALLES (1978) apresentou a dissertação de mestrado intitulada: *Santana – imigração e colonização (um núcleo paulista de colonização oficial)*. O objetivo da dissertação foi estudar o Núcleo Colonial de Santana, desde sua fundação até sua decadência.

Santana era uma antiga área doada para os jesuítas (Companhia de Jesus) que foi transformada posteriormente em Fazenda Santana. Quando os jesuítas foram expulsos do Brasil, as terras passaram a pertencer à Fazenda Nacional. O lugar cresceu e se transformou em um bairro com características típicas rurais, fornecedora de laticínios e hortaliças para a cidade de São Paulo. A comunicação do bairro com a cidade era bem dificultada devido às constantes enchentes no Tietê, por isso o bairro não prosperou nem se desenvolveu urbanisticamente; além disso, havia sido construído no bairro um hospital de doentes de varíola, o que aumentava o isolamento da população urbana com o bairro. Mesmo assim, foi decidido pela construção do núcleo colonial por ser esta uma região bem próxima da capital. O único problema era que as terras da Fazenda Santana eram impróprias, velhas, desgastadas e o terreno montanhoso de difícil acesso.

O núcleo foi instalado em 1887, houve grande propaganda de inauguração e grande expectativa do governo em relação à prosperidade deste, uma vez que o principal objetivo da

fundação do núcleo seria abastecer a capital com os gêneros alimentares plantados pelos colonos. Contudo, o núcleo não prosperou e um dos motivos evidentes para o fracasso deste foi a disputa que os colonos enfrentavam com a venda de seus produtos, sendo esses de qualidade duvidosa devido aos constantes alagamentos dos lotes. Camponeses e pequenos agricultores próximos do núcleo possuíam terras de qualidade melhor e vendiam mais que os colonos para a cidade de São Paulo. Houve grande número de abandono de lotes pelos colonos, que iam trabalhar na capital o dia todo, principalmente nas atividades ferroviárias ou como vendedores e carroceiros, retornando no fim do dia para o núcleo.

Alguns antigos moradores da região, que haviam perdido o direito de cultivar suas terras em benefício da instalação do núcleo, entravam constantemente em conflito com os colonos imigrantes tidos como responsáveis pela imposição da nova condição da terra enquanto valor monetário e pela instalação da propriedade privada, não existente antes entre os antigos moradores da região, uma vez que viviam do uso comum das terras.

A venda de lotes foi aberta para famílias brasileiras e ex-militares da guerra do Paraguai que poderiam adquirir gratuitamente até $\frac{1}{4}$ da terra dos lotes. As pesadas obrigações e deveres não permitiam aos colonos uma situação de vida satisfatória, havendo muito trabalho e pouco dinheiro, além das constantes falhas na administração. No ano de 1879 o núcleo é emancipado e os colonos deixam de receber o auxílio do governo, ficando entregues à própria sorte. Em 1886, a Inspetoria retoma as atividades no núcleo e reorganiza-o, permanecendo neste até 1889, quando o núcleo é emancipado definitivamente e o lugar torna-se parte do Município de São Paulo.

Sobre este núcleo colonial percebe-se novamente o encontro entre os colonos imigrantes com antigos moradores na região onde foi instalado o núcleo; no entanto, a pesquisa apresenta que este encontro não foi tão amigável e amistoso, como encontramos opostamente relatado em outras pesquisas, tendo ocorrido até possíveis confrontos entre os indivíduos. A questão é que realmente diversos confrontos podem ter existido entre esses antigos moradores – excluídos do processo de colonização do governo – com os imigrantes que eram aparentemente mais beneficiados pelo governo, em grande parte dos núcleos instalados oficialmente. Ainda, nota-se que o núcleo foi fundamental no processo de crescimento da cidade de São Paulo, uma vez que muitos colonos se dirigiram à procura de trabalho na cidade, contribuindo assim para a intensificação das relações de dependência entre núcleo rural e núcleo urbano, levando aquele a perder sua condição de zona rural para ser parte complementar do município de São Paulo.

Em Elizabeth FILIPPINI (1990), encontramos um estudo sobre o Núcleo Colonial Barão de Jundiáí. Através da história do núcleo colonial e da tentativa de resgate da vida dos colonos dentro de seus lotes de terra, esse estudo procurou trabalhar a questão da formação da pequena propriedade de policultura e de base familiar no estado de São Paulo diante do contexto de grandes propriedades monocultoras.

O Núcleo Barão de Jundiáí começou a funcionar a partir de 24 de setembro de 1887 (dez anos antes da instalação do Núcleo Campo Salles). A grande parte dos colonos instalados foi de italianos recém-chegados, casados, agricultores; o segundo maior número de colonos foi de origem brasileira. O principal objetivo do núcleo era a produção de gêneros alimentícios realizada pelos colonos para garantir o abastecimento da cidade de Jundiáí, que ficava a 3 km do núcleo e vinha sofrendo constantemente com a carestia de alimentos.

Nos primeiros anos do núcleo as atividades dos colonos eram, exclusivamente, a cultura de gêneros alimentícios e criação de animais para a subsistência familiar. Com a intensificação das atividades agrícolas, os produtos começaram a ser vendidos em Jundiáí, com destaque para a produção e a venda de uva. Posteriormente, iniciam-se também no núcleo as primeiras atividades industriais, como as pequenas instalações de olarias nos lotes. Com isso, o núcleo passa a ser fundamental no fornecimento de tijolos para Jundiáí, já que a cidade via crescer rapidamente suas casas e indústrias. Alguns colonos foram trabalhar em fazendas de café da região para acumular dinheiro e poder comprar definitivamente seus lotes, muitos filhos e netos de colonos, devido à falta de mais lotes disponíveis no núcleo, se dirigiram para Jundiáí para serem proletários ou abrirem seus próprios negócios. Dessa maneira, vemos o progresso e o crescimento do núcleo colonial: com todas as dívidas de lotes dos colonos quitadas, o núcleo foi emancipado no ano de 1893 e tornou-se parte do Município de Jundiáí.

FILIPPINI realizou entrevistas com alguns descendentes de colonos do núcleo ainda vivos. Há trechos de entrevistas que os descendentes revelam as lembranças de seus antepassados contando sobre o sofrimento das primeiras famílias ao chegarem ao núcleo e a dificuldade para pagarem as prestações dos lotes, o que levava os colonos a realizarem árduos e cansativos trabalhos nos lotes e até em fazendas de café mais próximas.

Finalmente, a principal questão presente no estudo sobre o núcleo foi a importância que este representou para o estado de São Paulo com sua constituição fundiária de pequenas propriedades de policultura com base no trabalho familiar, uma vez que esta base familiar é

colocada como sendo apenas de origem italiana. O questionamento a ser feito é se realmente esta tradição teria sido mesmo apenas italiana dentro do núcleo e se não haveria tido contato com (ou influência de) a tradição rural e familiar nacional, já que o núcleo recebeu colonos nacionais e, certamente, os colonos italianos mantiveram contato com nacionais fora do núcleo colonial. Questionamento este que deve ser feito diante dos colonos imigrantes de todos os núcleos coloniais instalados pelo governo estadual, já que foi inevitável o contato destes com os colonos nacionais instalados nos lotes e também com moradores antigos da região ao redor dos núcleos.

José de Souza MARTINS (1998) nos apresenta um livro na forma de um diário sobre o Núcleo Colonial de São Caetano do Sul, instalado em São Paulo no ano de 1886 e que começou a receber os primeiros colonos no ano de 1887 (assim como o núcleo Barão de Jundiá, são exatamente dez anos antes da criação do núcleo Campos Salles). Por meio dos relatórios oficiais feitos sobre o núcleo, Martins realizou um resgate da vida dos colonos.

O principal apontamento sobre o núcleo diz respeito à mudança que enfrentaram os colonos quando ali chegaram, uma vez que esses indivíduos trouxeram para o Brasil a idealização de que aqui encontrariam um estilo de vida que há muito tempo haviam perdido na Europa. Nas palavras de MARTINS, um estilo de vida marcado pela “*concepção pré-capitalista, artística e romântica do trabalho*”. Apesar de nos primeiros anos de funcionamento do núcleo os colonos viverem próximos desse estilo de vida, esse ideal passou a confrontar-se com a “*concepção capitalista e contabilística do trabalho do camponês europeu*”, já que com o tempo os colonos empenharam-se em exaustivas atividades agrícolas comerciais, tornaram-se trabalhadores explorados em fazendas da região ou nas fábricas de São Paulo.

A proposta do autor de escrever o livro em forma de diário é buscar recuperar um pouco do que parece ter sido o funcionamento do núcleo colonial e a vida dos colonos, do dia-a-dia deles, dessa vida idílica e romântica de encarar o modo de trabalho, de subsistência da terra e de base familiar; da vida cheia de problemas a enfrentar, como o descaso do governo, a ira dos fazendeiros contra o sistema de núcleos coloniais, a falta de assistência e de verbas para o núcleo, a morte de milhares de colonos por doenças e o duro trabalho cotidiano, mas também dos (poucos) momentos de festa e felicidade para os colonos como a festa pela colheita do vinho – momento de apreciar a bebida e relembrar a pátria deixada.

Um dos relatórios oficiais sobre o núcleo descreve a existência de famílias vivendo na região desde o século XVIII – famílias essas que mais tarde terão seus direitos às terras reconhecidas.

Em 03 de junho de 1879 o núcleo é emancipado, cessando o fornecimento da diária para os colonos. Documentos oficiais sobre o núcleo descrevem, além de italianos, colonos brasileiros, uma família alemã, colonos cearenses e até uma família de índios guarani. Em 1880 têm-se início as primeiras produções comerciais em São Caetano e neste ano não há mais lotes disponíveis.

As atividades comerciais não pararam de crescer no antigo núcleo, aumentando dessa maneira as relações com a cidade de São Paulo, tanto para a venda de produtos agrícolas quanto para o consumo de produtos industrializados. O diário revela o crescimento e o processo de urbanização em São Caetano com a abertura de comércios e algumas pequenas indústrias. O autor vai relacionando e identificando os lugares, as ruas e prédios nos dias atuais e a instalação das primeiras grandes indústrias têxteis de São Caetano. Apenas em 1891, treze anos depois da chegada dos primeiros imigrantes ao núcleo é assinado pelo governador Jorge Tibiriçá os primeiros títulos definitivos de propriedade para os colonos de São Caetano.

O trabalho apresentado por Martins é o único, dentre os que foram localizados para a dissertação, que trouxe para o leitor relatado alguns dos momentos de felicidade e alegria compartilhados pelos colonos do núcleo, não deixando de lado os relatos das dificuldades dos trabalhos realizados nos lotes, do abandono do núcleo pelo governo ou das situações de doença e morte enfrentadas pelos colonos. A pesquisa descreve como foram as relações ocorridas entre o núcleo e a cidade de São Paulo e quanto dependente foram para ambos os lugares as trocas realizadas, ora com alimentos e mão-de-obra para São Paulo, ora com os produtos industrializados para o núcleo, definindo este fato para a conclusão do antigo núcleo rural em nova parte integrante do Município de São Paulo. MARTINS realiza um minucioso trabalho de levantamento das antigas localidades do núcleo e as identifica nas recentes localidades da já urbanizada cidade de São Caetano – como algumas ruas, prédios, praças –, enriquecendo como em nenhuma outra pesquisa sobre núcleos coloniais uma aproximação bem autêntica de como teria sido o processo de passagem de um núcleo rural para um núcleo urbano.

Adriana CAPRETZ traz um estudo sobre o Núcleo Colonial de Antonio Prado, a “*Expansão urbana e segregação social. Efeitos da implantação do Núcleo Colonial de Antonio Prado*”. No ano de 1887 foi fundado próximo à cidade de Ribeirão Preto o Núcleo Colonial

Antonio Prado (onde hoje se encontram localizados dois grandes e importantes bairros da cidade). Os objetivos são conhecer as relações entre o núcleo colonial e a cidade de Ribeirão Preto – dentre estas, a segregação que o núcleo sofreu diante da cidade. A autora ainda descreve o processo de urbanização na cidade e no núcleo.

O núcleo colonial foi construído com objetivo de instalar colonos imigrantes produtores de gêneros alimentícios que abasteceriam Ribeirão Preto, mas, principalmente, fornecer mão-de-obra para as fazendas cafeeiras da região. A área total do núcleo era bem maior que a área total de Ribeirão Preto, o núcleo estava bem próximo do quadrilátero central da cidade e com a prosperidade era inevitável sua aproximação e incorporação à cidade.

Os lotes foram ocupados logo na criação do núcleo, e muitos dos imigrantes italianos que para ali se dirigiram não eram de origem camponesa, sendo muitos de procedência e experiências urbanas quando chegaram a Ribeirão Preto. Por esse motivo, logo se iniciaram as atividades de ofícios urbanos no núcleo, como algumas olarias e uma pequena produção de cerveja entre os colonos.

A autora descreve a presença de ex-escravos no núcleo que auxiliaram os colonos, ensinando-os as técnicas agrícolas utilizadas na região.

Apesar dos colonos começarem a exercer suas atividades em seus ofícios, o núcleo não prosperava, diferentemente do que acontecia com a área central de Ribeirão Preto, que rapidamente se urbanizava com as reformas de modernização incentivadas pelos barões do café. No ano de 1910 há relatos em jornais sobre protesto dos colonos pedindo reformas de infraestrutura no núcleo, uma vez que não existia ainda um projeto de urbanização e planejamento para o núcleo. Dessa maneira, o núcleo teve seu funcionamento e processo de crescimento paralelo à cidade de Ribeirão Preto, sem depender tanto da cidade. A autora contrapõe as reformas de saneamento no centro de Ribeirão Preto com o isolamento, e a falta de infraestrutura básica, dos colonos no núcleo, gerando entre os moradores da cidade sentimentos preconceituosos contra os colonos. Para piorar a situação, houve ainda na área do núcleo a construção de um hospital, um hospício, um internato e um cemitério, enfim, todo tipo de instituição que deveria ficar longe dos olhos da “sociedade mais civilizada”.

Quando o núcleo foi emancipado do governo estadual, muitos imigrantes venderam seus lotes, dando início, assim, à especulação imobiliária no local. Nesse momento a região passou a

ser mais valorizada e o antigo núcleo colonial transforma-se em dois grandes e importantes bairros da cidade de Ribeirão Preto.

CAPRETZ traz em seu trabalho uma análise peculiar sobre a evolução do núcleo colonial: o processo de crescimento e evolução deste núcleo foi relativamente independente do núcleo urbano que era Ribeirão Preto, já que a maioria dos colonos que se instalaram no núcleo era de origem urbana e logo iniciaram pequenas atividades industriais e comerciais. Além disso, havia certas questões de preconceito e exclusão que existiam entre os moradores da área central da cidade com os colonos e a falta de infraestrutura realizada pelo governo dentro do núcleo. Acontecimentos estes que levaram o processo de urbanização do núcleo pouco depender e estar relacionado com a cidade. Pode-se pensar, com isso, em questões de exclusão e preconceitos que existiram entre colonos imigrantes e os cidadãos mais próximos de outros núcleos coloniais do estado de São Paulo e não só em questões de rivalidade entre colonos imigrantes e os moradores rurais mais antigos que habitavam regiões ao redor dos núcleos. Concluindo, CAPRETZ não deixa de analisar que, mesmo com as estreitas e delicadas relações que existiram entre núcleo rural e núcleo urbano, estas foram fundamentais para o processo de transformação do núcleo rural como parte urbana e integrante do Município de Ribeirão Preto.

Em *Italianos em Taubaté: Núcleo Colonial do Quiririm 1890/1920*, Ana Lúcia Di LORENZO (2002) faz um estudo sobre o Núcleo Colonial do Quiririm, instalado no ano de 1890 em Taubaté. A instalação deste núcleo seguiu a política de estabelecimento de pequenas propriedades destinadas à lavoura de subsistência, com objetivos de abastecer cidades próximas e de fornecer mão-de-obra para as lavouras cafeeiras da região.

Para a realização da pesquisa, a autora utilizou como fontes primárias obras de historiadores e cronistas da região, ou seja, trabalhos de memorialistas regionais, principalmente daqueles que escreveram sobre os aspectos da sociedade cafeeira no Vale do Paraíba. Entre eles, o autor Monteiro Lobato, que descreveu sobre o encontro de culturas na região do Vale, ocorrido entre a cultura imigrante e a cultura do “vale paraibano”, tida como do autêntico caboclo.

Diferentemente do trabalho de FILIPPINI (1990), no qual analisa a memória da cultura italiana, fortemente presente na região devido à tradição iniciada pelos colonos do núcleo, o principal questionamento de Ana Lúcia Di LORENZO é sobre o apagamento da memória cultural imigrante no Vale do Paraíba, mesmo com a presença maciça de italianos no núcleo do Quiririm. A autora investiga se o contingente de imigrantes teria sido muito fraco a ponto de ser dissipado e

não ter tido peso mais significativo nas questões sócio-econômicas da região, ou se os imigrantes não conseguiram deixar suas memórias e influências mais significativas enraizadas na sociedade. Ainda, é questionado por que apenas a simbologia do caboclo do Vale do Paraíba teria ficado tão forte no imaginário nacional, representado principalmente pelos personagens criados por Monteiro Lobato. Essas perguntas colocadas pela pesquisa sobre o tema da miscigenação entre colonos imigrantes e moradores mais antigos estabelecido na região é a questão que norteia boa parte da presente pesquisa sobre o núcleo Campos Salles e as pesquisas de outros núcleos coloniais. No entanto, diferentemente de todos os levantamentos vistos até o momento, que analisam certa sobreposição de tradições e heranças da cultura imigrante sobre a nacional, vemos que a região do núcleo do Quiririm deixou como principal característica na sociedade representações e construções, no caso, enriquecidas pela literatura, de uma cultura local fortemente marcada pelas tradições de costumes nacionais, ou seja, de representantes da cultura caipira.

O núcleo do Quiririm teve suas atividades iniciais com os colonos praticando a agricultura de subsistências; anos mais tarde, devido ao fato de suas terras se localizarem em terrenos de várzea, a atividade principal entre os colonos foi transferida para a agricultura comercial de arroz.

No bairro rural do Quiririm existiam moradores mais antigos que viviam da caça, pesca e da agricultura de subsistência. No entanto, não foi permitido a esses moradores legalizarem suas terras ou terem o direito a comprar lotes. Os lotes do Quiririm eram oferecidos a indivíduos de qualquer nacionalidade, desde que fossem agricultores. A preferência era que os colonos fossem imigrantes – idealizados como capazes de introduzir técnicas inovadoras na lavoura e variar as culturas, com o que seria possível recuperar as terras já cansadas pelo cultivo do café e utilizá-las para abastecer o mercado com gêneros alimentícios. A situação de vida dos colonos não é citada como sendo muito boa, apesar do Quiririm ser descrito nos Relatórios da Secretaria da Agricultura como um lugar próspero, em franco desenvolvimento e com os lotes todos pagos. Muitos colonos abandonaram seus lotes e seguiram para as cidades da região.

A fabricação de tijolos e o cultivo de arroz foram as duas grandes atividades comerciais dos colonos. As duas principais produções abasteceram cidades do Vale do Paraíba e, principalmente, Taubaté. A fabricação de tijolos foi fundamental para o progresso de Taubaté, na proporção em que esta estava se modernizando e se expandindo industrialmente. As primeiras produções industriais nos lotes foram empreendimentos primitivos e utilizavam essencialmente

mão-de-obra familiar. Com a expansão das relações comerciais com Taubaté, os colonos fazem de suas lavouras de subsistência a atividade secundária e a comercial, a primária. Devido à intensificação dos trabalhos nas roças as famílias passaram a contratar trabalhadores assalariados. Muitos desses trabalhadores eram aqueles antigos moradores da região que haviam sido expulsos de suas terras.

Concluindo, a virada em direção a uma agricultura comercial foi responsável tanto pela evolução do núcleo rural para um núcleo urbano, como pela decadência da cultura típica imigrante, que passou então a ser assimilada pela cultura valeparaibana.

Entre este núcleo da região de Taubaté e o próximo núcleo a ser apresentado, temos a criação dos seguintes núcleos:

Núcleo Colonial Campos Salles em 1897 e os Núcleos Coloniais da Zona do Conchal, em 1911, lugares que descreveremos detalhadamente no próximo capítulo.

Finalmente, Dora Shellard CORREA (1988) apresentou um estudo sobre o Núcleo Colonial Barão de Antonina, localizado na região do Vale do Paranapanema, criado pelo governo estadual de São Paulo em 1930 e estabelecido em terras devolutas. A contextualização deste trabalho está bem distante dos apresentados até o momento, no entanto, analisar a obra foi interessante por ter revelado o que a política de criação de núcleos coloniais pretendia nesta fase, e que os mecanismos utilizados por esta política – a expulsão de antigos moradores das terras devolutas – não continuavam muito diferentes do século anterior. A dissertação de mestrado analisou a interferência e a transformação da rede fundiária da região a partir da instalação do núcleo, baseado na pequena propriedade.

A história da região onde foi instalado o Núcleo Colonial Barão de Antonina se revelou desfavorecida economicamente. A região sempre teve pouco destaque no cenário econômico paulista, sendo um produtor marginal e sem grandes destaques. Os primeiros habitantes do local foram os índios e depois os mineiros e paulistas que chegaram e se estabeleceram na região entre meados e fins do século XIX, além de viajantes e tropeiros que passavam pela região, alguns escravos e trabalhadores livres. Havia uma pequena e rústica atividade agrícola na região. Para o estado, esta era uma região de terras devolutas, isoladas e abandonadas, não era uma região que gerava lucros ou um movimento econômico qualitativo. Além disso, também representava a presenças de pessoas com um tipo de vida não “civilizado”: agricultores pobres, ilegais e nômades, que não eram o tipo ideal de colonizadores para o estado. Dessa maneira, então,

querendo garantir a regularização, administração e valorização do local além da expulsão dos moradores que não contribuíam com nenhum tipo de imposto, foi determinado que se criasse o Núcleo Colonial Barão de Antonina nessa região.

Os colonos eram estrangeiros (de diversas nacionalidades) e nacionais. Os lotes rurais eram reservados para a agricultura e pecuária, as chácaras para a horticultura e os lotes rurais para moradia e comércio. A colonização no local aconteceu muito mais no sentido de garantir a valorização das terras e a transformação da malha fundiária do que promover a intensificação da produção de alimentos pelos colonos do núcleo. Visualmente houve uma reorganização do espaço, uma vez que antes as propriedades não possuíam posses legais, fronteiras definidas e valores exatos. Com o estabelecimento dos lotes as medidas foram impostas com formas geométricas exatas e retangulares. O governo passou a ter mais controle da região, o território começou a ser mais povoado por trabalhadores agrícolas com suas famílias e a terra, futuramente, mais valorizada. Esta foi a grande mudança pretendida e alcançada pelo governo com a instalação do núcleo na região.

As condições de vida dos colonos realmente foram péssimas neste núcleo, a cidade de São Paulo era o maior mercado consumidor do núcleo (que cultivava algodão, além de alimentos diversos) e estava localizada a cerca de 350 km de distância. A estação ferroviária mais próxima era a 88 km de distância e as cidades próximas do núcleo mantinham sua produção local suficiente para o abastecimento interno. As péssimas condições de saúde pioravam ainda mais a situação de vida dos colonos e era alvo de constante preocupação por parte de médicos e da administração do núcleo. Devido às condições de clima, relevo, hidrografia e descuido administrativo em questões sanitárias, o núcleo ainda não tinha sob controle o surto de malária, que todos os anos aterrorizava e matava muitos colonos. Entre 1941 e 1942, 99% da população estavam infectadas. Muitos colonos inclusive deixaram seus lotes antes de quitarem as dívidas.

Enfim, com esta breve apresentação da análise de todos esses trabalhos sobre a história de núcleos coloniais do estado de São Paulo e a identificação das suas principais características, conclusões e problemáticas, colocadas por cada autor, podem ser realizadas as indagações sobre o núcleo Campos Salles. Através das principais questões de cada trabalho surgiam as dúvidas e as possibilidades de construções da história do Campos Salles, como por exemplo, por que motivo na região do núcleo a cultura tradicional imigrante sobrepôs a cultura nacional? Ou, por que motivo a literatura, a imprensa e as pesquisas feitas sobre a região não priorizaram as tradições e

heranças deixadas pela cultura rústica nacional, para que esta região pudesse ter tido uma construção mais forte e positiva sobre esta cultura, além da do imigrante? Teriam os colonos do Campos Salles enfrentado problemas de preconceito e discriminação com os moradores de Campinas, por serem agricultores e imigrantes? Teria havido um encontro entre os primeiros alemães do núcleo com moradores antigos da região, os caipiras, que, miscigenadas as tradições, teria se formado uma classe de alemães agricultores mais rústicos, católicos e isolados de outros colonos ou moradores da região? Enfim, como teria sido exatamente a passagem do núcleo rural em núcleo urbano em termos de localização das ruas, praças e prédios, seria a formação original ainda ou teria ocorrido todo um processo de reformulação e urbanização do antigo núcleo rural?

Essas perguntas, além de outras, são retiradas das pesquisas anteriores e feitas na tentativa de reconstruir e conhecer sobre o núcleo Campos Salles. Algumas dessas respostas foram descobertas, na medida do possível, através da leitura das obras de memorialista da região do núcleo relacionadas com os documentos e fontes localizadas.

A seguir, no próximo e último capítulo será realizada a tentativa de responder às questões e revelar aproximadamente o que teria sido o então Núcleo Colonial Campos Salles.

Quinto Capítulo:

O Núcleo Colonial Campos Salles:

O quinto e último capítulo pretende apresentar e analisar os dados levantados que revelaram informações sobre o Núcleo Colonial Campos Salles e descrever aproximadamente como teria sido a história deste núcleo. Não obstante, a dissertação de mestrado não tem a pretensão de resgatar e descrever a história completa do núcleo colonial, o que não seria possível devido à quantidade de documento e fontes que ainda podem ser localizados e analisados sobre o assunto.

Observamos que os trabalhos citados anteriormente sobre os núcleos coloniais do estado de São Paulo se preocuparam em pesquisar detalhadamente família por família, lote por lote e colono por colono para contar como teria sido a evolução de cada núcleo. Para o Núcleo Campos Salles, a pesquisa realizada desta maneira demandaria um tempo que não caberia dentro do prazo do mestrado, já que é grande a quantidade de documentos sobre o núcleo, tanto aqueles que descrevem lote por lote dos colonos, como na documentação do Arquivo do Estado - o qual indicaremos pela sigla AE -, quanto os Relatórios da Secretaria da Agricultura, que descrevem ano a ano as atividades deste setor, da biblioteca do Instituto Agrônomo de Campinas – indicados pela sigla IAC.

Das fontes localizadas, no AE, há 11 livros de registros de matrícula dos colonos e 13 caixas, com cerca de 30 dossiês de colonos em cada caixa, além de diversos documentos dispersos e sem registros. Foi feito um trabalho seletivo de leitura dos dossiês e dos livros de registros, onde se procurou separar as informações mais relevantes e resumi-las, de maneira que se preservassem as informações avaliadas como mais importantes para a pesquisa. No decorrer deste capítulo, será dada a referência da documentação utilizada, indicando se é do tipo livro de registros, com o nome do livro e número de registro do AE, ou dossiê, com o número da caixa em que está registrado no AE.

Por sua vez, na biblioteca do IAC, foram localizados os Relatórios da Secretaria da Agricultura referentes aos anos de 1898 a 1923. Foi realizada a análise ano por ano e selecionado, o que pudesse ter registrado alguma informação sobre o núcleo Campos Salles. No decorrer do

presente capítulo, quando for citado o uso deste documento, será indicado o termo relatório, seguido pelo ano deste.

Com isso, o objetivo deste último capítulo é realizar um trabalho de encontro e comparação entre as seguintes informações: dos trabalhos (de acordo como demonstramos no quarto capítulo) sobre a história de outros núcleos coloniais do estado de São Paulo, das informações localizadas através das fontes/documentos indicados anteriormente e dos estudos bibliográficos sobre imigração, trabalho assalariado, ferrovia e a cultura tradicional caipira paulista.

Para fins de organização e sistematização de todo material sobre o núcleo, as informações foram divididas em dois tipos: os documentos não oficiais e os oficiais. Os não oficiais são fontes que foram produzidas por um público diversificado e que em algum momento apresentou referências ao tema “núcleos coloniais do estado de São Paulo”. Estes foram encontradas no Centro de Memória da Unicamp, em bibliotecas, em entrevistas, em arquivos públicos e em páginas da Internet, tais como: almanaques anuais, revistas de agricultura e imigração, obras bibliográficas regionalistas de memorialistas e cronistas, mapas e fotos. Além desses documentos, temos os trabalhos que foram descritos no capítulo anterior referentes aos estudos sobre outros núcleos coloniais do estado de São Paulo.

Os documentos oficiais são os que foram produzidos pelo governo do estado para fins de controle de registros, elaboração de relatórios e descrição de atividades. Estes estão localizados no AE, no IAC e em páginas da Internet, tais como: os Relatórios da Secretaria da Agricultura (com dados sobre a imigração, colonização e fotos de núcleos coloniais), livros de registros e dossiês de colonos do Núcleo Colonial Campos Salles e Relatórios dos Presidentes de Províncias⁶³.

É importante destacar que esta divisão sobre os tipos de documentos foi feita apenas para fins de organização e apresentação do trabalho, não existindo qualquer finalidade de atribuir valores ou julgamentos sobre os tipos de informações. Já foi discorrido sobre a importância de se utilizar as informações das obras regionais de cronistas e memorialistas; da mesma maneira, é conferida a importância aos documentos oficiais.

⁶³ Ainda sobre a questão da divisão das informações localizadas, não havia nos arquivos públicos apenas documentos oficiais, mas sim alguns não oficiais que faziam parte do acervo. Nas bibliotecas ou no Centro de Memória da Unicamp, não havia apenas os documentos não oficiais; do mesmo modo ocorreu em páginas da Internet, onde se encontravam documentos dos dois tipos. (O tipo e a localização de cada fonte primária estão devidamente citados na bibliografia da dissertação).

Dessa forma, as informações tidas como oficiais e não oficiais serão relacionadas e comparadas e devem auxiliar no resgate da história do núcleo. Como exemplo, pode ser citada a política de criação de núcleos coloniais do estado de São Paulo: através dos relatórios oficiais observou-se ser positiva a propaganda do governo sobre as condições de vida dos colonos nos núcleos. No entanto, essas informações comparadas com os fatos citados nas dissertações, teses e livros analisados, sobre a vida dos colonos são contraditórias, revelando na maioria das vezes as condições precárias e miseráveis que tinham os colonos e suas famílias.

A seguir, o resgate sobre a história do Núcleo Colonial Campos Salles a partir de toda documentação localizada e analisada pela pesquisa.

Entre os anos de 1896 e 1898, o então Barão Geraldo de Rezende, proprietário da Companhia Sul Brasileira de Colonização (que englobava a Funilense e a Fazenda Funil) doou para o estado cerca de 1.200 alqueires de terra na região do Funil para a instalação de um núcleo colonial. Em troca, o governo comprometeu dar auxílios e benefícios para a continuação e conservação da Funilense que se encontrava em dificuldades financeiras. No entanto, com a falência do Barão Geraldo, no ano de 1898 as terras da Fazenda Funil e a Funilense foram vendidas para o Grupo Nogueira. Como dentro das terras da fazenda estava prometida a instalação do recente núcleo, através de contrato estabelecido ente o governo estadual e o Grupo Nogueira, este último ficaria com a posse das terras do núcleo e receberia dos colonos as parcelas referentes ao pagamento de cada lote; por sua vez, ao governo estadual caberia a administração, funcionamento e conservação do núcleo até a sua emancipação.

Sendo assim, o projeto do governo de colonização da região e de prolongamento da ferrovia continuou, incentivado mais ainda com as parcerias que foram realizadas com o Grupo Nogueira. Este, por sua vez, novo proprietário das terras da região, teria grande expectativa de valorização de suas terras com o crescimento do núcleo colonial. Posteriormente, o Grupo Nogueira ainda instala nas terras do funil a Usina Ester (1903) e faz a doação de mais alqueires de terras ao estado (1905), para o crescimento do núcleo Campos Salles com uma nova seção de terras.

Dessa maneira, a área de terras de 1.200 alqueires para a instalação do núcleo foi dividida em 200 lotes, conservando uma área de mata virgem. Em cada lote foi construída uma casa, com exceção de trinta lotes reservados ao desenvolvimento da parte urbana do povoado, ou seja, casas comerciais, administração do núcleo e a capela (MAZIEIRO e SOARES, 1999: 27). Segundo

Regina Maria D´Aquino F. Gadelha (GADELHA, 1982: 132), o pagamento seria de inteira responsabilidade dos colonos instalados e os preços variavam conforme qualidade e localidade da terra. O tamanho dos lotes variava entre no máximo 8 alqueires e no mínimo 4 alqueires, os valores destes também variavam, conseqüentemente, entre 82 mil réis e 20 mil réis. Para o governo, a intenção era criar uma colônia com trabalhadores imigrantes que atenderiam fazendas de café da região em épocas de colheita, mas, principalmente, incentivar esses colonos a plantarem gêneros alimentícios diversos e abastecer a cidade de Campinas.

Inicialmente, os lotes eram vendidos apenas para as famílias de nacionalidade suíça e alemã. Este projeto falha e o governo libera a venda para famílias de qualquer nacionalidade. Num primeiro momento as famílias alemãs foram a maioria, anos depois, as famílias brasileiras representaram o maior número junto com as italianas. Segundo os livros de registros do AE, ainda existiram no núcleo famílias de nacionalidades austríacas, suecas, polacas, austrohúngaras, dinamarquesas, portuguesas e espanholas.

O primeiro ano disponível dos Relatórios da Secretaria da Agricultura na biblioteca do IAC é referente ao ano de 1898. Mais especificamente, os relatórios são denominados neste ano ainda como sendo da “Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de São Paulo”. Encontramos no relatório (1898) que nesse ano, o núcleo Colonial Campos Salles já havia completado dois anos de existência e é apresentado como um dos núcleos construídos pelo governo e administrado por este. Não há dados específicos sobre sua produção do ano, o recenseamento ainda não havia sido realizado pelo fato deste ser muito recente e apresentar uma produção ainda insignificante. Sobre esta informação, pode-se pensar que apesar de não ter sido realizado o levantamento sobre a produção agrícola do núcleo, ela já existia entre os poucos colonos que habitavam o núcleo. Produção esta que certamente era para fins de subsistência e realizada pela família inteira. Outra questão, o caminho até o núcleo Campos Salles não era tão favorável para que técnicos e funcionários do governo realizassem levantamentos, visitas e recenseamentos, uma vez que a Estrada de Ferro Funilense estava ainda em vias de ser concluída até o núcleo.

Tem-se ainda que o núcleo havia sido dividido em sede, lotes urbanos e rurais, sendo muitos daqueles lotes abandonados pelos suíços. Além disso, a população recenseada no ano de 1898 era de 20 famílias suíças, ---- brasileiras, 12 alemãs, 6 austro – húngaras e ----- italianas. Grande parte dos colonos era de solteiros, “acatólicos” (termo retirado do relatório) e agricultores

de profissão. As primeiras produções do núcleo foram tão insignificantes que não “mereceram” ser computados, no entanto, as plantações do ano de 1898 prometiam bons resultados na próxima colheita.

As condições de infra-estrutura para receber os colonos no Campos Salles são descritas como muito boas. Estavam sendo construídas pontes, estradas e bueiros por funcionários contratado pelo governo estadual. O valor patrimonial do núcleo é colocado como sendo relativamente alto, contando com as casas dos colonos, as casas da administração e dos equipamentos para a lavoura. Sobre as casas, estas haviam sido construídas pelo governo para estarem prontas já quando os colonos chegassem. Este fato do governo construir as casas antes que os colonos chegassem não acontecia em todos os núcleos, em grande parte destes, os colonos chegavam e ficavam instalados em casas provisórias, barracões, abrigos, antigas casas-grandes, em alguns casos, até em antigas senzalas; só com o tempo os próprios colonos construíam suas respectivas habitações definitivas. Por ter realizado este investimento inicial, construído as casas e investido em boa infra-estrutura no núcleo Campos Salles, é que o valor patrimonial deste foi um dos mais altos para o governo, conseqüentemente, o preço dos lotes também refletia esses investimentos.

Como foi abordado acima, mesmo com a descrição de boas condições do núcleo, ainda assim os primeiros colonos suíços não se adaptaram ao lugar e logo se retiraram dele. Diversos motivos aconteceram para a retirada destes. O relatório (1898) aponta como principal motivo a inadaptabilidade dos suíços ao clima da região (quente e úmido) e ao tipo de terra e de culturas que produziam nos lotes (bem diferente das culturas que produziam na Europa). Contudo, não é citado em momento algum no relatório se os colonos tiveram algum tipo de ajuda ou orientação de técnicos administrativos para a plantação de culturas que não tinham contato na Europa anteriormente. Ainda, não são citadas as condições de higiene e saúde dos colonos. Provavelmente muito destes também tiveram que enfrentar as doenças originárias de países tropicais, com as quais não estavam acostumados, além de não poderem contar com a orientação de médicos e o acesso a remédios, somadas à dificuldade de transporte para a cidade de Campinas. Apesar do relatório citar que eram boas as condições de infra-estrutura dentro do núcleo, as condições dos colonos pareciam não ser tão boas assim.

O que apóia essa hipótese - condições de vida ruins para os colonos - são as leituras dos trabalhos sobre outros núcleos coloniais do estado de São Paulo, onde observamos que os colonos

enfrentaram sérias e freqüentes adversidades nos anos iniciais de chegada aos núcleos. Fato ocorrido, principalmente, devido à falta de administração dos governos.

No livro de registro (livro E00102), intitulado “*Núcleo Colonial Campos Salles – serviços clínicos*”, da **Inspetoria de Terras, Colonização e Imigração**, encontramos que no ano de 1898 (um ano após a fundação!) o núcleo começou a ter os serviços médicos. No livro, foram registrados todos os gastos que o governo teve com o novo serviço dentro do núcleo. Todo dia era registrado e anotado, como um diário, que atividades teriam sido executadas pelos serviços clínicos, assim como a data, o nome de quem havia passado pelo médico, a idade, a filiação, a nacionalidade, a enfermidade e a medicação adotada. Por fim, a assinatura do médico no final de cada dia. Havia o relato dos casos mais graves, de internações e dos óbitos ocorridos. Os casos de pessoas com febre amarela eram citados todos os dias. Ainda, há um registro com os utensílios médicos do núcleo, dentre eles, uma ambulância.

Conferir a Imagem 1 com as anotações do dia 20 de abril de 1898, sobre os relatórios dos médicos do núcleo.

Em 1900, o relatório nos traz as seguintes informações:

“Extinta a Inspetoria de Terras, Colonização e Imigração foi reorganizada a administração dos núcleos coloniais dando-lhes maior autonomia e dotando-se-os de pessoal mais apto para desempenhar as respectivas funções”.

Esta reforma realizada pelo governo serviu para garantir que melhorias administrativas acontecessem dentro dos núcleos. Procurou-se sanar as falhas de comunicação entre colonos e governo, melhorar os relatórios de recenseamentos e estatísticas, fornecer mais ajuda técnica agrícola aos colonos e arrumar as irregularidades de registro de lotes.

Neste ano, o núcleo Campos Salles tem um aumento no número de famílias alemãs. O livro de registro (livro E01838) - “*Núcleo Colonial Campos Salles*” traz as seguintes informações sobre o ano de 1900 no núcleo Campos Salles:

Nacionalidade	número famílias	número pessoas
Alemães	58	284
Suíços	11	62
Húngaros	11	54
Suecos	16	58
Brasileiros	8	45
Teuto-brasileiros	9	24
Austríacos	13	57
Italianos	5	33
Portugueses	1	7

Ao todo são 168 famílias com total de 624 pessoas instaladas no núcleo, divididas entre homens e mulheres, crianças, adultos e idosos, católicos e protestantes.

A produção ainda havia sido insignificante, pois o núcleo permanecera despovoado a maior parte do ano, apesar dos lotes já terem sido adquiridos por colonos (Muitos colonos alemães compraram os lotes estando ainda na Europa, inclusive foi encontrado em dossiês de colonos, cartas escritas em alemão, na qual era feito o pedido de compra de lote no núcleo). Ainda que pouco considerável, os bens do núcleo Campos Salles eram significativos. Havia uma boa média de lotes ocupados (bastante até pela data recente de fundação do núcleo) e mesmo sendo um núcleo recente, já possuía poucos lotes vagos para oferecer, bem menos que outros núcleos mais antigos. A expectativa era em pouco tempo o núcleo prosperar e crescer, um desses fatores, segundo governo, devia-se à sua localização, além da valorizada vantagem para os colonos de já encontrarem as casas prontas para morar quando chegassem.

“Excepcionalmente favorecido já pela sua qualidade de suas terras, já pela proximidade de um importante mercado de consumo, como a cidade de Campinas, dispondo dos meios de transporte fáceis que lhe proporciona a linha férrea da Carril Agrícola Funilense” (Relatório da Secretaria da Agricultura, 1900).

A exemplo de como funcionava a administração dentro do Campos Salles, podemos verificar o que revelam as informações contidas nos livros de registros dos colonos do núcleo. O primeiro passo da administração do núcleo era criar um registro com todos os dados sobre os colonos e suas famílias, logo no momento em que estes chegassem. Nos registros estão as seguintes informações: ano de chegada ao núcleo, país de origem ou região do Brasil, número dos lotes adquiridos, condições físicas e localização do lote, valor do lote, quantidades de prestações a serem pagas, prestações já pagas, membros da família, idades dos membros, profissão do colono, óbitos, casamentos e nascimentos ocorridos entre a família, produções agrícolas, vendas e compras dos lotes, enfim, toda vida e movimentação do colono e sua família ficaria registrada em pastas para fins de controle da administração estadual e elaboração de relatórios.

Encontramos desta maneira, o dossiê (caixa C07152) do colono alemão Wilhelm Kadorf. Casado, agricultor, com três filhos e que adquiriu no ano de 1900 o lote número 24 (rural) e posteriormente o número 12 (urbano) no núcleo Campo Salles. O dossiê mostra a evolução do colono, as atividades que realizou em seu lote e que pagou as prestações do lote em onze anos.

Conferir na Imagem 2 o exemplo de duas páginas do dossiê do colono e a forma de organização da administração sobre o s colonos do núcleo.

De volta aos relatórios, o do ano de 1902 apresenta o núcleo Campos Salles com total de 184 famílias de agricultores. Grande maioria era de brasileiros, seguidos de austríacos e alemães. O abandono de famílias, principalmente alemãs e suíças, continuavam a ocorrer. Aparecem dados sobre as produções de milho, feijão, arroz, batatas, mandioca, manteiga, ovos, galinhas e lenha – madeira. O milho e a batata eram os mais produzidos para consumo interno, já o milho e o feijão para a venda.

Grande parte dos lotes já estava ocupada, mais os rurais que os urbanos, poucos pagos definitivamente. Eram boas as perspectivas para os colonos do núcleo, que começariam a ter lucro com as vendas de suas produções na cidade de Campinas, uma vez que a Funilense estava em funcionamento pleno.

Naquele ano o relatório demonstrou que a maioria das famílias dentro do núcleo já era de brasileiros. O perfil das famílias que se instalaram no núcleo começa a ser diferente dos anos anteriores, o que não era o projeto inicial do governo. Para este, a intenção era instalar no núcleo apenas famílias de imigrantes, de procedência rural, vindas diretamente da Europa; as famílias que estavam comprando mais lotes eram nacionais, de procedências rural e urbana e vindas de diferentes regiões do Brasil. Regina Maria D´Aquino Fonseca Gadelha (GADELHA, 1982) apresenta o seguinte perfil sobre estas famílias: eram provenientes de outros núcleos coloniais, já haviam trabalhado em fazendas ou eram de cidades próximas, enfim, todas as famílias já possuíam algum pecúlio e uma situação financeira estável. Estavam na sua segunda ou terceira geração e já possuíam alto grau de adaptação e assimilação ao meio rural, até mesmo ao meio urbano nacional. Por este motivo, eram chamados de famílias nacionais e/ou brasileiras.

Tais famílias certamente não eram provenientes da região, representantes da cultura tradicional caipira e da cultura de subsistência, pois é citado que estas tinham uma situação financeira mais estável, algum dinheiro acumulado e já haviam trabalhado em outros núcleos coloniais, outras fazendas ou até em cidades próximas.

No livro de registro (livro E00126), intitulado “**Livro de Matrícula Geral dos Colonos do Núcleo Colonial Campos Salles**”, da **Inspetoria de Terras, Colonização e Imigração**, de 1899, é informada a procedência dos colonos (o lugar que haviam deixado antes de se instalaram no núcleo Campos Salles), que era de diversos lugares como: Santos, Limeira, Ribeirão Preto,

Campinas, Rio Grande do Sul, Guariba, Araras, Araraquara, Porto Feliz, Jaboticabal, São Paulo, Rio Claro, Jaguari, Pedreiras, Santa Bárbara, Boa Vista, Leme, Mogi Mirim, Amparo, Santa Rita, Sertãozinho, Capim Fresco, São Bernardo do Campo, Santa Cruz das Palmeiras. Nota-se que estas localidades citadas eram lugares que possuíam tanto grandes produções de café, conseqüentemente, também diversas fazendas de café, quanto alguns núcleos coloniais instalados pelo governo.

Por sua vez, também neste livro de registro, estão as datas que marcam o momento em que os colonos chegaram ao núcleo ou que chegaram à Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo. As datas que registram a chegada ao núcleo são das famílias que já estavam no Brasil, que era a maioria inclusive. As datas que registram a chegada à Hospedaria dos Imigrantes, são as famílias imigrantes vindas diretamente da Europa, marcando a minoria destas.

No relatório do ano de 1903 é descrito com se deram as reformas administrativas ocorridas no núcleo Campos Salles. Fora extinta a administração do núcleo, os preços dos lotes e das casas diminuíram para facilitar a vida dos colonos que já habitavam no núcleo e chamar mais colonos para a compra de lotes. Os colonos, em geral, se encontravam com muitas dívidas devido às dificuldades dos anos anteriores, apresentando então, problemas para pagar as prestações dos lotes. Aparentemente, não eram tão satisfatórias assim, as condições de vida.

Foram dispensados os trabalhos do diretor e do ajudante do núcleo, permanecendo então apenas um encarregado do campo agrícola de experiência e demonstração. Este seria responsável por novas tarefas como a fiscalização do núcleo, guiar e ensinar os colonos nos trabalhos da cultura mecânica e alugar os instrumentos necessários. O que ocorreu neste momento foi um tipo de emancipação do Campos Salles da administração do governo. A partir, disso o núcleo contaria mais com a ajuda de funcionários especializados apenas em agricultura do que com o diretor administrativo, antigamente nomeado pelo governo para fiscalizar os colonos. No mesmo relatório, vê-se que mais brasileiros são citados como colonos, seguidos de alemães e austríacos. Grande parte dos lotes já era ocupada, alguns poucos títulos de lotes definitivos foram expedidos, seis no total.

Em 1905, o relatório apresenta a ampliação da área do núcleo Campos Salles com a criação e anexação da seção Artur Nogueira. Este foi outro típico exemplo da parceria entre iniciativa privada na política de colonização do governo estadual. A nova área foi doada pelo Major Artur Nogueira para a colonização de suas terras, as quais foram medidas, demarcadas e

divididas em lotes pela administração estadual e anexadas ao Campos Salles. Na área do Campos Salles, mais lotes eram ocupados e mais alguns títulos definitivos de propriedade expedidos.

Neste ano, temos outro dossiê (caixa C07157) de colonos do núcleo. O colono austríaco Manoel Kaufmann de 36 anos havia acabado de ficar viúvo com 13 filhos para cuidar e ainda não havia pagado todas as prestações dos lotes. O dossiê deste colono nos mostra o pedido feito à administração do núcleo para a prorrogação do pagamento das prestações. Não há no dossiê outros documentos que mostrem o desenrolar do caso, portanto, não se sabe se o pedido foi aceito ou negado.

Conferir na Imagem 3 o exemplo de duas páginas do dossiê do colono a respeito do assunto.

Já no ano de 1906, no dia 27 de novembro, segundo revelou as crônicas de José Honorato Fozzati⁶⁴, através da lei estadual nº. 1024 foi criado o Distrito de Cosmópolis, subordinado ao Município de Campinas. Fazia parte do novo distrito o núcleo Campos Salles, que era dividido em área rural (com os lotes rurais) e em área urbana (com os lotes urbanos) - que nesta época recebia o nome de Villa Cosmópolis. O distrito criado tinha aproximadamente cinco mil habitantes, com duzentas casas na parte urbana divididas em oito ruas e duas praças. Havia também uma escola estadual e a Usina Ester próxima.

De volta aos relatórios, no ano de 1906 é descrito a extinção da antiga Inspetoria e criação em seu lugar da “Agencia Oficial de Colonização e Trabalho”.

Sobre o núcleo Campos Salles, o relatório (1906) descreve-o como já tendo grande autonomia administrativa, mas ainda com alguns lotes vagos, por isso não poderia acontecer a emancipação definitiva. Eram prósperas as condições, principalmente com a anexação da seção Arthur Nogueira. As culturas de milho, arroz e feijão eram as maiores, cultivadas também batatas, mandioca, cana, açúcar e banana. Os cereais eram os produtos mais vendidos para a cidade de Campinas e também para a capital. Havia uma boa criação de gados, principalmente no lotes de dinamarqueses, alemães e suíços, onde começam a surgir pequenas produções industriais de manteiga, muito vendida na capital. É descrito o intenso apoio dos técnicos do Instituto Agrônômico de Campinas nos assuntos relativos às produções agrícolas.

⁶⁴ FOZZATI, José Honorato Fozzati. Crônicas de uma cidade chamada Universo. Crônicas publicadas periodicamente em “A Gazeta de Cosmópolis”, nos jornais “A Tribuna” e “Cosmópolis Agora”. Sem datas.

De acordo como foi descrito no relatório (1906), muitos colonos estavam prosperando bastante em seus lotes com plantações de cereais que eram vendidos para Campinas, portanto, praticamente, todos os colonos não tinham mais a agricultura de subsistência como principal atividade, mas, sim a agricultura comercial. Além disso, observamos que em alguns lotes, pequenas e iniciantes atividade industriais começavam a ganhar espaço e gerar lucros para os colonos.

Com essas informações, podemos analisar que o antigo núcleo rural estava passando por transformações estruturais, que em pouco tempo o levaria a ser um novo núcleo urbano.

Outra informação encontrada em alguns dossiês de colonos do núcleo revela que pedidos de lotes eram feitos para os filhos mais velhos de colonos, que se casaram e desejavam permanecer no núcleo. Este acontecimento revela que algumas famílias estavam crescendo, prosperando e de algum modo, viviam relativamente bem e com boas condições no núcleo. Este estava se tornando continuamente capaz de se auto-administrar e assim, dar início a um núcleo urbano.

A criação de um distrito, dividida em área rural e área urbana, como nos demonstraram as informações das crônicas de Fozzati, já era um evidente apontamento do surgimento de um núcleo urbano. Não se pode deixar de citar a ferrovia Funilense, que ligava diretamente o núcleo à cidade de Campinas, auxiliando na intensificação das relações entre ambos os lugares através da entrada de elementos urbanos no núcleo Campos Salles e da entrada de gêneros de primeiras necessidades em Campinas.

Na caixa de documentos soltos do AE (caixa C07160) foi localizada uma cópia do relatório de visita do Snr. Theophilo de Medeiros sobre a viagem que fez ao Núcleo Colonial Campos Salles, ao Illmo. Snr. Henrique P. Ribeiro, Diretor da Agencia Oficial de Colonização e Trabalho. Este relatório apresenta uma boa possibilidade de se conhecer como era o núcleo, as atividades dos colonos, as condições físicas deste e outros aspectos gerais.

Conferir na Imagem 4 as quatro páginas do relatório descrito detalhadamente.

No relatório do ano de 1907, o núcleo Campos Salles possuía completa autonomia administrativa. A Sociedade Anônima Usina Ester (de propriedade da família Nogueira), manifesta o desejo de colonizar parte de suas terras, dividir e vender lotes, para estabelecer famílias de colonos, imigrantes ou não. Esses trabalhadores seriam utilizados nas atividades da Usina que não parava de crescer. A Usina ficava bem próxima do núcleo Campos Salles e não

tinha muito mais do que 16 lotes em sua área total. Dessa maneira, foi criada a colônia que atenderia a Usina.

Os dossiês citados a seguir são exemplos que demonstram o processo de crescimento que se passava dentro do núcleo campos Salles.

Em 1907, no dossiê (caixa C07158) do colono Guilherme Kramer, 52 anos, alemão, lavrador, casado e com onze filhos, procedente de Santos e residente em Villa Cosmópolis, encontra-se o pedido de compra de lote na nova seção Artur Nogueira. Conferir a Imagem 5 com uma página do dossiê do colono.

Também no mesmo ano, o dossiê (caixa C07159) do colono Oscar Hummig faz uma reclamação ao núcleo sobre o prolongamento da Funilense, que atrapalhou o seu lote e está a poucos metros de distância de sua propriedade, além de interromper o funcionamento do poço que lhe fornece água.

Conferir na Imagem 6 as duas páginas do dossiê do colono com o desenho do mapa do lote e do traçado da linha do trem.

Finalmente, ainda em 1907, o dossiê (caixa C07162) do colono dinamarquês Pedro Paulsen descreve um processo de doação feito por ele. Este colono oferece “*ao patrimônio do Estado*” uma área de seu lote nº. 82 de 100 x 50 m², para a edificação de uma casa que serviria de escola pública para o núcleo. Além do lote 82, completamente pago, o colono dinamarquês também era o proprietário definitivo do lote 80 onde havia uma boa criação de gado, fabricação de manteiga, animais de trabalho e arados. Ambos os lotes localizados na região central do núcleo. A boa localização do lote 82 é a justificativa do colono para a construção da escola, uma vez que esta iria atender a considerável população em idade escolar da região do lote 82 e da Seção Artur Nogueira, além de dois filhos seus que precisavam aprender a língua nacional.

O governo autoriza a construção da escola alegando “*o grau de relativa prosperidade deste colono*”, a “*alta a fecundidade da mulher do campo*”, as boas frequências das outras escolas do núcleo e a possibilidade da nova escola em atender a região do lote 82 e da Seção Artur Nogueira, já que as outras escolas estavam mais distantes destes lugares. Sobre as outras escolas, uma era a Escola Alemã, particular, situada próxima ao Campo de Experiência, com cerca de 50 alunos de ambos os sexos. As outras eram a Escola Pública do núcleo, situada na sede, apenas para as filhas dos colonos e com 33 alunas. Ainda, havia a escola do lote 69, criada por iniciativa

particular de um colono austríaco-polaco recém chegado no núcleo, apenas para filhos de colonos suíços, como cerca de 20 alunos que aprendiam a língua nacional.

Sobre a Escola Alemã, segundo o DVD: *Cosmópolis 60 anos – “uma recordação da cidade universo”*⁶⁵, esta foi fundada no ano de 1898, por iniciativa dos colonos alemães do núcleo. Na escola havia tanto o ensino da língua portuguesa quanto da língua alemã, que era obrigatória. No início a escola enfrentou dificuldades com a falta de dinheiro para a manutenção, a falta de prédio e a falta de professores. No ano de 1920 a escola ainda estava em atividade, mas não ensinava mais a língua alemã devido aos acontecimentos da última grande guerra mundial.

Documentos soltos, sem registros de datas ou nomes (referentes aos anos de 1899 a 1907. Caixa C07160), indicam mais informações sobre o núcleo, que auxiliam a compreender e conhecer mais sobre o processo de crescimento deste.

Dentre as informações, as seguintes, de diferentes solicitações, estão entre as mais interessantes: há pedido de formação de sociedade entre os colonos para destruir as formigas, de formação de um Sindicato Agrícola para os colonos, pedido de um touro reprodutor para o núcleo, de redução da tarifa da Funilense, de alteração no traçado da Funilense na seção Artur Nogueira, e pedidos ao governo de equipamentos agrícolas para o núcleo e os colonos. Há relatórios com descrições das prestações de contas ao governo, relatórios de demonstrações do campo de experimento, relatórios de gastos em obras de melhoramentos do núcleo e diversos pedidos para trazer parentes de colonos para se instalarem no núcleo, com passagem gratuita; ainda, um abaixo assinado dos colonos do núcleo pedindo alterações nos horários da Funilense para o Secretário da Agricultura e um relato de assassinato ocorrido dentro do núcleo. Sobre esses dois últimos eventos conferir, respectivamente as Imagens 7 e 8.

Mais documentos soltos ainda (referentes aos anos de 1907 a 1908. Caixa C07161), são sobre os seguintes assuntos: concessões de venda de mais lotes, pedido de aumento de área do lote para famílias muito grandes e instalação de Cooperativa de Produção no núcleo em 1908.

No relatório do ano de 1908, o núcleo Campos Salles se encontra em franca prosperidade, quase todos os lotes ocupados e definitivos, com um alto valor patrimonial que contava com as casas e os instrumentos agrícolas. O estado sanitário era de excelente qualidade, sem casos de moléstias epidêmicas registradas. A maior parte dos colonos era de nacionalidade brasileira, a população era mista rural e urbana, caracterizada por brasileiros, católicos e agricultores. O milho

⁶⁵ DVD: *Cosmópolis 60 anos – “Uma recordação da cidade universo”*. Cosmópolis, 2004. digital photo Cosmópolis. 96 mim.

era o mais produzido, para consumo e para a venda. As criações de gado, aves e abelhas eram consideráveis, além da produção de leite e manteiga. Ao todo eram 1.309 habitantes no núcleo.

De volta aos relatórios, no ano de 1909, é descrito o núcleo Campos Salles oferecendo boas condições para os colonos e apresentando todos os requisitos para a prosperidade. Segundo o relatório, no início, a colônia esteve abandonada, mas, depois com a abertura para colonos de qualquer nacionalidade, com as reduções das tarifas da Funilense e com a venda dos lotes sem casas definitivas, o núcleo começou a melhorar e se desenvolver. Os dados do núcleo indicavam a maioria dos lotes ocupados; maioria de brasileiros, seguidos de alemães e italianos; muitos alunos nas escolas e poucos relatos de óbitos.

Nos relatório dos anos de 1910/1911, o núcleo Campos Salles e outros núcleos mais antigos estavam em “*alto grau de desenvolvimento*” e “*franca prosperidade*”.

Conferir as Imagens de 9 a 11 que demonstram alguns aspectos do Núcleo Colonial Campos Salles entre os anos de 1909 e 1910.

Neste momento, os colonos do núcleo Campos Salles, possuíam consideráveis plantações dos gêneros alimentícios para fins comerciais e algumas rudimentares produções industriais. Dessa maneira, o governo entendeu que um dos objetivos de criação do núcleo colonial não havia sido almejado; que os colonos fossem direcionados para serem mão-de-obra nas fazendas de café da região. A grande parte destes acabou por permanecer a maior parte do ano envolvidos nas atividades agrícolas dentro de seus lotes.

O que se descobriu, nas leituras dos relatórios dos anos entre 1910 e 1913, é que o governo admitiu que os núcleos coloniais oficiais fracassaram nos objetivos iniciais. O objetivo mais importante, no caso, era o de fornecer mão-de-obra para as lavouras cafeeiras próximas dos núcleos e atenuar a crise no setor. Não só no núcleo Campos Salles, mas em diversos núcleos coloniais, a instalação teve mais fins de atender os centros urbanos com os gêneros alimentícios, valorizar terras abandonadas de fazendeiros em crise e colonizar regiões ainda distantes. Certamente, o governo estadual nunca deixou de investir muito mais dinheiro na subvenção de imigrantes para as lavouras particulares imaginando que o programa de criação de núcleos coloniais daria resultados para resolver a crise de mão-de-obra. O que aconteceu é que, a partir do reconhecimento do seu fracasso, o governo passaria a investir bem menos na manutenção dos antigos núcleos coloniais e na criação de novos. Nos últimos núcleos criados, o governo passou a utilizar outros discursos, estratégias e objetivos para justificar os novos gastos, como as parcerias

com o setor privado, a venda de lotes para nacionais e a instalação de núcleos na nova zona cafeeira produtiva de São Paulo, o oeste paulista.

Dessa forma foram criados entre os anos de 1910/1911 os núcleos da Zona do Conchal. O relatório (1910/1911) descreve: no Núcleo Colonial Martinho Prado Júnior (no Município de Mogi-Guaçú em terras adquiridas pelo estado), muitos lotes ainda estavam vagos e havia recebido apenas famílias de brasileiros. O Núcleo Colonial Conde de Parnaíba (Município de Mogi – Mirim em terras adquiridas pelo estado), já apresentava bom desenvolvimento e estava localizado em terras férteis, contava com colonos brasileiros e italianos. O Núcleo Colonial Visconde de Indaiatuba (Município de Mogi – Mirim em terras adquiridas pelo estado), onde as terras não haviam sido divididas ainda. Esses três últimos núcleos foram atendidos pela Funilense.

Segundo GADELHA (1982) os núcleos da zona do Conchal se caracterizaram pela proximidade física entre eles, dando-se a criação de seções ou a absorção de um núcleo pelo outro. A intenção desses núcleos foi promover a disponibilidade de mão-de-obra para as fazendas das regiões de Franca e Ribeirão Preto, além de garantir mais alimentos plantados pelos colonos e diminuir os preços destes. Os três núcleos foram criados em terras de antigas fazendas de café e foram cortados pela Funilense. Segundo a autora, representaram o avanço da instalação de pequenas propriedades em meio aos latifúndios cafeeiros na denominada região “oeste” do estado de São Paulo.

No livro de registro (livro E00107) - “*Núcleo Colonial Conde de Parnahyba*” constam as seguintes informações sobre este núcleo: a população total é de 558 pessoas, havia muitas crianças de 6 a 12 anos e, por isso, o diretor do núcleo pede se que seja construída uma escola no núcleo. “ (...) pois que, deste modo, aos filhos dos colonos que fossem se instalando no núcleo, poder-se ia proporcionar,de logo, as primeiras noções, tirando as do estado, falando às claras, verdadeiramente selvagens em que se encontram”. E mais adiante, “o núcleo acha se situado num verdadeiro sertão”.

A população era composta de nacionais e estrangeiros, “*Muitos desses (os nacionais) são genuínos moradores destes arredores, jamais tendo daqui arredado o pé!. É hoje que se pretende civilizar este lugar*”.

Esta informação, sobre a presença de colonos nacionais, provenientes da própria região onde foi instalado o núcleo, é a única localizada em todos os documentos oficiais e não-oficiais

pesquisados. Dessa forma, pode-se dizer que os núcleos da região do Conchal, comprovadamente, podem ter sido um dos únicos núcleos oficiais que utilizaram colonos representantes da típica cultura caipira.

A partir dos anos seguintes a 1910 e 1911 não foram encontradas mais informações sobre o núcleo Campos Salles nos Relatórios da Secretaria da Agricultura, apenas sobre os núcleos da Zona do Conchal.

Em 1915 o relatório finalmente descreve: *“Foi emancipado o núcleo Colonial Campos Salles, atendendo a que o seu alto grau de prosperidade tornava dispensável a administração que nele era mantida”*.

Em relatórios dos anos de 1916, 1917 e 1918 nada mais aparece sobre o núcleo Campos Salles. Em 1920, o relatório descreve que sete núcleos coloniais ainda eram administrados pelo governo. Foram emancipados dois núcleos da zona do Conchal, o Martinho Prado Junior e o Conde de Parnaíba.

Em 1921, o relatório descreve quatro núcleos sob tutela do estado, mas já com todos os lotes ocupados, não mais precisando, então, do auxílio governamental.

Em 1922 eram ainda os quatro núcleos sob tutela estadual.

Em 1923, esses quatro núcleos restantes foram emancipados.

Sobre os núcleos da região de Conchal, estes são descritos no relatório (1923) deste ano como importantes centros de produção de cereais que abasteceram a cidade de Campinas e Mogi-Mirim. O principal resultado da colonização nessa região foi o saneamento do local, o que teria acabado com os inúmeros casos de malária que assustavam a população local e os colonos dos núcleos, com os trabalhos de derrubada das matas às margens dos rios, limpeza de terrenos, instalação de saneamento e de luz elétrica. Dessa forma a nova cidade de Conchal, que havia se originado dos antigos núcleos coloniais, tornou-se se mais “salubre” e “limpa”.

De volta ao núcleo Campos Salles, finalmente, tem-se no dia 30 de novembro de 1944, a definitiva transformação do antigo Núcleo Colonial Campos Salles e da Vila Cosmópolis, no Município de Cosmópolis, então desmembrado de Campinas⁶⁶.

Ainda segundo FOZZATI, na ocasião de criação do distrito de Cosmópolis, em 1906, as ruas locais receberam nomes de capitais de países estrangeiros, os quais tiveram famílias vindas para a região do núcleo, fato que demonstraria a importância e o papel da representatividade

⁶⁶ FOZZATI, José Honorato Fozzati. Crônicas de uma cidade chamada Universo. Crônicas publicadas periodicamente em “A Gazeta de Cosmópolis”, nos jornais “A Tribuna” e “Cosmópolis Agora”. Sem datas.

dessas famílias imigrantes para a origem do local. Apenas na década de 1940 os nomes das ruas foram alterados pela prefeitura de Cosmópolis por nomes diversos.

Sendo assim, observamos apenas a introdução de um dos inúmeros elementos que contribuíram para a transformação de um típico modo de vida rural, para um típico modo de vida urbano:

“A fim de serem escolhidos os novos nomes a serem dados a diversas ruas de Cosmópolis, os quais por unanimidade foram escolhidos os seguintes. A começar pelas travessas: antiga Madri, substituída pela Rua Max Hergert. Rua Genebra para Albino Aranha. Rua Viena para Santa Gertrudes, Paris para Antonio Carlos Nogueira. Berne para Rua Sete de Setembro. Berlim para Rua Campinas, Nápoles para João Aranha e Alexandria para Rua Dr. Campos Salles. Berna para Rua 15 de novembro” (FOZZATI).

Anexos:

J. J. J. J. J.

Dia 20 de Abril de 1898

Foram visitados e medicados os seguintes doentes:

- 1 Maria Proletti - dysenteria, enteropathia.
- 2 Emilio Timmeumanns, 10 annos de idade, - doente ha 5 dias, - sensibilidade epigastrica, vomito bilioso, ictericia, temperatura $37,5$, tendo tido alta temperatura no dia anterior, ^{albuminuria.} ~~diagnostico~~ - febre amarella.
- 3 Francisquita Lavinia - casada, 38 annos de idade, italiana, - doente ha 4 dias; tere calafrio de manha; sequido de calor; ris $3/2$, na occasião da visita, abundantes sudores, e temperatura de 39 ; lingua saburrosa, sensibilidade hepatica. - Diagnostico - febre intermitente palustre.
- 4 Maria Francisca, casada, 23 annos - febre intermitente palustre.
- 5 Maria Ribeiro, 18 annos; adoeceu hoje de manha com calafrio, dor de cabeça, de pernas, dor no hypochondrio direito; congestão de fígado, temperatura de 39 a 5 horas da tarde - Diagnostico - febre palustre.
- 6 Pedro Ribeiro - 19 annos - febre amarella.
- 7 Maria Almeida - 10 annos, nacional, moça. Doença como os demais, em tereus do nucleo - Acesso pouco de febre intermitente palustre.
- 8 Antonio Blaes, sulino, em convalescença de febre remittente palustre.

J. J. J. J. J.

Imagem 1. Nota-se que é descrito as visitas realizadas pelo médico aos pacientes, seus nomes completos, os sintomas observados e os medicamentos prescritos. É informada ainda a nacionalidade de cada um; há imigrantes e brasileiros. Nesta página especifica, todos os casos de doenças registrados são de febre amarela e de febres intermitente ou remittente, palustres.

7) Cidadão Sr. Secretário de Agricultura, Commercios e Obras Públicas

Defend. Cantoni e Aguiar
 24 de julho de 1900
 e Hany Pinz

Wilhelm Kadorf de nacionalidade Alemã, casado, tendo numerosa família entre qual 3 filhos maiores de 18 annos sendo de profissão agricultor, deseja estabelecer-se como colono no Terço Colonial, Campos Salles, e respectivamente requer a V. Ex. a concessão de um lote de terra rural N.º 24 e urbano N.º 12 no referido Terço.

Pede deferimento
 E. R. Kadorf
 Caminhos 15-1900
 Wilhelm Kadorf

STABIA PARQUE PORTA 31 812 1900 N.º 2410 S. PAULO

1) Kadorf N.º 15, de 25-7-90. 3. Aricobi de Mello e inform. N.º 49, de 6-8-90.

A

SACOR 3.0.1
 Prot. n. 11. 187
 Livro prot. 1, p. 398

Secretaria da Agricultura
 SECCAO
 Anno. 1900

maço n.º 1
 Processo n.º 10

Data 15 de Fevereiro

Interessado Wilhelm Kadorf.

Assumpio Pedido de compra de lotes rurais 24 e urbano 12.

Lote n.º 24
 " 12 - urbano"

CO 4152

B

Secretaria da Agricultura

Em 16 de 1911

Com a sahificacão do documento de p.º 14 Wilhelm Kadorf não houve pago a ultima prestação dos lotes n.º 24, rural e 12 urbano, do nucleo colonial "Campos Salles".

Se accôrdo com a disposicão do art. 119 do Regulamento em vigor, ao colono colono deve-se ser expedido os títulos definitivos do lote mencionado.

7/6/11. Manoel Pinheiro Pinheiro

Produce e
 7/6/11

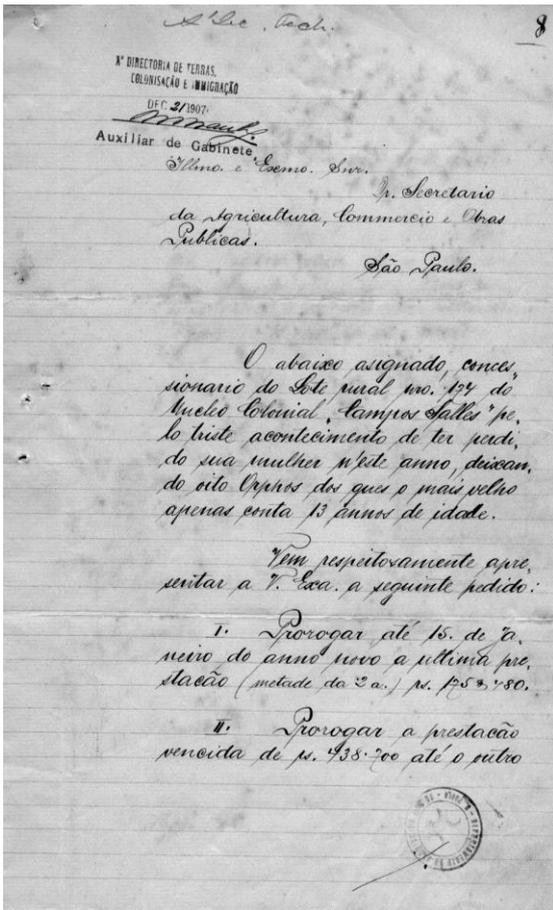
Foi expedido o título definitivo n.º 34, lotes 1, a 12-8-11. Cam. Campos

Títulos aquitectura a 31. 8-11
 Cam. Campos

Vitória, Departamento
 em off a 1401, a 25/11/11

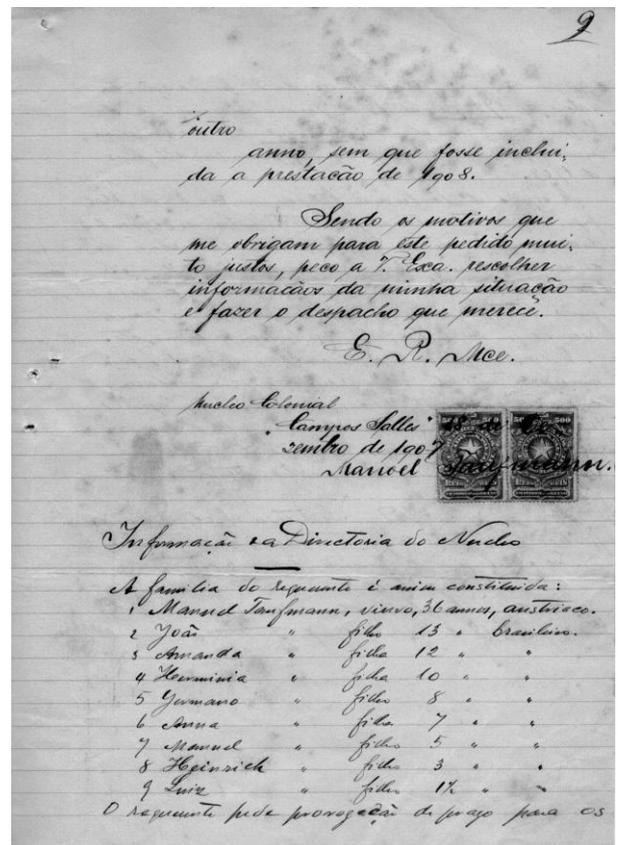
C

Imagem 2. Páginas do dossiê do colono Wilhelm Kadorf. A imagem A é a página do pedido de compra dos lotes feita no ano de 1900. O colono manifestou desejo de comprar os lotes 24 (rural) e 12 (urbano). Além disso, a página indica os dados sobre o colono e sua família; ele é alemão, casado, pai de três filhos maiores de 18 anos e agricultor. A imagem B é a capa do dossiê, indica se o lote permaneceu provisório ou se tornou definitivo do colono. A imagem C é o papel da comprovação de pagamento dos lotes, concluído apenas no ano de 1911. São ao todo 15 páginas do dossiê, com todos os comprovantes de pagamento das prestações, pedidos de compra de materiais agrícolas, dados sobre as vendas das produções realizadas no lote, empréstimos e movimentações em geral.



A

Imagem 3. Páginas do dossiê do colono austríaco Manoel Kaufmann, 36 anos, que havia ficado viúvo no ano de 1905, com oito filhos menores de 13 anos, todos brasileiros. Na imagem A há o pedido do colono para a administração do núcleo, para a prorrogação no pagamento das prestações do lote. Há ainda no dossiê uma página com o pedido do chefe de estação técnica do núcleo em favor do pedido do colono: “parece – me um ato de justiça e caridade deferir o requerimento”. A imagem B é a última página do processo do pedido, que descreve o nome dos filhos do colono e a respectiva idade de cada.



B

C O P I A do relatório apresentado pelo Snr. Theophilo de Medeiros sobre a viagem que fez ao Nucleo Colonial "Campos Salles" afim de se orientar de suas condições.

Illmo. Snr. Henrique P. Ribeiro

M.D. Director da Agencia Official de Colonisação e Trabalho

Em cumprimento das ordens que verbalmente me transmittistes e de accordo com a vossa estimada carta de 2 do corrente, parti no dia 3 do mesmo, em direcção ao Nucleo Colonial "Campos Salles" onde cheguei no mesmo dia, afim de correr os lotes, culturas, bemfeitorias etc. e de orientar me de tudo que pudesse interessar a esa Agencia e dar vos depois um relatório detalhado do que visse e fosse informado. Passo a expor vos o resultado do meu trabalho :

No dia 4 procurei o director interino daquelle Nucleo afim de apresentar lhe a carta que lhe era dirigida e não o encontrando porque se ausentara para a Capital do Estado, entendi me com o Snr. Augusto Teixeira Nogueira o qual prestou os esclarecimentos e informações de que eu necessitava para o desempenho da missão de que fui incumbido.

Fornecendo me elle um animal e accompanhando me pelas dicensas estradas que cortam toda a grande area do Nucleo, pude observar de visu os lotes occupados, lotes vagos, bem como o campo de experiencias, instrumentos aratorios, culturas etc..

Começo descrevendo os :

L o t e s o c c u p a d o s .

A população colonial desse nucleo é estimada segundo os apontamentos que me foram mostrados em cerca de 1342 pessoas, sendo allemães 607, italianos 286, suíssos 164, austriacos 98, brasileiros 51, polacos 40, dinamarquezes 33, inglezes 21, francezes 14, boemios 14, portuguezes 7 e hungaros 7.

Os colonos em geral cultivam milho, arroz, feijão, canna de assucar, batatas, mandioca etc. A colheita de arroz feita este anno de certa forma anima os, tanto que todos tratam de augmentar o plantio deste cereal, para o que já temem preparo os seus terrenos.

Continua

Continuação 1.

Já se ve em muitos lotes terrenos lavrados com arado a espera do tempo propicio para as plantações, e em muitos outros o visitante se extasia ante o bellô movimento das lavras operadas e em operação; alguns empregam muares, outros cavallos e outros bois, na tracção de seus arados e ainda que o observador pratico descubra senões e imperfeições nos trabalhos, contudo, o que está feito, é digno de uma menção especial.

Os colonos menos prosperos, deixam de lavar as suas terras, ou por ignorancia ou por outro qualquer motivo. Um colono allemão que adquiriu recentemente o lote No. 144 e que se considera no grupo dos colonos sem recursos, apesar disso lava todo o seu terreno, que já era um sapezal, tendo pago ou pro,ettido a pagar 5\$000 diarios pelo aluguel do arado e dos animaes, fornecidos pelo actual Director interino. Outros igualmente lançam mão deste recurso.

Em muitos lotes o arado nao pode tranalhar devido ao grande numero de tocos da antiga floresta que a foice e machado deitaram por terra; entretanto mesmo assim, colonos ha que entre os grossos troncos das arvores decepadas fazem penetrar ligeiramente o arado e ahi plantam da melhor boa forma possivel.

O observador pode aquilatar da prosperidade do colono pelas hemfeitorias que encontra em seu lote. Em muitos lotes se divisa alem da primitiva casa construida pelo Governo, ranchos para fins diversos, paiol curraes, pasto e casa para animaes, cercas, porteiras etc. etc. bem como animaes de trabalho, gado vaccum, gallinaceyo, etc. Vi alguns engenhocas em plena actividade, trabalhando homens, mulheres e meninos na moagem de canna de assucar. Apesar da modestia e pobreza das installações, ve se que nos possuidores dessas installações reina o espirito de independencia.

Colono ha, em numero limitado, que dispoe de regular creação de gado vaccum e que aproveitam todo o leite das vaccas na fabricação de manteiga, empregando pequenas desnatadeiras e outras machinas conhecidas. Muto poucas arvores fructiferas se encontra nos lote occupados, e as que se veem neste ou naquelle lote, não são digno de menção .

Quanto ao pagamento de divida dos colonos para com o Governo, estando ausente como ja disse, o director interino do Nucleo, não me foi possivel conhecer, pelos apontamentos que me foram apresentados, o estado destas cntas; entretanto pode informar me o Snr. Augusto Teixeira Noe

Continua/

Continuação 2.

Nogueira que muitas já fizeram as suas prestações do mez de Agosto, e que uma grande parte queiza-de de que não ~~está~~ está em condições de cumprir esta obrigação, tanto que já foi endereçado a Secretaria da Agricultura um requerimento neste sentido.

L o t e s v a g o s

São pessimas as condições dos lotes vagos em numero de 16. Situaodos mais ao longe dos mananciaes do Nucleo^s, forem elles por esta circumstancia os menos preferidos pelos primeiros colonos. O fogo das queimadas invadio totalmente os terrenos destes lotes, transformando os antigos mattos em campos e sapezaes. As casas carecem de urgentes e ligeitos reparos, e antes que entre a estação calmosa. Em algumas faltam folhas de portas e janeļlas, fechos, dobradiças etc.

Não poderão ser vendidos estes lotes, talvez nem pela metade dos preços calculados; ainda valem menos os lotes que se acham nas proximidades do cimiterio. Mui os formigueiros se encontram tanto nestes lotes, como nos lotes, occupados, havendo serias queizas dos colonos pela incuria dos que podiam concorrer para estingção desta praga que tanto prejudica o lavrador.

C a m p o d e e x p e r i e n c i a

Neste campo pude ver alguns canterrios cultivados de trigo, aveia, cevada, batatas doce, repolhos, tomates, aramina, campim favorito, São José, bemcomo algumas mudas (poucas) de arvaes fructiferas e pequenos viveiros de amoreira, marmelleiro, pecheiras etc. As gramineas estão rachiticas, parecendo que foram seneadas tardiamente, notando se haver falta de cal no terreno em que tanto ellas são habitas. A trigo está deitando espigas com irregularidade, tendo crescido pouco, apesar de ter sido irrigado e adubado o terreno com esterco animal. Aveia e cevada provavelmente não darão esgigas; as demais plantações estão desenvolvidas.

As bemfeitorias do campo são : Cocheira, estrumeira, paiol, um rancho uma veranda, uma casa de moradia, rego d'agua e uma divisão de cerca para curral. No paiol existe algum milho em espigas e no rancho algumas forragens fenadas e uma pequena partida de aramina desfibrada. São 7 os animaes sendo 6 muares e 1 cavallo. Existem 2 carroções e arreios, e os instrumentos aratoriss etc.

Notei que somente o arado e a grade é que são empregados no preparo

Continua

Continuação. 4.

do solo; As outras machinas, rolo, semeadoras, carpideiras etc. parecem não ter trabalhado.

A cultura do milho e do arroz feita em terrenos lavrados do campo de expendeu se tambem no campo do lote No. 60 e terrenos reservados na secção B. cujos mattos foram derrubados para este fin. Informaram me que tem apparecido varios pretendentes ao lote No. 60 occupado com este cereaes e outras plantações pelo actual director Interino.

S e c ç ã o A r t h u r N o g u e i r a

Pelos apontamentos e informações do Snr. Augusto Teixeira Nogueira posso notar que nesta secção foram cedidos 13 lotes a familias de 83 alle mãos e 15 Italianos, foram pedidos 15 havendo 4 vagos. Percorri tambem toda esta secção e verifiquei a boa qualidade das terras exepuando se os lotes Nos. 30 31 e 32 porque uma parte de cada um destes lotes e encostado em uma lagoa secca que fica nas proximidades do local escolhido para a futura estação da estrada de ferro do Funil. Alguns colonos já fizeram a sua primeira prestação ao actual director desta secção que ainda espera a chegada de outras que prometteram fazer em breve igualmente a primeira prestação. Não existe nenhuma bemfeitoria nesta secção. Quando terminava aqui o meu trabalho, tive tempo de conhecer e visitar uma parte das fazendas Bella Vista e São Bento que divide co o Nucleo Campos Salles e secção Arthur Nogueira, parte que foi dividida em lotes pelos Snrs. Arthur Nogueira e Companhia . Estas terras que já estão sendo vendidas nas mesmas condições de prestação, uma vez exploradas convenientemente muito haõ de contri buir para a prosperidade do toda esta zona e , ao meu ver, aquelles Snrs. prestam serviço precioso ao Estado, collaborando com o Governo no povoamento do solo Paulista e no melhoramento de sua agricultura e industrias connexas. São dignos dos amis rasgados elogios todos aquelles que, como os Snrs. Arthur Nogueira e Comp. lançam as suas vistas para novos e mais largos horizontes.

P a r a t e r m i n a r

"O Nucleo Colonial "Campos Salles" em geral está em prosperidade, mas elle carece ainda das vistas patrioticas do Governo do Estado para preencher os fins para que foi creado.

Assignado : Theophilo de Medeiros.

Villa Cosmopolis 6 de Agosto de 1906

Imagem 4. As páginas anteriores são do relatório de visita do Snr. Theophilo de Medeiros apresentado no dia 06 de agosto de 1906, sobre a viagem que fez ao Núcleo Colonial Campos Salles, ao Ilmo. Snr. Henrique P. Ribeiro, Diretor da Agencia Oficial de Colonização e Trabalho.

O relatório indica a existência de aproximadamente 1342 pessoas no núcleo, dentre famílias alemãs, italianas, suíças, austríacas, brasileiras, polacas e outros. Os colonos cultivavam milho, arroz, feijão, cana-de-açúcar, batata e mandioca, as culturas de arroz são as que mais prosperam. Havia bastantes animais nos lotes também.

O relator indica que alguns colonos no núcleo não prosperavam, mas, garantia que não era por falta de apoio ou incentivo, mas sim por “*ignorância ou qualquer motivo*”. Logo em seguida, dá exemplo de um colono alemão recém chegado que havia adquirido um lote e que estava sem recursos, no entanto, ele lavrava todo dia seu terreno e tinha grandes chances de prosperar. Esta percepção do relator, sobre uns colonos que não prosperam e outros que prosperam, citando dentre estes um colono alemão, deixa relativamente marcada a posição do estado e da administração a respeito do trabalho e da prosperidade do colono imigrante nos lotes do núcleo. Para o bom funcionamento deste e a sua posterior emancipação, era necessário que os colonos se tornassem cada vez mais independentes da ajuda administrativa e técnica/agrícola do governo. Os colonos imigrantes, segundo o governo e a administração do núcleo, se mostravam cada vez mais nesta direção, de se tornarem independentes mais rápidos que os colonos nacionais. Os imigrantes representavam a capacidade de lidar com a terra, de serem autônomos com os trabalhos e, conseqüentemente, serem recompensados com a prosperidade. Não é citado em momento algum sobre um colono nacional.

O relator ainda indica que para observar quais colonos prosperavam ou não, era só observar as benfeitorias de seus lotes. Alguns tinham boas criações de gado e produziam manteiga, que demonstravam a prosperidade.

Entretanto, o relator cita logo em seguida que “*Apesar da modesta e pobreza das instalações, vê se que nos possuidores dessas instalações reina o espírito da independência*” e ainda, que muitos colonos estavam enfrentando dificuldade para conseguir pagar as prestações dos lotes. Nota-se que a pobreza e a simplicidade de vida, ou talvez até mesmo as péssimas condições, eram ainda comum no dia-a-dia dos colonos, apesar o relator não admitir e relatar os fatos. No final, o próprio relator afirma que “*O Núcleo Colonial Campos Salles em geral está em prosperidade, mas ele carece ainda das visitas periódicas do governo do Estado para preencher os fins para que foi criado*”.

Ainda é citado sobre os lotes vagos e as condições de abandono o destes, sobre a recém criada seção Artur Nogueira, sobre a praga de formigas que tanto prejudicava as culturas dos colonos e sobre as culturas do campo de experiência.

Finalmente, o relator termina fazendo elogios ao empreendimento realizado pelo Snr. Artur Nogueira e Comp. “*que prestam serviços preciosos ao Estado colaborando com o governo no povoamento do solo paulista e no melhoramento de sua agricultura e indústrias conexas*”.

AGENCIA OFFICIAL DE COLONISACAO E TRABALHO

Procura de terras em nucleos colonias

N.º 118

O abaixo assignado, Guilherme Kramer com 52 annos de idade, de nacionalidade allema procedente de Santos e residente em Villa Cosmopolis com profissao de lavrador e estando trabalhando em Villa Cosmopolis pede que lhe seja concedido o lote N.º 60 do nucleo colonial Campos Salles sujeitando-se ao disposto nas leis e regulamento em vigor e, quanto ao pagamento, compromette-se a pagar a terca parte da quantia de R\$ 1758,200, valor do referido lote, dentro do prazo de vinte dias.

A sua familia e composta de mulher com 42 annos de idade, Onze filhos com as seguintes idades: 1 com 1, 1 com 3, 1 com 4, 1 com 6, 1 com 8, 1 com 9, 1 com 11, 1 com 14, 1 com 18, 1 com 19 e 1 com 21 annos de idade sendo 7 homens e 4 mulheres.

Sao Paulo, 25 de Outubro de 1906

Guilherme Kramer

Declaro que conheço, pessoalmente, o Sr. Guilherme Kramer que assigna esta procura, e que o mesmo e residente em Villa Cosmopolis

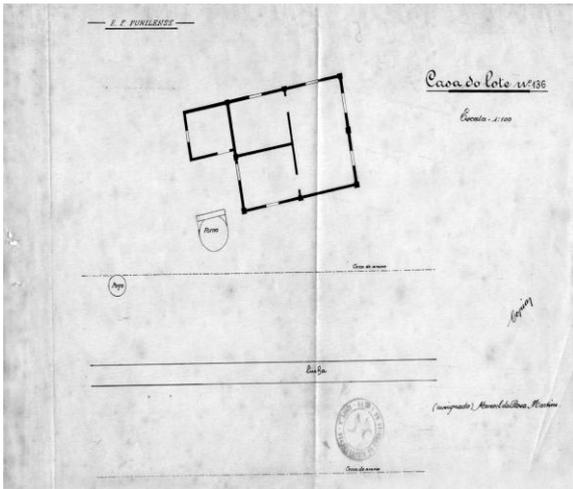
Nucleo Colonial Campos Salles
Sao Paulo, 25 de Outubro de 1906

Thurpholo de Medeiros

(Assinatura de pessoa idonea conhecida na Agencia)

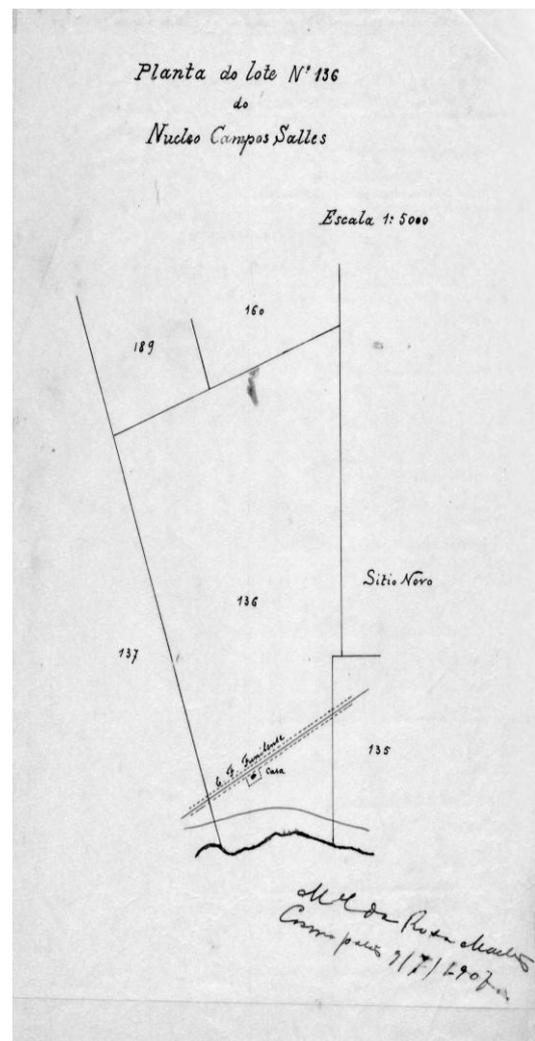
Imagem 5. O colono Guilherme Kramer, 52 anos, alemão, lavrador, casado e com onze filhos, procedente de Santos e residente em Villa Cosmópolis, faz pedido de compra de lote no núcleo Campos Salles. Uma das probabilidades é que este colono já fosse proprietário definitivo de um lote urbano no núcleo, ou seja, como o ano é de 1906, ele era proprietário de um lote urbano na recém criada Villa Cosmópolis, de acordo com o local

de residência dado. Dessa forma, o colono aventura-se então, na compra de um lote rural no núcleo, o de número 60 no caso.



Paulo, José Luiz Coelho; que inicialmente, negou o pedido. O pedido é deferido algum tempo depois, mas nada é dito a respeito do caminho do colono. Essas são as duas imagens do dossiê do colono com os mapas sobre a localização do lote e da linha da Funilense.

Imagem 6. O colono Oscar Hummig adquiriu no Campos Salles o lote n.º 136. Entretanto, com o prolongamento da Funilense, a linha acabou por passar a 8 m de distância de sua residência e a 3m da cerca que separa a linha de sua casa, deixando de fora de seu lote e inutilizável um poço que fornecia água para sua família. O colono faz uma reclamação e um pedido, que desejava desistir do lote e conseqüentemente, não pagar as prestações que estavam atrasadas e as que teriam que pagar ainda. O engenheiro responsável pela Estrada de Ferro Funilense, Manoel Rosa Martins, toma partido do colono na ajuda da autorização do pedido, alegando, primeiro, que a linha oferecia riscos às crianças e animais residentes no lote. Segundo, que na região futuramente seria construída uma casa para as turmas de empregados responsáveis pela conservação da linha, de modo que esta casa poderia perfeitamente ser utilizada para este fim. O dossiê traz diversas páginas de discussões ocorridas entre o engenheiro Manoel Rosa Martins, procurando convencer o Inspetor da Estrada de Ferro e Navegação do estado de São



Excellentissimo Senhor Doutor Secretario
de Agricultura, Commercio e Obras Públicas da
Estado de São Paulo.

Os abacax assignados, Colono, estabelecidos no núcleo colonial, Campos Salles, em todo o devido respeito apresentar a Vossa Excellencia a petição seguinte:

Estando a linha férrea que liga esta Colônia com a Cidade de Campinas quasi concluida e pelas informações recebidas que a mesma em certo prazo deva ser entregue ao tráfego publico sendo determinado que essa estrada de ferro vai correr duas vezes por semana e o ponto de partida sera sempre de Campinas, tal determinação sera prejudicial ao interesse dos petionarios pelos motivos seguintes:

Ha muito tempo que grande parte dos signatarios ja dispõem de diversos productos, que podiam ser vendidos no mercado de Campinas, contando com productos em feijão, milho, cebola, verduras, aves domesticas, ovos e manteiga fresca etc. e que cuja venda nã esta dada foi feita com grande difficuldade e com prejuizo dos Colonos, por que mostram-se a necessidade de carregar parte dos productos nas costas

Ex. P. S. 7

de partida de trem d'aqui para Campinas e voltar no mesmo dia por que os Colonos que por muitas vezes se acham na necessidade de levar ao mercado os seus productos que as vezes pouco valor representam, e por agendamente precisarem muitas vezes de alguns ou objectos que a Colônia ainda não produz, cujas compras ou objectos fazem grande falta nas suas casas, trata a necessidade de voltar a pi de Campinas, carregando suas compras nas costas, gastar ainda dinheiro na cidade no hotel ou restaurante para que não se possa voltar no mesmo dia a pi de Campinas, sendo a distancia de 45 kilometros ou mais, gastando quanto pouco 7 para 8 horas para percorrer essa distancia.

Por isso sera de grande vantagem se tivesse um trem que parte daqui na madrugada n'um dia da semana e voltar de tarde do mesmo dia, cujo dia de semana sera o melhor e de sabado, por que todos os Colonos podiam levar seus productos que podiam vender durante toda a semana para aquella dia e leva los para o consumo publico no mercado sendo, pela nossa opinião esse dia o mais proprio para ser o domingo e dia seguinte e quando parte da população precisa comprar seus generos ou productos n'aquele dia para de los no domingo em casa.

Expõem os signatarios de serem attendidos

e leva los para Campinas a pi, perdendo ainda muito tempo por não se possivel ir e voltar no mesmo dia. Essas difficuldades finalmente desaparecerem no momento em que a linha férrea sera entregue ao tráfego publico, mas se ainda uma parte que prejudica os interesses dos petionarios, e justamente esse ponto sobre o qual os abacax assignados se temham dirigido um apello a Vossa Excellencia. Voz de qual alguma satisfação se fosse modificado a partida de trem de modo que, uma vez por semana, a ponto de partida do trem sera o núcleo, justificando esse ponto pedido com os motivos seguintes:

Em primeiro lugar, os productos para vender no mercado de Campinas ou em qual quer outro, devem estar nas primeiras horas de manhã no mercado e só assim os productos serão resultado satisfactorio, por que a população geral da cidade vai ao mercado fazer suas compras necessarias nas primeiras horas de manhã. Contudo não estando os productos n'aquele hora no mercado, os productos machucam-se na necessidade de sair nas mãos dos vendedores ambulantes da cidade e que em geral são especuladores e que nunca pagaram os preços dos consumidores mais gastos que é a população geral da cidade.

Em segundo lugar sera tambem prejudicial para os Colonos, se não fosse feito pelo menos uma vez por semana o ponto

Imagem 7. Essas páginas são parte de um processo de abaixo assinado feito pelos colonos do Campos Salles ao Secretario da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. O documento está sem data, entretanto, provavelmente ele seja de 1898/1899, pois, os colonos estão reclamando que apesar da inauguração da ferrovia, o trem passa no núcleo duas vezes por semana com o ponto de partida em Campinas na direção do núcleo. Isso dificultava muito a vida dos colonos, que ainda estavam indo a pé vender os produtos que cultivam (dentre eles feijão, milho, cebola, manteiga, verduras, aves domésticas e ovos) para Campinas. O tempo médio percorrido entre Campinas e o núcleo á pé era de 7 a 8 horas, além disso, os colonos ainda tinham que gastar com hotéis e restaurantes na cidade. Sendo assim, os colonos reivindicam que uma vez por semana, no sábado de preferência, o ponto de partida fosse o núcleo, logo de manhã, pois este era o período em que os consumidores se dirigiam ao mercado de Campinas para fazer as compras. Os colonos poderão então, vender seus produtos frescos, que foram cultivados durante toda a semana. Ainda mais, os colonos também terão mais facilidade para comprar e levar mercadorias e objetos que não são produzidas no núcleo e que fazem falta dentro das casas.

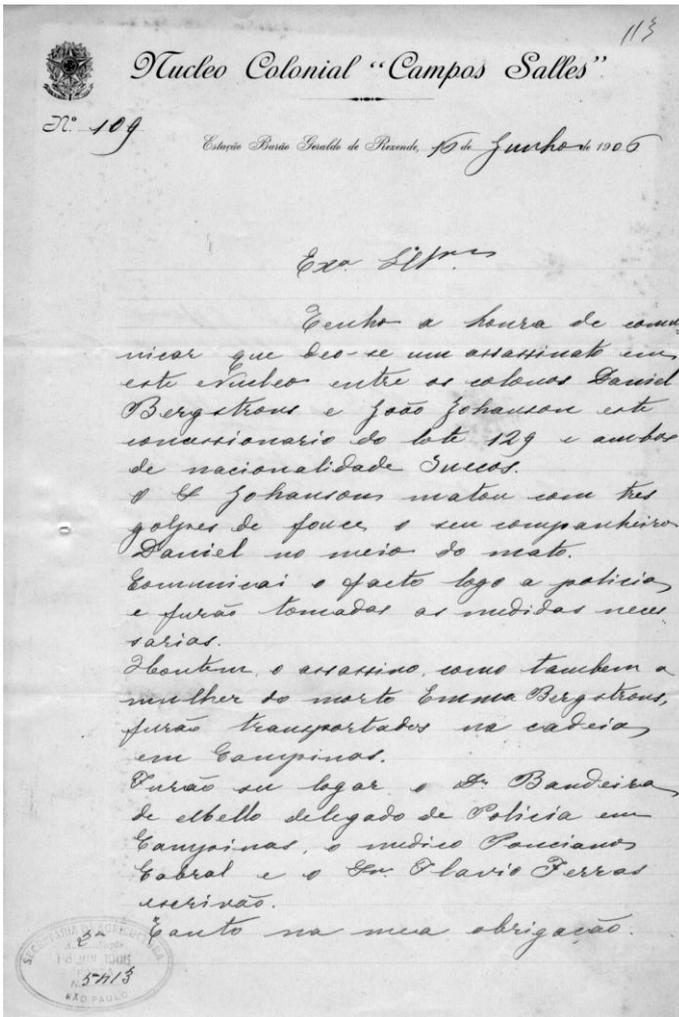
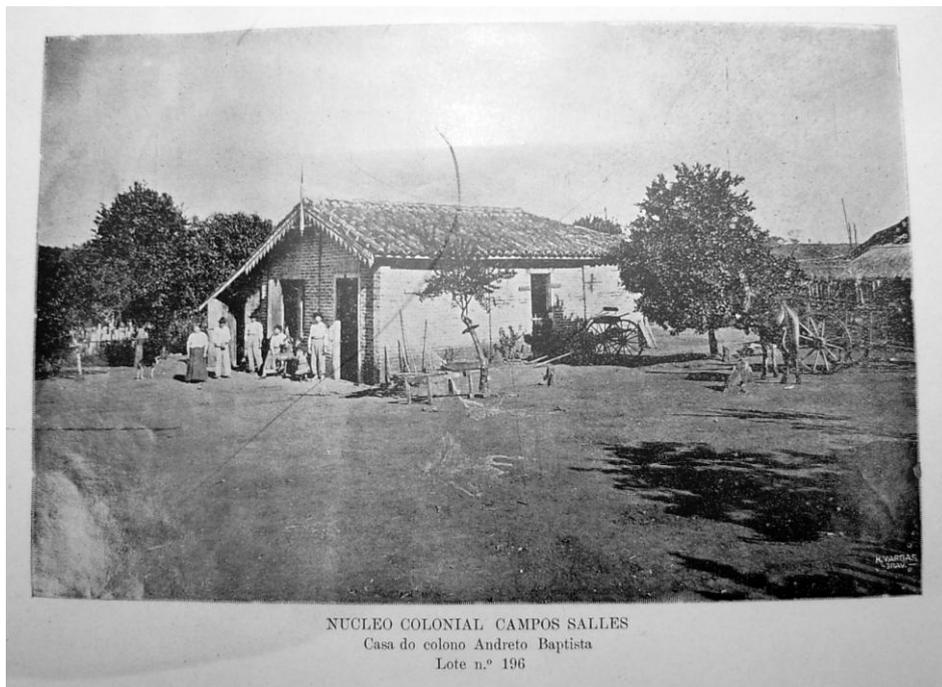


Imagem 8. Documento do ano de 1906 (provável ofício ou correspondência do administrador ou diretor, para constar em relatório do núcleo) relatando sobre a ocorrência de um assassinato no núcleo. Nota-se que é utilizado o nome do local da estação como referência “Núcleo Colonial Campos Salles – Estação Barão Geraldo de Rezende”. O fato ocorreu entre dois colonos, ambos de nacionalidade sueca. O documento diz que o colono matou seu companheiro com três golpes de foice no meio do mato, mas não é relatado o motivo. As providencias foram encaminhadas para a delegacia de Campinas.

Imagem 9. Fotos retiradas dos Relatórios da Secretaria da Agricultura, entre os anos de 1909/10. Instituto Agronômico de Campinas.



Aspectos de lotes do Núcleo Colonial Campos Salles. Notam-se as casas, as benfeitorias, instrumentos agrícolas, animais e as culturas ao redor das casas.



Aspectos de duas culturas em lotes do Núcleo Colonial Salles, de mandioca e abacaxi.



Lote da Viuva Minna Krebsky (Campos Salles). Moagem de canna

Aspectos de um lote do Núcleo Colonial Campos Salles. Nota-se o uso de animais nas atividades agrícolas.



Imagem 10. Aspectos educacionais da vida no núcleo, não há mais informações sobre qual era a escola, apenas que era do Núcleo Colonial Campos Salles. Foto retirada de:

HOLLOWAY, Thomas. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Tradução Eglê Malheiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.



Imagem 11. Propaganda sobre o núcleo colonial divulgada na Europa. Há fotos do núcleo, a descrição da população, dos lotes e o valor destes. Foto retirada de: MAZIEIRO, Maria das Dores e SOARES, Meire Terezinha Muller. *Paulínia: dos trilhos da Carril às chamadas do progresso 1770-1970*. Paulínia: Unigráfica, 1999. SP



Imagem 12. Foto da Avenida Ester, em Cosmópolis no ano de 1901. Esta era a região central do Núcleo Campos Salles, onde se localizavam os lotes urbanos. Importante destacar que o lugar ainda não havia recebido o nome de Vila Cosmópolis, este sendo apenas denominado no ano de 1906. Foto retirada de: FERREIRA, Luiz Carlos Fromberg Mano e FERREIRA, Sérgio Augusto Fromberg. *O Berço da Amizade*. Artur Nogueira, dezembro 2000, segunda edição.

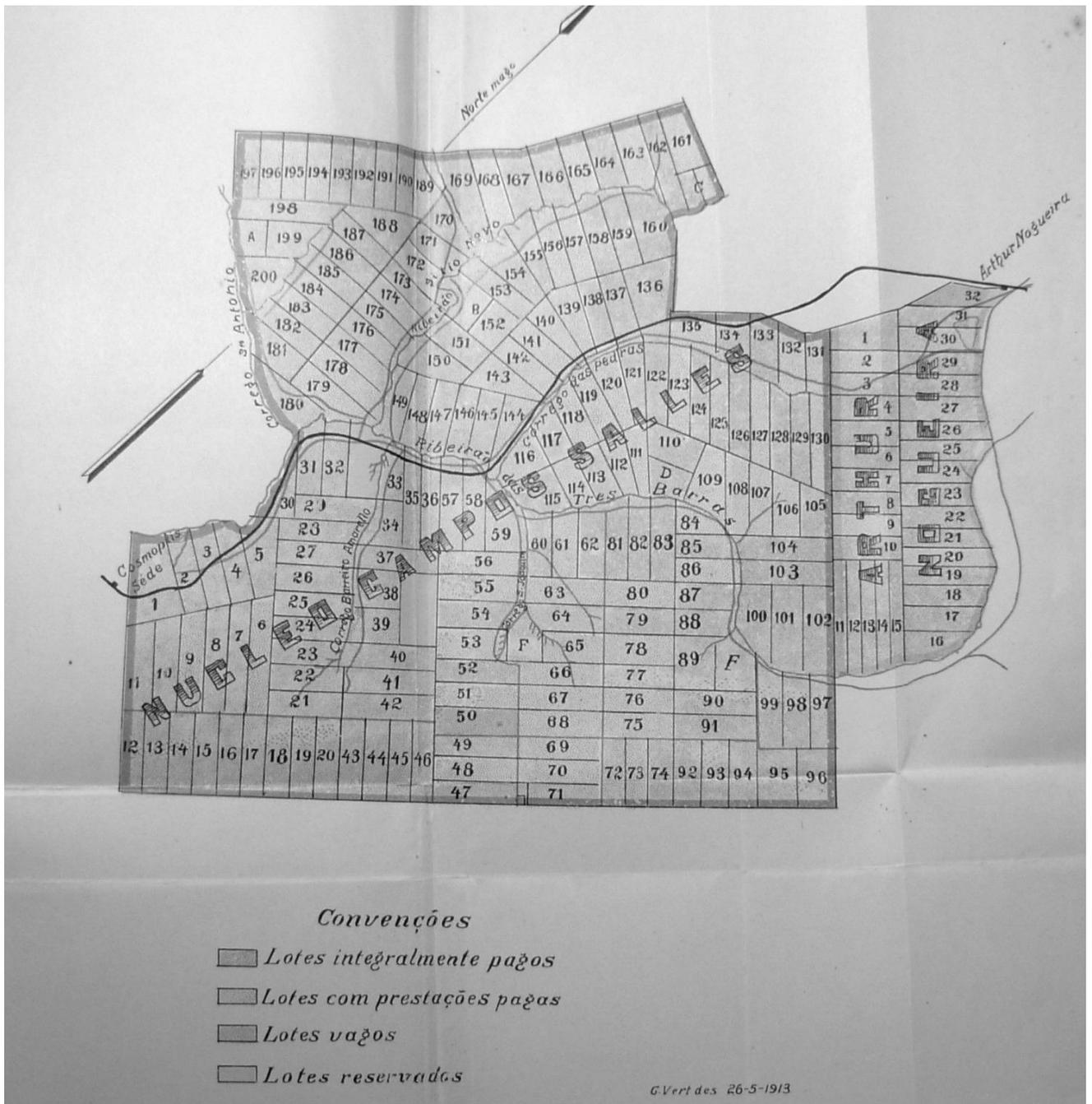
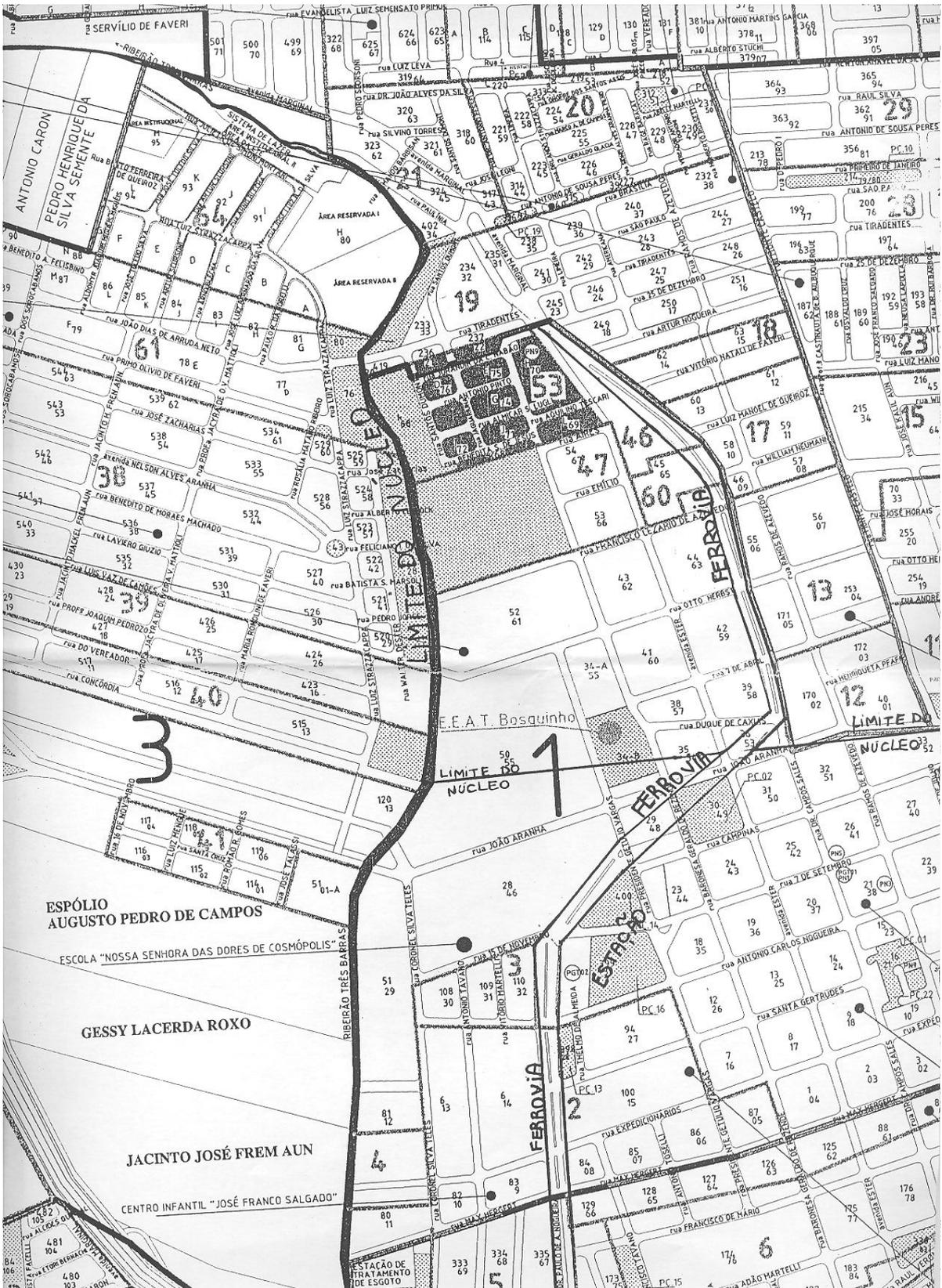


Imagem 13. Mapa do Núcleo Colonial Campos Salles feito no ano de 1913. Relatórios da Secretaria da Agricultura. Nota-se que o traço mais forte é o percurso da Funilense que corta o núcleo colonial. A estação “Barão Geraldo de Rezende”, futuramente estação “Cosmópolis”, ficava fora do núcleo, mas, bem próxima da sede do núcleo que é descrito no desenho como “Cosmópolis sede”, entre os lotes urbanos 1 a 30. A estação havia sido construída, provavelmente, no antigo povoado rural que já existia na região, antes da instalação do núcleo, de acordo como descrevemos nesta dissertação. Notam-se também os tamanhos diferentes dos lotes, os lotes mais próximos dos rios, a seção Artur Nogueira, criada no ano de 1905.

A seguir, na sequência, estão as imagens 14 e 15:

Imagem 14. Recorte do mapa do Município de Cosmópolis do ano de 2007, cedido pela prefeitura. “Mapa Rodoviário do Município de Cosmópolis”. A área com o desenho traçado com as linhas verticais é original do mapa, representa a área urbana da cidade. Através da localização dos rios, aproximadamente, tentou-se delimitar os espaço onde foi instalado originalmente o Núcleo Colonial Campos Salles. De acordo com a Imagem 13 observa-se que a localização dos lotes urbanos de 1 a 30, a área central do núcleo e a estação de trem é correspondente, aproximadamente, na Imagem 14, à região que está delimitada com o número “605”. Esta é a atual região central da cidade de Cosmópolis. Observa-se também a região onde foi criada a Seção Artur Nogueira.

Imagem 15. Recorte do mapa da cidade de Cosmópolis de 2008, cedido pela prefeitura. “Planta da Cidade de Cosmópolis”. O recorte do mapa foi feito na região central da atual cidade, antiga região central do núcleo, como verificamos. Observou-se também na Imagem 13, que o traço mais forte é o percurso da Funilense e que a estação do trem estava localizada fora do núcleo, mas próxima da região central, dos lotes urbanos de 1 a 30. Na Imagem 15, o número 1 (grande) representa, na legenda do mapa, o bairro do centro da cidade. Através do traçado da avenida “Centenário do Dr. Paulo de Artur Nogueira”, que é um traçado tortuoso e que não segue o traçado das outras ruas da cidade (retas mais definidas), chegou-se à conclusão de que esta avenida representava o traçado original da Funilense. A localização da atual rodoviária da cidade era o local da antiga estação da Funilense.



As imagens a seguir foram selecionadas para apresentar mais aspectos e detalhes de outros núcleos coloniais do estado de São Paulo, além de imagens que ilustram alguns temas relacionados à dissertação.



Foto do Núcleo Colonial Nova Odessa. Relatórios da Secretaria da Agricultura do IAC. Relatório do ano de 1908. Nota-se a vasta e densa floresta onde era instalado o núcleo.



Nucleo "Nova Europa"
Picada no matto — Perobas — Março, 1909

Foto do Núcleo Colonial Nova Europa. Relatórios da Secretaria da Agricultura do IAC. Relatório do ano de 1908. Nota-se a vasta e densa floresta onde era instalado o núcleo.

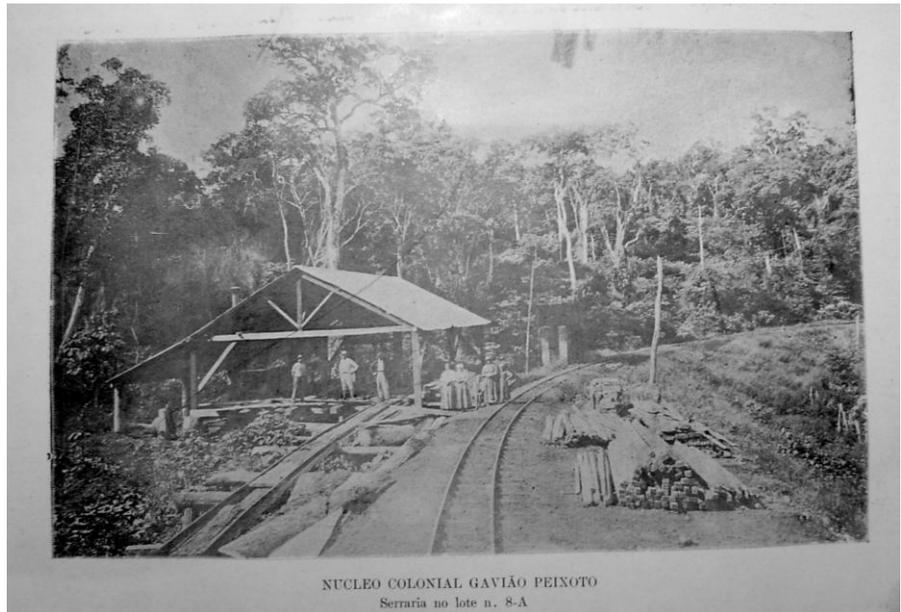


Foto do Núcleo Colonial Gavião Peixoto Relatórios da Secretaria da Agricultura do IAC. Nota-se a presença da ferrovia próxima ao núcleo.



Foto do Núcleo Colonial Nova Odessa. Relatórios da Secretaria da Agricultura do IAC. Relatório do ano de 1908. Nota-se a presença da administração do governo e apoio técnico e científico para as lavouras.

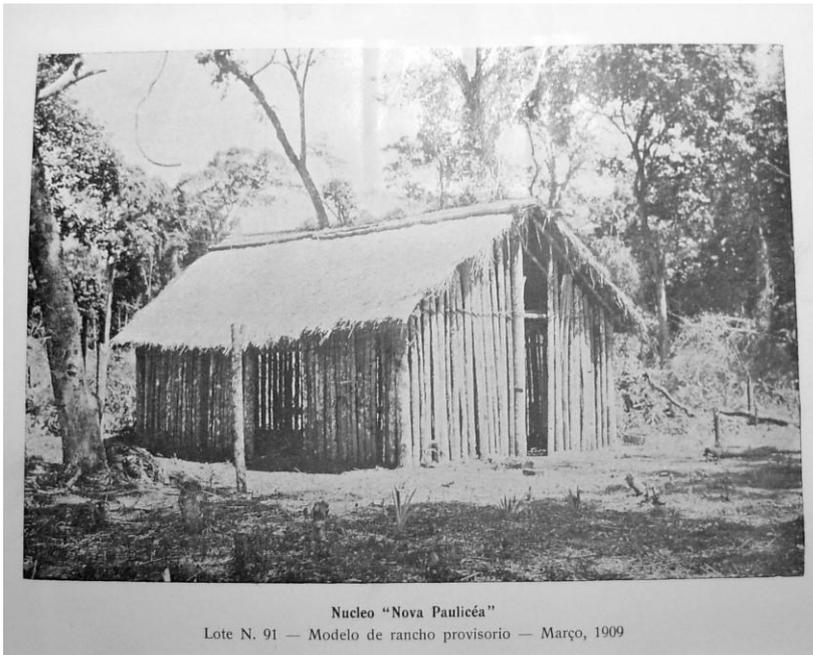
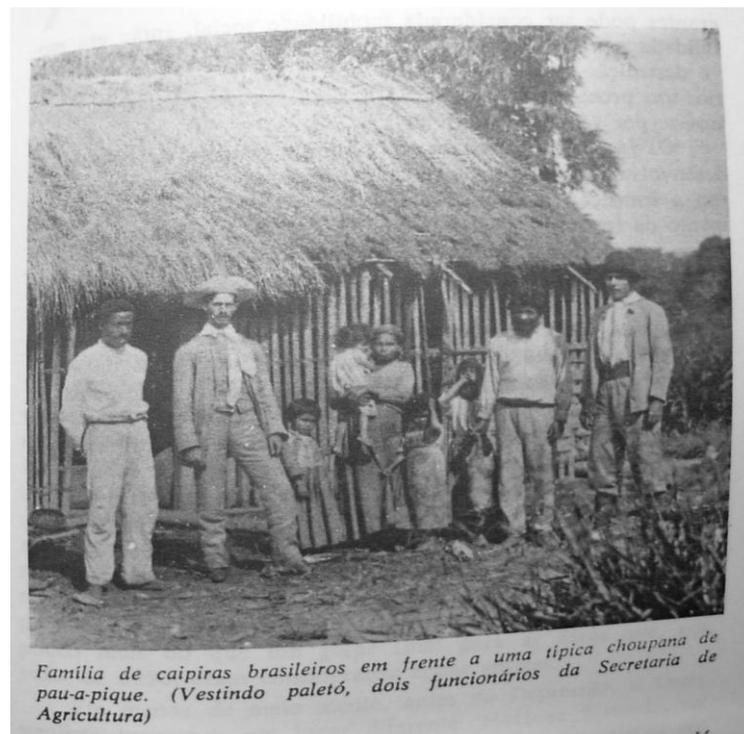
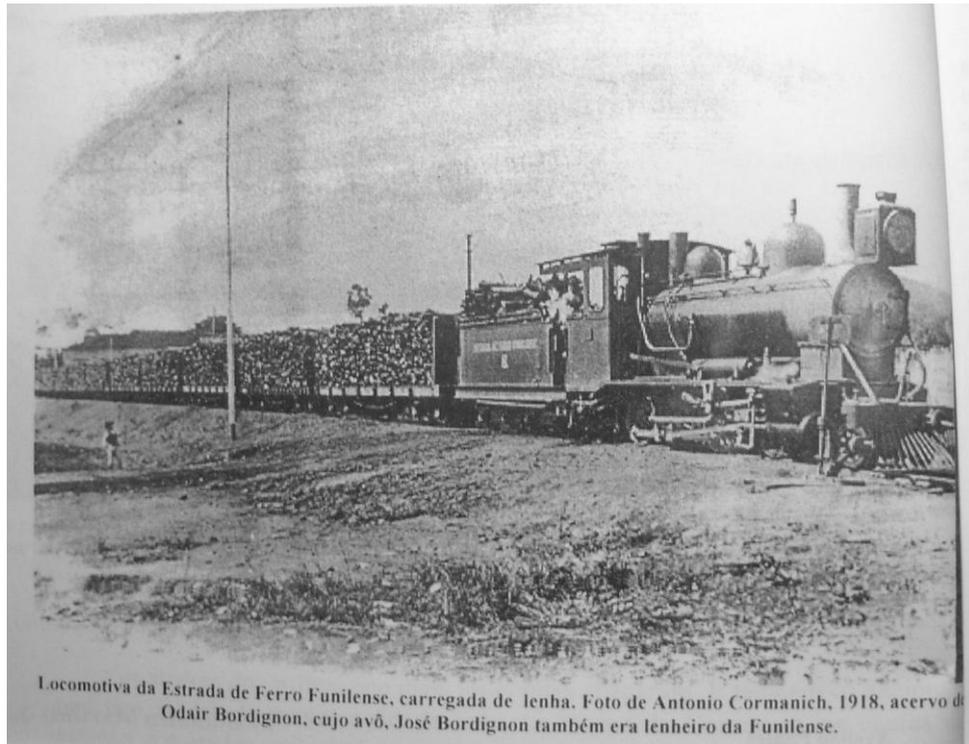


Foto do Núcleo Colonial Nova Paulicéia. Relatórios da Secretaria da Agricultura do IAC. Relatório do ano de 1908. Nota-se a precariedade das casas dos colonos nos anos iniciais do núcleo.



Presença de caipiras em regiões onde se construíram núcleos coloniais. Foto retirada de: HOLLOWAY, Thomas. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo 1886-1934. Op. Cit.*



Locomotiva da Funilense. Foto retirada de: MAZIEIRO, Maria das Dores e SOARES, Meire Terezinha Muller. *Paulínia: dos trilhos da Carril às chamas do progresso 1770-1970. Op.Cit.*



Mapa dos Núcleos Coloniais da Zona do Conchal. Relatórios da Secretaria da Agricultura, 1913. Nota-se a proximidade física dos núcleos; o traçado mais forte é o percurso da Funilense dentro dos núcleos.

E. F. Funilense

	KIL. 1908	ALT. 1908	
PADUA SALLES	93,420	564.	■
ENG. COELHO	86,920	577.	■
TUJUGUABA	80,650	550.	■
GUAIOUCA	65,820		■
ARTHUR NOGUEIRA	51,929	644.	■
COSMOPOLIS	42,615	555.	■
USINA ESTHER	40,0	500.	+
GUATEMOZIM	34,150	570.	+
JOÃO ARANHA	27,370	593.	+
FUNCHAL	25,170	560	+
JOSÉ PAULINO	22,450	564.	■
DESERTO	18,420	562	+
CAPÃO PRECO	15,0	604.	■
BARÃO GERALDO	0,580	609.	■
INSTITUTO	4,0	678.	■
GUANABARA	14,800	668.	■
CARLOS BOTELHO	0.	650.	■

CAMPINAS

■ Estação
○ Parada
+ Chave

Imagem 1

10 estações 7 chaves

Estações da Estrada de Ferro Funilense no ano de 1913 indicando o percurso, as estações, paradas e chaves. Foto retirada de MARCONDES, Marli Aparecida. *O uso da hipermídia no resgate da Estrada de Ferro Funilense (1899-1924). Op. Cit.*

Considerações finais:

O núcleo Campos Salles foi criado pelo governo do estado de São Paulo no ano de 1897 em meio a duas sérias crises: a crise no setor alimentício nos centros urbanos e a crise de mão-de-obra nas lavouras cafeeiras. Para resolvê-las, os objetivos do governo se concentraram ao redor de três pontos principais idealizados através da instalação do núcleo: incentivar que os colonos imigrantes fossem trabalhadores temporários nas fazendas de café da região de Campinas; incentivar que os colonos imigrantes plantassem gêneros alimentícios que abasteceriam a cidade de Campinas; finalmente, o último objetivo do governo foi pensado junto à iniciativa particular, proprietária das terras onde o núcleo foi instalado: colonizar, povoar e valorizar as terras da região.

A respeito da funcionalidade ou não dos núcleos, o próprio governo estadual admite nos relatórios da Secretaria da Agricultura, anos depois da instalação de diversos núcleos coloniais do estado, que estes fracassaram e que a política não teria atendido a todas as expectativas. No caso do Campos Salles, de fato, a grande maioria dos colonos optou por permanecer o ano todo em seus lotes cultivando os produtos para serem vendidos em Campinas, falhando então no primeiro objetivo almejado pelo governo e alcançando apenas o segundo. Além disso, também ao contrário das expectativas iniciais do governo, os colonos europeus só foram a maioria das famílias no núcleo nos primeiros anos, sendo as famílias nacionais as de maior número durante todo funcionamento deste. Finalmente, os colonos vindos diretamente da Europa só estiveram nos primeiros anos do núcleo, posteriormente, as famílias passaram a vir de diversas localidades e regiões, como outros núcleos coloniais, fazendas de café e até de cidades.

A respeito do terceiro ponto a ser objetivado pelo governo - de colonização e valorização das terras da região - em companhia com a iniciativa particular, este foi o que mais atendeu a expectativa de ambos. O governo do estado garantiu com a colonização e o povoamento da região (inicialmente com imigrantes), o acesso mais fácil a uma área ainda isolada e distante, mas com prósperas fazendas de café; além disso, também foi possível ao poder público controlar as posses ilegais em terras devolutas na região, muitas ocupadas pelos homens de tipo não ideal para se colonizar - os trabalhadores nacionais, livres e caipiras. Por sua vez, a iniciativa particular responsável pela doação das terras da Fazenda Funil, obteve com a instalação do núcleo, com a venda de lotes e o com o trabalho agrícola nestes, a posterior valorização das terras da região.

As discussões e as questões levantadas ao longo da pesquisa a respeito do sucesso ou fracasso da política de núcleos coloniais do estado de São Paulo, sempre surgiam quando defrontadas com a política de imigração subvencionada pelo governo, que direcionava os imigrantes diretamente para as fazendas de café. Concluiu-se que certamente os investimentos nesta última política foram maiores, que o número de imigrantes direcionados para as fazendas foi superior aos direcionados para os núcleos e que, finalmente, era grande a insatisfação de cafeicultores com o sistema de núcleos. Entretanto, o que pretendemos através da pesquisa, foi demonstrar que independente de ter sido viável a instalação dos núcleos, de terem fracassado ou prosperado, os núcleos coloniais foram fundamentais em um importante aspecto: no processo de urbanização do estado através do surgimento de novas cidades.

Seguramente, este foi o objetivo da pesquisa, conhecer a respeito do processo de transformação do núcleo Campos Salles na cidade de Cosmópolis; conhecer como teria sido a evolução de um núcleo rural em um núcleo urbano. Para isso, fizemos referência à obra de Maria Isaura Pereira Queiroz, na sua obra sobre os bairros rurais paulistas. Nesta, descobriu-se como se deram os processos de transformação e mudança, que levaram à passagem de um bairro rural em um bairro urbano, ou seja, como se deram as relações entre esses dois lugares determinando a maneira como um núcleo rural se transformava em núcleo urbano.

Através dos estudos sobre a história da região onde foi instalado o núcleo Campos Salles, adquirida através das obras regionais de memorialistas e cronistas, dos estudos comparativos sobre outros núcleos coloniais do estado de São Paulo, dos estudos de obras bibliográficas referentes à imigração, ferrovias e cultura caipira, e, finalmente, através das pesquisas a documentos e fontes primárias (“oficiais e não-oficiais”), com os quais pudemos nos aproximar do funcionamento e o dia-a-dia do núcleo Campos Salles. Dessa forma, revelaram-se, por exemplo, informações a respeito das condições de vida dos colonos dentro do núcleo - que não foram nem um pouco saudáveis e satisfatórias nos anos iniciais de funcionamento deste. Revelou-se ainda que a estrada de Ferro funilense foi fundamental para ligar e comunicar o núcleo e algumas comunidades rurais da região com a cidade de Campinas - garantindo o abastecimento desta com os gêneros plantados pelos colonos e introduzindo elementos urbanos na vida rural do núcleo e das comunidades; colaborando assim, na posterior evolução destas em novas cidades e no núcleo Campos Salles na cidade de Cosmópolis. Ainda foi revelado que muito provavelmente,

Finalmente, pode-se chegar ao fim do retrato documental do que aproximadamente teria sido o núcleo Colonial Campos Salles. Esta versão, além de muitas outras de acordo

como demonstramos nesta pesquisa, é mais uma versão histórica do que teria sido o núcleo, qual teria sido sua finalidade, como teria sido seu funcionamento e seus principais aspectos. Muitos documentos e fontes ainda existem sobre o núcleo para serem localizados e avaliados, e, mesmo os que foram utilizados nesta pesquisa, podem ser usados sob diferentes perspectivas e análises, suscitando em novas versões.

Na presente dissertação, o que mais se destacou ao longo das pesquisas, das leituras e das descobertas, foram as constantes manipulações, pressões, juízos de valores e atitudes de uma classe ou grupo de pessoas - sejam do setor público ou privado - em busca dos seus ideais e interesses. Interesses estes que sempre giraram ao redor de um mesmo fim, o da acumulação de capital. Imigrantes, ex-escravos negros, brasileiros livres e caipiras foram tratados diante destes interesses como meras peças de trabalho, destituídos de sentimentos, que foram descartadas e trocadas quando necessário, quando prudente fosse, em nome da acumulação material.

Bibliografia:

ABRANTES, Visconde de. *Memórias sobre os meios de promover a colonização*. Revista de Imigração e Colonização. Volume II, números 2-3, 1941.

ALVIM, Zuleika e CARMO, Vitú do. *Chão Fecundo-100 anos de história do Instituto Agrônomo de Campinas*. Impresso em novembro de 1987.

AMARAL, Leopoldo (org.). *A Cidade de Campina em 1900*. Editado pela Casa Livro Azul, Castro Mendes e irmãos: Campinas, 1899.

BALDINI, Kelly. *Aplicação Metodológica do Resgate do Patrimônio Público e Cultural de Engenheiro Coelho*. 2004. Relatório final de Iniciação Científica apresentado ao CNPq. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Unicamp/ Campinas.

_____. *A Estrada de Ferro Funilense e a Estação de Engenheiro Coelho: Encontros e despedidas da memória*. 2004. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em história) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp.

BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro – Aspectos políticos*. Terceira edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

BENÁRIO DA SILVA, Danúzio Gil. *Usina Ester: cem anos de história (1898-1998)*. Cosmópolis: Editora Aluminis. 1998.

BRITO, Jolumá. *História da cidade de Paulínia*. São Paulo. 1972.

BOOK, Olavo José, CAMRGO, Ângelo Paes de, CONAGIN, Armando, GERMEK, Emílio Bruno e JORGE, José Antônio. *Memória do Instituto Agrônomo de Campinas*. Documentos do IAC. Campinas, São Paulo. N° 32, 1993)

CANDIDO, Antônio. *Os parceiros do rio Bonito - Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2001. Coleção Espírito Crítico.

CAPRETZ, Adriana. “Expansão urbana e segregação social. Efeitos da implantação do Núcleo Colonial de Antonio Prado”. Apresentação de trabalho em mesa redonda. *XII Seminário de Geografia e História: Migrações e produção do espaço geográfico como processo histórico e cultural*. Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto, SP. 26 a 28 de maio de 2008 e Página da internet: www.anppas.org.br/encontro-anual/encontro2/GT/GT14/adriana_capretz.pdf

CORREA , Dora Shellard. *O Núcleo Colonial Barão de Antonina (1930 – 1950)*. São Paulo: 1988. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

DAVATZ, Thomas. Memórias de um colono no Brasil. *In* HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Livro dos Prefácios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FERREIRA, Luiz Carlos Fromberg Mano e FERREIRA, Sérgio Augusto Fromberg. *O Berço da Amizade*. Artur Nogueira, dezembro 2000, segunda edição.

FILIPPINI, Elizabeth. *Terra, família e trabalho. O Núcleo Colonial Barão de Jundiá (1887 – 1950)*. São Paulo: 1990. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

FOZZATI, José Honorato. *Crônicas de uma cidade chamada Universo*. *In: A Gazeta de Cosmópolis, A Tribuna e Cosmópolis Agora*. Sem datas. [Material doado para a pesquisa pelo autor].

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. Quarta edição. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

GADELHA, Regina Maria D´Aquino Fonseca. *Os núcleos coloniais e o processo de acumulação cafeeira (1850-1920). Contribuição ao estudo da colonização em São Paulo*. São Paulo: 1982. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

HALL, Michael M. “Os Fazendeiros Paulistas e a Imigração”. *In República, Liberalismo, Cidadania*. TEIXEIRA DA SILVA, Fernando, NAXARA, Márcia R. Capelari, CAMILITTI, Virgínia C. (org) Piracicaba: Editora UNIMEP, S.P, 2003.

_____. *Italianos em São Paulo (1880-1920)*. Anais do Museu Paulista. Universidade de São Paulo. Tomo XXIX, 1979.

HALL, Michael M. e STOLCKE, Verena. “A Introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo”. *In À Lucta Trabalhadores*. Revista Brasileira de História. Editora Marco Zero. Número 06, setembro de 1983.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

HOGLER RIBEIRO, Evanice Maria. *Os alemães dos Núcleos Coloniais de Santo Amaro e Itapeverica da Serra (1831/1914)*. São Paulo: 2002. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

- HOLLOWAY, Thomas. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Tradução Eglê Malheiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- KUHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação*. São Paulo: Ateliê, 1998. FAPESP.
- LESSA, Simone Narciso. *Trem de ferro: do cosmopolitismo ao sertão*. Campinas: 1993. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ Unicamp.
- LOBATO, Monteiro. *Cidades Mortas – Contos e Impressões*. Terceira Edição. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia. Editores, 1921.
- LOPES LIMA, Sandra Lúcia. *O Oeste Paulista e a Republica*. São Paulo: Vértice, 1986.
- LORENZO, Ana Lucia Di. *Italianos em Taubaté: Núcleo Colonial do Quiririm 1890/1920*. São Paulo: 2002. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- MARCONDES, Marli Aparecida Marcondes. *O uso da hipermídia no resgate da Estrada de Ferro Funilense (1899-1924)*. Campinas: 2000. Dissertação (Mestrado em Multimeios) - Instituto de Artes/Unicamp.
- MARTINS, José de Souza. *Diário de fim de século – notas sobre o Núcleo Colonial de São Caetano no século XIX*. Fundação Pró Memória: São Caetano do Sul: 1998.
- MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. Campinas: Pontes, 1990. SP
- MAZIEIRO, Maria das Dores e SOARES, Meire Terezinha Muller. *Paulínia: dos trilhos da Carril às chamas do progresso 1770-1970*. Paulínia: Unigráfica, 1999. SP.
- MOREIRA SALLES, Maria Izabel Bernardes. *Santana – imigração e colonização (um núcleo paulista de colonização oficial)*. São Paulo: 1978. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- PEREIRA DA SILVA, Clodomiro. *A reforma da tarifas: relatório da Inspetoria de Estradas de Ferro*. São Paulo: Laemmert & C., 1901.
- POZZER, Guilherme Pinheiro *A antiga estação da Companhia Paulista em Campinas: estrutura simbólica transformadora da cidade (1872-2002)*. Campinas: 2007. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ Unicamp.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural – cidades*. São Paulo: Livraria duas cidades, 1973.
- RIBEIRO, Rita. *Barão Geraldo: história e evolução*. Campinas: Editora do autor, 2000.

ROMERO, Silvio. *Realidades e ilusões no Brasil: parlamentarismo e presidencialismo e outros ensaios*. Seleção e coordenação de Hilton Rocha. Petrópolis: Editora Vozes, 1979 Ltda. Aracaju, Governo do Estado do Sergipe.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. *As ferrovias de São Paulo, 1870-1940*. São Paulo: HUCITEC; [Brasília]: INL, 1981.

SEMEGHINI, Ulisses. *Do café á indústria: Uma cidade e seu tempo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1991. SP.

SEYFERTH, Giralda. *Imigração e colonização alemã no Brasil: uma revisão da bibliografia*. Resenha bibliográfica. BIB, Rio de Janeiro, número 25, páginas 1-90, primeiro semestre de 1988.

SOUTO, Andrea Mara. *Vir, viver e talvez morrer em Campinas: um estudo sobre a comunidade alemã residente na zona urbana durante o segundo Império*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. S.P, Centro de Memória/Unicamp.

TRINDADE LIMA, Nísia. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAN, 1999.

VANGELISTA, Chiara. *Os braços da lavoura – Imigrantes e caipiras na formação do mercado de trabalho paulista - 1850-1930*. São Paulo: Editora Hucitec, 1991. Instituto italiano di cultura e instituto cultural ítalo-brasileiro.

WILLEMS, Emílio. *O problema rural brasileiro do ponto de vista antropológico*. Prefácio. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo. Diretoria de publicidade agrícola. Distribuição gratuita. São Paulo, 1944.

_____. *Cunha: tradição e transição em uma cultura rural do Brasil*. São Paulo, 1948.

_____. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. Segunda edição, ilustrada, revista e ampliada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

Fontes Primárias:

Páginas da internet:

GIESBRECHT, Ralph Mennucci. Disponível em www.estacoesferroviarias.com.br. Acesso em 03/2007.

www.pmengheirocoelho.sp.gov.br. Acesso em abril de 2007.

www.cunha.sp.gov.br. Acesso em outubro de 2008.

www.cosmopolis.sp.gov.br. Acesso em 30 de abril de 2009.

www.crl.edu. Acessado em agosto de 2007. Foram consultados os seguintes Relatórios de Presidentes de Províncias:

- Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provinciana pelo presidente Sr. Dr. Antonio da Costa Pinto Silva em 5 de fevereiro de 1871. São Paulo.
- Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provinciana pelo Presidente Laurindo Abelardo de Brito em 13 de janeiro de 1880. São Paulo.
- Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente Barão de Parnaíba, no dia 17 de janeiro de 1887. São Paulo.
- Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente Dr. Pedro Vicente de Azevedo, no dia 11 de janeiro de 1889. São Paulo.
- Relatório de Presidentes de Províncias dos anos de 1885, 1887, 1889, 1897 e 1898. São Paulo.

Impressas:

Libro d'oro dello Atato di São Paolo. Di Vittorino Buccelli (Incisioni e stampa dello stabilimento –Fratelli Capaccini. Roma [s.d].

Instituto Agrônômico de Campinas:

Relatórios da Secretaria da Agricultura dos anos de 1898, 1900, 1902 a 1917, 1920 a 1923.

Revista O Fazendeiro. Dos anos de 1908 a 1910.

Centro de Memória da Unicamp:

SALLES, Manoel Ferraz de Campos. *Almanak de Campinas para1872*. Bissexto – Organizado e publicado por José Maria Lisboa. Ano II, Campinas, Typografia da Gazeta de Campinas, 1871.

SALLES, Antonio Carlos de Moraes. *Núcleo Colonial Campos Salles*. In: A Cidade de Campina em 1900. Organizado por Leopoldo Amaral, editado pela Casa Livro Azul, Castro Mendes e irmãos: Campinas, 1899.

SALLES, Antonio Carlos de Moraes. *Companhia Carril Agrícola Funilense*. In: A Cidade de Campina em 1900. Organizado por Leopoldo Amaral, editado pela Casa Livro Azul, Castro Mendes e irmãos: Campinas, 1899.

Almanak de Campinas para1908. Organizado por José Maria Lisboa e B. Octávio. Campinas, Typografia e Sterotypgrafia da Casa Mascote J. Ladeira

Almanach Histórico e Estatístico de Campinas 1912. Organizado por Benedicto Octavio e Vicente Melillo.

Núcleo Colonial Barão Geraldo de Rezende. Typografia “Livro Azul” – A. B. de Castro Mendes, Campinas, 1908.

Revista *O Imigrante*. Dos anos 1907 e 1908.

Revista *O Imigrante*. Dos anos 1097 a 1911

Arquivo do Estado de São Paulo:

Caixas contendo documentos oficiais da secretaria da Agricultura sobre o núcleo Colonial Campos Salles. Caixas pesquisadas: CO7152 a CO7159, CO7160 a CO7164.

Livros de registros do Núcleo Colonial Campos Salles e dos Núcleos Coloniais Martinho Prado Júnior, Conde de Parnaíba e Visconde de Indaiatuba. Livros pesquisados: EO1417, EO0102, EO0126, EO1816, EO1919, EO1834, EO1838, EO1836, EO0103, EO1839, EO1835, EO0107, EO1768, EO1782, EO1780. EO1760, EO1789, EO1754, EO1803, EO1796, EO1798, EO1778, EO1779, EO1781.

Entrevistas:

Todas as entrevistas foram realizadas no ano de 2004 na cidade de Engenheiro Coelho, SP, para a realização da Monografia e Iniciação Científica citadas na bibliografia.

- Entrevista realizada com Isauro Milares, nascido em 28 de dezembro de 1934 na cidade de Araras.

- Entrevista realizada com Vanda Hornhardt, nascida em 04 de dezembro de 1925 em Engenheiro Coelho.
- Entrevista realizada com Olívio Batistela, nascido em 05 maio de 1926, em Engenheiro Coelho.
- Entrevista realizada com Tarcílio Olivério, nascido em 06 de agosto de 1934.
- Entrevista realizada com Carlito Rosa, nascido em 21 de janeiro de 1921.
- Entrevista realizada com João Fávero, nascido em 26 de agosto de 1925, em Artur Nogueira.